

Cristina Carneiro Rodrigues

TRADUÇÃO E DIFERENÇA:
UMA PROPOSTA DE DESCONSTRUÇÃO
DA NOÇÃO DE EQUIVALÊNCIA
EM CATFORD, NIDA, LEFEVERE E TOURY

Tese apresentada ao Curso de
Linguística do Instituto de Estudos
da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas como
requisito parcial para obtenção do
título de Doutor em Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Rosemary
Arrojo

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
1998

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
TITULO	R618t
V.	EC
TOMADA B.	33609
TR. 2	335/98
C	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	18/04/98
N.º CPD	

CM-00109930-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

R618t

Rodrigues, Cristina Carneiro

Tradução e diferença: uma proposta de desconstrução da noção de equivalência em Catford, Nida, Lefevere e Toury / Cristina Carneiro Rodrigues. - - Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador: Rosemary Arrojo

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Tradução e interpretação. 2. Linguística aplicada. I. Arrojo, Rosemary. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

este exemplar é a redação final da tes.

defendida por Cristina Carneiro

Rodrigues

e aprovada pela Comissão Julgadora em

16/02/98.

Prof. Dra. Rosemary Arrojo

Profa. Dra. Rosemary Arrojo - Orientadora

Profa. Dra. Ingedore Grunfeld Villça Koch

Profa. Dra. Stella Ortweiler Tagnin

Profa. Dra. Heloísa Gonçalves Barbosa

Profa. Dra. Maria José Coracini

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Rosemary Arrojo, pela orientação rigorosa e segura.

Às Professoras Doutoras Stella Ortweiler Tagnin e Maria José Coracini, pelas valiosas sugestões quando do Exame de Qualificação.

Aos Professores Doutores Nildemir Ferreira de Carvalho, Arnaldo Cortina e Marcos Antonio Siscar, pelas discussões enriquecedoras e pela troca constante.

Ao Professor Doutor Marcelo Fossey, pelo intercâmbio de conhecimentos e apoio incondicional.

Aos colegas do IEL e aos colegas do IBILCE, pela colaboração em todos os momentos.

A Maria do Carmo Junqueira, pela contribuição para a sistematização das referências bibliográficas.

À Professora Doutora Leila Barbara e ao Professor Doutor Fernando Tarallo (*in memoriam*) por terem despertado e incentivado meu interesse pela pesquisa.

À CAPES-PICD, pela ajuda material que tornou possível este trabalho.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
SUMÁRIO	4
RESUMO	6
INTRODUÇÃO	8
 CAPÍTULO I - LINGÜÍSTICA E TRADUÇÃO	 17
1. Lingüística contrastiva e tradução	22
2. A proposta de uma teoria lingüística da tradução: John C. Catford	31
2.1. A equivalência textual e a formulação de regras de tradução	32
2.2. Tipos de tradução, equivalência textual e correspondência formal	39
2.3. O significado e os traços de situação	47
3. A equivalência dinâmica segundo Nida	57
3.1. O núcleo como uma tentativa de análise objetiva	63
3.2. A transferência: as duas orientações básicas	69
3.3. A reestruturação e o equivalente natural mais próximo	81
4. A equivalência sob a ótica lingüística: considerações finais	92
 CAPÍTULO II - LITERATURA E TRADUÇÃO	 97
1. André Lefevere: a tradução como reescritura	100
1.1. O lugar e o objeto dos estudos da tradução literária e a questão da tipologia textual	104
1.2. Os limites da crítica de Lefevere ao pensamento tradicional sobre tradução e a questão da possibilidade da equivalência	111
1.3. As objeções de Lefevere à noção tradicional de fidelidade e suas implicações	122
2. Uma proposta de sistematização dos estudos descritivos da tradução: Gideon Toury em busca de uma teoria da tradução	130

2.1. A concepção de leitura de Toury e as noções de transferência e de invariante	132
2.2. A equivalência: a distinção feita por Toury entre o conceito “teórico” e o “descritivo”	141
2.3. As limitações do alcance da crítica feita por Toury às teorias da tradução	151
2.4. O lugar em que Toury situa os estudos descritivos da tradução	157
3. Os Estudos da Tradução como prolongamento do pensamento tradicional sobre a tradução	158
 CAPÍTULO III - AMBIVALÊNCIA E CONFLITO	162
1. O pensamento tradicional sobre tradução e a equivalência como recuperação de significados	166
2. A noção tradicional de signo e a tese da indeterminação de Quine	172
3. A crítica pós-moderna ao essencialismo	175
3.1. Fish e a autoridade da comunidade interpretativa	178
3.2. A desconstrução da noção saussuriana de signo	185
3.3. A desconstrução da noção de leitura transcendental e a impossibilidade de equivalência	194
3.4. A questão do texto original	203
3.5. A lógica da complementaridade	207
4. A desconstrução da oposição entre tradução literal e livre e sua relação com a equivalência	210
 CONCLUSÃO	217
 SUMMARY	230
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	232

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar como teóricos de duas grandes vertentes dos estudos da tradução empregam o conceito de equivalência e relacioná-lo às suas concepções de linguagem, de texto, de leitura e de tradução. As duas abordagens selecionadas são, por um lado, a dos que buscam sistematizar a equivalência e que fundamentam seu trabalho em teorias lingüísticas e, por outro, a dos que relativizam o conceito e apóiam suas teses na descrição de traduções literárias. Em primeiro lugar, analisam-se as propostas de lingüistas contrastivos, assim como as de Catford (1965/1980) e Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b). O exame revela que todos os teóricos, em lugar de definir o que é equivalência, subdividem o conceito em várias noções, tais como “equivalência dinâmica”, “equivalência formal”, “equivalência semântica”, “equivalência textual” e “equivalência funcional”, mas não chegam a criar uma proposta para estabelecer o que pode ser considerado equivalente. A segunda vertente analisada questiona o alcance das propostas fundamentadas na lingüística, rejeita a noção de equivalência enquanto um construto definido *a priori* a partir do texto original e define o pólo receptor como objeto de estudos. Examinam-se trabalhos de Lefevere (1992a, 1992b) e de Toury (1980), que pretendem estabelecer um novo paradigma para o estudo da tradução literária.

A análise dos trabalhos evidencia que, apesar de aparentemente opostas, as duas vertentes partem de uma concepção abstrata de equivalência e do pressuposto de que uma tradução possa apresentar, em outra língua, os mesmos valores do texto de partida. Os trabalhos de Quine (1959/1966), Fish (1980, 1994) e Derrida (1972, 1967/1973), entretanto, desafiam a noção de que possa haver igualdade de valores entre duas línguas ou entre dois textos. Esse tipo de reflexão, ao salientar que os textos, a leitura e a tradução se constroem de acordo com as circunstâncias, que os significados se atribuem em uma rede de diferenças e adiamentos e que os valores se constituem como uma função produzida pelo sujeito em consonância com convenções de uma comunidade sócio-cultural, leva a concluir que não há como determinar

categoricamente valores, nem como reproduzi-los em outro sistema. Verifica-se que o conceito de equivalência de tradução está associado a uma concepção de linguagem em que os signos tenham valores fixos, a uma noção de texto com significados estáveis, recuperados pela leitura e pela tradução. Por outro lado, se se considerar que o texto de partida e a tradução se constituem de signos convencionais e arbitrários, ambos são produtos de leituras construídas contextual e socialmente, o que conduz à conclusão de que não podem manter uma relação de oposição, nem de equivalência, mas de complementaridade.

PALAVRAS-CHAVE

Tradução e interpretação; Linguística aplicada.

INTRODUÇÃO

Na literatura sobre tradução encontramos algumas discussões e algumas oposições que estão intimamente relacionadas. É o caso da distinção entre tradução “palavra por palavra” e “sentido por sentido”, que Susan Bassnett-McGuire (1980) afirma ter sido “estabelecida entre os romanos e que continua a ser uma questão debatida, de uma maneira ou de outra, até o presente” (p. 39).¹ Como a autora deixa implícito, essa oposição tem assumido diferentes formas na literatura, desde a tradução “literal” oposta à “livre”, a “fiel” oposta à “criativa”, até, mais recentemente, a “equivalência formal” oposta à “equivalência dinâmica”.

Diversos trabalhos que pretendem oferecer um panorama histórico dos estudos da tradução costumam traçar o percurso da discussão, que teria se iniciado com Cícero e Horácio no século I a. C., e mostram como as diversas épocas ou tradutores priorizaram um ou outro modo de se traduzir. Certos autores chegam a afirmar que a oposição é o problema central da reflexão sobre tradução, como Ronald A. Knox (1949, *apud* George Steiner, 1975), Peter Newmark (1988), John Milton (1993). De acordo com Steiner (1975), em “qualquer tratado sobre a arte da tradução que se examine, a mesma dicotomia é colocada: seja entre 'letra' e 'espírito', e 'palavra' e 'sentido'” (p. 262). Essas polaridades clássicas são relacionadas pelo autor à questão da direção que uma tradução deve seguir, se deve parecer estranha ou se deve soar natural (p. 266), outra maneira pela qual a oposição se apresenta em trabalhos sobre tradução.

A abordagem histórica de Bassnett-McGuire (1980) também privilegia essa discussão e traça seu percurso desde os romanos até o século XX. Ao fazê-lo, relaciona a naturalidade e a fluência do texto à tradução do “sentido” do texto de partida, à adaptação dos termos para a cultura receptora da tradução e à não-

¹ Essa tradução foi feita por mim, assim como todas as demais apresentadas nesta tese, quando não houver disponível uma edição em português.

literalidade; por outro lado, associa a literalidade à aproximação da cultura produtora do texto. A citação que faz da defesa de Longfellow à sua tradução de Dante pode mostrar a ligação que a autora faz entre as oposições:

O único mérito de meu livro é ser exatamente o que Dante diz, não o que o tradutor imagina que ele poderia ter dito se fosse inglês. Em outras palavras, ao fazer uma tradução em prosa rimada, esforcei-me para fazê-la literal. (...) Ao traduzir Dante, deve-se renunciar a alguma coisa. Deverá ser à bela rima que floresce por todo o verso como uma madressilva em uma sebe? Deve ser, para se conservar algo mais precioso que a rima, ou seja, a fidelidade, a verdade, a vida da própria sebe. (...) A função do tradutor é relatar o que o autor diz, não explicar o que ele quer dizer; esse é o trabalho do comentarista. O que um autor diz e como o diz é que é o problema do tradutor. (Longfellow, *apud* Bassnett-McGuire, 1980, p. 70)

Depois desse trecho, a autora comenta que “as extraordinárias visões de Longfellow sobre a tradução levam a extremos a posição literalista” (p. 70) e contrapõe o procedimento de Longfellow ao de Fitzgerald que, “longe de tentar conduzir o leitor da língua-alvo à língua-fonte original, [...] busca trazer uma versão do texto em língua-fonte para a cultura da língua-alvo como uma *entidade viva*” (Bassnett-McGuire, 1980, p. 71).

Essa polarização é também abordada por teóricos que tratam da tradução sob o ponto de vista sincrônico, tais como Henry Meschonic (1973), Katharina Reiss (1981), Hans J. Vermeer (1985) e Lawrence Venuti (1986). É uma oposição que, por sua vez, recebe diferentes denominações, tais como tradução naturalizadora x identificadora, domesticadora x estrangeirizadora, e é tratada por diferentes prismas por esses autores. Reiss (1981), entretanto, aproxima essa polarização a outra noção também recorrente nos estudos sobre a tradução: a equivalência. A autora associa, por um lado, a tradução que supostamente reverbaliza o texto original em uma segunda língua, de modo que o leitor dessa tradução faça a leitura do texto como o faria o leitor original, à correspondência formal descrita por Eugene A. Nida (1964a); e, por outro

lado, relaciona a tradução naturalizadora, que, de acordo com a autora, transforma o texto nos termos do leitor, ao método da equivalência dinâmica sugerido por Nida.

Enquanto Reiss (1981) estabelece a interrelação entre os dois tipos de equivalência e os dois direcionamentos dados à tradução, Louis G. Kelly (1979), em seu panorama histórico da tradução, vincula a oposição entre a literalidade e a liberdade à que se dá entre os conceitos de equivalência formal e equivalência dinâmica. A literalidade se associa à equivalência estrutural ou formal (p. 157), à servidão (p. 24), e a equivalência dinâmica à liberdade (p. 153), à opção. Kelly (1979), assim como Reiss (1981), não define o termo “equivalência”; faz, entretanto, seu desdobramento em dois tipos, remetendo ao trabalho de Nida (1964a):

Entre os lingüistas do século XX foram desenvolvidos dois tipos de equivalência, a dinâmica e a formal. A equivalência dinâmica é caracterizada por Nida (1964, p. 166) como o uso do “equivalente natural mais próximo da mensagem de língua-fonte”, enquanto a equivalência formal é a correspondência entre as unidades lingüísticas, independentemente de qualquer idéia de conteúdo. (Kelly, 1979, p. 24)

Apesar de relacionar a noção de equivalência à lingüística do século XX e de não defini-la, Kelly (1979) emprega o termo por todo seu livro sobre a história da tradução, utilizando-o como o fio condutor de dois capítulos, um dedicado a procedimentos lexicais, e outro, a gramaticais. Nesses dois capítulos, as noções de equivalência formal e equivalência dinâmica se relacionam diretamente à prática de tradutores ao longo da história, mas não há uma justificativa teórica dessas noções, nem uma explicação sobre sua introdução nos estudos da tradução.

De acordo com Wolfram Wilss (1982), “não se pode determinar o momento preciso de emergência do termo equivalência de tradução na ciência da tradução. Presumivelmente, os estudiosos da tradução tomaram-no da matemática no decurso de suas tentativas de construir uma terminologia autônoma” (p. 137-138). Mesmo que não se determine quando nem por quem o conceito foi introduzido nos estudos da tradução, percebe-se, pela literatura sobre tradução escrita após a segunda

metade do século XX, que se tornou um de seus tópicos centrais. Kelly (1979) utiliza-se do conceito para comentar a prática da tradução desde os romanos. Eugene Nida (1964a) e John C. Catford (1965/1980) baseiam nele suas definições de tradução e é ele que fornece o direcionamento para seus trabalhos.² Roman Jakobson (1959/1971) não só define a tradução como envolvendo “duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes”, como afirma que “a equivalência na diferença é o problema principal da linguagem e a principal preocupação da lingüística” (p. 65).

Percebe-se o interesse dos lingüistas pela sistematização da noção de equivalência tradutória especialmente nos anos 60 e 70, quando teóricos como M. A. K. Halliday *et al.* (1964/1974), Waldemar Marton (1968) e Tomasz P. Krzeszowski (1971), buscaram fundamentar a noção, com o objetivo de estabelecer as bases para a prática da análise contrastiva entre diferentes línguas. De um modo geral, os trabalhos desses lingüistas se entrecruzam com os de pesquisadores da tradução e enfatizam a importância da definição da equivalência para as duas áreas de estudo. Conceitos como os de “tradução literal”, “livre”, “palavra por palavra”, “correspondência formal”, “equivalência formal”, “equivalência dinâmica” são inseridos no arcabouço teórico da lingüística e vários estudos buscam fornecer suas definições lingüísticas, assim como buscar um modelo que melhor explique as relações de equivalência. A discussão sobre a equivalência passa a fazer parte dos estudos das duas áreas, da lingüística contrastiva e da tradução, como explica Vladimir Ivir :

Correspondência formal é um termo usado em análise contrastiva, enquanto equivalência tradutória pertence à metalinguagem da tradução. Em princípio, talvez, os dois termos possam ser discutidos separadamente em suas duas disciplinas e é, de fato, possível imaginar uma teoria da tradução que opere com o conceito de equivalência definido sem referência à correspondência formal, como é possível imaginar uma análise contrastiva que inclua o conceito de

² Nos casos em que utilizei uma tradução publicada em português, a referência à data de sua edição em língua estrangeira foi colocada em primeiro lugar entre os parênteses, e o ano da edição da tradução após uma barra. Quando empreguei edição posterior à data da primeira publicação de um texto, faço referência análoga, ou seja, a data da primeira edição está em primeiro lugar entre os parênteses, seguida por uma barra e pelo ano da publicação citada.

correspondência que seja determinado sem o recurso à tradução. Na prática, entretanto, estudiosos da tradução e analistas contrastivos têm considerado necessários ambos os termos. (Ivir, 1981, p. 51)

Efetivamente, ambos passam a ocupar um espaço de destaque na literatura das duas áreas. Especificamente em tradução, a equivalência passa a ser considerada, por muitos autores, como uma “questão essencial” (Wilss, 1982, p. 134). Bassnett-McGuire (1980) considera-a, ao lado dos “problemas de significado e intraduzibilidade”, como uma das questões centrais nos estudos da tradução (p. 10).

Ao mesmo tempo em que passa a ser priorizado o estudo da equivalência, o conceito sofre também um processo de fragmentação, como se percebe pelo discurso de Vladimir Gak (1992): “o problema da equivalência representa uma das questões importantes da teoria e da prática da tradução. Como todos os outros fenômenos, a equivalência em tradução pode ser encarada sob diversos aspectos, o que conduz a diferentes tipologias de equivalentes” (p. 139). Esse ponto é alvo de uma das críticas de Mary Snell-Hornby (1988) ao tratamento dado à noção: “as tentativas feitas para repensar o conceito, para qualificá-lo e classificá-lo, levaram ao que só pode ser descrito como uma explosiva proliferação de tipos de equivalência” (p. 18-9). O trabalho de Gak (1992) pode exemplificar essa “proliferação”, pois o autor descreve três tipologias: a “dinâmica”, que subdivide em dois tipos, os equivalentes de fato e os *ad hoc*; a “estática”, que compreende os equivalentes constantes e os variáveis; e a “estratificadora”, que envolveria três níveis, o da forma, o da significação e o da situação.

Os trabalhos desses dois autores expressam duas tendências: a primeira, dos que buscam a sistematização da noção de equivalência e a segunda, dos que apontam suas limitações. Alguns autores que seguem esta última apenas questionam uma ou outra proposta de sistematização. É o caso de, por exemplo, Qian Hu (1992, 1993 e 1994), que discute a possibilidade de se atingir a equivalência dinâmica proposta por Nida (1964a). Outros autores salientam a complexidade da questão. Raymond Van den Broeck (1978) comenta que “o principal obstáculo ao seu uso em

teoria da tradução” é exatamente a definição matemática do termo “equivalência”, pois implica uma simetria, uma transitividade e uma reflexividade que não são aplicáveis à tradução (p. 32-33). O autor, tomando como base as concepções de Catford (1965/1980), reconsidera o uso do termo, e passa a conceber a equivalência de tradução como uma equivalência de funções, como um critério dinâmico e dependente de cada situação (Van den Broeck, p. 38). Conclui, entretanto, que a equivalência “parece ser de natureza mais complexa do que se desejaria” (p. 44).

Outros autores buscam caminhos alternativos. Gideon Toury (1980) aponta para as limitações da equivalência enquanto elemento primordial para uma teoria da tradução e propõe que a relação de equivalência seja considerada apenas como uma relação possível entre dois textos, não como necessária ou fundamental. Para Theo Hermans (1991), entretanto, é necessário avançar um passo além daquele dado por Toury e deslocar a ênfase dada à equivalência tradutória para as “normas tradutórias” (p. 158).

Para Snell-Hornby (1988), entretanto, não há simetria entre as línguas, o que torna impossível postular a equivalência como relação necessária para a tradução. Ilustra essa impossibilidade comparando o termo inglês “*equivalence*” e o alemão “*Äquivalenz*”, que seriam empregados de diferentes maneiras nas duas línguas. Além disso, de acordo com a autora, em cada uma dessas línguas, o conceito tem diferentes usos, e seu significado passa a ser influenciado pelos próprios modelos teóricos desenvolvidos para sua sistematização. Snell-Hornby conclui que, por esse motivo, a “diferença essencial entre o conceito de equivalência inglês e o alemão” pode ser resumida da seguinte maneira:

enquanto *Äquivalenz* – como uma constante restrita, específica para um objetivo e rigorosamente científica – tornou-se estática e unidimensional, *equivalence* (sem levar em conta as noções influenciadas pela gramática transformacional dos anos 60) tornou-se aproximativa e vaga, até o ponto da completa insignificância (Snell-Hornby, 1988, p. 21)

Sua análise leva-a à conclusão de que o termo é “inadequado enquanto conceito básico na teoria da tradução” (p. 22). Outra questão que Snell-Hornby (1988) aponta é que “o que todas as escolas teóricas de tradução orientadas para a lingüística têm em comum é o conceito central de equivalência [...], que transferiu o foco da teoria da tradução da dicotomia tradicional de 'fiel' ou 'livre' para um pressuposto *tertium comparationis* interlingual” (p. 15).

Anthony Pym (1995), ao comentar o conceito de equivalência tradutória de Werner Koller, faz aproximação similar, afirmando que certas “dicotomias, como entre 'equivalência formal' e 'equivalência dinâmica', de Nida, apenas vestiram o debate clássico palavra *versus* sentido nas roupas da equivalência” (p. 157-58). Maria Tymoczko (1985) também aponta que a oposição entre “literal” e “livre” ou “forma” e “conteúdo” foi “reformulada na oposição teórica entre 'equivalente formal' *versus* 'equivalente dinâmico’” de Nida (Tymoczko, 1985, p. 63). Essa autora, no entanto, questiona a própria distinção entre os conceitos, afirmando que “não é tão grande, nem tão útil quanto parecia ser” (p. 79).

Uma análise das duas tendências indica que, pelos comentários que trazem sobre a equivalência, os trabalhos podem se reunir em dois grandes grupos também por sua fundamentação. Os que priorizam a sistematização da equivalência têm como base a lingüística, seja ela estrutural, textual ou discursiva. Os que buscam relativizar o conceito ou limitar seu alcance, apóiam suas teses principalmente na descrição de traduções literárias. Essa diferença entre as abordagens pode conduzir à conclusão de que há uma linha demarcatória nítida entre os comentários sobre a questão da equivalência.

O principal objetivo desta tese é justamente explorar as diferenças entre essas duas orientações gerais, mas também apontar suas similaridades. Esse exame não segue o percurso habitualmente trilhado por autores que tentam rever o conceito, ou seja, não parte de diversos pontos de vista sobre a equivalência de tradução, buscando fazer uma revisão bibliográfica sobre como vários autores concebem a equivalência para, posteriormente, propor uma nova versão. Ao contrário, minha proposta é analisar

como teóricos dessas duas vertentes empregam o conceito de equivalência e como ele se enquadra em seus modelos teóricos. Isso significa que, em lugar de oferecer um amplo panorama de como cada uma dessas vertentes aborda a equivalência, optei por uma leitura mais rigorosa de algumas obras, inserindo as concepções dos autores em sua proposta global de trabalho. Essa opção é consequência da hipótese de onde parto: a de que o ponto de vista a partir do qual se considera a atividade tradutória determina o modo pelo qual se empregam os conceitos, especialmente o de equivalência. Pressuponho, portanto, que a conceituação do que seja um equivalente é totalmente dependente das diretrizes que orientam a pesquisa sobre tradução, assim como da maneira pela qual os pesquisadores encaram a relação entre o texto de partida e o texto traduzido. Minha análise está encaminhada no sentido de argumentar que o conceito se relaciona a determinadas concepções de tradução, de linguagem, de texto e de leitura. Esta tese também tem o objetivo de verificar se há lugar para esse conceito em uma abordagem de tradução que considere que os significados se constroem de acordo com as circunstâncias e que não pressuponha uma relação de oposição entre o texto de partida e a tradução.

Tendo em vista o recorte e os objetivos propostos, busquei, na literatura sobre tradução escrita a partir dos anos 60, autores que pudessem representar os dois pontos de vista aparentemente divergentes sobre a questão da equivalência e que tratassem da questão sob um dos dois prismas, o lingüístico ou o literário.

O primeiro capítulo, *Lingüística e tradução*, dedica-se à vertente fundamentada na lingüística. Analiso as propostas de lingüistas contrastivos, a de Catford (1965/1980) e a de Nida (1964a, 1975/1982a e 1969/1982b), que se caracterizam pela tentativa de sistematização da equivalência tradutória e pela priorização do sistema lingüístico e cultural que produz o texto a ser traduzido.

No segundo capítulo, *Literatura e tradução*, abordo trabalhos que, nas palavras de Antoine Berman (1989), buscam uma teoria da “literatura traduzida” (p. 674). Essa vertente se define pelo questionamento do “pensamento tradicional da tradução” (André Lefevere, 1983), pela rejeição da noção de equivalência enquanto um

construto definido *a priori*, a partir do texto a ser traduzido e pela definição do pólo receptor como prioridade para análise. Selecionei, como objeto de análise, as obras mais divulgadas de dois autores, Gideon Toury, da chamada Escola de Tel Aviv, e André Lefevere.

No terceiro capítulo, *Ambivalência e conflito*, discuto a questão da equivalência sob o ponto de vista da desconstrução e da reflexão pós-moderna em geral. Retomo alguns pontos dos trabalhos analisados nos dois capítulos anteriores para salientar que, apesar de aparentemente se situarem em pólos opostos e inconciliáveis, em vários sentidos os trabalhos podem se colocar em plano similar, sendo as concepções de signo, de texto e de leitura que fundamentam as propostas os principais deles. Apresento a desconstrução da noção saussuriana de signo e a desconstrução da noção de “leitura transcendental”, e argumento que a tradução e o texto de partida são produtos de leituras contextualizadas, o que remete à discussão sobre o *status* do texto original. Destaco a relação de complementaridade, não de oposição ou de equivalência, entre o original e a tradução. Baseada nessas concepções, questiono a crença segundo a qual uma tradução poderia repetir o significado ou a sintaxe do texto de partida, que fundamenta a oposição tradicionalmente estabelecida entre tradução “literal” e “livre”. Saliento que as palavras só têm valor ao estarem inscritas em uma cadeia de substituições e que a tradução recoloca, em outra língua e em outra cultura, as palavras em outras cadeias de substituições, ou seja, transforma o original.

CAPÍTULO I - LINGÜÍSTICA E TRADUÇÃO

Georges Mounin (1963/1975), em *Os problemas teóricos da tradução*, levanta a questão da falta de interesse da lingüística pela tradução, apesar de esta ser uma “operação lingüística” (p. 22) e um “fenômeno lingüístico” (p. 23). Em sua opinião, “toda operação de tradução (...) comporta, basicamente, uma série de análises e operações especificamente dependentes da lingüística e susceptíveis de serem mais e melhor esclarecidas pela ciência lingüística aplicada corretamente do que por qualquer empirismo artesanal” (p.27). Apesar disso, aponta que, apenas no final dos anos 50, apareceram os primeiros trabalhos relacionando tradução e lingüística que “reivindicaram para a tradução a condição de objeto distinto, ou de domínio distinto, do estudo científico” (p. 23).³

O trabalho de Mounin (1963/1975) tem objetivo bastante específico, talvez único na literatura: esclarecer, no quadro da ciência lingüística, “os problemas teóricos suscitados pela legitimidade ou ilegitimidade da operação de traduzir” (p. 27). Dedicar cerca de 200 páginas à fundamentação do “direito que tem a tradução de figurar, como problema digno de nota, num tratado de lingüística geral”, tarefa que julga ter realizado, na medida em que pensa ter justificado plenamente o “direito que tem a lingüística de encarar a tradução como um problema de sua alçada” (p. 209).

³ Mounin considera pioneiros na área o trabalho de Féodorov (*Vvedenie v teoriju perevoda* [Introdução à teoria da tradução]), do qual não fornece a data de publicação, mas que Bayard Quincy Morgan (1959/1966, p. 289) cita como de 1953, e o de Jean-Paul Vinay e Jean Darbelnet, *Stylistique comparée du français et de l'anglais*, de 1958. Morgan, em sua bibliografia crítica de trabalhos sobre tradução, registra, entre 1950 e 1963, apenas seis trabalhos em que há alguma referência à lingüística; comenta, entretanto, outros onze trabalhos produzidos no período que teriam alguma relação com a área, todos sobre tradução automática. Com o objetivo de verificar se essa relação persiste após o período comentado, fiz uma pesquisa na *MLA International Bibliography 1963-1980* (CD-ROM), em que há um total de 631 entradas com a conjunção “lingüística e tradução”; destas, 401 incluem a palavra-chave “tradução automática”. No período entre 1981 e novembro de 1995 há 484 incluindo “lingüística e tradução”; destas, 102 também têm como palavra-chave “tradução automática”. Por outro lado, verifiquei que a *MLA Bibliography 1963-1980* registra 2.514 entradas com as palavras-chave “tradução e literatura” e apenas 15 entradas com a conjunção “lingüística e tradução e literatura”. Entre 1981 e novembro de 1995 há 10.755 entradas relacionando “literatura e tradução” e 117 envolvendo “lingüística, tradução e literatura”.

Esse caminho não encontra prolongamento, pois outras três vias de contato entre tradução e lingüística mostraram-se mais produtivas. Uma delas foi o uso instrumental da lingüística para solucionar questões de tradução, vertente representada nesta tese pelo trabalho de Nida (1964a, 1975/1982a e 1969/1982b). Outra via, a seguida por Catford (1965/1980), foi buscar na teoria lingüística as bases para a sistematização da tradução. A terceira, trilhada pela lingüística contrastiva, caracteriza-se pelo uso da tradução para fornecer os critérios básicos para a comparação entre línguas.

Em cada uma dessas vertentes podem-se encontrar trabalhos com enfoques bastante diversificados, mas a grande maioria tem em comum manter como central a noção de equivalência. Alguns consideram até mesmo que a grande contribuição da lingüística à tradução é no sentido de sistematizar a equivalência. A resposta de Kelly (1979) à pergunta “o que o lingüista tem para oferecer ao tradutor?” é a seguinte: “a análise da equivalência e alguma justificativa objetiva para as intuições do tradutor” (p. 24). Com essas palavras, Kelly resume os objetivos de grande parte dos trabalhos que relacionaram a tradução e a lingüística. De acordo com Wilss (1982), a noção de equivalência “tem sido tópico essencial na teoria da tradução nos últimos dois mil anos”, mas é também um dos temas sobre o qual tem havido mais desacordo durante o período. Em seu estudo sobre o conceito, Wilss lamenta que a determinação a respeito da equivalência ou da não-equivalência entre termos permaneça como uma questão de intuição, ou seja, que ainda não possa ser objetivamente mensurável:

Esse tipo de afirmação [sobre dar ao falante bilíngüe a competência para o julgamento da equivalência] é conseqüência inevitável do fato de que a ciência da tradução até agora não conseguiu desenvolver um critério preciso para mensurar a equivalência de tradução e, assim, não tenha explicado o conceito de equivalência de tradução. A ciência da tradução (e esse provavelmente é o maior argumento contra elevar os estudos da tradução para a posição de uma ciência da tradução) hoje não pode, portanto, fazer afirmações confiáveis sobre como o tradutor deve proceder para atingir um resultado de transferência adequado, qualitativamente avaliável. (Wilss, 1982, p. 136)

Wilss coloca, assim, a necessidade de “um critério preciso” para a determinação da equivalência como o ponto que pode vir a fundamentar a própria “ciência da tradução”. São muitos os autores que abordam a questão da necessidade de definição da equivalência. Catford (1965/1980), por exemplo, afirma que “o termo *equivalente* é sem dúvida uma palavra chave” e que o “problema central em teoria de tradução consiste em definir a natureza e as condições da equivalência em tradução” (p. 23). Seu propósito é a sistematização dos estudos de modo a chegar à formulação de “regras de tradução” (p. 33). Mas, se alguns autores pensam chegar a esse ponto, outros são céticos a esse respeito. Wilss (1982), por exemplo, afirma que seria difícil chegar a uma sistematização universalmente aplicável da equivalência de tradução devido à relatividade das normas de tradução. Para o autor, essa seria a razão de a equivalência de tradução não poder ser parte integrante de uma teoria geral da tradução: deveria ser parte de teorias específicas, relacionada, por exemplo, a tipos de textos ou a pares de línguas.

Apesar de ser termo tão utilizado e considerado tão importante, os teóricos enfrentam grande dificuldade para definir o que seria a “equivalência”. Para superar o obstáculo, acabam por fragmentar o conceito em diversas noções, mas sem explicar a própria “equivalência”, ou seja, sem dizer em que consiste o “ser equivalente”. Entretanto, o emprego do conceito frequentemente revela o desejo dos autores de sistematizar e controlar um processo que concebem como o de tentar igualar a tradução e o texto de partida. A etimologia do item lexical “equivalência” deixa perceber um movimento no sentido de se atingir a igualdade, mesmo lidando com uma outra língua. De acordo com o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, “equivaler” provém do latim “*aequivalere*”, “igualar, valer tanto como”, por intermédio do francês “*équivalent*” (José Pedro Machado, 1967, v. 2, p. 905). A decomposição da palavra latina remete aos seguintes verbetes do *Dicionário latino-português* de Francisco Torrinha (1945):

aequo (v.) 1. aplanar; tornar igual; nivelar, igualar; 2. espalhar igualmente; 3. comparar; 4. atingir, chegar a. (p. 30)

aequus (adj.) 1. plano; liso; em sentido horizontal; sem altos nem baixos; 2. igual; que não se inclina para nenhum lado; justo; imparcial; 3. vantajoso, favorável (lugar ou tempo); 4. benévolo; amigo; propício; 5. igual; calmo; tranqüilo; sempre o mesmo; 6. justo; eqüitativo. (p. 30)

valeo (v.) 1. ser forte; 2. ter saúde; 3. ser eficaz (falando de remédio); ter esta ou aquela virtude; 4. ter força; estar em vigor (falando de lei); ter crédito; 5. prevalecer, levar vantagem; exceder; ter influência, ser influente; 6. ter a força ou o poder de; 7. valer (falando de dinheiro); ter um valor; 8. significar, ter este ou aquele significado. (Torrinha, 1945, p. 911-12)

Rastreando entre esses significados os que interessam ao contexto do estudo da tradução, verifica-se que a palavra “equivalente” remete a igualdade, a nivelção, a manutenção em um mesmo plano ou a obtenção de um mesmo valor. A quarta acepção de “*aequo*” pode explicar também a maneira pela qual muitos abordam a tradução, como inferior e secundária, pois relacionam a tradução àquilo que busca “chegar a ser” como o original ou “atingir” o nível do original. Muitos pensam também que a tradução nunca vai conseguir alcançar essa meta, como demonstra o amplo uso feito do aforismo “*traduttore, traditore*”. Esse epigrama tanto qualifica o tradutor como incompetente quanto explicita o fato de a tradução não se apresentar como igual ao texto de partida. Uma das causas de se associar a tradução à noção de falha ou de inferioridade é a expectativa gerada pelo uso de conceitos como o de equivalência como ponto de partida para a reflexão sobre a tradução. A “equivalência”, como mostra a própria etimologia do termo, associa-se a uma certa concepção de tradução, aquela que considera que a tradução deva reproduzir o texto de partida, ter o seu valor, pois seu uso remete à busca da unidade, da homogeneidade entre o texto traduzido e o texto original.

Não é só a etimologia do termo que remete à noção de igualdade. O conceito de equivalência em matemática também se liga a “ser o mesmo” em relação a, no mínimo, um parâmetro (volume, área, número de elementos, etc.). Mas, como apontam Van den Broeck (1978) e Hermans (1991), esse uso do termo implica

também simetria, reversibilidade e possibilidade de intercâmbio entre os elementos, o que acabou gerando a relativização de sua definição em tradução ou sua subdivisão em vários termos, com o objetivo de restringir o alcance da similaridade, compartimentando-a em vários níveis.

Neste capítulo vou abordar a relação entre a equivalência e a concepção de tradução como similaridade ou igualdade de valor, dominante nas três vertentes que se interessam pela tradução vinculando-a às teorias lingüísticas. Em primeiro lugar, vou analisar o conceito de equivalência em lingüística contrastiva, enfocando a concepção abstrata que os pesquisadores têm de tradução. Em segundo lugar, apresento a “teoria lingüística da tradução” de Catford (1965/1980), que busca uma sistematização lingüística da tradução tomando como base o conceito de equivalência. Por fim, trato do uso instrumental que Nida (1964a, 1969/1982a, 1975/1982b) faz da lingüística para atingir a equivalência de tradução.

O tópico central de minha análise é a fragmentação que o conceito de equivalência sofre no tratamento dado por essas três vertentes. Busco evidenciar que os teóricos, na tentativa de explicar por que a tradução não reproduz o texto de partida, acabaram por recorrer a diferentes conceitos de “equivalência”, o que tem como consequência teorias que idealizam a prática da tradução e modelos que apresentam problemas internos.

1. Lingüística contrastiva e tradução

Em lingüística contrastiva ou comparativa, uma das noções centrais é a de equivalência ou, mais especificamente, a de “equivalência de tradução”. Esta seria utilizada como parâmetro para a comparação entre certos aspectos de duas ou mais línguas. O uso da tradução como instrumento metodológico pode ser exemplificado pelo trabalho de Halliday *et al.* (1964/1974). Para esses autores, o trabalho da “lingüística descritiva comparada” pressupõe três etapas: a descrição separada dos aspectos importantes de cada língua; o estabelecimento da comparabilidade; a comparação em si (p. 139). A realização da segunda etapa, o estabelecimento da comparabilidade, só seria possível na medida em que houvesse equivalência contextual entre elementos, o que poderia ser demonstrado “de modo mais simples pela referência à tradução” (p. 140). Os autores explicitam, portanto, que a realização de estudos comparados úteis depende do estabelecimento da equivalência no uso real da língua, ou seja, o que denominam “equivalência contextual”, pois “não é a correspondência formal que aceitamos como tradução” (p. 149).

Halliday *et al.* (1964/1974) usam como ponto de partida a concepção de que tradução é “a relação entre dois ou mais textos que desempenham idêntico papel em idêntica situação” (p. 149). Apesar da ressalva de que, nessa relação, os conceitos de situação ou de papel idênticos não são absolutos, mas questões de “mais ou menos”, a definição revela que os autores pressupõem extrema similaridade entre os textos. Há alguma expectativa de a tradução vir a reproduzir, em uma língua, um enunciado emitido em outra língua e que ele funcione de uma mesma maneira em situações iguais, ainda que a confiança nessa possibilidade seja abalada pela observação de que “as situações variam nas diversas culturas” (p. 150). Por esse motivo, consideram impossível medir a equivalência contextual e definir seu limiar. Apesar dessas limitações, seu papel, na teoria, tem importância vital, pois a equivalência contextual tem a função de provar que duas formas ou construções em duas línguas diferentes podem ser comparadas:

A escolha [da equivalência contextual] torna possível usar a tradução como critério na comparação de línguas. Evita o círculo vicioso que surgiria se avaliássemos esta equivalência como prova para dizer que as formas eram comparáveis. Em outras palavras é somente porque achamos que a expressão francesa “j’ai soif” e a inglesa “I’m thirsty” são *contextualmente* equivalentes, ao menos em algumas situações, que chegamos mesmo a pensar em compará-las formalmente. (Halliday *et al.* 1964/1974, p. 150)

Esse exemplo indica, entretanto, que a equivalência contextual a que os autores se referem não é exatamente situacional nem a que seria realizada por tradutores, mas uma tradução idealizada para satisfazer a determinadas condições. Isso significa que, apesar de explicitarem a remissão a um contexto de uso, não é necessariamente a ele que os autores se referem quando tratam da tradução contextual, mas a uma tradução, dentre as inúmeras possíveis, que permita a comparação entre as construções desejadas. Mas o exemplo dado acima não é o único fornecido pelos autores. Há, no capítulo analisado, um outro, de uma tradução efetivamente publicada. Trata-se, entretanto, de uma sentença composta por três orações, analisada em quatro níveis: o do morfema, o da palavra, o da locução e o da oração (p. 152-3).⁴ A análise feita pelos autores não remete, entretanto, a qualquer comparação entre as línguas, apenas “representa uma construção puramente teórica, cujo valor, caso tenha algum, reside em sua utilidade na aplicação” (p. 154). A aplicação a que se referem é no âmbito do ensino de língua estrangeira.

Dessa maneira, o “equivalente contextual” de Halliday *et al.* (1964/1974) seria apenas uma construção em uma língua que pode, em certas circunstâncias, substituir outra construção, em outra língua. Ele fundamentaria a determinação das diferenças e das semelhanças entre as línguas, ou seja, serviria para indicar se há ou não correspondência formal entre as categorias que se deseja comparar.

⁴ Nesta tese, denomino “oração” a relação formal estabelecida por sujeito e predicado, ou por sintagma nominal e sintagma verbal. A “sentença” ou a “frase” são consideradas realizações completas, compostas por uma ou mais orações.

Tomando como base o mesmo pressuposto de Halliday *et al.* (1964/1974) de que “apenas as construções que exibem equivalência contextual são comparáveis” (p. 37), Krzeszowski (1971) aponta para a necessidade de refinamento da noção de equivalência. Parte de um conceito semelhante ao de Halliday *et al.*, de que “construções *equivalentes* são as mutuamente traduzíveis, pelo menos algumas vezes” (p. 37), definição que o autor aproxima também do conceito de “equivalência textual” de Catford (1965). Teoricamente há, de acordo com Krzeszowski (1971), um problema em relação a esta definição: os pesquisadores estavam confiando a descoberta dos equivalentes textuais a falantes bilíngües ou a tradutores sem que se explicassem as “intuições” dos informantes a respeito da equivalência ou da não-equivalência de certas construções. O último autor mostra-se, assim, preocupado com a necessidade de ter critérios objetivos para medir a equivalência de tradução, pois a noção estaria baseando todo o trabalho desenvolvido na área.

O problema que Krzeszowski (1971) tenta resolver é, portanto, primordial para a própria fundamentação do trabalho em lingüística contrastiva. Para tal, afirma que a noção tem de ser “relacionada ao significado das construções comparadas e que qualquer abordagem dos estudos contrastivos por meio da noção de equivalência é, necessariamente, baseada no significado” (p. 37). Mas considera também que, se duas sentenças são traduzidas e se suas estruturas são comparadas, “é também necessário explicar sua forma” (p. 37). As relações que poderiam se estabelecer entre forma e significado são colocadas por Krzeszowski nos seguintes termos:

Se caracterizamos várias construções em duas línguas quaisquer em termos de equivalência e correspondência formal, observaremos que as sentenças podem ser: (a) equivalentes, formalmente diferentes; (b) equivalentes, formalmente similares – congruentes; (c) não-equivalentes, formalmente similares; (d) não-equivalentes, formalmente diferentes. (Krzeszowski, 1971, p. 38)

Krzeszowski salienta que o julgamento da equivalência se realiza em termos de significado e que, nas quatro relações que estabelece acima, os termos

“equivalente” e “não-equivalente” remetem ao significado e os termos “formalmente diferente”, “formalmente similares-congruentes”, à forma. Há, entretanto, uma especificidade: o primeiro conjunto de pares acima citados refere-se à estrutura profunda e o segundo, às estruturas superficiais. Isso significa que, de modo diferente de Halliday *et al.* (1964/1974), o julgamento da equivalência contextual não se daria em referência à estrutura superficial, mas à estrutura a ela subjacente. Com o objetivo de explicar algumas intuições dos tradutores a respeito da equivalência, Krzeszowski (1971) tenta justificar a seguinte hipótese: “*construções equivalentes têm estruturas profundas idênticas, mesmo se na superfície são marcadamente diferentes*” (p. 38). Como essa hipótese foi questionada por Bouton (1976, *apud* Krzeszowski, 1981), em “*The problem of equivalence revisited*”, Krzeszowski (1981) retoma o assunto, defendendo-se das críticas. Nesse trabalho faz uma ressalva em relação ao termo “estrutura profunda”, afirmando referir-se a um nível abstrato de representação “que deveria ter sido denominado, mais apropriadamente, 'estrutura semântica' ou, talvez, 'estrutura de *input*'”, em que '*input*' significaria “*input* para derivações sintáticas”. O ponto enfatizado é que não se reporta à “estrutura profunda” descrita em modelos como o desenvolvido em *Aspects of the theory of syntax*, de Noam Chomsky, pois esses modelos manteriam um nível muito delimitado de análise, impedindo seu uso “como *tertium comparationis* possível para conduzir os estudos contrastivos sintáticos” (p. 121). Assim, poderia explicar por que “o fato de duas sentenças não partilharem a mesma estrutura profunda não exclui a possibilidade de partilharem uma estrutura semântica mais abstrata e, portanto, serem também equivalentes” (p. 122).

A partir do momento em que Krzeszowski (1981) relaciona a equivalência a esse tipo de estrutura, faz-se necessário também diferenciar uma “sentença equivalente” de uma “tradução equivalente”. Esta seria o produto de uma prática de “tradução real”, que não necessariamente compartilha uma mesma estrutura subjacente com uma construção de outra língua, ou seja, pode não apresentar a mesma “estrutura de *input*” e, conseqüentemente, não ser uma “sentença equivalente” conforme a definição teórica. O autor explica que isso se deve ao fato de, na prática da tradução,

ser muito comum que as sentenças não apresentem equivalência semântica. Entretanto, para Krzeszowski (1981), “a teoria da equivalência ocupa-se apenas com a explicação da identidade semântica das sentenças” (p. 123), ou seja, de estruturas subjacentes, o que faz com que seu trabalho se desvie da tradução. Verifica-se esse distanciamento pela afirmação de que “uma gramática contrastiva não é uma explicação da tradução, mas da equivalência” (p. 127).

Esses desdobramentos da teoria deixam claro que o critério da “equivalência” que inicialmente se fundamentaria na possibilidade da tradução refere-se apenas a uma determinada categoria semântica, estabelecida para justificar o julgamento de falantes bilíngües e distinguir o “desempenho tradutório” da “competência do informante bilíngüe em reconhecer sentenças sintático-semanticamente equivalentes” (p. 127). Isso significa que, na realidade, o que se configurava como um interesse pela tradução, limita-se ao estudo de sentenças que possam, em certas circunstâncias idealizadas, substituir outras em outra língua. O autor não se refere, portanto, à “prática real da tradução” (Krzeszowski, 1981, p. 122).

A delimitação da área de interesse, no caso, leva ao questionamento da possibilidade de inserção de uma “teoria da equivalência” como essa proposta por Krzeszowski (1981) em uma teoria da tradução. Claramente isso só seria possível se a tradução fosse definida como a realização superficial da equivalência postulada, ou seja, se se levasse em conta a estrutura semântica abstrata das sentenças para que um texto se configurasse como tradução. Entretanto, como nota o próprio Krzeszowski, a “tradução real” não implica o construto *a priori*:

Na prática real da tradução as sentenças que são traduções freqüentemente diferem em significado, não necessariamente por erros em tradução, mas devido a inúmeras razões gramaticais, estilísticas e pragmáticas, que resultam em muitos casos de traduções semanticamente não-equivalentes. (Krzeszowski, 1981, p. 122)

Esses casos são dados como “desvios óbvios da equivalência”, que não contrariariam a hipótese de Krzeszowski (1981), “ao contrário, confirmam a realidade

empírica da equivalência manifestada pela consciência do tradutor de que sua tradução não transmite todos os invariáveis do texto original” (p. 122). Essas colocações mostram que, para o lingüista contrastivo engajado na busca de uma “teoria da equivalência” adequada para o tratamento de estruturas contrastivas, a tradução real não passa de um desvio, de um caso marginal.

Entretanto, a tradução sempre é lembrada pelos pesquisadores da área, como base para seus trabalhos de comparação. Waldemar Marton (1968) chega a afirmar que “alguns lingüistas forneceram definições de equivalência”, mas, em sua opinião, as “formuladas por Catford (1965:28) e Krzeszowski (1967:33-9) são as mais precisas porque utilizam a idéia de tradução de uma língua para outra” (p. 53).⁵ A partir das definições dos autores citados, Marton (1968) estabelece que “há relação de equivalência entre uma sentença em uma língua e uma sentença em outra língua se, e somente se, cada uma delas for uma tradução máxima [*optimal*] da outra em um contexto dado” (p. 54).⁶

Por outro lado, não há consenso a respeito de qual seria o melhor critério para definir essa “tradução máxima”. Se, para Krzeszowski (1981), trata-se da relação entre “estruturas de *input*”, para Carl James (1980) nem a estrutura superficial nem a profunda seriam *tertium comparationis* adequados para uma análise contrastiva. Esse autor considera que a referência para a comparabilidade das línguas, o padrão de comparação que permitiria identificar a igualdade e as diferenças entre as línguas, é a equivalência de tradução. Por isso considera necessário que “o contrastivista e o teórico da tradução busquem uma definição *objetiva* de equivalência de tradução” (p. 175). Ao contrário de Krzeszowski (1971 e 1981), James (1980) julga que a identidade

⁵ A definição de Catford (1965) de equivalente de tradução a que Marton (1968) se refere é a seguinte: “um equivalente de tradução é (...) a porção de texto da LM que se modifica quando, e somente quando, se modifica determinada porção do texto da LF” (Catford, 1965/1980, p. 30).

⁶ A palavra “*optimal*” poderia ser traduzida por “melhor”, “mais favorável” ou “mais adequada”; optei, entretanto, por “máxima”, por salientar que aquilo que se pretende é o mais alto grau possível de proximidade entre as sentenças. Toury (1980), como será apresentado no segundo capítulo desta tese, também utiliza o construto de “traduzibilidade máxima”. Esse autor emprega o termo para se referir à total recuperação do texto original feita pelo pesquisador, e opõe essa tradução “máxima” ideal, exemplar, a “mínima” [*minimal*].

de estrutura profunda não garante a equivalência de tradução, pois a “equivalência de significado” pode ser de mais de um tipo, e a estrutura profunda só se relaciona com um deles, o ideacional, e exclui os demais (p. 178). Dessa maneira, conclui que a equivalência de tradução “rigorosamente definida” é a que “equaciona formas em L_1 e em L_2 que sejam semântica e pragmaticamente equivalentes, não importando o quanto sejam diferentes na superfície” (p. 178). James (1980) acaba por atrelar a comparabilidade entre línguas à transmissão de um mesmo “significado ideacional, interpessoal e textual” (p. 178), ou seja, os itens têm que se relacionar quanto à estrutura profunda (significado ideacional), quanto ao ato de fala desempenhado (significado interpessoal) e carregar a mesma informação com coesão e coerência (significado textual).

Em outras palavras, para James (1980) o *tertium comparationis*, ou a “equivalência de tradução”, é a produção de uma “mesma” sentença em uma outra língua. Entretanto, a análise proposta por James leva a concluir que essa exigência não pode se aplicar a uma prática de tradução contextualizada, na medida em que o autor postula uma relação idealizada que abstrai todas as diferenças entre as culturas e as situações que subjazem ao uso das línguas. Além disso, percebe-se que James também não se refere ao trabalho do tradutor, pois sua primeira preocupação é com o aprendiz de línguas. Todas as suas referências não dizem respeito a situações de tradução de uma língua (L_1) para a recepção de falantes de uma outra língua (L_2), mas a situações de usuários de L_1 aprendendo a L_2 . O “equivalente de tradução” a que James se refere não seria, assim, o que o tradutor deveria ou poderia produzir em L_2 , para substituir o emitido em L_1 em uma situação de L_1 , mas o que o falante de L_2 , aprendiz de L_1 , deveria produzir em L_1 , em uma situação de L_1 .

O quadro retratado sobre o conceito de equivalência em lingüística contrastiva mostra, assim, um enfoque completamente dissociado da situação da tradução real. Por um lado, o chamado “equivalente de tradução” remete a uma relação de produção de enunciados em língua estrangeira (cf. James, 1980). Por outro, a uma relação idealizada entre elementos, como um construto que se fundamenta em

um sistema de referência de caráter universal e abstrato, fora e acima das duas línguas envolvidas (cf. Halliday *et al.* 1964/1974; Krzeszowski; 1971, 1981; Marton, 1968). Essa relação é hipotética, criada apenas para embasar a comparação entre sistemas. Entretanto, como aponta Ivir (1981), falar em “equivalência de tradução” nesse nível pode remeter a “uma visão estática tanto da tradução quanto da equivalência; levada ao seu extremo, força à conclusão de que, para cada unidade lingüística (texto ou porção de texto) na língua-fonte, há uma unidade equivalente na língua-alvo e que o papel do tradutor é encontrar essa unidade” (p. 52).

Na tentativa de cobrir todas as variáveis para definir o “equivalente de tradução”, os contrastivistas acabam por manifestar uma concepção estática e a-histórica de tradução e de leitura, se não de linguagem. Talvez seja essa a razão de os trabalhos em lingüística contrastiva evitarem abordar relações textuais efetivamente realizadas, atendo-se quase exclusivamente a questões oracionais, com algumas referências a contextos de uso. A atividade tradutória é idealizada, quando não excluída da teoria, e os produtos dessa atividade acabam por se considerarem desviantes no interior do campo de estudo (cf. Krzeszowski, 1981), justamente por não exibirem as relações postuladas pelos teóricos.

Apesar disso, alguns contrastivistas consideram a tradução uma parte da lingüística contrastiva. Nesse sentido, a seguinte afirmação de Halliday *et al.* (1964/1974) é exemplar: “as teorias e os métodos para a comparação das línguas, inclusive a teoria da tradução, pertencem ao ramo do assunto chamado 'Lingüística Comparada’” (p. 137). Vista por esse prisma, a tradução seria um caso especial de comparação, seu estudo corresponderia a uma área de um dos domínios da lingüística e seu objeto de análise seria o material que exibisse o tipo de relação idealizada previamente determinado pela teoria.

Entretanto, mesmo essa relação *a priori* e idealizada não é simples. Cada autor supostamente define de modo objetivo a equivalência, mas acaba por ter de fragmentar o conceito em uma série de categorias, desde “congruência” até “equivalência de tradução”, passando por “correspondência formal”, “equivalência

semântica”, “equivalência pragmática”, etc. Além disso, o próprio Krzeszowski nota que, nem internamente a um tipo de análise contrastiva, as relações podem permanecer as mesmas:

a noção de equivalência não é a mesma para cada um dos tipos de comparação. A equivalência de sistemas expressa uma relação diferente da equivalência de construções e de orações e diferente da equivalência de regras. Em uma análise contrastiva organizada horizontalmente, cada tipo de equivalência exige sua própria explicação e motivação independentes. (Krzeszowski, 1976, p. 73)⁷

Mesmo idealizada, mesmo tendo passado por um processo de total assepsia, mesmo em um único modelo de referência, a “equivalência de tradução”, ou a “equivalência”, não se refere a um único tipo de relação na área de lingüística contrastiva. Se isso já é problemático em um campo de pesquisa que lida com o sistema lingüístico e busca abstrair do conceito todas as referências a situações reais de tradução, a questão fica mais problemática quando se tenta sistematizar a tradução por meio de um conceito de equivalência, como faz Catford.

⁷ Krzeszowski (1976) diferencia a análise contrastiva horizontal da vertical. A primeira consistiria no isolamento de um sistema ou construção ou regra em uma língua e a busca, em outra língua, de um sistema, construção ou regra correspondente àquele da primeira língua. A análise vertical partiria do pressuposto de que há construções equivalentes entre línguas, que passam por transformações sucessivas até chegar às estruturas superficiais.

2. A proposta de uma teoria lingüística da tradução: John C. Catford

Em *Uma teoria lingüística da tradução*, John C. Catford (1965/1980) busca analisar e descrever os processos da tradução no quadro de uma teoria lingüística geral, propondo proceder à “análise do que a tradução é”, em lugar de tratar de problemas específicos de tradução (p. xv). Isso envolveria discorrer “sobre a natureza da equivalência de tradução, a diferença entre equivalência de tradução e correspondência formal, os níveis de língua a que se podem executar traduções” (p. xvi). Para o autor, “a teoria da tradução diz respeito a certo tipo de relação entre línguas”, mas, enquanto as relações entre línguas podem ser bidirecionais, ainda que nem sempre simétricas, “a tradução, como um processo, é sempre unidirecional”, sempre realizada de uma língua-fonte para uma língua-alvo (p. 22).⁸

A seguir vou analisar a maneira pela qual Catford define a equivalência textual, ou a equivalência de tradução, na tentativa de formular regras de tradução baseadas em tratamento estatístico de dados; vou examinar também como o autor insere a correspondência formal em sua teoria, seu modo de abordar a questão do significado e, por fim, qual é o lugar em que situa uma teoria da tradução. O objetivo dessa análise é argumentar que a proposta de Catford, incluindo o conceito de equivalente de tradução, relaciona-se muito mais ao estudo de semelhanças e diferenças entre línguas do que ao estudo da tradução, pois a maior parte do seu trabalho se refere a questões sobre os sistemas lingüísticos. Além disso, em parte substancial de seu livro, só remete a orações descontextualizadas, o que leva a uma

⁸ Uso, nesta tese, a tradução publicada no Brasil, feita pelo Centro de Especialização de Tradutores de Inglês da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, ou seja, feita por vários alunos da Universidade. Nessa edição, a palavra “*target*” foi traduzida por “meta”. Entretanto, optei por traduzir “*target*”, nos demais textos que uso nesta tese, por “alvo”, pois esta palavra remete mais a “um ponto de convergência” do que a “algo que deve ser alcançado” ou “marco, limite”, como a palavra “meta”. Além disso, noto que, em Jean Dubois *et al.* (1986), só há a entrada “alvo” para designar a língua em que se faz uma tradução. Assim, nas citações de *Uma teoria lingüística da tradução*, mantenho a tradução publicada, mas em meu texto, ao me referir aos modelos teóricos em que a palavra “*target*” é usada, e em minhas traduções, emprego a palavra “alvo”.

concepção idealizada de tradução, como se fosse uma atividade de aplicação prática de princípios subjacentes, não como uma atividade dependente de contexto.

2.1. A equivalência textual e a formulação de regras de tradução

Ao fornecer sua definição de tradução, Catford (1965/1980) afirma que ela é “intencionalmente ampla”, mas não vaga: “*a substituição de material textual numa língua (LF [língua-fonte]) por material textual equivalente noutra língua (LM [língua-meta])*” (p. 22). Pensa que dois de seus itens exigem comentário: “material textual” e “equivalente”. O primeiro é usado em lugar de “texto”, porque “não é a totalidade do texto” que se traduz, ou seja, nem todos os seus níveis seriam substituídos por equivalentes. O segundo, “equivalente”, é considerado, “sem dúvida, uma palavra-chave”, pois “o problema central em prática de tradução consiste em encontrar equivalentes de tradução da LM. Uma tarefa central em teoria de tradução consiste em definir a natureza e as condições de equivalência de tradução” (p. 23). Mas, apesar de fazer esses comentários e de dedicar o terceiro capítulo do livro totalmente à “equivalência de tradução” (p. 29), seu primeiro movimento não é definir a equivalência; é fazer uma distinção básica, entre “equivalência de tradução como fenômeno empírico, descoberto pela comparação de textos da LF e da LM” e “as condições subjacentes, ou a justificativa, da equivalência de tradução” (p. 29). Seu segundo movimento é distinguir a “equivalência textual” da “correspondência formal”:

Um equivalente textual [*textual equivalent*] é qualquer texto ou porção de texto da LM que, pelos métodos abaixo descritos, se observe ser numa ocasião específica o equivalente [*equivalent*] de determinado texto ou porção de texto da LF. Por outro lado, um correspondente formal é qualquer categoria da LM (unidade, classe, estrutura, elemento, elemento de estrutura, etc.) que se possa dizer que ocupa, tanto quanto possível, na “economia” da LM o “mesmo” lugar que determinada categoria da LF ocupa na LF (29). Como cada língua é *sui generis* –

definindo-se as duas categorias segundo as relações que se mantêm dentro da própria língua –, é claro que a correspondência formal é quase sempre aproximada. (Catford, 1965/1980, p. 29)

Os passos dados mostram que Catford não parece julgar necessário definir a “equivalência”: sua preocupação é especificar um de seus tipos em particular, a “equivalência textual” ou “equivalência de tradução” em relação à correspondência formal. A palavra “equivalente” parece não precisar de maiores explicações, já que não é conceitualizada nem parafraseada: é simplesmente repetida no trecho acima (“um equivalente textual é [...] o equivalente de determinado texto”). Por outro lado, sua definição de equivalente textual como “qualquer forma da LM [...] *que se observe* ser o equivalente de determinada forma da LF” (p. 29, grifos meus) pode remeter a duas leituras. A definição poderia abarcar qualquer tipo de estudo empírico, com a aceitação de traduções realizadas do tipo que uma teoria da equivalência como a de Krzeszowski (1981) não aceitaria como equivalentes, pois o trecho acima grifado (*que se observe*) indica que o autor se refere a qualquer elemento que venha a ser encontrado em um texto como tradução de um outro elemento do texto de partida. Entretanto, os dois procedimentos que sugere para “a descoberta de equivalentes textuais” não levam a essa extensão do conceito, pois estão fortemente vinculados aos procedimentos de descoberta de equivalentes da lingüística contrastiva e à mesma concepção abstrata de tradução que os contrastivistas adotam. Assim, a definição acaba por delimitar, de acordo com certos parâmetros, o que se pode classificar como um equivalente de tradução.

O primeiro dos procedimentos indicados para essa classificação é o recurso ao conhecimento de um informante ou um tradutor bilíngüe competente. O exemplo dado é uma oração descontextualizada, “*my son is six*” (“o meu filho tem seis anos”), para a qual o equivalente textual dado é “*mon fils a six ans*”. Catford (1965/1980) sugere que o processo seja repetido para cada porção de texto, como, por exemplo, para “*mon fils*” (p. 29-30). Nesse exemplo, a equivalência é considerada de “tipo simples de ordem igual e unidade a unidade” (p. 30), o que nem sempre ocorreria

entre línguas. Nos casos em que não há correspondência, o segundo procedimento seria indicado: a comutação, ou seja, o método “formal”. O processo envolve introduzir, sistematicamente, mudanças no texto e verificar o que ocorre no texto da segunda língua. O equivalente textual de tradução seria a porção de texto “que se modifica quando, e somente quando, se modifica determinada porção do texto da língua-fonte” (p. 30). Nota-se que há, no trecho citado, uma especificação quanto ao estabelecimento da equivalência: além de ser um elemento observado, é um item que sofre modificação quando o texto de partida é alterado.

Para Catford (1965/1980), como alguns itens são recorrentes em textos e como “para cada ocorrência, haverá um equivalente textual específico na LM” (p. 32), a observação das traduções desses itens poderia levar a uma “relação *geral* de equivalências textuais para cada item da LF” (p. 32). O autor propõe, assim, um levantamento quantitativo de itens recorrentes, que poderia ser tratado em termos de porcentagem ou de probabilidade. Fornece um exemplo, o da tradução da preposição francesa “*dans*” para o inglês, em que analisa a probabilidade incondicionada (geral) e a condicionada (influenciada pelo contexto ou pelo co-texto).⁹ Para o autor, se a análise estatística for feita com uma amostra “suficientemente grande”, as probabilidades poderiam ser generalizadas, e “regras de tradução” poderiam ser formuladas. Catford (1965/1980) afirma que essas regras poderiam ser aplicadas a uma variante de língua, a outros textos, ou mesmo “à língua como um todo” (p. 33). Em suas palavras:

Uma *regra de tradução* é, assim, uma extrapolação dos valores de probabilidades de equivalências textuais de tradução. Essa regra é uma afirmação da equivalência de probabilidade incondicionada mais alta, suplementada por equivalências de probabilidade condicionada mais

⁹ Catford diferencia o “contexto” de situação, “os elementos da situação extratextual que estão relacionados com o texto como sendo linguisticamente relevantes”, do co-texto, os itens que seguem ou precedem um determinado elemento na sentença (p. 33). No caso dado como exemplo, a probabilidade incondicionada de que “*dans*” seja traduzida por “*into*” é apenas 0,19, mas a probabilidade condicionada é mais alta quando a preposição é precedida por certos verbos de movimento e próxima a 1, ou seja, à certeza, quando um substantivo referente a lugar segue a preposição.

alta, com uma indicação dos fatores condicionantes. Para tradutores humanos, as regras podem lançar mão do significado *contextual* (por exemplo, “*dans*: traduzir por *in* a não ser que um verbo de movimento a preceda e um nome de lugar a siga”, ou algo semelhante). Se a finalidade é tradução mecânica, as regras de tradução podem ser instruções operacionais para *pesquisa co-textual* de itens marcados no glossário da máquina por diacríticos particulares, com instruções para imprimir o equivalente condicionado particular em cada caso. Essas instruções operacionais que, se seguidas, podem ser garantidas com alto grau de probabilidade a fim de produzir um resultado “correto”, se conhecem como *algoritmos*. As instruções para tradutores humanos, mais vagas e baseadas mais contextualmente, são “regras de tradução”; as instruções para TM [tradução mecânica], mais rígidas e baseadas mais co-textualmente são, estritamente falando, “algoritmos de tradução”. Em geral, para serem eficientes, os algoritmos de tradução devem basear-se em equivalências com probabilidades próximas de 1. (Catford, 1965/1980, p. 33-4)

O estudo da tradução para Catford implica, assim, encontrar probabilidades de equivalência, com fins prescritivos. O objetivo do estudo linguístico não seria buscar na lingüística um quadro que pudesse auxiliar a tradução, mas recorrer à teoria linguística para formular as bases para uma sistematização quantitativa da tradução, com a determinação de “regras de tradução”, ou de “algoritmos de tradução”, assim como para explicar problemas de tradução.

Entretanto, pode-se verificar, com alguns poucos exemplos, que seria impossível encontrar, na prática da tradução, “equivalências com probabilidades próximas a 1”, seja em relação à sintaxe, ao léxico ou à semântica. Mesmo nos casos de orações isoladas, com propostas de tradução idealizadas, referentes a um possível contexto ideal, pode-se verificar que a gama de “equivalentes” é enorme. Para um de seus exemplos, “*It's raining cats and dogs*”, as traduções “livres” publicadas são “*il pleut à verse*” e “chove a cântaros” (p. 28). Se me restringir ao português, verifico que diversas outras opções seriam possíveis, tais como “chove torrencialmente”, “chove copiosamente”, “chove forte”, “chove canivetes”, “chove demais”. Por outro lado, o

próprio “chove” pode ser substituído por uma locução verbal com gerúndio, “está chovendo”, seguida por algum dos advérbios acima. E toda a expressão poderia ser traduzida por “está caindo um toró”, “cai uma chuvada torrencial”, “está caindo uma chuvarada”, ou outras opções. Dependendo do informante, pode até haver o julgamento de que “chove a cântaros” não é boa tradução, caso desconheça a expressão.

A prova de comutação também passa pelo mesmo tipo de problema. Ao se modificarem partes da sentença do exemplo acima, a tradução pode permanecer invariável:

<i>It's raining cats and dogs</i>	Chove a cântaros/Está chovendo torrencialmente
<i>It rains cats and dogs</i>	Chove a cântaros/Está chovendo torrencialmente

Isso significa que, no caso, seria impossível diferenciar “*it's raining*” de “*it rains*”, ou seja, distinguir o “equivalente de tradução” de um tempo verbal contínuo de um de presente simples. Por outro lado, se isolássemos o adjunto adverbial, não teríamos, necessariamente, nenhuma modificação na tradução:

<i>It's raining cats and dogs</i>	Chove a cântaros/Está chovendo torrencialmente
<i>It's raining buckets</i>	Chove a cântaros/Está chovendo torrencialmente

Ocorre que tanto a prova de comutação como o recurso a um tradutor acabam sendo procedimentos pouco condizentes com a suposta objetividade da proposta de Catford. Ambos são dependentes de sujeitos, que, de acordo com a situação imaginada, optarão por uma das “traduções” possíveis sem, necessariamente, se reportarem à relação verbal idealizada, abstrata, caracterizada pela abordagem contrastiva que remeteria ao seguinte quadro de correspondências:

<i>It's raining cats and dogs</i>	Está chovendo a cântaros/torrencialmente
<i>It rains cats and dogs</i>	Chove a cântaros/torrencialmente

Os próprios procedimentos sugeridos não se aplicam com facilidade em traduções efetivamente realizadas. Se, em vez de uma prova de comutação idealizada, como a exemplificada acima, forem empregados trechos de várias traduções publicadas, os resultados serão ainda mais complexos. Com o objetivo de exemplificar a dificuldade de se aplicar a prova de comutação, decidi pegar alguns trechos de traduções publicadas e compará-los. Escolhi, no original em inglês de Robert L. Stevenson, *The strange case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde*, construções similares à do exemplo dado por Catford (1965/1980), ou seja, com verbo em tempo contínuo em inglês, e as comparei com três traduções publicadas:

1. I see you're going in (p. 12, grifos meus)
 - 1a. Vi que *ia entrar* (Saraiva, p. 18, grifos meus)
 - 1b. Vejo que o senhor *está entrando* (Ática, p. 29, grifos meus)
 - 1c. Vejo que *vai entrar* (Clube do Livro, p. 25, grifos meus)

2. And indeed the doom that *is closing* on us both has already changed and crushed him (p. 62, grifos meus)
 - 2a. Realmente, o fado que se *está fechando* sobre ambos nós, já o mudou e esmagou (Saraiva, p. 96, grifos meus)
 - 2b. De fato, a fatalidade que *se abate* sobre nós dois já o alterou e prejudicou (Ática, p. 96, grifos meus)
 - 2c. Na verdade, a ameaça que *pesa* sobre nós dois já o fez mudar e esmagou algumas de suas inclinações (Clube do Livro, p. 131, grifos meus)

3. That is the same drug that I *was always bringing* him (p. 40, grifos meus)
 - 3a. Essa é a mesma droga que eu lhe *estava sempre trazendo* (Saraiva, p. 60, grifos meus)
 - 3b. Essa é a substância que eu *estava sempre trazendo* para ele (Ática, p. 67, grifos meus)
 - 3c. Esta é a droga que eu sempre lhe *trazia* (Clube do Livro, p. 87, grifos meus)

Só vou comentar a escolha do tempo verbal em português, não a diversidade na seleção lexical, apesar de ser impossível deixar de notá-la. Como cada um dos exemplos acima pode ser considerado como produto do julgamento de um informante

bilíngüe competente, temos três “informantes”, que traduzem o presente contínuo do inglês tanto por formas verbais simples, quanto por locuções verbais construídas com gerúndio ou com infinitivo, com verbos no tempo presente ou no imperfeito. O passado contínuo tanto foi traduzido por uma forma simples, quanto por locuções, em construções com o verbo no gerúndio. Os resultados podem ser resumidos da seguinte maneira:

texto de partida	Saraiva	Ática	Clube do Livro
are going	ia entrar	está entrando	vai entrar
is closing	está fechando	abate	pesa
was bringing	estava trazendo	estava trazendo	trazia

Tendo em vista que o “contexto” situacional e o “co-texto” lingüístico seriam, teoricamente, “invariantes”, ou seja, nos três casos os tradutores partiram do mesmo texto em inglês, a diversidade de traduções, ou seja, de informações, teria de ser tratada de alguma maneira pela teoria. Catford, entretanto, não inclui essa possibilidade em sua proposta, parecendo ignorar que isso possa acontecer, na medida em que o recurso ao informante se dá como método para a determinação da equivalência. A prova de comutação, ou seja, a substituição de um item no texto em inglês para verificar se o trecho se modificaria, não traria, necessariamente, nenhuma alteração na escolha do tempo verbal. Isso significa que a almejada “relação geral de equivalência de tradução” (p. 32), proveniente da análise quantitativa de ocorrências, é uma meta inexequível, pois a variedade de possibilidades de traduções reais impede que se possa fazer uma sistematização do gênero.¹⁰ Isso leva a pensar se realmente Catford (1965/1980) julga necessário reportar-se a dados “reais”, ou seja, retirados efetivamente de traduções, ou se pretende apenas se referir a construções

¹⁰ Em minha dissertação de mestrado analisei três traduções do conto “*Araby*”, de James Joyce, e verifiquei que, no universo de 750 orações, 250 de cada tradução, não havia duas iguais. Isso mostra que o leque de opções de um tradutor é tão grande que, se forem utilizadas como parâmetro duas traduções, os dados não poderão ser controlados da maneira que a análise quantitativa fornecida por Catford (1965/1980) sugere.

descontextualizadas, com traduções idealizadas. Uma nota de rodapé na página 30 induz sutilmente a essa conclusão:

Deveria notar-se que este [*mon fils a six ans*], e quase todos os outros exemplos neste ensaio, são textos descontextualizados: em consequência os equivalentes dados são apenas prováveis (neste caso altamente prováveis). *Alguns deles* poderiam ser diferentes em contextos especiais. (Catford, 1965/1980, p. 30, grifos meus)

O fato de Catford achar que apenas “alguns” de seus exemplos poderiam receber tratamento diferente, dependendo do contexto, implica considerar que a atividade de “substituição de material” textual é quase mecânica, que se trata apenas da aplicação prática de princípios subjacentes. No entanto, os poucos exemplos fornecidos acima mostram que a tradução nada tem de mecânico, ou seja, que os tradutores não aplicam regras predeterminadas para a seleção dos itens que vão compor seus textos, o que torna duvidosa a possibilidade de construção de regras de tradução ou de equivalência a partir dos resultados de uma pesquisa do gênero, especialmente se os dados forem de duas ou mais traduções de um mesmo texto.

2.2. Tipos de tradução, equivalência textual e correspondência formal

Catford (1965/1980) distingue algumas categorias de tradução, quanto a volume (plena ou parcial), quanto a níveis (traduções dos níveis gramaticais e lexicais ou de apenas um nível) e quanto a ordem. Esta última merece análise, porque a explicação do autor sugere a possibilidade de se falar em equivalência mesmo ao se referir a termos e frases que nunca poderão ser usados em uma situação análoga de uso real da língua e a outros que dificilmente seriam reconhecidas como equivalentes por um informante bilingüe.

A “ordem na tradução” é considerada a “hierarquia gramatical (ou fonológica) na qual se estabelece a equivalência na tradução”: oração a oração,

sintagma a sintagma, palavra a palavra (p. 26). Em uma tradução normal, ou “não limitada” a uma determinada ordem, os equivalentes se estabeleceriam sem que uma ordem ou hierarquia fosse preestabelecida e esta poderia mudar de um ponto a outro do texto. Entretanto, Catford (1965/1980) considera possível fazer uma tradução “em que a escolha de equivalentes é deliberadamente confinada a *uma ordem* (ou poucas ordens, baixas na escala de ordens) na hierarquia de unidades gramaticais”, ou seja, fazer uma tradução “limitada à ordem” (p. 27). Nesses casos, as equivalências seriam estabelecidas palavra a palavra ou morfema a morfema, não havendo equivalência entre as unidade de ordem mais alta, como o sintagma, a oração ou a frase.¹¹ Catford (1965/1980) correlaciona a distinção feita entre as traduções limitadas à ordem e as não limitadas à ordem com as “expressões populares tradução *livre*, *literal* e *palavra por palavra*” (p. 27):

Uma tradução *livre* é sempre *não limitada*: as equivalências sobem e descem na escala de ordens, mas em geral estão nas ordens mais altas, às vezes entre unidades maiores que a frase. A tradução *palavra por palavra* significa geralmente o que diz: é essencialmente *limitada à ordem*, à ordem da palavra (mas pode incluir algumas equivalências de morfema a morfema). A tradução *literal* situa-se entre esses dois extremos; pode como que partir de uma tradução palavra por palavra, mas faz mudanças de acordo com a gramática da LM (inserindo, por exemplo, palavras adicionais, mudando estruturas em qualquer ordem, etc.); isso pode torná-la uma tradução de grupo a grupo [sintagma] ou de oração a oração. Um ponto notável, entretanto, consiste em que a tradução literal, como a de palavra por palavra, em geral permanece *lexicalmente* palavra por palavra, isto é, usa o equivalente lexical de probabilidade (incondicionada) mais alta para cada item lexical. (Catford, 1965/1980, p. 27-8)

No trecho acima percebe-se que o autor já antecipa a existência de estudos quantitativos, ao supor que, na tradução palavra por palavra, os equivalentes

¹¹ A tradução limitada à ordem é considerada “útil para certos fins”, mas Catford só comenta seu uso para mostrar as diferenças entre as estruturas de duas línguas (p. 27).

de probabilidade mais alta sejam os utilizados. Por outro lado, nota-se que usa o termo “equivalência” para se referir à relação morfema a morfema, que provavelmente não seria considerada como equivalência textual por um informante bilíngüe, pois a relação é muito específica e dificilmente discernível por alguém que não se dedique ao estudo de língua. Há, ainda, um terceiro emprego do termo “equivalência”, usado por Catford ao fazer uma restrição ao uso da tradução limitada à ordem:

Freqüentemente, porém, tradução limitada à ordem é “má” tradução, na medida em que se complica, usando *equivalentes da LM não adequados* à sua localização no texto da LM, e que não se justificam pela comutabilidade dos textos da LF e da LM em uma e mesma situação. (Catford, 1965/1980, p. 27, grifos meus)

Ora, se um “equivalente” não é adequado à sua posição no texto, dificilmente pode considerar-se um equivalente de tradução, de acordo com os parâmetros fornecidos para sua definição. No entanto, Catford (1965/1980) emprega o termo para se referir a uma inadequação, ou seja, a um não-equivalente textual conforme definido em seu modelo, o que só se pode justificar se estiver remetendo ao conceito de “equivalência de tradução” abstrato, empregado pela lingüística contrastiva. Efetivamente, há a extensão do conceito para supostas relações formais entre as línguas envolvidas, como se percebe quando explica o que seria a “correspondência formal”:

Um correspondente formal é qualquer categoria da LM que se possa dizer que, tão aproximadamente quanto possível, ocupa na economia da LM o “mesmo” lugar que a categoria considerada da LF ocupa na LF. [...] Entretanto, é possível que a correspondência formal só se possa estabelecer, em última análise, com base na equivalência textual em algum ponto. Assim, podemos afirmar que um item ou uma classe de uma língua é o *equivalente formal* [*formal equivalent*] de um item ou uma classe de outra, porque a categoria em questão opera de maneira aproximadamente igual na estrutura de unidades de ordem mais alta em ambas as línguas. (Catford, 1965/1980, p. 35, grifos meus)

Novamente, Catford usa o termo “equivalente” para se referir a uma categoria sintática, ou seja, como “correspondente formal”. Percebe-se também que, como os modelos de lingüística contrastiva analisados, o trabalho de Catford (1965/1980) pretende fundamentar a similaridade estrutural entre as línguas na “equivalência de tradução”. Reconhece, entretanto, que a correspondência formal é de “natureza aproximada”, na medida em que coloca o termo “mesmo” entre aspas e que afirma haver “dificuldade teórica de sua justificativa” (p. 36). Nem por isso, entretanto, a correspondência formal deixa de conceber-se como “uma base essencial para a discussão de problemas importantes para a teoria da tradução e necessários à sua aplicação” (p. 36). Nesse ponto, a única justificativa para achar “interessante” trabalhar com o conceito é que “o grau de divergência entre a equivalência textual e a correspondência formal pode ser usado talvez como medida de diferença tipológica entre línguas” (p. 36). Julga, portanto, que, se duas línguas apresentarem alto grau de “convergência” entre as categorias formais e os elementos equivalentes, ou seja, se, por exemplo, a preposição da língua x corresponder à da língua y em termos de ocorrências registradas, isso “pode ser tomado como sintoma de similaridade tipológica” (p. 36).

Essas questões referentes à correspondência formal mostram que Catford (1965/1980) parte do pressuposto de que é possível falar em tradução de palavras isoladas de contexto, e que unidades gramaticais poderiam ser “equivalentes” entre diferentes línguas. Comenta, por exemplo, a questão da tradução das preposições francesas, concluindo que, para o texto analisado, “a probabilidade de equivalência incondicionada da equivalência preposição francesa = preposição inglesa é de 0,75” (p. 36).

Esse ponto fica mais evidente quando Catford trata da tradução gramatical e da lexical. Explica a tradução gramatical como a “tradução restrita em que a gramática da LF se substitui num texto pela gramática *equivalente* da LM, mas sem substituição do léxico. A base para *equivalência* é, aqui como na tradução total, a relação com a mesma substância de situação” (p. 79, grifos meus). O exemplo dado,

entretanto, dificilmente seria reconhecido por um informante bilingüe como exibindo algum tipo de equivalência: “*Voici le man que j’ai see-é*”, que seria a tradução gramatical de “*This is the man I saw*” para o francês; no caso, os itens lexicais “*man*” e “*see*” permanecem inalterados, mas os itens gramaticais seriam substituídos pelos equivalentes na outra língua (p. 79). A tradutora do capítulo coloca que, em português, a tradução seria “algo como: Este é o *man* que eu *see-i*” (p. 79). A tradução lexical, por sua vez, seria “a tradução restrita em que o léxico da LF se substitui num texto pelo léxico equivalente da LM, mas sem a substituição da gramática” (p. 80). No caso do exemplo dado acima, a tradução para o francês seria “*This is the homme I voi-ed*” e, para o português, “algo como: “*This is the homem I ve-ed*” (p. 80). Da mesma maneira que a tradução gramatical, dificilmente um bilingüe reconheceria qualquer equivalência entre as orações. Entretanto, Catford não se limita a dar o nome de tradução a esse tipo de relação; ele estabelece a equivalência entre as pseudo-orações, ou seja, entre formas que não são reconhecidas como português, nem como inglês, nem como francês. Além disso, os exemplos refletem uma maneira de ver a gramática, pois se se classificar “*man*” como núcleo do sintagma nominal e “*see*”, como do verbal, teremos funções gramaticais para esses itens, não lexicais.

Apesar de instituir uma relação entre equivalência e categorias gramaticais, no capítulo “Mudanças na tradução”, Catford (1965/1980) afirma que “equivalência de tradução e correspondência formal não coincidem inteiramente” (p. 92). No entanto, considera que tanto o conceito de “mudança de categoria” quanto o de “correspondência formal” são indispensáveis na discussão sobre tradução (p. 86). Essa necessidade não se justifica plenamente, na medida em que um conceito remete ao outro, sem que se explique efetivamente sua posição na teoria:

O conceito de “mudança [*shift*] de categoria” é necessário na discussão de tradução; mas evidentemente não há nenhum sentido em falar sobre mudança de categoria a menos que se presuma certo grau de correspondência formal entre LF e LM; aliás, esta é a principal justificativa para o reconhecimento da correspondência formal em

nossa teoria [...]. Mudanças de categoria são *perdas* [*departures*] de *correspondência formal* em tradução. (Catford, 1965/1980, p. 86)¹²

As seis páginas que seguem esse trecho não explicam qual seria a importância de incluir na discussão as “perdas da correspondência formal” no processo. Catford (1965/1980) trabalha, no capítulo, com “mudanças de nível” e “mudanças de categoria”. Define as primeiras como casos em que um item de determinado nível tem seu equivalente de tradução na língua da tradução em nível diferente (gramática ou léxico). Fornece como exemplo a tradução do aspecto verbal do russo para o inglês, em que a tradução tem de ser feita por um item lexical. No caso, haveria “mudança de nível” porque o item gramatical do russo tem como equivalente de tradução em inglês um item lexical. Define as mudanças de categoria como os casos em que o sintagma [*group*] tem como equivalente de tradução uma oração, uma frase, etc., ou casos em que “o equivalente de tradução de um item da LF é membro de uma classe diferente do item original” (p. 88), ou quando há “alterações de ordem”.

Algumas dessas categorias parecem relacionar-se com os casos de “tradução oblíqua” da proposta de sistematização de modalidades tradutórias sugeridas por Jean-Paul Vinay e Jean Darbelnet (1958, *apud* Francis Aubert, 1984). Confirmando essa hipótese, há no capítulo exemplos dados por esses autores. Mas, apesar de Catford (1965/1980) fazer “um breve estudo sistemático” das alterações (p. 82), fornece algo mais parecido com uma lista de ocorrências possíveis, devidas a diferenças estruturais entre as línguas, do que uma análise da posição que os deslocamentos sintáticos poderiam vir a ocupar em uma teoria da tradução. Entretanto,

¹² A tradutora deste capítulo optou por traduzir “*change*” por “alteração” e “*shift*” por “mudança”; em outros textos usados nesta tese, traduzi a palavra “*shift*” por “deslocamento” e “*change*” por “mudança”, porque esse termo é usado em contextos que remetem a alterações gerais e abrangentes, enquanto “deslocamento” é termo empregado especificamente para designar modificação de categorias e de ordem de constituintes (cf. Dubois *et al.*, 1986). Apesar de não considerar adequada a escolha da tradutora de Catford, nas citações de seu livro mantenho a palavra por ela usada. Noto também um problema em relação à escolha de “perda” para traduzir “*departure*”, porque a palavra, em português, está intimamente associada à noção de que a tradução é inferior ao original, que lhe falta alguma coisa, que é uma versão corrompida, de que vale menos porque há ausência de algum elemento. A discussão de Catford no capítulo, entretanto, não me leva a essa interpretação.

apenas o fato de haver a preocupação em listar, definir e exemplificar as ocorrências em 11 páginas de um livro de 121 mostra que vê, em sua proposta, íntima relação entre a tradução e a estrutura das línguas envolvidas no processo. Além disso, como apontei acima e no item 2.1. deste capítulo, transparece na proposta a concepção idealizada de tradução como uma proximidade formal.

Por outro lado, há um momento em que Catford parece não acreditar nessas relações. Um dos itens que comenta é a “mudança intra-sistema”, assim definida:

Usamos a expressão *mudança intra-sistema* para os casos em que a mudança ocorra *internamente*, dentro de um sistema; isto é, para os casos em que LF e LM possuam sistemas que de maneira aproximada correspondam formalmente quanto à sua constituição envolvendo, porém, a tradução a escolha de um termo não correspondente no sistema da LM. (Catford, 1965/1980, p. 90)

Entre os exemplos, comenta o da tradução de artigos em francês para o inglês. Após fornecer um quadro em que estabelece “uma correspondência formal entre os termos dos sistemas” (p.91), Catford (1965/1980) ressalva que, em tradução, “algumas vezes acontece que o equivalente de um artigo não é o termo formalmente correspondente no sistema” (p. 91). Constrói, então, um segundo quadro (p. 92), com registros de ocorrências reais de traduções dos artigos, mostrando as porcentagens de tradução por um ou por outro termo. Nesse quadro, a maior divergência em relação ao quadro inicial de correspondências é o caso do artigo partitivo francês “*du*”, cujo equivalente mais freqüente é “*zero*” e não “*some*”, como as análises formais expostas no primeiro quadro mostravam (p. 92). De acordo com Catford (1965/1980), “isso lança dúvida sobre a conveniência de estabelecer qualquer correspondência formal entre os termos particulares dos sistemas inglês e francês do artigo” (p. 92).

Ao colocar essa dúvida, Catford (1965/1980) está questionando a validade da comparação sistemática entre línguas para se obterem dados de equivalência de tradução e, conseqüentemente, para qualquer generalização que poderia vir a gerar

“regras”. Em última instância, está colocando em xeque o próprio princípio da lingüística contrastiva, ou seja, o da possibilidade de comparação entre os sistemas, ainda que seja apenas em relação a um item específico da comparação entre as línguas.

Mas não é apenas nesse capítulo que Catford (1965/1980) faz quadros de correspondências: apresenta um diagrama dos sistemas aspectuais do russo e do inglês (p. 83) e um quadro de correspondências do sistema de pronomes do indonésio em relação ao do inglês (p. 49). No primeiro caso, insere o quadro, com um exemplo, no capítulo “Mudanças na tradução”, usando-o para explicar um caso em que uma questão gramatical do russo, o aspecto, teria de ser traduzida por um item lexical em inglês. Não há estatísticas, como no caso dos artigos, sobre as relações que efetivamente se estabeleceriam entre as línguas. No segundo caso, o dos pronomes, afirma, ao contrário do caso dos artigos, que “esses diagramas dão uma indicação aproximada, como dissemos, da equivalência de tradução” (p. 50). Novamente, não há estatísticas.

Esses três casos, entretanto, servem de argumento para mostrar que a correspondência formal entre as línguas pode ser de interesse relativo para a tradução, na medida em que só é aceita por Catford (1965/1980) como possibilidade ou probabilidade de equivalência de tradução em momentos em que não há dados extraídos de textos efetivamente traduzidos. Quando isso ocorreu, no caso dos artigos, a validade da correspondência foi posta em dúvida. Esta dúvida tem como consequência a incerteza a respeito da real importância que a correspondência formal ou as mudanças de tradução podem ter para uma teoria geral e abrangente da tradução.

2.3. O significado e os traços de situação

Apesar de Catford (1965/1980) destacar a importância da correspondência formal e das mudanças formais, como exposto acima, ele relativiza a questão em, pelo menos, um momento. Mas esta relativização não é a tônica do livro, como indica a leitura dos trechos em que trata do significado e dos traços de situação.

No capítulo “Significado e tradução total”, Catford afirma que, na “tradução total”, não é a forma, mas o significado que é importante, tanto que declara ser “necessário [...] que a teoria da tradução se formule sobre uma teoria do significado” (p. 38). Encaminha a discussão para explicar por que não concorda com os que consideram que o texto de partida e a tradução teriam o mesmo significado, ou seja, que ocorreria transferência de significado na tradução. De acordo com seu ponto de vista, não há transferência porque o significado é “uma propriedade da língua”, é “a rede total de relações de que faz parte qualquer forma lingüística: texto, item num texto, estrutura, elemento de estrutura, classe, termo num sistema, ou o que quer que seja” (p. 38-9). Em uma primeira instância, portanto, o significado é relacionado à forma, ou às relações estabelecidas “entre *um* item formal [gramatical ou lexical] e outros na mesma língua”, que constituem o “significado formal” (p. 39). Em uma segunda instância, o significado é vinculado ao contexto, ou seja, às ligações que se instituem entre os itens gramaticais e lexicais e os elementos de situação contextualmente relevantes. Para determinar qual seria o elemento relevante em um contexto, Catford (1965/1980) indica o mesmo procedimento de descoberta de equivalentes de tradução, a comutação:

Mude-se um elemento na situação e observe-se qual a mudança textual que ocorre; mude-se um item num texto e observe[m]-se quais as mudanças de situação que ocorrem. A *faixa* de elementos de situação que assim se verifica serem relevantes para determinada forma lingüística constitui o *significado contextual* dessa forma. (Catford, 1965/1980, p. 39)

Os “elementos de situação” substituídos na prova de comutação não constituem, entretanto, “o conjunto das condições psicológicas, sociais e históricas (ou fatores extralingüísticos) que determinam a emissão de um (ou de mais) enunciados num momento dado, no tempo e espaço dados” (Dubois *et al.*, 1986, p. 561, verbete “situação”); nem são “os dados comuns ao emissor e ao receptor na situação cultural e psicológica, as experiências e conhecimentos de cada um dos dois” (Dubois *et al.*, 1986, p. 149, verbete “contexto”). Para Catford (1965/1980), os traços de situação relacionam-se com o sistema lingüístico, pois “a substância de situação tem certa organização que lhe é imposta pela forma gramatical/lexical” (p. 5). Em outras palavras, de acordo com Catford (1965/1980), os traços de situação são as informações exigidas pela língua para a determinação da escolha de uma forma lingüística em vez de outra. Não são os dados referentes à época, à formalidade, à rotina conversacional; são apenas os imediatamente relacionados à escolha de uma dada forma gramatical ou lexical. O exemplo dado é o de uma garota que enuncia “*I’ve arrived*”, (cheguei). No caso, os “traços de situação lingüisticamente relevantes”, em inglês, são: o participante, que determina a escolha de “*I*” (eu); a “chegada”, que motiva a escolha do verbo “*arrive*” (chegar); a anterioridade; a ligação com a situação presente, que leva à seleção do tempo verbal (presente perfeito). Catford (1965/1980) opõe estes aos traços de situação lingüisticamente relevantes para a tradução da frase em russo (*ja prišla*): o participante; o sexo do participante (porque em russo há duas formas verbais para a primeira pessoa, uma para o sujeito masculino e outra para o sujeito feminino); a “chegada”; o fato de o participante ter vindo a pé (porque em russo há um verbo especial para designar o fato de alguém “chegar a pé”); a anterioridade; o aspecto (acabado ou não acabado). No exemplo, apenas três traços seriam compartilhados, o que indica que as sentenças não têm o mesmo significado; mas há, de acordo com Catford, equivalência de tradução entre as frases.

Com esse argumento, Catford (1965/1980) descarta a possibilidade de transferência de significado, assim como a noção corrente de que traduzir é transcodificar: se a relação entre os significados de duas línguas não é um a um, se não

há significados preexistentes que possam ser representados ora em um código, ora em outro, não há transcodificação. Nesse sentido, traça uma analogia entre significados contextuais e formais: ainda que “raramente possam ser os mesmos” (p. 39), elementos podem ser equivalentes de tradução de outros, em outra língua. O importante, de acordo com Catford, é que os itens partilhem traços de situação e que as formas de uma língua possam ser substituídas pelas de outra língua:

Em tradução total, textos ou itens da LF e da LM são equivalentes de tradução quando *comutáveis em determinada situação*. Esse é o motivo pelo qual a equivalência de tradução pode quase sempre estabelecer-se ao nível da frase: a frase é a unidade gramatical mais diretamente relacionada com a função da fala dentro de uma situação. (Catford, 1965/1980, p. 54)

Nota-se que há um deslocamento em relação à primeira definição de “equivalência textual”, fornecida no item 2.1. desta tese, à página 32. Naquela, o autor definia o equivalente textual como a porção de texto que se observasse como equivalente de uma porção do texto na língua estrangeira; na citação acima, Catford (1965/1980) determina que o equivalente é o texto ou o item comutável em uma mesma situação. Isso significa que, neste momento, a “equivalência de tradução” remete ao fato de o texto traduzido poder substituir o texto de partida, o que se refere à definição de tradução que fornece: “*a substituição de material textual numa língua (LF) por material textual equivalente noutra língua (LM)*” (p. 22). A circularidade é evidente, na medida em que o “equivalente” é o que é “substituído” ou “comutado”, sem explicação alguma para os termos. Há apenas uma informação complementar a respeito da qualidade da tradução:

Presumivelmente, quanto maior o número de traços de situação comuns aos significados contextuais de ambos os textos, o da LF e o da LM, “melhor” a tradução. Assim, pois, o objetivo na tradução total deve estar em escolher equivalente da LM não com “o mesmo significado” dos itens da LF, mas com a maior imbricação possível na faixa de situação. (Catford, 1965/1980, p. 54-5)

Lamenta, entretanto, que ainda não haja “uma teoria geral de substância de situação (...) da qual se possam extrair termos para descrever os traços distintivos de significados contextuais de itens gramaticais ou lexicais em línguas particulares” (p. 55). Essa teoria seria denominada “semética geral” ou “plerética geral”, uma “teoria geral da substância de situação” que descreveria os traços distintivos de itens gramaticais e lexicais, de modo paralelo ao que faz a fonologia com os traços de substância fônica. Ela tornaria possível “generalizar as condições da equivalência de tradução: *ocorre equivalência de tradução quando textos ou itens da LL' e da LM podem relacionar-se com os mesmos traços de substância (ou ao menos com alguns deles)*” (p. 56). Para Catford (1965/1980), essa nova definição parece representar uma passagem do tratamento inicialmente dado, ou seja, da tradução considerada como fenômeno empírico, verificado em textos, para um outro plano, o de suas condições ou justificativas. No princípio do livro, o autor salientava a necessidade de um informante para “observar” a equivalência; na definição que expus na página 49, o autor remetia à “comutabilidade”. Nesta última, neste parágrafo, há uma aparente remissão à suposta objetividade dos fatos, ou seja, das relações entre traços de substância, ou marcas, que supostamente seriam detectáveis nos textos. A ligação feita por Catford (1965/1980) entre a “semética geral” e a equivalência é um indício de que a existência de uma “teoria geral” poderia vir a resolver, cientificamente, a questão do significado e da equivalência.

Ao falar em “mesmos traços de substância”, Catford (1965/1980) tenta problematizar a “semelhança” de substância de situação, mas apenas coloca que o problema é difícil, e está ligado ao problema da semelhança entre as culturas relacionadas às línguas de partida e da tradução, sem detalhar a questão. Também não explica “situação”, considerado “termo amplo e abrangente que dentro de uma teoria semética geral requer uma sutileza considerável” (p. 57). Em seguida, comenta que um ato de fala acontece em “um ambiente biofísico específico, em um tempo e lugar específicos”, e afirma que um texto pode se relacionar com traços “dessa situação imediata mas também com traços a distâncias cada vez maiores, [...] alcançando o

lastro cultural da situação” (p. 54). Sem fornecer maiores informações, interrompe o assunto, para tratar de tradução fonológica, grafológica, transliteração, explicando estes processos. Assim, a discussão do principal item da generalização das “condições da equivalência de tradução” (p. 56) – os traços de substância de situação – parece ser adiada e deixada para um momento em que se tenha maior conhecimento sobre o assunto.

Apesar disso, Catford (1965/1980) continua a fazer referências à substância de situação como se estivesse totalmente explicada; e volta ao assunto, tentando entrar em detalhes, no último capítulo do livro, em que trata dos “limites da possibilidade da tradução” (p. 103). Começa o capítulo restringindo a tradução a casos em que há similaridade de substância de situação. No segundo parágrafo, trata dos limites da possibilidade de tradução total e da equivalência de tradução:

Os limites da possibilidade de tradução na tradução total, são, entretanto, muito mais difíceis de estabelecer. Aliás, possibilidade de tradução afigura-se aqui, intuitivamente, mais como uma faixa e não como uma dicotomia claramente definida. Textos e itens da LF são antes *mais ou menos traduzíveis* que absolutamente *traduzíveis* ou *intraduzíveis*. Em tradução total, a equivalência de tradução depende da comutabilidade dos textos da LF e da LM na mesma situação, isto é, em última análise, da relação dos textos da LF e da LM com os mesmos traços relevantes de substância de situação (ou ao menos com alguns deles). (Catford, 1965/1980, p. 103)

Essa explicação parece fundir a apresentada na página 49 e a citada na página 50 desta tese. A primeira tentativa de Catford no sentido de explicar a equivalência referia-se a uma porção de texto traduzido que se observasse ser o equivalente a uma porção do texto de partida (Catford, 1965/1980, p. 29). A segunda especificava uma relação de “comutabilidade” de textos em “uma determinada situação” (p. 54); a terceira relacionava “traços de substância” (p. 56). Essa última tentativa de definição, que ainda não é a definitiva, remete à “comutabilidade”, ou seja, à substituição, ou permuta, entre os textos e acrescenta a noção de “relevância”, ausente nas definições anteriores.

Observe-se que, no exposto em *Uma teoria lingüística da tradução*, elemento algum entre as duas definições acima pode apontar para um desenvolvimento teórico que levasse ao novo conceito. No entanto, Catford (1965/1980) comenta, nesse ponto, que é necessário analisar o termo “relevante”, o que tem como consequência a distinção entre “traços (de substância) de situação lingüisticamente relevantes” e “traços funcionalmente relevantes”. Os primeiros, como comentei no início do capítulo, são os que a estrutura da língua exige para a formação das orações. Os segundos são os “relevantes para a função comunicativa do texto na situação em pauta” (p. 104). Catford (1965/1980) considera essa distinção necessária porque nem sempre um item lingüisticamente relevante seria relevante também para a função comunicativa; por exemplo, em russo há duas formas verbais para a primeira pessoa do singular, uma usada pelos falantes do sexo masculino e outra pelos do sexo feminino. Essa ocorrência é, entretanto, considerada um traço formal, não se relacionando diretamente com o que o falante “pretende dizer” ou comunicar em uma situação específica (p. 104).

Após traçar esta distinção, retoma a definição comentada anteriormente, apenas acrescentando o item “funcionalmente”: “para que ocorra, pois, equivalência de tradução, ambos os textos, o da LF e o da LM, devem relacionar-se com os traços *funcionalmente* relevantes da situação” (p. 104). Ao acrescentar esse item em itálico, entretanto, mostra que sua teoria não é tão “objetiva” quanto vinha sendo anunciada, na medida em que a noção de “funcionalmente relevante” é interpretativa:

Uma decisão, em qualquer caso particular, sobre o que seja funcionalmente relevante nesse sentido deve permanecer até certo ponto uma questão de opinião, no presente estágio do nosso conhecimento. O co-texto total dará informações que o tradutor usará para chegar a uma decisão, mas é difícil definir em termos gerais a relevância funcional. (Catford, 1965/1980, p. 104)

Mesmo reconhecendo a subjetividade envolvida na determinação da “relevância”, Catford demonstra, ao especificar que isso ocorre “no presente estágio do nosso

conhecimento”, que pensa ser possível atingir um ponto de conhecimento total, em que se determine objetivamente o que seria relevante em uma situação comunicativa. Novamente, adia a solução do problema da equivalência de tradução para um momento em que se tenha maior conhecimento sobre o assunto. Mas, ao indicar o co-texto como referência para a tomada de decisão, mostra que as relações formais são consideradas fundamentais, pois são tomadas como referencial para a determinação da “relevância”, o que indica que o autor concebe a língua como estática e a-histórica

Por outro lado, percebe-se também que, nessa parte do último capítulo, há uma maior preocupação com o processo de tradução do que com o produto empírico, como estabelecido no início do livro. No caso, trata, especificamente, da impossibilidade de se “colocar no significado contextual do texto da LM os traços funcionalmente relevantes da situação” (p. 104). Em um primeiro momento, essa impossibilidade se subdivide em duas categorias: a lingüística e a cultural. “Na *impossibilidade lingüística de tradução*, os traços funcionalmente relevantes incluem alguns que de fato são traços formais da *linguagem* do texto da LF. Se a LM não tem traço formalmente correspondente, o texto, ou o item, é (relativamente) intraduzível” (p. 104). Ocorreria tipicamente quando a ambigüidade é um “traço funcionalmente relevante”, como em trocadilhos. Nesses casos, atribui “o insucesso da tradução” ao fato de um item formal ser, em si mesmo, “um traço textual-e-funcionalmente-relevante” (p. 109).

Presume que, em trocadilhos, o que se pretende comunicar é algo além da relação fonética entre os elementos. Está também supondo que o que se pretende comunicar está marcado no texto, ou seja, que há evidências explícitas, nos textos, do que se deseja comunicar, apesar de afirmar que “é difícil definir em termos gerais a relevância funcional” (p. 104). A dificuldade de generalização não impediria, entretanto, a determinação de traços funcionalmente relevantes em casos específicos. A “impossibilidade lingüística de tradução” é exemplificada por um trecho de um texto literário, retirado de *Infância*, de Máximo Gorki (p. 107-9), em que aponta vários traços formais do russo que tornam insatisfatória uma tradução para o inglês,

exatamente por serem funcionalmente relevantes, ou seja, por serem responsáveis pelo estado de confusão em que o personagem se encontra.

A “impossibilidade cultural de tradução” ocorreria quando “um traço de situação funcionalmente relevante para o texto da LF está completamente *ausente* da cultura de que faz parte a LM” (p. 109). Um dos exemplos que fornece é o de uma peça de vestuário japonês, “*yukata*”, descrita como uma espécie de roupão fornecido aos hóspedes pelos hotéis japoneses, que pode ser usado tanto por homens como por mulheres, para dormir ou para sair do hotel. Os vários significados são cobertos, em inglês como em português, por palavras diferentes, pois não há um item lexical nessas línguas que possa “relacionar-se com a faixa plena de traços de situação, e deve igualmente haver textos em que não exista nenhum equivalente inglês possível de tradução” (p. 111). O outro exemplo fornecido é o termo finlandês “*sauna*”, que remeteria a uma instituição com aspectos materiais e funcionais muito diferentes das de “*bath*”, “banho”, ou “*bath-house*”, “balneário”.

Entretanto, após traçar a distinção entre a impossibilidade lingüística e a impossibilidade cultural da tradução e exemplificá-la, Catford se pergunta se ela seria efetivamente necessária. Explica o motivo de refletir sobre o assunto:

Em muitos casos ao menos, o que torna “intraduzíveis” itens “culturalmente intraduzíveis” é o fato de que o uso de qualquer equivalente aproximado de tradução no texto da LM produz uma associação insólita na LM. Falar de “impossibilidade cultural de tradução” pode ser apenas outra maneira de falar sobre impossibilidade de tradução das associações: a impossibilidade de encontrar uma associação equivalente na LM. E isso seria um tipo de impossibilidade lingüística de tradução. (Catford, 1965/1980, p. 112)

Assim, o que havia definido como “impossibilidade cultural de tradução” é reconduzido para um terreno supostamente mais estável, o da língua. O problema passa a ser a “baixa probabilidade de associação” do item no texto traduzido, como no seguinte exemplo: “após o banho, envolveu o corpo ainda brilhante no simples *roupão de banho* do hotel, e saiu para encontrar os amigos no café, rua abaixo” (p. 113). Para

Catford, do ponto de vista situacional ou cultural, seria possível atribuir a estranheza desta frase ao fato de fazer referência a um roupão de banho de um hotel, usado na rua. Mas o autor opta por fornecer outra explicação, considerada mais adequada:

No entanto, podemos também descrever o estranho efeito produzido por essas traduções não como um “choque cultural” mas como um “choque de associação”. Em outras palavras, podemos atribuir a relativa impossibilidade de tradução dos dois itens de LF [*“sauna”* e *“yukata”*] a um traço lingüístico puramente formal: associação insólita. Em teoria, poderíamos fazê-lo absolutamente sem qualquer apelo aos significados contextuais dos textos e, portanto, sem qualquer referência a diferenças culturais. Se houvesse uma quantidade suficiente de informação na associação de itens lexicais em qualquer par de línguas, LF e LM, a habilidade em identificar esses assim chamados itens culturalmente intraduzíveis poderia, teoricamente, ser programada num computador para fins mecânicos. (Catford, 1965/1980, p. 113)

Nota-se que, no trecho acima, Catford retoma a idéia de um levantamento completo e exaustivo de material lingüístico, desta vez de material produzido na língua da tradução. Por outro lado, deixa de demonstrar qualquer preocupação com o processo tradutório ou com o produto traduzido; o que direciona o trecho é o desejo de explicar a tradução de um modo que não remeta a questões imponderáveis, como as culturais, mas a dados empíricos, objetivos. Isso fica mais claro no último parágrafo do livro:

Aqui, podemos apenas tocar de leve o problema dos limites da possibilidade de tradução. O tema é vasto e exige muito mais estudo. Se, aliás, se confirmar que a “impossibilidade cultural de tradução” é, em última análise, descritível em todos os casos como uma variante da impossibilidade *lingüística* de tradução, então o poder de uma teoria de tradução terá sido consideravelmente aumentado e, além do mais, se terá ampliado o horizonte da tradução mecânica. (Catford, 1965/1980, p. 114)

O encerramento do livro com uma referência à descrição de questões tradutórias no âmbito da lingüística demonstra menos uma preocupação com uma “análise do que a tradução é” (p. xv), do que um interesse em determinar que seu

estudo faz parte da lingüística. O comentário de que a tradução é uma operação que se realiza entre línguas e que “qualquer teoria de tradução deve esboçar uma teoria de língua, uma teoria lingüística geral” (p.1), envolve mais uma tentativa de sistematização lingüística da possibilidade e da impossibilidade da tradução do que uma análise de toda a gama de fatores que estão em jogo quando se produz uma tradução. A definição de tradução que Catford fornece, “substituição de material textual [...] por material textual equivalente numa outra língua” (p. 22), o modo como encaminha a discussão e a insuficientemente explicada importância que dá à correspondência formal levam a pensar que sua concepção de tradução é muito próxima à concepção abstrata e idealizada, da qual toda contextualização é retirada, postulada pelos lingüistas contrastivos. A afirmação de que “a teoria de tradução diz respeito a certo tipo de relação entre línguas e é conseqüentemente um ramo da lingüística comparativa” (p. 22) pode confirmar essa conclusão. Em sua tentativa de sistematização, as línguas partilhariam o mesmo *status*, as questões culturais não influenciariam a tradução, o agente do processo, o tradutor, não teria maior participação e questões de espaço e tempo são excluídas do modelo, como se não fossem relevantes para o processo.

Entretanto, o que minha análise pôde levantar é que Catford traça uma série de divisões e subdivisões de conceitos, traz explicações circulares, não as articula, não explicita o papel que as mudanças ou os deslocamentos desempenhariam no quadro teórico, nem como aí se encaixa o estudo quantitativo, que geraria as regras de tradução e que ampliaria o “horizonte da tradução mecânica” (p. 14). Nem o próprio papel da determinação da equivalência de tradução é explicitado.

Nesse quadro de enfoque lingüístico, a tradução literária não encontra espaço, porque o que Catford considera como característica da linguagem literária é exhibir o que chama de “associações insólitas”, ou seja, desvios das associações feitas no uso cotidiano na linguagem. Percebe-se o movimento de exclusão da tradução literária pelos próprios exemplos dados pelo autor. O exemplo de “impossibilidade lingüística de tradução” é de um texto de Gorki, em que há um diálogo com palavras às quais se pode atribuir mais de um significado, o que confunde um dos personagens.

Na análise de Catford, a multiplicidade de significados torna impossível traduzir a passagem para o inglês, língua em que, para cada um dos diferentes significados do russo, uma palavra diferente teria que ser usada.

Por essas colocações, percebe-se que Catford, como outros teóricos, insere em seu modelo apenas o material textual produzido em uma suposta linguagem comum. Em outras palavras, sua teoria lingüística da tradução só seria aplicável a uma parte dos textos produzidos, parte que não está explicitamente demarcada em seu livro.

3. A equivalência dinâmica segundo Nida

O trabalho de Eugene Nida não tem como objetivo sistematizar a tradução com fundamentos lingüísticos, como o de Catford (1965/1980), mas usar a lingüística como um instrumental para análise e solução de problemas de tradução. Alguns autores, como Ivir (1981) e Wilss (1982) ressaltam o enfoque comunicativo do trabalho de Nida, o que o diferenciaria dos modelos formalistas. Pretendo neste item evidenciar, por meio do estudo de três de seus livros, que por trás de uma abordagem aparentemente comunicativa há uma grande preocupação com a correspondência formal e que, em sua proposta, como na dos autores até aqui analisados, o conceito de equivalência se fragmenta e que também se concebe a tradução como similaridade ou igualdade.

As três obras em que Nida expõe seu pensamento sobre tradução são as seguintes: *Toward a science of translating* (1964a), *The theory and practice of translation* (1969/1982b), escrito em co-autoria com Charles R. Taber, e *Language structure and translation* (1975/1982a).¹³ Os três livros, assim como grande parte de sua obra, são consequência do trabalho desenvolvido pelo autor como especialista em tradução da Bíblia junto ao *Summer Institute of Linguistics* e à *American Bible Society*.

¹³ Livro lançado em 1975; empregarei a terceira reimpressão, publicada em 1982.

Toward a science of translating (1964a) se destina a “ajudar os tradutores”, trazendo-lhes os últimos desenvolvimentos nas áreas de lingüística, antropologia e psicologia (p. ix). *The theory and practice of translation* (1969/1982b) decorre do livro anterior e traz, basicamente, “as mesmas teorias, em uma ordem pedagogicamente orientada, delineada para auxiliar o tradutor” (p. vii). Inclui, além de um glossário com os “termos técnicos” utilizados, problemas em que os leitores devem aplicar a teoria exposta. *Language structure and translation* (1975/1982a) é uma coletânea de artigos escritos entre 1958 e 1974 e abrange três tópicos: a estrutura semântica e a equivalência tradutória; língua e comunicação; lingüística, missões cristãs e estudos bíblicos.

Além de apresentarem a teoria da tradução do autor, as três obras encerram uma parte que se pode descrever como um tratado de lingüística geral dirigido a tradutores. Nessa parte, Nida enfoca a teoria semântica e a análise gramatical de uma maneira pela qual, segundo o autor, poderia vir a ser utilizada pelos tradutores. Nos livros citados há exemplos de problemas surgidos na prática da tradução da Bíblia para uma enorme variedade de línguas faladas por minorias, tais como *villa alta* (dialeto do zapoteca), *ngbandi* (falada no norte do Congo), *kizanaki* (uma língua da Tanganica), *trique* (uma língua do México), *bulu* (falada na República dos Camarões). Apesar de discorrer eminentemente sobre questões decorrentes da tradução da Bíblia, nos dois primeiros livros explicita que não se dirige apenas aos tradutores dedicados a esse tipo de texto por considerar que os problemas por eles enfrentados são equiparáveis aos de qualquer tradução.

O objetivo de Nida (1964a) é descrever cientificamente “o processo de transferência de uma mensagem de uma língua para outra” (p. 6). Em outras palavras, pretende “fornecer uma abordagem essencialmente descritiva para o processo de tradução” (p. 8). No entanto, nos pontos em que efetivamente trata de tradução, há uma série de orações em que emprega “é necessário”, “o tradutor deve”, “deveríamos”, “o tradutor precisa”, que apontam para a prescrição e não para uma mera descrição de problemas. O próprio Nida (1964a) justifica a possibilidade de seu

leitor perceber um viés normativo no seguinte trecho: “Se, às vezes, os princípios e procedimentos [fornecidos] parecem ser prescritivos, é apenas porque esses elementos têm sido geralmente aceitos como os mais úteis, no âmbito do tipo de tradução que está sendo discutido” (p. 8). Essa justificativa, entretanto, apenas mascara que o enfoque dado à tradução é eminentemente diretivo. Mesmo em relação à abordagem lingüística, por um lado busca descrever certos processos, mas, por outro, há uma determinação prévia sobre o que considera a melhor abordagem a ser seguida:

Uma descrição adequada de uma língua precisa, de um modo ou de outro, explicar a capacidade que o falante da referida língua tem de gerar uma cadeia de fala e de interpretar o que ouve, mesmo que nunca tenha ouvido a combinação anteriormente. Essa visão gerativa da língua parece ser particularmente importante para o tradutor, porque ao traduzir de uma língua para outra, ele precisa ir além das meras comparações entre estruturas correspondentes e tentar descrever os mecanismos por meio dos quais a mensagem total é decodificada, transferida e transformada nas estruturas de outra língua. (Nida, 1964a, p. 9)

Com isso, não só determina que a abordagem gerativa é a mais conveniente para lidar com a tradução, como também já mostra o que espera do tradutor: além de traduzir, deve ser capaz de descrever o processo pelo qual a mensagem seria “decodificada, transferida e transformada nas estruturas da outra língua”.

Em relação à tradução, Nida (1969/1982b) chega a estabelecer “conjuntos de prioridades fundamentais” a serem seguidos pelo tradutor: a consistência contextual deve prevalecer sobre a correspondência palavra por palavra; a equivalência dinâmica, sobre a formal; deve-se usar a forma oral, em vez da forma escrita; devem-se buscar estruturas usadas e aceitas pelo público pretendido, em lugar de usar as de prestígio. Sob esses rótulos, entre as páginas 14 e 32, encontram-se algumas “receitas” para o tradutor ser bem sucedido, tais como evitar cacófatos, palavras vulgares, não traduzir uma palavra sempre pela mesma palavra, mas observar seu contexto de ocorrência, priorizar a forma oral em vez da forma escrita, responder às perguntas retóricas,

ajustar os nomes próprios ao sistema fonológico da língua da tradução, usar as formas lingüísticas que o público da tradução usa, em lugar de formas de prestígio literário.

Apesar de *Toward a science of translating* (1964a) já começar com comentários sobre tradução, salientando que se trata de um processo de transferência que envolve significados referenciais e emotivos, é apenas no sexto capítulo que define a tradução como “a produção de mensagens equivalentes” e “não meramente o processo de combinar as partes dos enunciados” (p. 120). O termo “equivalência” não é, entretanto, definido por Nida no corpo do texto em nenhuma das três obras analisadas. No segundo capítulo de *The theory and practice of translation* (1969/1982b), diz apenas que “o tradutor deve se esforçar para obter a equivalência, mais que a identidade”, e que “esse é apenas outro modo de enfatizar a reprodução da mensagem, em vez da conservação da forma do enunciado” (1969/1982b, p. 12). É só no glossário desse livro que se encontra a seguinte explicação para o verbete “equivalência”: “uma similaridade muito próxima em significado, oposta à similaridade em forma” (1969/1982b, p. 200). Em *Toward a science of translating* (1964a), é apenas no sexto capítulo, quase na metade do livro, que Nida tenta explicar o que seria uma mensagem equivalente:

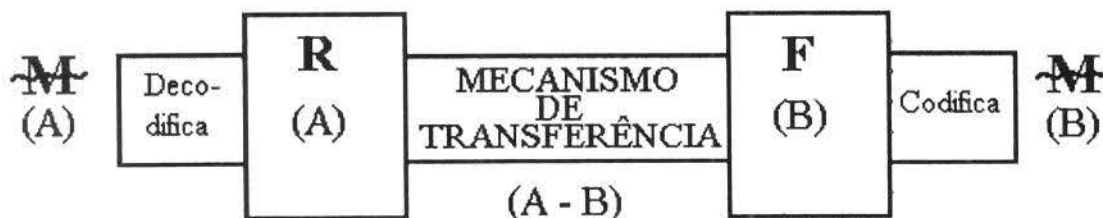
Para produzir uma mensagem *equivalente*, uma que seja dinamicamente equivalente e que se ajuste ao canal do decodificador, é necessário “alongar” a mensagem, construindo-a com a necessária redundância, de modo a torná-la significativa de maneira *equivalente*. (Nida, 1964a, p. 131, grifos meus)

A “equivalência” em si não é, entretanto, definida. Assim como faz Catford (1965/1980), Nida (1964a) apenas repete o termo, em vez de explicá-lo. Desdobra a equivalência, inicialmente, em dois conceitos, um relacionado à estrutura formal, outro ao significado. Mas o trecho acima citado estabelece que, para o autor, a equivalência dinâmica se mede com os parâmetros da teoria da informação: é necessário manter equilíbrio de redundância, ou seja, ter proporção semelhante de informação nova e informação previsível, sem “sobrecarregar o canal de comunicação”

(p. 132). De acordo com Nida (1964a), enquanto a linguagem normal tem mais ou menos 50% de redundância, a tradução tende a sobrecarregar o canal de comunicação, por causa de seu *background* e conteúdo estrangeiros. A sobrecarga seria dada tanto por traços semânticos quanto por traços formais. Mais que conhecer esses aspectos, o tradutor deveria analisar a carga comunicativa dos textos, para promover o equilíbrio, tanto em termos de forma quanto de conteúdo (p. 141). Como, para Nida (1964a), o papel do tradutor seria produzir textos aceitáveis, ele não pode simplesmente combinar palavras de um dicionário, “precisa realmente criar uma forma lingüística nova para transportar o conceito expresso na língua fonte” (p. 145). É a isso que chama, no oitavo capítulo, de “relação dinâmica”, em que o tradutor não se preocupa com o ajuste da mensagem da língua fonte à mensagem da língua receptora, mas com as relações entre receptores e mensagem (p. 159).¹⁴ Essas explicações implicam que o autor parta de dois pressupostos, que fundamentariam sua teoria de tradução:

1. as frases dos enunciados têm uma carga semântica que pode ser resgatada por meio de uma análise minuciosa e transferida para uma outra língua com o mínimo de distorções;
2. a transferência do conteúdo é prioritária em relação à forma.

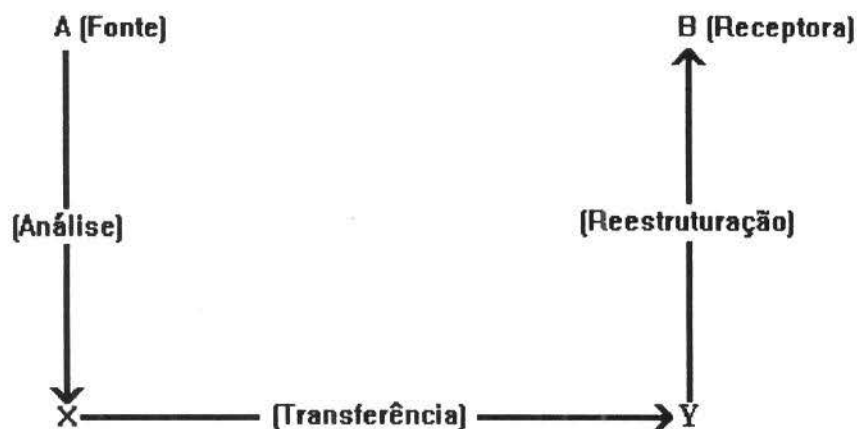
Nos três livros analisados, Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b) propõe um modelo em que a tradução se faria em três etapas: a da análise lingüística, a da transferência e a da reestruturação. Mostra o processo em um diagrama “simples”, reproduzido a seguir:



(Nida, 1964a, p. 146)

¹⁴ Em *Language structure and translation* (1975/1982a), Nida explica que usa o termo “língua receptora” em vez de “língua-alvo”, para “ênfatisar o fato de que a mensagem precisa ser decodificada por aqueles que a recebem. Não se lança uma comunicação a um alvo. Ao contrário, a comunicação precisa ser recebida, e esse processo é crucial na avaliação da adequação de uma tradução” (p. 98-9).

Nida descreve o processo de tradução como aquele em que “o conceito é transferido, possivelmente em forma essencialmente 'nuclear' e, então, é gerado o enunciado correspondente em língua B” (p. 146). Pensa, portanto, que uma mensagem (M) na língua A é decodificada pelo receptor (R) em uma forma diferente da língua A e é transformada, por um “mecanismo de transferência”, na língua B; nesse ponto, o tradutor é o emissor, ou a fonte (F), que vai gerar, a partir dessa forma nuclear, a mensagem (M) na língua B. Em *The theory and practice of translation* (1969/1982b), o diagrama é simplificado:



(Nida, 1969/1982b, p. 32)

As concepções que regem os trabalhos de Nida (1964a, 1969/1982b) permanecem as mesmas: um enunciado fonte (A) é analisado, transformado em um núcleo (X) que é transferido para a língua B como um núcleo (Y) que, por sua vez, é a fonte para a reestruturação na língua receptora (B).¹⁵ Nos próximos itens deste trabalho discutirei cada uma dessas etapas.

¹⁵ Ao discutir a transferência, Nida (1969/1982b) afirma que esse diagrama não reflete etapas estanques, porque o tradutor estaria sempre indo de um passo a outro, de modo que “seria necessário alterar um pouco o diagrama inicial de modo a mostrar que, depois de ter analisado os componentes fundamentais em suas relações mais simples com os núcleos, nós retornamos ao ponto em que esses núcleos se relacionam cuidadosa e apropriadamente uns aos outros” (p. 105). Como não apresenta novo diagrama após tecer essas considerações, penso que Nida (1969/1982b) apenas esteja alertando para o fato de, no processo em si, não haver a linearidade sugerida pela figura.

3.1. O núcleo como uma tentativa de análise objetiva

De acordo com Nida (1964a), os tradutores devem seguir o processo em três etapas, conforme foi acima descrito, “em vez de tentarem proceder às transferências de uma língua para outra lidando com séries de estruturas formais equivalentes” (p. 68):

É mais eficiente cientificamente e na prática: (1) reduzir o texto-fonte aos seus núcleos [*kernels*] estruturalmente mais simples e mais evidentes semanticamente; (2) transferir o significado da língua-fonte para a língua receptora em um nível estruturalmente simples; e (3) gerar a expressão estilística e semanticamente equivalente na língua receptora. (Nida, 1964a p. 68)¹⁶

Esse procedimento é proposto para a recuperação dos conceitos do texto e para sua conservação na segunda língua. A primeira etapa consiste em aplicar transformações sucessivas à estrutura de superfície, até atingir um ponto que seja “básico à estrutura da linguagem” e que seja caracterizado por:

(a) [ter] a forma mais simples possível, na qual as palavras-objeto são representadas por substantivos, as palavras-evento por verbos e as palavras-entidades abstratas por adjetivos, advérbios, ou verbos especiais (de acordo com o espírito da língua); (b) [ser] a expressão menos ambígua de todas as relações; e (c) incluir explicitamente toda informação. (Nida, 1969/1982b, p. 202-203)

Isso significa que o núcleo nem é uma estrutura profunda no sentido usado pela gramática gerativo-transformacional, nem é a estrutura que ocorre na superfície dos textos. O que Nida chama de núcleo é uma forma intermediária entre essas estruturas. Essa redução em um núcleo envolve a substituição de uma forma superficial por uma das quatro seguintes classes lexicais: palavras-objeto; palavras-evento;

¹⁶ Nida (1964) separa nitidamente a primeira etapa das demais, mas não dedica espaço especificamente para a segunda ou para a terceira. *The theory and practice of translation* (1969/1982b), entretanto, se divide em capítulos dedicados a cada uma das etapas: dos oito capítulos, três se destinam à análise lingüística, um à transferência e um à reestruturação. Como esse último livro se estrutura de acordo com as etapas sugeridas, sigo, nesta tese, a mesma subdivisão.

palavras-entidades abstratas; e palavras-conceito relacional.¹⁷ Um dos exemplos que fornece é “stone”, que representaria uma palavra-objeto em “*he picked up a stone*”, uma palavra-evento em “*they will stone him*”, mas uma palavra-entidade abstrata em “*he was stone deaf*”. Em uma segunda etapa, por meio de transformações sucessivas, cada uma dessas formas geraria uma estrutura superficial na língua receptora.

Para Wolfgang Lörscher (1989), a noção de núcleo não é satisfatoriamente definida e não está claro o que seria a estrutura básica intermediária postulada por Nida (1964a, 1969/1982b). Além disso, Lörscher aponta que a falta de definição tem como consequência determinações individuais sobre o que seria o núcleo, levando diferentes tradutores a fazerem diferentes operações de transformação. Song Yo-In (1982) comenta que Nida provavelmente foi o primeiro teórico a propor um tipo de estrutura terciária, entre a superficial e a profunda, para explicar o processo de tradução. Mas, de acordo com seu ponto de vista, Nida efetivamente não esclarece em que ela seria diferente da estrutura superficial ou da profunda. Ainda assim, Nida considera que o núcleo é a maneira de definir, linguisticamente, o sentido das expressões ambíguas de um texto. Um dos exemplos que Nida fornece (1964a, 1969/1982b) é o de estruturas superficiais com “*of*”, (“*de*”).¹⁸ Faz a análise com o objetivo de mostrar que, apesar de idênticas superficialmente, essas estruturas teriam núcleos e funções completamente diferentes:

¹⁷ Tendo em vista que Nida não utiliza termos de uso consagrado em lingüística para classificar as classes funcionais, nem seus trabalhos foram traduzidos para o português, uso a tradução proposta por Glória M. de Mello Carvalho *et al.*, que publicaram um resumo de *Toward a science of translating* (Nida, 1994a) na coletânea *Teorizando e contextualizando a tradução* (1996).

¹⁸ Nas traduções que faço dos exemplos dados pelos autores, busco atender ao contexto em que inscrevo esses exemplos; não são, portanto, universalmente válidas, atendem a uma circunstância de apresentação, ou seja, re-apresentam os argumentos do texto, para o leitor brasileiro.

sintagmas com <i>of</i>	núcleo	representação
1. <i>the will of God</i> / (a vontade de Deus)	<i>God wills</i> (Deus quer)	B (objeto) desempenha A (evento)
2. <i>sons of disobedience</i> (filhos da desobediência)	<i>sons ('people') who disobey</i> (filhos ('pessoas') que desobedecem)	A (objeto) desempenha B (evento)
3. <i>forgiveness of sins</i> (perdão dos pecados)	<i>sins are forgiven or forgives sins</i> (pecados são perdoados ou perdoa pecados)	B (evento) é a meta de A (evento)
4. <i>creation of the world</i> (criação do mundo)	<i>creates the world</i> (cria o mundo)	B (objeto) é a meta de A (evento)
5. <i>the word of truth</i> / a palavra da verdade	<i>the true word</i> (1964a) - <i>the word is true</i> (1969/1982b) / a verdadeira palavra - a palavra é verdadeira	B (abstrato) qualifica A (evento)
6. <i>glory of his grace</i> / glória de sua graça	<i>his glorious grace</i> / sua graça gloriosa	A (abstrato) qualifica B (evento)

(1964a, p. 64-5 e 1969/1982b, p. 43-4)

O autor não classifica “*will*” (“vontade”), “*word*” (“palavra”), “*disobedience*” (“desobediência”), “*sin*” (“pecado”) e “*creation*” (“criação”), como palavras-objeto, apesar de serem substantivos, nem como palavras-entidades abstratas, mas como palavras-evento, representadas como verbos no nível de estrutura nuclear, ou seja, como uma categoria que se refere a ação ou processo. Por outro lado, identifica “*truth*” (“verdade”) e “*glory*” (“glória”) como palavras-entidades abstratas, por se “referirem a qualidades ou quantidades que são propriedades de uma palavra-objeto ou de uma palavra-evento, mas que podem ser conceitualmente separadas dos elementos de que são propriedade” (Nida, 1969/1982b, p. 196).

Com esse método, Nida acredita chegar a uma interpretação correta dos textos, especialmente da Bíblia:

Na análise do texto da Bíblia, algumas vezes, é bastante surpreendente descobrir que a identificação correta da função transformacional de

certas unidades lexicais revela grande diferença em relação ao que tradicionalmente se pensava. Por exemplo, palavras como “graça” (como em “a graça de Deus”), “justiça” (como usada por São Paulo para falar sobre “a justiça de Deus”) e “palavra” (na expressão “palavra de Deus”) não se referem basicamente a palavras-entidades abstratas (como se esperaria em “graça” e “justiça”) nem a palavras-objeto (como no caso de “palavra”), mas a palavras-evento, ou seja, “Deus manifesta graça” (...); “Deus faz justiça”; e “Deus fala”. (Nida, 1964a, p. 66)

Desse trecho infere-se o seguinte diagrama, baseado naquele apresentado na página anterior:

estrutura superficial	interpretação “tradicional”	interpretação de Nida
1. <i>the grace of God</i> / a graça de Deus	<i>God is grace</i> / Deus é graça - A (abstrato) qualifica B (objeto)	<i>God manifests grace</i> / Deus manifesta graça - B (objeto) desempenha A (evento)
2. <i>the righteousness of God</i> / a justiça de Deus	<i>God is righteousness</i> / Deus é justiça - A (abstrato) qualifica B (objeto)	<i>God makes righteousness</i> / Deus faz justiça - B (objeto) desempenha A (evento)
3. <i>the word of God</i> / a palavra de Deus	<i>God is the word</i> / Deus é a palavra - A (abstrato) qualifica B (objeto)	<i>God speaks</i> / Deus fala - B (objeto) desempenha A (evento)

Aquilo que Nida (1964a) denomina “interpretação tradicional” parece ser a instituída pela Igreja Católica, para a qual “Deus é graça”, “Deus é justiça” e “Deus é a palavra”. Por esse prisma, um predicado qualifica e define a figura divina, equiparando os dois termos e colocando Deus em posição absoluta e conferindo-lhe a perfeição. Por outro lado, a análise de Nida (1964a, 1969/1982b) coloca Deus em uma posição em que desempenha o papel de ator, de agente de uma ação.

Nida se fundamenta em um dado supostamente objetivo para desautorizar a interpretação tradicional, ou seja, na análise da função transformacional das unidades. Entretanto, outro linguísta, John Lyons (1968/1979), provavelmente não concordaria com o resultado que Nida oferece. Lyons fornece, como exemplo de ambigüidade,

precisamente o sintagma “*the love of God*” (“o amor de Deus”), que poderia se ligar a duas frases em inglês, ou em português: “uma em que *God* é sujeito do verbo *love* (cf. *God loves mankind* / Deus ama a humanidade); outra em que *God* é objeto do verbo *love* (cf. *Mankind loves God* / A humanidade ama Deus)” (p. 260). Para Nida (1964a, 1969/1982b), a classe funcional a que as palavras pertencem permitiria a resolver a ambigüidade em um contexto. Essa não é a análise de Lyons, que aponta a possibilidade de ambigüidade, mesmo em uma frase específica como “*It is the love of God which inspires men to work for their fellows*” (Lyons, 1968/1979, p. 261); os tradutores de Lyons traduzem essa frase por “É o amor de Deus que inspira os homens a trabalharem para seus semelhantes”, opção que revela uma determinada interpretação, pois se a frase fosse traduzida por “É o amor de Deus que inspira os homens a trabalharem *por* seus semelhantes” permitiria uma outra visão das relações entre os homens. Não é também a análise lingüística que permite decidir qual das duas traduções seria a mais adequada, mas questões contextuais sobre a própria concepção das relações que se estabelecem entre os indivíduos. Em casos como esse, em que a análise lingüística não pode solucionar a ambigüidade, Nida recomenda que se recorra ao contexto amplo, ou seja, ao texto como um todo. Um dos exemplos fornecidos é o seguinte:

Os sintagmas *o evangelho de Deus* (Rom. I:I) e *o evangelho de Cristo* (2 Cor. 10:14) também estão facilmente sujeitos a interpretações incorretas, e é apenas pela comparação dos contextos integrais nos quais *evangelho* e *anunciar* são discutidos é que se pode compreender completamente os modos pelos quais os dois sintagmas devem ser compreendidos. *O evangelho de Deus* deveria, indubitavelmente, ser interpretado como “a boa nova que vem de Deus”, mas *o evangelho de Cristo* significa “a boa nova sobre Cristo”. Deus é a fonte do evangelho, mas Jesus Cristo é a substância ou a mensagem das Boas Novas. (Nida, 1969/1982b, p. 46-47)

Nida não levanta a questão de que a solução dada pode se relacionar intimamente às concepções do tradutor. Para ele, há objetividade no recurso ao

contexto: o levantamento das ocorrências de “boa nova” e de “anunciar” levariam à univocidade do sintagma. No primeiro caso, o objeto (Deus) desempenha, ou fornece, as boas novas (evento). Dessa maneira, exclui a interpretação tradicional: assim como, para Nida (1969/1982b), “Deus fala” e não “é a palavra”, a “palavra”, ou “a boa nova”, viria de Deus. Por outro lado, o segundo sintagma é interpretado como um objeto (Cristo) que é meta, ou “substância”, da boa nova. Entretanto, as duas interpretações só serão indubitáveis para uma determinada corrente religiosa que mantenha uma hierarquia rígida entre as entidades. O recurso ao contexto amplo a que Nida (1969/1982b) remete acaba se reportando a uma determinada fé, não especificamente ao texto ou à cultura bíblica. A interpretação considerada indubitável é, assim, uma interpretação institucionalizada, ou doutrinária. Esse ponto fica mais evidente se lembrarmos que a Pontifícia Comissão Bíblica (1994), formada no âmbito da Igreja Católica Romana, afirma que as Escrituras são a palavra de Cristo (p. 118) e que os livros do Antigo Testamento devem ser lidos à luz do “mistério de Cristo” (p. 126). Além dessa questão doutrinária, há outra, de natureza lingüística, apontada por Lörscher:

Por causa da falta de uma definição exata, cabe ao tradutor determinar os núcleos ou as formas próximas ao núcleo [*near-kernel*] e dividir as estruturas complexas em mais simples. Obviamente, esse processo controlado pela intuição revela muitas diferenças individuais e pode levar a núcleos ou a formas próximas a ele que sejam específicas de um tradutor individual. Além disso, essa pode ser *uma* razão para o fato de que os processos de transferência e de síntese, que operam nas estruturas elementares, levam a diferentes traduções feitas por diferentes tradutores. (Lörscher, 1989, p. 53)

Nida (1964a, 1969/1982b), entretanto, não considera que a análise lingüística possa ser influenciada pelas concepções do analista, pois descreve os procedimentos transformacionais como a garantia de que o tradutor atinja a perfeita compreensão dos “conceitos” expressos no original. De acordo com seu ponto de vista, o núcleo seria a exata reprodução do conteúdo do texto e o fundamento para seu

transporte em outra língua. Como lida com preceitos de fé, busca, na pretensa objetividade da análise lingüística, afastar da tradução o conceito de polissemia.

3.2. A transferência: as duas orientações básicas

Após atingir o núcleo, a etapa seguinte seria “transferir os resultados da análise da língua A para a língua B” (Nida, 1969/1982b, p. 99). Essa etapa ocorreria no cérebro do tradutor e seria “o ponto crucial e focal do processo de tradução” (p. 99). Em *Toward a science of translating* (1964a), essa fase é descrita como a mera passagem para “um nível estruturalmente simples”, ou seja, para uma estrutura nuclear na outra língua, como já citado no item 3.1. Em *The theory and practice of translation*, entretanto, o autor faz a seguinte ressalva:

Tendo em vista o modo particular pelo qual as etapas de procedimentos se delineiam nesse texto, poderia parecer que o tradutor precisa primeiro analisar todo o seu material, fazer a transferência do discurso total e, finalmente, reestruturá-lo. Naturalmente, isso é um engano, porque as etapas de procedimentos seguidas na exposição ordenada de uma técnica não são exatamente as que se empregam na aplicação prática de tal conjunto de procedimentos. Por exemplo, no processo real de tradução, o tradutor irá constantemente para trás e para a frente, entre o processo de análise e o de reestruturação pela transferência. Em uma fração de segundo a mente é capaz de alternar os procedimentos. (Nida, 1969/1982b, p. 104)

Isso significa que Nida não considera as etapas completamente estanques, apenas as subdivide para efeitos de estudo. Salienta, inclusive, que:

Um bom tradutor não está apenas constantemente passando de um aspecto do procedimento para outro, como também, inevitavelmente, irá encaminhar a análise na direção do que sabe que deve fazer na reestruturação. Isso significa que, na análise, ele vai antecipar o que enfrentará na reestruturação. Por exemplo, se uma língua receptora

emprega principalmente construções com participio em lugar de orações dependentes, automaticamente as transformações anteciparão os tipos de transferência e de reestruturação exigidas. (Nida, 1969/1982b, p. 104)

Com essas palavras, o autor mostra que sua concepção do processo de tradução não é idealizada a ponto de supor etapas estanques e ordenadas. Ainda assim, o modelo teórico é tripartite e pressupõe que o tradutor proceda a uma operação lingüística para atingir os significados de um texto e para transpô-los para outra língua.

Apesar de não explicitado, parece que Nida (1969/1982b) pensa que seria na etapa de transferência que o tradutor escolheria a “orientação básica” para a tradução. Dois trechos de seu trabalho fundamentam minha conclusão. O primeiro é aquele em que afirma que não se transfere “uma mensagem da língua A para a língua B simplesmente como séries de núcleos desconectados” (p. 104). O segundo diz respeito às supostas prioridades do processo de transferência: 1ª) o conteúdo tem que ser transferido a qualquer custo, com o mínimo de distorção possível; 2ª) é importante transmitir a conotação e o impacto emocional da mensagem; 3ª) podem-se também transportar elementos formais, mas isso não é prioritário (p. 118-9). Se todos esses pontos fazem parte da transferência, essa não corresponderia a uma etapa de uma transposição em formas estruturalmente simples, mas a uma fase em que algum direcionamento já está sendo dado à tradução (p. 159).

De acordo com Nida (1964a), as duas “orientações básicas” são: equivalência formal e equivalência dinâmica.¹⁹ “A equivalência formal concentra a atenção na mensagem em si, tanto em forma quanto em conteúdo. Há correspondência sentença a sentença, conceito a conceito. A mensagem tem que estar em correlação com os diferentes elementos da língua-fonte” (p. 159). Trata-se de uma tentativa de reproduzir literalmente a forma e o conteúdo do original, de modo a “permitir que o leitor se identifique” com uma pessoa do contexto de língua-fonte e entenda seus costumes, maneiras de pensar e meios de expressão (p. 159). Por outro lado, uma

¹⁹ Em *The theory and practice of translation* (1969/1982b), o autor passa a usar o sintagma “correspondência formal” em lugar de “equivalência formal”.

tradução que tenta produzir a equivalência dinâmica seria baseada em um princípio que denomina “efeito equivalente”. Teria como objetivo estabelecer “uma relação entre receptor e mensagem que seja substancialmente a mesma que aquela que ocorreu entre os receptores e a mensagem originais” (Nida, 1964a, p. 159). Sua característica seria a “completa naturalidade de expressão” e buscaria “relacionar o receptor com os modos de comportamento relevantes no contexto de sua própria cultura”, em vez de “insistir que ele compreenda os padrões culturais do contexto da língua-fonte para que compreenda a mensagem” (p. 159). Exemplifica o “efeito equivalente” com uma tradução de J. B. Phillips para o Novo Testamento (*The New Testament in modern English*): “dar um sincero aperto de mão” foi a opção para “cumprimentar-se com um beijo sagrado”, exemplo de correspondência formal (p. 160).

É essa a orientação que indica ao tradutor em seu trabalho, contrapondo esse “novo conceito” de tradução – que teria como foco a resposta do receptor – ao “antigo enfoque”, centrado na forma da mensagem. Nisso sua abordagem é eminentemente prescritiva. Por exemplo, Nida (1964a) afirma não bastar que a tradução seja semanticamente equivalente: “o impacto total de uma tradução *deve* ser razoavelmente próximo ao do original, mas não *pode* haver identidade nos detalhes” (p. 156, grifos meus). A prescrição é evidente, também, ao se verificar a lista dos quatro requisitos da tradução: “1º) fazer sentido; 2º) transmitir o espírito e a feição do original; 3º) ter uma forma natural e espontânea; 4º) produzir resposta semelhante” (p. 164). Quanto ao primeiro ponto, a característica mínima para um texto se configurar como “texto” é fazer sentido. O que seria relevante discutir é a maneira pela qual se faz sentido. De acordo com o exposto, o processo seria simples: o tradutor, sujeito consciente e racional, procede a uma análise minuciosa do texto e resgata seus sentidos, ali depositados por um autor com intenções conscientes e detectáveis por meio da análise. Apesar de levantar a questão de ser possível “um certo grau de envolvimento pessoal [do tradutor] em seu trabalho”, Nida (1964a) julga que qualquer “intromissão pessoal” deve ser afastada pela sua “honestidade intelectual” (p. 154). O “fazer sentido”, nesse modelo, é uma relação fixa entre um sujeito e um objeto estável,

o texto, em que o primeiro aplica certos métodos para atingir os significados do segundo. História, ideologia, bagagem pessoal são encaradas como empecilhos que estariam se colocando entre o tradutor e o significado – mas que seriam afastados pelo profissional “intelectualmente honesto”. A proposta não prevê que o tradutor possa produzir significados; sua tarefa seria reproduzir o significado que foi depositado por alguém em um texto prévio. Se lembrarmos que a base de seu trabalho é a tradução da Bíblia, veremos que postular fontes tão diversas e tão remotas como a origem imediata do significado dá a entender uma enorme confiança nos dados lingüísticos como expressão consciente de uma intenção de comunicar – e na possibilidade de reiteração dos significados e valores supostamente originais, apesar da passagem do tempo e das mudanças dos contextos culturais.

Pela lista de requisitos acima citada, percebe-se que a tarefa exigida do tradutor não é nada simples. Nida (1964a, 1969/1982b) determina que uma tradução reflita completamente o sentido do original, mas com as palavras e os conceitos da língua receptora. Apesar de não usar exatamente essa imagem, o autor parece considerar que o tradutor apenas veste o mesmo significado com uma outra roupagem.²⁰ Subjacente a essa idéia há outra: a de que há uma língua hipotética superior a todas as línguas, que a elas transcenderia e da qual derivariam todos os significados produzidos em cada uma delas. A universalidade do pensamento estaria, assim, preservada – “apenas” a língua seria alterada. No caso de Nida (1964a, 1969/1982b), o denominador comum, o que permitiria a transferência dos “mesmos” conceitos, seria a própria redução das frases e sintagmas a estruturas nucleares, que seriam universais. O tradutor que conseguisse fazer a análise correta do texto chegaria a esse ponto e só precisaria, então, aplicar as transformações de acordo com as regras da segunda língua, de modo a obter uma segunda estrutura superficial conceitualmente

²⁰ A metáfora da vestimenta não está ausente do trabalho de Nida. Em *The theory and practice of translation* (1969/1982b), explica que as alterações feitas na forma são meios de preservação do conteúdo; ilustra a questão com a imagem da distribuição de roupas em duas malas de formatos diferentes: cada uma das malas exigiria que as roupas fossem embaladas de modo diferente (p. 105). Em *Language structure and translation* (1975/1982a), afirma que as palavras são como roupas distribuídas em diversas malas: não importa quais roupas estão em cada mala, mas que as roupas cheguem ao destino (p. 91).

idêntica à primeira. A própria tradução da Bíblia, entretanto, pode fornecer um argumento contrário a essa noção: cada crença religiosa tende a promover a sua própria tradução, com os sentidos construídos de acordo com sua doutrina. O sentido único, o conceito subjacente, prometido por Nida (1964a, 1969/1982b), acaba por se transformar em um sentido determinado por uma certa fé. A análise que fiz dos exemplos das estruturas com “*of*”, no item 3.1., é outro argumento para sustentar que o viés é inevitável, mesmo em um nível que muitos consideram neutro, o da análise lingüística.

Além disso, ao se examinarem as “duas principais áreas de adaptação” envolvidas em uma tradução dinamicamente equivalente, a gramática e o léxico, é possível encontrar outros pontos problemáticos. Em primeiro lugar, Nida (1964a) considera que “muitas mudanças gramaticais são ditadas pelas estruturas obrigatórias da língua receptora”, tais como os ajustes em termos de ordem das palavras, o uso de verbos em lugar de substantivos, ou de substantivos em lugar de pronomes (p. 167). Essa afirmação supõe uma tarefa impossível, ou seja, a descrição exaustiva e explícita das regras obrigatórias e das opcionais de cada língua. Por outro lado, mesmo algumas regras obrigatórias, como a especificação do gênero do falante e/ou do destinatário em algumas construções de francês, espanhol e português, por exemplo, podem causar problemas quando os textos são traduzidos de, ou para, uma língua em que não há essa determinação, como o inglês.²¹ Nida, entretanto, não imagina essa possibilidade, pois afirma o seguinte:

Apesar de as classes de gênero serem um aborrecimento para o tradutor, na medida em que exigem muita atenção para o detalhe gramatical, na maior parte dos casos é a última de suas preocupações,

²¹ Miriam Díaz-Diocaretz (1985) levanta o problema da tradução para o inglês de poemas de Gabriela Mistral, escritos em voz feminina, e de um poema de Marguerite Yourcenar, em primeira pessoa do masculino; por outro lado, relata que, ao traduzir para o espanhol os poemas de Adrienne Rich, poetisa norte-americana, teve que tomar “decisões lingüísticas mais cruciais” (p. 92). Como, ao contrário do inglês, nessa língua o gênero tem que ser explicitado, muitas vezes teve que decidir o sexo do falante ou do destinatário. Por exemplo, no trecho a seguir, teve que decidir se o poema se referia a uma “*persona masculina ou feminina*”: “*Signs of possession and of being possessed. / We tasted, tense with envy.*” foi traduzido por “*Signos de posesión y de ser poseídos / Que sentíamos, tensos de envidia.*” (p. 95).

pois elas são essencialmente tão arbitrárias e tão entranhadas no sistema lingüístico, que raramente há alternativas. Em outras palavras, as regras sintáticas da língua são normalmente tão explícitas sobre a questão de gênero, que raramente se erra sem que o erro pareça totalmente óbvio. Além disso, há poucos significados associados às distinções de gênero, pois os significados dessas formas são, normalmente, estritamente lingüísticos. (Nida, 1964a, p. 203)

As regras são realmente bastante explícitas sobre as construções que exigem concordância de gênero, mas a questão nem sempre é nesse nível. Muitas vezes temos que decidir qual é o sexo do falante ou do destinatário de um texto, outras vezes temos problemas com o desenrolar do texto, quando as palavras não são do mesmo gênero nas duas línguas em que estamos trabalhando e há associações vinculadas ao gênero das palavras feitas pelos falantes da língua. Jakobson (1959/1971) comenta que, no prefácio à primeira tradução do *Evangelium*, feita para o eslavo no século X por Constantino, há uma discussão a esse respeito. O tradutor relatou que enfrentou um problema por causa da divergência entre o gênero do grego e o do eslavo para as palavras que designam “rio” e “estrela”. Em grego, são masculinas, permitindo a identificação simbólica de “rio” com “demônio”, masculino, e de “estrela” com “anjo”, também masculino, em dois versículos de Mateus; em eslavo, por outro lado, as palavras são femininas, impedindo a comparação (Jakobson, 1959/1971, p. 71-2).

Apesar de lidar com tantas línguas, a perspectiva de Nida (1964a) reflete a de um usuário de inglês, língua em que a especificação de gênero não é obrigatória e, conseqüentemente, exige poucas adaptações quanto a essa questão. Por outro lado, percebe-se, no caso, um viés de quem propaga os textos e os valores de sua própria cultura, não de quem recebe traduções, pois não há comentários sobre os problemas que essa falta de especificação geraria na tradução de textos em que a determinação fosse relevante.

A questão da ordem “obrigatória” de uma língua também não é simples como Nida coloca. Só para exemplificar a complexidade da questão, lembro que Maria Helena Moura Neves (1990) publicou uma resenha de cerca de 120 páginas para

relatar como vários gramáticos tradicionais abordaram a “questão da ordem” em português. Sua análise revela que o português aceita várias possibilidades de ordenação de frases, mas os diversos gramáticos consultados mostram, na mesma ou em diferentes épocas, certos “preconceitos” em relação a alguns tipos de colocações. Estas, apesar de “previstas no sistema, são [...] mal aceitas segundo as convenções tradicionais de uso. Assim, por razões diversas, certas colocações vêm, muitas vezes, proscritas” (p. 218). A autora nota, ainda, que as construções proscritas não são consideradas as mesmas pelos diversos autores.

A questão do gênero e da ordem por mim apontadas poderiam desestruturar “os princípios que governam as traduções orientadas para equivalência dinâmica” (1964a, p. 166), mas outros pontos também são problemáticos. Em relação à segunda área de adaptação, o léxico, o exame de Nida (1964a) envolve três níveis: 1º) termos para os quais há paralelismo nas duas línguas envolvidas; 2º) termos que identificam objetos culturalmente diferentes, mas com funções similares; 3º) termos culturalmente específicos. Vou tratar, a seguir, do primeiro grupo, depois do terceiro e deixo por último o segundo grupo, que envolve similaridade de funções, por ser o nível em que a discussão de Nida (1964a) é menos aceitável.

O primeiro grupo seria o que normalmente não oferece problemas para a tradução. Os exemplos dados, entretanto, não sugerem essa simplicidade. Uma das palavras listadas por Nida (1964a) é “*river*” (“rio”). Essa palavra, entretanto, pode ser traduzida para o francês como “*fleuve*”, quando se trata de rio secundário, ou por “*rivière*”, quando o rio corre para o mar. No contexto brasileiro, a tradução de “rio” para o francês envolve outros problemas, porque muitos rios que teríamos que traduzir pelo francês “*fleuve*” nada têm de secundários, pois são de dimensão e fluxo maiores que a maior parte dos “*rivières*” europeus. Outro dos exemplos dados, “*knife*” (“faca”), sequer é instrumento utilizado às refeições em todas as culturas. O paralelismo sugerido por Nida fica totalmente prejudicado quando se abordam essas questões. Além disso, são inúmeros os problemas que surgem quando as palavras envolvem outro tipo de associações. Por exemplo, Jakobson (1959/1971) relata que,

em russo, uma faca caída pressagia a chegada de um homem, e um garfo, a de uma mulher. O autor relaciona essa superstição ao gênero masculino da palavra russa usada para designar “faca”, e ao gênero feminino do termo empregado para “garfo” (p. 70-1). No Brasil, segundo Alceu M. Araujo (1964), há credence similar, mas a relação com o gênero da palavra não parece ser feita: “cair faca é briga; se garfo, é visita. Caindo colher, visita de mulher” (p. 471). No caso, parece que a sonoridade relaciona os termos, não seu gênero.

Tratando do terceiro grupo, o dos termos culturalmente específicos, Nida (1964a) afirma que certas “associações estrangeiras” raramente podem ser evitadas em “uma tradução que tente preencher uma ampla lacuna cultural” (p. 167). Para o autor, seria impossível eliminar “expressões profundamente arraigadas na própria estrutura de pensamento em que a mensagem foi construída”, tais como “fariseus”, “saduceus”, ou alguns termos bíblicos, como “Cordeiro de Deus”, “geração adúltera”, etc. (p. 167). Considera, entretanto, que essas “discrepâncias culturais” são pouco problemáticas, porque todos os povos reconheceriam que outros povos podem ter comportamentos diferentes e notas de rodapé poderiam explicar essa diversidade. No entanto, o próprio autor descreve situações em que dificilmente uma nota de rodapé resolveria o problema. Por exemplo, Nida (1969/1982b) relata que os índios guaicas, que vivem no Sul da Venezuela, não se comoveram com o julgamento e morte de Jesus, porque acharam que ele era um covarde por não ter atado fogo ao jardim de Getsêmane. Para esse povo, qualquer um que não tente escapar quando ameaçado, merece a morte. De acordo com seu ponto de vista, é melhor morrer lutando do que ser apanhado como criminoso comum (p. 98). Mesmo que o texto tivesse uma nota de rodapé, mesmo que os missionários tentassem explicar as diferenças entre os costumes, dificilmente esse povo aceitaria como exemplar um comportamento tão distante de suas concepções. Como sugere o próprio Nida (1969/1982b) “tendo em vista que qualquer tema é inevitavelmente interpretado à luz de um conjunto de valores distintivos, mantidos por uma cultura ou sociedade, espera-se que eventos nunca sejam meros eventos” (p. 98). Fazemos associações e temos certos horizontes apreciativos. Certamente há, nessas

relações, vínculo estreito com as palavras que utilizamos. Basta retornar à questão de gênero, como abordada por Nida (1964a), para se perceber que, quando nossa língua não permite certo tipo de associação, a tendência é ignorar que ela pode ser feita em outras línguas.

Quanto ao caso dos índios guaicás, o autor nada sugere para resolver o problema, além da nota de rodapé. Mas, em outro ponto, deixa claro que não aprovaria que a passagem fosse adaptada para as concepções dessa cultura, pois afirma que mesmo “quando as línguas fonte e receptora representam culturas muito diferentes, há alguns temas e relatos básicos que não podem ser ‘naturalizados’ pelo processo de tradução” (Nida, 1964a, p. 168). É possível notar dois problemas, ao analisar essa afirmação. Em primeiro lugar, o que é um “relato básico” depende de questões históricas e ideológicas. Assim, esse “básico” é determinado por um grupo que partilha certas concepções e não permanece, necessariamente, o mesmo com o passar do tempo. No caso da tradução da Bíblia, seria definido institucionalmente, ou seja, pela doutrina da igreja que promove a tradução. O segundo problema é a questão de essa afirmação fundamentar-se na pressuposição de que um “tema ou relato” possa chegar intacto em uma outra língua, sem que seja contaminado pela outra cultura ou pela ideologia do tradutor e dos leitores. Nida (1964a) mostra, com suas afirmações, acreditar ser possível que um assunto possa permanecer intocado pela relação interlingüística e intercultural desencadeada pela tradução. Além disso, parece crer na possibilidade de espelhamento de uma cultura em uma segunda língua, suporte de uma cultura necessariamente diferente.

Mas os problemas internos à teoria afloram com maior clareza quando Nida (1964a) trata do segundo grupo lexical, aquele composto pelos termos que identificam objetos culturalmente diferentes, mas que teriam funções similares. Para o autor, é em questões relativas a esse grupo que podem surgir “confusões”. Nesses casos, especifica que o tradutor “deve usar outro termo que reflita a forma do referente, embora com função não equivalente, ou um que identifique a função equivalente, às custas da identidade formal” (p. 167). No exemplo dado, sugere que

“book” (“livro”) possa substituir o que, na época do Novo Testamento, era chamado de “papyrus” (“papiro”), pela similaridade de função dos dois termos. No entanto, alerta os tradutores para os anacronismos, dados como “outro meio de violar a coadecuação entre mensagem e contexto” (p. 169). Os exemplos dados nesse ponto não diferem do reproduzido acima, mas são considerados inadequados: traduzir “*demon possessed*” (“possuído pelo demônio”) por “*mentally distressed*” (“mentalmente perturbado”) “desvirtua a vida em períodos historicamente diferentes” (p. 169). Também não diferem dos exemplos dados no capítulo “*Types of correspondences and contrasts*”, em que trata da questão das diferenças entre termos para se referir a moedas e a medidas. Nesse capítulo, não desaprova que “*talent*” (“talento”) ou “*denarius*” (“denário”) sejam traduzidos por “*dollars*” (“dólares”); apenas alerta os tradutores para que os montantes sejam adequados ao tipo de contexto: “um talento antigo valia, em conteúdo de prata, cerca de 960 dólares, mas o homem que recebeu cinco talentos não se lembrará de ter conseguido 4.800 dólares, mas sim cinco mil” (p. 217). Assim, se se está fazendo o ajuste de moeda, é esse o montante que deveria ser usado. Nida (1964a) lembra também que se deve levar em conta o poder aquisitivo das moedas em cada época, e sugere que não se equipare o denário ao seu valor de conteúdo de prata hoje (“17 cents”, ou “17 centavos”), porque esse “era o salário-padrão de um trabalhador não especializado” (p. 217). Entretanto, transformar “talento” ou “denário” em dólar pode ser perfeitamente classificado como “anacronismo”, o que até pode sugerir, para um leitor mais ingênuo, que essa moeda já estivesse em uso na época retratada.

Indicações inconsistentes também podem ser notadas em *The theory and practice of translation* (1969/1982b). Por exemplo, no primeiro capítulo, no item em que determina que “o tradutor deve tentar reproduzir o significado de uma passagem da maneira como é compreendido pelo escritor” alerta para o seguinte caso: “não devemos ler, no relato da criação feito no Gênese, nossa própria ‘visão do mundo’ e traduzir dias por ‘eras geológicas’, ou ‘abóbada celeste’ [*dome of the sky*] (erroneamente traduzida em inglês por ‘firmamento’ [*firmament*]) por ‘ionosfera’” (p.

8).²² Apesar de admitir que se use o sistema monetário moderno, não concorda, nesse caso, com o uso de termos aceitos nos estudos científicos de hoje.

Da mesma maneira, há problemas quando trata da aceitabilidade da tradução. Ao comentar algumas diferenças entre *Good news for modern man: the New Testament in today's English version* (TEV) e a tradução de Phillips, *The New Testament in modern English*, Nida (1969/1982b) contrasta “uma tradução lingüística, legítima, e uma tradução cultural, ou adaptação, que não é legítima” (p. 134). Fornece um exemplo do que considera ser uma tradução “legítima” (TEV), ou seja, uma que apresente equivalência dinâmica, e uma que não é “aceitável” (*The New Testament in modern English*):

<i>Today's English version (TEV)</i>	<i>The New Testament in modern English</i>
“this is the meaning of the law of Moses and the teaching of the prophets” (“esse é o significado da lei de Moisés e o ensinamento dos profetas”)	“this is the essence of all true religion” (“essa é a essência de toda a verdadeira religião”)
“a woman [...] who had an evil spirit in her that had kept her sick for eighteen years” (“uma mulher [...] que tinha em si um mau espírito que a manteve doente por dezoito anos”)	“a woman who for eighteen years had been ill from some psychological cause” (“uma mulher que esteve doente por dezoito anos por algum motivo psicológico”)
“then Satan went into Judas” (“então Satã entrou em Judas”)	“then a diabolical plan came into the mind of Judas” (“então um plano diabólico veio à mente de Judas”)

(Nida, 1969/1982b, p. 134)

²² Note-se que, no *The Oxford encyclopedic English dictionary*, uma das definições para “dome” é “uma abóboda ou baldaquino natural (do céu, das árvores, etc.)”; no verbete “firmament”, encontra-se a seguinte explicação: “o céu visto como uma abóboda ou arco”. No *Aurélio eletrônico*, “abóbada celeste” se classifica como termo de astronomia e se define como “o firmamento”. A sutil diferença entre uma tradução supostamente “errada”, “firmament”, e uma “correta”, “dome”, não é explicada pelo autor.

Nida (1969/1982b) explica a legitimidade da TEV por “crer na significação dos eventos e situações históricos exatamente como ocorreram. Fazer a adaptação cultural é o papel do pastor e do professor, não do tradutor” (p. 134). No entanto, essas “adaptações” ou interpretações são perfeitamente equiparáveis aos exemplos monetários fornecidos acima, ou à substituição de “papiro” por “livro”. Não há uma explicação interna à teoria que indique porque, em alguns casos, a equivalência dinâmica implica uma adaptação cultural e, em outros, deixa de ser considerada “legítima”. A diferenciação parece totalmente dependente do ponto de vista religioso: os pontos “básicos” sob um determinado ponto de vista – o protestante – não poderiam ser alterados, ou “naturalizados”. Isso fica claro quando Nida (1969/1982b) diz que a determinação contextual é um problema: ao mesmo tempo em que não se pode sobrecarregar o texto, é necessário que o leitor compreenda a passagem. Essa questão seria resolvida pela análise da função do item no texto. Assim, em um contexto em que, por exemplo, uma figueira não tivesse valor simbólico especial, a palavra poderia ser traduzida pelo termo genérico “árvore”, ou por uma palavra que designasse uma planta com valor funcional igual; em outros casos, seria necessário fornecer uma explicação (p. 110). Ora, essa determinação do “valor” é totalmente dependente da doutrina da Igreja, representada por um exegeta, ou pela própria instituição religiosa, no caso da Bíblia.²³

²³ Nesse trecho, Nida (1969/1982b) faz um comentário que mostra o quanto é relativa a atribuição do “valor” de um item: “na maldição da figueira (Marcos II:12-14) e na fertilização da figueira (Lucas 13:6-9), *alguns especialistas acreditam* que se deve fazer referência específica à figueira, pois ela tem o valor simbólico de identificar a fertilidade da nação judaica” (p. 110, grifos meus). Considero importante notar que a Igreja Católica deixa claro que a interpretação da Bíblia é totalmente dependente de questões de fé e de doutrina. A Pontifícia Comissão Bíblica afirma que qualquer abordagem dos textos bíblicos parte, necessariamente, de uma pré-compreensão. “No caso da exegese católica, trata-se de uma pré-compreensão baseada nas certezas da fé”, que “não chegam aos exegetas em estado bruto, mas depois de terem sido elaboradas na comunidade eclesial pela reflexão teológica” (p. 132). O próprio documento da Pontifícia Comissão Bíblica (1994), que não é o único no âmbito da Igreja Católica Romana, ressalta que tem como objetivo “precisar a orientação que melhor corresponde à missão do exegeta na Igreja Católica”, preservando seus sentidos contra os das seitas que propõem outras interpretações (p. 35). Na Igreja Católica Romana há um Magistério, que exprime a fé da Igreja e tem “a tarefa de garantir a autenticidade de interpretação e de indicar, quando ocorre, que uma ou outra interpretação particular é compatível com o autêntico Evangelho” (Pontifícia Comissão Bíblica, 1994, p. 124).

3.3. A reestruturação e o equivalente natural mais próximo

Depois de descrever a etapa de transferência, Nida passa à de reestruturação, considerada a mais difícil de lidar porque “depende muito das estruturas da língua receptora” (1975/1982a, p. 92). Nessa etapa, executada de preferência por um “analista de estilo”, realizam-se as “modificações opcionais”, com duplo objetivo: aumentar a “eficiência da tradução” e o “impacto”, ou “embelezar a forma da mensagem”.²⁴ Seria a etapa em que se “ajeita” o texto, para torná-lo fluente, “com estilo satisfatório” (1969/1982b, p. 157). O papel do estilista é fazer com que a tradução fique de acordo com o que o público desejado está acostumado.²⁵ É, portanto, nessa etapa que a tradução se enquadraria no terceiro e no quarto requisitos citados na p. 71 desta tese: ter uma forma natural e espontânea e produzir uma resposta semelhante à do original.

Para Nida (1969/1982b), entretanto, não basta que a “tradução não soe como uma tradução” (p. 12): a Bíblia também não pode sofrer uma “tradução cultural”, ou seja, deve reproduzir a situação histórica que relata. Assim, o autor não aceita o uso de um mero “equivalente natural”, ou seja, um que traduziria as situações para os dias de hoje. Essas exigências levam à introdução de um novo conceito, o “equivalente natural mais próximo”, ou seja, uma tradução que seja lida com fluência, mas que não desrespeite a situação original. Nida explica a diferença entre os conceitos no seguinte trecho:

²⁴ A diferenciação entre “eficiência” e “impacto” parece relacionar-se à teoria da informação. Nida (1969/1982b) associa a “eficiência” à economia de esforço por parte do leitor, ou seja, a um arranjo que “permita a facilidade de decodificação, com o menor gasto de energia” (p. 147). O “impacto” estaria relacionado ao objetivo de deixar uma forte impressão e criar condições favoráveis para que o leitor se envolva com o texto, como comentarei à frente, ainda neste item.

²⁵ John Sturrock (1990) comenta que o modelo em etapas sugerido por Nida (1969/1982b), “de uma tradução bem próxima seguida por uma cirurgia plástica, é o adotado diariamente pelas editoras de todo o mundo, em que as traduções obedecem aos mesmos processos editoriais que os demais textos e são livremente ‘naturalizadas’” (p. 997). De acordo com Sturrock (1990), “como receita geral para a tradução, o pragmatismo do modelo é ofensivo”, mas chega a surpreender vindo de autores que lidam com um texto canônico. Para o autor, o maior problema do modelo seria o pressuposto que o fundamenta: que se possa preservar o significado da fonte intacto no processo. Em outras palavras, sua crítica dirige-se para a premissa de que há uma versão literal e de que nada se perde com a revisão dessa suposta versão literal, apenas se ganha em termos de estilo.

Um tradutor consciencioso vai querer o equivalente natural mais próximo. Por exemplo, argumentou-se que, no inglês de hoje, um equivalente natural de “possuído pelo demônio” seria “perturbado mentalmente”. Alguns poderiam encará-lo como um equivalente natural, mas não é, com certeza, o “equivalente mais próximo”. Além disso, “perturbado mentalmente” é uma reinterpretação cultural que não leva a sério a perspectiva cultural do povo na época da Bíblia. (Nida, 1969/1982b, p. 13)

A introdução desse conceito implica a fragmentação da equivalência dinâmica. Por um lado, há o “equivalente natural”, “caracterizado pelo uso de construções gramaticais e combinações de palavras que não violam os padrões comuns da língua” (1969/1982b, p. 203); opõe-se ao “traducionês”, causado pelo “esforço excessivo na direção da correspondência formal” (p. 208). Por outro lado, há o “equivalente natural mais próximo”, que preservaria o contexto original. Com essa subdivisão, a aceitabilidade da equivalência dinâmica é limitada pela “proximidade” em relação à cultura produtora do texto. Assim, uma tradução que apresente apenas “equivalentes naturais” seria a “tradução cultural”. Mas, de acordo com Nida (1964a), a “tradução legítima” é a que traz “o equivalente natural mais próximo da mensagem da língua-fonte” (p. 166). Para o autor, o primeiro termo, “equivalente”, aponta para a mensagem da língua-fonte; o segundo, “natural”, para a língua receptora; o terceiro, “mais próximo”, uniria “as duas orientações, tendo como base o mais alto grau de aproximação” (p. 166).

Mas, como já se questionou no item anterior, não há como medir, em termos absolutos, o limite da adaptação, ou seja, não há como definir consistentemente uma linha divisória entre o equivalente natural e o equivalente natural mais próximo. Nem haveria a possibilidade de determinar, conclusivamente, quais são as expressões mais “naturais” de uma língua. Entretanto, Nida (1964a) relaciona o terceiro requisito básico para a tradução, definido como “ter forma natural e espontânea” (p. 164), a três áreas do processo de comunicação: à língua e à cultura receptora como um todo, ao contexto de determinada mensagem e ao público receptor. A “naturalidade” está, nessa

teoria, vinculada à mensagem, ao contexto, à época de produção, à época da tradução. Com tantas variáveis, tão complexas e inmensuráveis, conclui-se que se trata de uma “categoria subjetiva”, dependente dos valores atribuídos pela comunidade. Mas Nida (1964a), da mesma maneira que pensa ser possível medir objetivamente a quantidade de informação que passa pelo que denomina “canal”, parece considerar possível o dimensionamento da “naturalidade” das expressões de uma língua, apesar de afirmar que seria questão muito complexa.

A maneira pela qual Nida (1964a) trabalha a questão da “naturalidade” da equivalência dinâmica, além dos problemas comentados acima e da tentativa de prescrição de comportamentos, possibilita o levantamento de outras questões. A primeira delas é sobre se realmente seria unânime a noção de que uma tradução tem que ser lida como se fosse um original, ou seja, se efetivamente a melhor maneira de se traduzir é gerar um texto que não lembre o leitor de que está lendo uma tradução. A história geral da tradução mostra que há períodos em que se prefere uma tradução desse tipo, mas há épocas em que se dá prioridade a uma tradução que supostamente siga a cultura estrangeira, e que há tradutores que afirmam ter escolhido um ou outro caminho, por tê-lo considerado o melhor. O próprio Nida comenta que o “enfoque antigo”, centrado na manutenção da forma, estaria perdendo terreno para o seu “novo conceito” de tradução. Mas há tradutores, como Lawrence Venuti (1986),²⁶ por exemplo, que pensam que a tradução não deve apresentar a “naturalidade” que Nida exige.

²⁶ Venuti (1986) comenta que, hoje, da mesma forma que os leitores querem ler uma tradução como se não o fosse, os editores e resenhistas tendem a aceitar apenas as que possibilitam uma leitura fluente. Para esse autor, ambas as atitudes “apagam completamente a intervenção crucial do tradutor no texto: quanto mais ‘bem sucedida’ uma tradução, mais invisível o tradutor” (p. 179). Como tradutor, Venuti (1986) analisa essa situação como uma “mistificação de todo o projeto de tradução”, que só contribui para o rebaixamento do *status* do tradutor e que tem como consequência os baixos salários pagos pelo seu trabalho (p. 180). Além disso, considera que “a fluência na tradução produz um efeito de transparência tal, que se imagina que o texto traduzido represente a personalidade ou a intenção do autor do original ou o significado essencial de seu texto” (p. 187). Nesse sentido, a fluência estaria fundamentada na concepção de um sujeito livre, consciente, que transcende a linguagem, a história, a ideologia. De acordo com seu ponto de vista, deve-se desenvolver uma estratégia que “tenha uma opacidade que impeça que a tradução pareça uma janela transparente” (p. 190), ou seja, a tradução deve se mostrar como uma tradução, tornando visível o tradutor.

Quanto à resposta do receptor, no primeiro capítulo de *The theory and practice of translation* (1969/1982b), Nida diz que, quando uma porcentagem alta de pessoas compreenderem mal uma tradução, ela não pode ser chamada de uma tradução legítima; não se toma, entretanto, a “compreensão” sob o ponto de vista da interpretação, mas de certo conceito de “inteligibilidade”: “não se deve, porém, medir essa inteligibilidade apenas em função de serem as palavras compreensíveis e as sentenças construídas gramaticalmente, mas em termos do impacto total que a mensagem provoca em quem a recebe” (p. 22). O “impacto” do modelo de Nida (1969/1982b) remete à “reação” dos receptores. Esta, por sua vez, relaciona-se com a compreensão, como se pode verificar no trecho abaixo:

Seria errado, todavia, pensar que a reação dos receptores na segunda língua se limite aos termos da compreensão da informação, já que a comunicação não é meramente informativa. Também se torna necessário ser expressiva e imperativa, se deve servir ao objetivo principal de mensagens como a encontrada na Bíblia. Isso quer dizer que a tradução da Bíblia não precisa apenas veicular informação que as pessoas compreendam, mas também apresentar a mensagem de modo que possam sentir sua relevância (o elemento expressivo da comunicação) e possam reagir a ela com uma ação (a função imperativa). (Nida, 1969/1982b, p. 24)

Esse trecho relaciona a “reação dos receptores”, a “compreensão” e a “inteligibilidade” à tradução “legítima”. Assim, para Nida (1969/1982b), “uma tradução que reproduza, na língua receptora, o equivalente natural mais próximo da mensagem da língua fonte” (p. 12) deve ser aquela que o leitor compreende e à qual ele possa reagir “substancialmente da mesma maneira que os receptores da língua-fonte” (p. 24). Apesar de ressaltar que “a reação nunca pode ser idêntica, porque as situações culturais e históricas são muito diferentes”, julga que o “grau de equivalência de reação” deve ser alto, senão a tradução deixa de cumprir o seu papel (p. 24). Nida (1964a) explica até mesmo o que deve ser analisado para se estudar o papel dos receptores originais da mensagem:

1) o *background* dos receptores pretendidos [...]; 2) a maneira pela qual a mensagem era realmente recebida [...]; 3) o comportamento dos receptores que pode ter “provocado” tal mensagem; e 4) a maneira pela qual os receptores reagiram à mensagem. (Nida, 1964a, p. 244)

A gama de informações necessárias é, portanto, bastante ampla e pressupõe homogeneidade entre os receptores originais. Parece também de cunho behaviorista, pois supõe que a um estímulo determinado corresponda uma resposta. Não diz, entretanto, como se sabe, por exemplo, qual seria o *background* dos leitores ou ouvintes originais de Mateus, ou como eles reagiram à “mensagem”. Mas, se essas quatro etapas já parecem intransponíveis, há outro ponto que Nida (1964a) exige ser considerado: no caso da Bíblia, não existe apenas um conjunto de “fontes e de receptores”, há dois. O primeiro se comporia de Jesus e do público que “provavelmente pretendia atingir”; o segundo, do escritor do Evangelho e do público com quem estaria tentando se comunicar (p. 244).

Nesses termos, Nida (1964a) não estaria trabalhando por uma tradução orientada para o pólo receptor, mas por uma que reproduzisse, nele, efeitos semelhantes aos provocados pelo texto original em seus receptores originais. Apesar de o autor tentar detalhar como se consegue chegar a essas informações, seu leitor não pode deixar de pensar que nunca se passará do nível da suposição, mais ou menos fundamentada em documentos históricos. No caso da tradução da Bíblia, essas conjecturas vão, inevitavelmente, envolver um conjunto bastante específico de valores religiosos.²⁷

²⁷ Nida (1964a) diz que “não se tem sempre certeza sobre como o público original reagiu” ao texto (p. 170). Mas dá um exemplo em que, ao mesmo tempo, aponta para o caráter de conjectura que há a respeito dessas questões e para sua aparente segurança quanto à veracidade de sua própria interpretação, mesmo quando diferente de uma aceita por muitos. Relata que alguns tradutores da Bíblia achavam que, porque o Novo Testamento estava escrito em grego *koiné*, o falado pelo povo, a tradução deveria também ser em linguagem popular; entretanto, para Nida, “a verdade [...] é que muitas mensagens do Novo Testamento não eram destinadas primeiramente ao homem das ruas, mas ao homem das congregações” (170); isso significaria que muitas expressões incompreensíveis para o homem comum poderiam ser utilizadas. Nida (1964a) vai contra um forte argumento, sem especificar a fonte de sua “verdade”. Esta, entretanto, não se pode estabelecer sem o recurso interpretativo. Um especialista, Born (1971), por exemplo, afirma que os Evangelhos têm “finalidade didático-religiosa” e que “foram escritos a serviço do apostolado, (...) como um testemunho e um apelo para a aceitação da fé” (p. 516). Mas, ao mesmo tempo em que declara que “Lucas escreveu seu livro para convencer os fiéis da fidedignidade da doutrina que abraçaram”, admite que é a partir “dos próprios textos dos

Deve-se também refletir a respeito de para quem certos “temas e relatos” são básicos e sobre quem são os leitores originais de que Nida fala. Ainda que a exposição teórica de Nida remeta aos primeiros leitores da Bíblia, praticamente todos os exemplos fornecidos se referem ao inglês, sugerindo que toma como ponto de partida para suas análises o texto em inglês. O fato de Nida (1969/1982b) incluir 10 textos bíblicos em sua bibliografia, mas apenas um em grego, reforça essa hipótese. A certeza dessa idéia se amplia com o fato de que Nida (1964a, 1969/1982b) não se reporta às versões do hebraico ou do aramaico.

Assim, o processo de tradução da Bíblia, no esquema colocado pelo autor, não envolve apenas a cultura bíblica e a receptora, pois as traduções não são necessariamente feitas do hebraico, do grego e do aramaico para outras línguas: há uma terceira cultura envolvida, a anglo-americana, ou melhor, uma parcela dessa cultura, que compartilha determinada orientação religiosa, o que sugere que já houve uma etapa de “aculturação” do texto para leitores anglo-saxônicos, anterior à passagem para as outras línguas. Da mesma maneira pela qual os padrões do inglês influenciam a análise lingüística de Nida (1964a, 1969/1982b), os padrões da cultura “original” serão contaminados por uma certa ideologia. Não se pode evitar que o conjunto de idéias dominantes em uma comunidade social contaminem uma leitura, uma análise e determinem o que os membros dessa comunidade devem valorizar. Ainda que Nida (1964a) saliente que a terminologia das Sagradas Escrituras não é técnica, ou seja, não resulta de qualquer análise teológica, é inevitável que sua leitura sofra a influência da doutrina estabelecida pela Igreja a que o leitor se vincula. Isso significa que há uma circularidade no esquema proposto que compromete o próprio modelo: a teoria determina que a resposta dos leitores da tradução seja a mesma que a dos leitores originais do texto grego; este, por sua vez, já passou por uma tradução para o inglês, ou seja, já se adequou a certos padrões culturais. Há, portanto, uma espécie de

Evangelhos e de seu modo de relatar [que] deveremos *deduzir* como se apresentam” (Born, 1971, p. 516, grifos meus). Esta é, assim, uma questão de interpretação relacionada intimamente à doutrina estabelecida por uma autoridade religiosa, e cada especialista ou grupo deles vai chegar às suas conclusões a respeito, dependendo da doutrina em que acreditam.

contaminação e o resultado pode ser visto como uma colonização religiosa, pois a prática que Nida prega revela a tentativa de assimilação dessas culturas aos termos de uma determinada religião da cultura anglo-americana. Nesse sentido, pode-se falar em uma prática imperialista, em que, ao lado da difusão de uma fé, se propagam os valores da cultura anglo-americana.

Ainda que fosse possível reproduzir, nos leitores, efeitos semelhantes aos que o texto original produziu nos leitores originais, o lugar que essa reprodução ocupa na teoria aponta para uma contradição. Nida prescreve uma prática voltada para o receptor, mas teoriza como se o ideal de toda tradução fosse a identificação com a origem. No entanto, ao tentar atender aos dois pólos, questão comentada na página 82 desta tese, abre-se uma lacuna entre a teoria e a prática.

Por um lado, Nida (1964a) afirma que “os receptores, em cada ocorrência, só podem reagir a uma mensagem pela maneira como foi comunicada a eles em sua própria língua e só podem reagir com um comportamento no contexto cultural em que vivem” (p. 148). Enfatiza-se esse ponto com a seguinte afirmação: “a conformidade de uma tradução com a língua e a cultura receptora é um ingrediente essencial para qualquer produção estilisticamente aceitável” (p. 167). Isso significaria que a mensagem teria que se adaptar à cultura do leitor, de modo que o receptor fosse capaz de, “em sua própria cultura, reagir à mensagem em sua língua substancialmente da mesma maneira pela qual o receptor da cultura original reagiu” (p. 149).

Mas, por outro lado, o autor apresenta uma teoria que prescreve que todos os traços do original devem ser conservados. O trecho abaixo, retirado do item em que Nida relaciona os “princípios que governam traduções orientadas para a equivalência dinâmica”, exemplifica essa meta de identificação com a origem:

Não é apenas essencial que uma tradução evite certos fracassos óbvios em ajustar a mensagem ao contexto, mas também que incorpore certos elementos positivos de estilo que forneçam ao discurso o tom emocional adequado. Esse tom emocional deve refletir exatamente o ponto de vista do autor. Assim, em uma tradução com equivalência dinâmica, devem estar refletidos com precisão elementos como

sarcasmo, ironia, ou recurso jocoso. Além disso, é essencial que se represente precisamente cada participante introduzido na mensagem. Isso significa que os indivíduos devem se caracterizar apropriadamente pela seleção e arranjo adequado de palavras, de modo que traços como classe social ou dialeto geográfico se evidenciem imediatamente. Ademais, deve-se permitir que cada personagem tenha o mesmo tipo de individualidade e personalidade que o próprio autor lhe atribuiu na mensagem original. (Nida, 1964a, p. 170)

A leitura dos parágrafos acima, um em que Nida (1964a) sustenta a “conformidade da tradução com a cultura receptora” (p. 167); e o outro, em que exige a repetição do ponto de vista do autor, provoca, inevitavelmente, a seguinte questão: como é possível, ao mesmo tempo e em um mesmo texto, adequar uma escritura a um receptor e refletir exatamente as relações retratadas pelo original? Pensando-se em caracterização de personagens, como um tradutor do inglês poderia, por exemplo, fazer com que um leitor brasileiro identificasse, pelo dialeto, as diferenças entre um personagem escocês, um irlandês, um americano e um inglês? Haveria alguma maneira de tornar essas características “imediatamente evidentes”? E como conciliar dois pólos culturais, o da Bíblia e o da língua receptora da tradução, ou três, se acrescentarmos o anglo-americano, e preservar tudo o que o autor quis dizer e ainda ter uma mesma resposta dos receptores?

A questão é problemática, mesmo nos termos da proposta de Nida (1964a, 1969/1982b), pois sua tentativa de conciliação de pólos tão diferentes, acaba por levá-lo ora a sublinhar a importância de um, ora a enfatizar a do outro. Em *Language structure and translation*, por exemplo, afirma o seguinte:

Uma das tarefas essenciais do tradutor da Bíblia é reconstruir o processo comunicativo que se evidencia no registro escrito da Bíblia. Em outras palavras, ele precisa se empenhar no que tradicionalmente é chamado exegese, não na hermenêutica, que seria a interpretação de uma passagem em termos de sua relevância para o mundo atual, não para a cultura bíblica. (Nida, 1975/1982a, p. 29)

Nessa passagem, Nida prescreve que se deve buscar o significado do trecho tal qual quando foi escrito e não tentar fazer com que o texto tenha um significado contemporâneo. O ponto central é o “contexto cultural total”, ou seja, o de origem.

Contudo, ao tratar da avaliação ou do julgamento dos “méritos relativos de duas ou mais traduções”, Nida propõe três critérios básicos: “1º) a eficiência no processo de comunicação; 2º) a compreensão da intenção; 3º) a equivalência de reação” (1964a, p. 182). O segundo critério, “a compreensão da intenção original”, ou “a precisão com a qual se representa na tradução o significado da mensagem da língua-fonte”, seria dependente da orientação dada (p. 182). Em uma tradução com equivalência formal, deve-se julgar a “compreensão” em termos do contexto-fonte; em uma tradução com equivalência dinâmica, “tem que se compreender essa intenção em termos da cultura receptora” (p. 182). Aparentemente, há uma contradição, pois, assim descrita, a equivalência dinâmica exigiria uma adaptação em termos culturais. Entretanto, se imaginarmos que a “precisão” se mediria de acordo com o que compreende o receptor, nos termos de Nida (1964a, 1969/1982b) esta remete de volta à reação do receptor original, como explicado na página 84 desta tese. Desse modo, a contradição está em outro ponto: no fato de o julgamento de ambas as orientações acabar se atrelando ao “contexto original”, às intenções originais, ao comportamento do leitor original.

Se o ponto discutido acima leva o leitor a pensar sobre qual seria, então, a extensão da “equivalência dinâmica” que Nida permitiria, o trecho abaixo aponta para um alcance muito estreito:

O fato de uma língua receptora ter uma estrutura verbal em que objeto, sujeito, objeto indireto, tempo verbal, aspecto, direção, modo e condição possam todos ser expressos, não necessariamente significa que toda a informação disponível no texto de língua-fonte precise ser explicitada. Na realidade, um exame dos textos de língua-fonte freqüentemente mostra que se deixam implícitos muitos traços. Se é este o caso, o tradutor deveria tentar tornar paralelas essas estruturas,

em vez de tentar, no espírito da fidelidade ao original, incluir todo elemento possível na língua receptora. (Nida, 1964a, p. 224)

Em outras palavras, Nida tenta prescrever o paralelismo estrutural, semântico e pragmático dos textos. Dada a orientação geral no sentido da equivalência dinâmica, não seria de se esperar preocupação com tal grau de espelhamento. Entretanto, mesmo a noção de que o texto deve apresentar correspondência formal subjaz a seu trabalho, tanto que sua obra se funda nos casos em que o “equivalente formal” não é o “equivalente dinâmico”. O viés formalista é especialmente nítido no décimo capítulo de *Toward a science of translating* (1964a), em que trata das “técnicas de ajuste usadas no processo de tradução” (p. 226). De acordo com o autor, o produto da busca dos equivalentes naturais mais próximos pode normalmente se classificar como “adição”, “subtração” ou “alteração”. Ora, apenas o fato de considerar como “subtração” a supressão de uma conjunção como “and” (“e”) aponta para o formalismo. Mas as descrições dessas “técnicas de ajuste” são bem mais ilustrativas. Nida (1964a) salienta, por exemplo, que apenas alguns tipos de adições podem “legitimamente” se incorporar – e a grande maioria dos “tipos” classificados diz respeito a diferenças estruturais entre as línguas, não a questões culturais (p. 227-230). Da mesma maneira, identifica como subtrações os “ajustes que envolvem certas *perdas* estruturais, mas que são aconselháveis por causa dos padrões gramaticais ou semânticos da língua receptora” (p. 231, grifos meus). Chega mesmo a afirmar que não se devem encarar as “perdas” em relação a categorias não obrigatórias em certas línguas “como violações do princípio da fidelidade; ao contrário, não omitir essas categorias seria violação real do princípio da correspondência precisa” (p. 232).²⁸ A preocupação de Nida (1964a) com os elementos formais é tão grande que chega a caracterizar como “perda” um elemento que ele mesmo considera necessário omitir. Mesmo ao comentar as “alterações”, dá maior destaque a categorias gramaticais, tais como alteração da classe de palavra (de

²⁸ O exemplo dado é de uma língua em que a categoria de plural seria optativa; nesse caso, “em uma tradução, essas formas só deveriam ser empregadas no mesmo tipo de situação e com aproximadamente a mesma frequência que em um texto da língua receptora” (p. 232). Em outras palavras, o autor determina que se omita o plural do original em determinados casos.

substantivo para verbo, por exemplo), ordem e estrutura da oração ou da sentença. Fica claro, portanto, que “ajustes” só são aconselháveis “quando uma tradução literal, ou muito próxima, resulta em expressão sem sentido ou em interpretação errada” (p. 238).

O “novo conceito de tradução”, que se coloca como uma prática orientada para a recepção, mostra-se, teoricamente, como um modelo que busca proteger os significados do original, mas acaba por oferecer os significados atribuídos por uma determinada igreja. As indicações que Nida (1969/1982b) faz para a etapa de expansão do texto durante a reestruturação são um argumento para fundamentar essa afirmação. O autor sugere que, em trechos difíceis de entender, o tradutor explicita o que está implícito no original. Seus exemplos se assemelham aos que fornece quando trata dos núcleos e, como aqueles, apresentam um viés dogmático. Nida explica que a tradução da frase “*I am the resurrection and the life*” (“eu sou a ressurreição e a vida”) deveria esclarecer que não há intransitividade em “*resurrection*” (“ressurreição”), mas causalidade. Para Nida (1969/1982b), a frase significa “*I am the one who causes people to rise again and to live*” (“eu sou aquele que faz com que as pessoas se ergam novamente e vivam”), e, de acordo com o autor, a tradução deve evidenciar que não é Jesus que se ergueria e viveria novamente, como a maior parte dos falantes de inglês compreendem a passagem, mas as pessoas de fé (p. 166). Da mesma maneira, “*I am a jealous God*” (“eu sou um Deus ciumento”) poderia expandir-se para não dar a entender que Deus age como um amante abandonado, ou que é possessivo e mesquinho, ou mesmo que haja alguma conotação sexual na passagem. Assim, de acordo com Nida (1969/1982b), em algumas línguas, a oração teria que ser reestruturada, por expansão, para se ler “*I am a God who demands that my people love no one else other than me*” (“eu sou um Deus que exige que meu povo não ame ninguém, além de mim”) (p. 167).

Nida sugere várias técnicas de reestruturação, ou de ajuste, para a apresentação final do texto. Todas têm como objetivo fornecer a interpretação “correta”, ou evitar que os leitores façam a leitura “errada”, facilitar a leitura e fazer

com que o leitor se envolva com o texto. Essas operações devem implicar a menor diferenciação possível em termos da forma do original, sem significativas concessões à cultura do receptor. Entretanto, apenas o fato de propor tais técnicas de ajuste já envolve aceitar que não há um único sentido possível, ou seja, reconhecer que a leitura é interpretativa.

4. A equivalência sob a ótica lingüística: considerações finais

A análise feita nos itens anteriores mostra que as três vias de contato entre tradução e lingüística tiveram como preocupação central a busca de uma sistematização da equivalência. Cada uma das vertentes tem seus propósitos específicos: a lingüística contrastiva usa a tradução para fornecer critérios básicos para a comparação entre línguas; Catford (1965/1980) toma a lingüística como fundamento para uma proposta de teoria da tradução; Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b) faz uso instrumental de um aparato lingüístico para solucionar questões de tradução. Apesar dessas diferenças, em todos os trabalhos se aponta a lingüística como a base para justificar, de um modo pretensamente objetivo, as escolhas dos tradutores, ou sua “intuição”. O ponto comum corresponde à tentativa de criação de uma proposta para se estabelecer precisamente o que é o “equivalente de tradução”, ou seja, para predeterminar o que se pode considerar equivalente.

Para atingir esse objetivo, entretanto, parte-se de uma concepção vaga de equivalência como igualdade de valores, provavelmente derivada da etimologia do termo e de seu uso em matemática. A falta de definição da noção indica, por um lado, que se aborda abstratamente a questão e, por outro, que se concebe a tradução como uma espécie de reprodução, em uma língua, de um enunciado emitido em outra.

A análise dos trabalhos mostra que o chamado “equivalente de tradução” em lingüística contrastiva é uma idealização, um construto que estaria acima do uso das línguas envolvidas, definido de acordo com uma característica formal ou semântica

predeterminada, não com o emprego de traduções produzidas em circunstâncias usuais por um tradutor, com um certo objetivo, para um determinado público. Na medida em que se trata de “um modelo lingüístico abstrato que se usa como base para indicar a maneira pela qual se representaria uma determinada categoria lingüística” em duas línguas (Els *et al.*, 1984), o sistema de referência tem que ser bidirecional, ou seja, deve aplicar-se do mesmo modo às duas línguas envolvidas.

Catford (1965/1980) e Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b), por outro lado, encaram a relação como unidirecional, priorizando a língua ou a cultura de partida. Para ambos, o ponto inicial do tradutor é a determinação do sentido do texto de partida, que se deve substituir por sentido equivalente na língua da tradução. O *status* desse equivalente é um pouco diferente para cada um desses autores, mas as implicações de suas postulações são equiparáveis. Para Catford (1965/1980), o significado encontra-se na superfície dos textos, mas não pode ser o mesmo nas duas línguas, não havendo, em tradução, a transferência de significados, mas a substituição de elementos do texto de partida por outros que contenham todos os traços “funcionalmente” relevantes dos elementos iniciais. Na medida em que considera que as relações entre os itens lingüísticos acontecem de maneira diferente em cada língua, nunca poderíamos ter um mesmo significado. Isso não impediria a tradução, na maior parte dos casos, porque nem sempre os significados “lingüísticos”, ou seja, os que se transmitem pelas relações lingüísticas, são também “funcionalmente” relevantes, isto é, são o que se pretende comunicar em uma situação específica. Para Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b), por outro lado, a transferência de significados se dá como uma das etapas do processo tradutório. A análise lingüística da forma superficial e sua transformação em forma de núcleo garantiriam a preservação de todo o significado do texto de partida.

Para os dois autores, a análise lingüística é, portanto, crucial na determinação da equivalência. Para Catford (1965/1980), com o fim de criar regras e explicar os problemas tradutórios – inserindo-os no âmbito da lingüística. Para Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b), serve como meio para resolver os problemas

tradutórios e fazer traduções corretas. Ambos compartilham objetivos prescritivos, ainda que seus métodos sejam diferentes: o recurso a informantes ou à comutação, no caso de Catford (1965/1980); e ao núcleo, no caso de Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b). Entretanto, como argumentei acima, esses recursos não levam a uma prática totalmente controlada, pois não podem ser descritos como recursos isentos, ou seja, independentes do sujeito responsável por eles.

Ainda que haja divergência entre os dois autores em relação à origem do significado e da proporção dele que se transmite em outra língua, o conceito de tradução de ambos envolve a nivelação entre os textos: de significados ou de traços. Essa concepção acaba tendo como consequência a subdivisão do conceito de equivalência. Em um primeiro momento, Catford (1965/1980) faz uma divisão bipartite entre correspondência formal e equivalência textual, fundamentando a última em traços, subdivididos em três categorias: a dos linguisticamente relevantes, a dos situacionalmente relevantes e a dos funcionalmente relevantes. Entretanto, seu projeto final de formulação de regras de tradução, baseadas na equivalência, tem que se adiar para o momento em que se puder determinar a relevância funcional, ou seja, a equivalência total de tudo o que o original pretendeu comunicar. Nida (1964a, 1975/1982a) também trabalha, inicialmente, com uma divisão binária: correspondência formal e equivalência dinâmica, mas esta acaba sendo subdividida em duas categorias, a de equivalente natural e a de equivalente natural mais próximo. Os dois autores apresentam, assim, uma série de categorizações, aparentemente objetivas, com viés formalista e com o fornecimento de parâmetros supostamente fixos e determinados para definir os variados tipos de equivalência. No entanto, nem um nem outro atinge esse objetivo, na medida em que os limites que pretendem demarcar mostram-se nebulosos e sujeitos à interpretação, ou seja, dependentes do ponto de vista de análise.²⁹

²⁹ Carson (1987) chega a afirmar que “os princípios da equivalência dinâmica” devem ser melhor esclarecidos e delimitados, com o objetivo de resguardá-los contra o “considerável potencial de abuso” (p. 4). Taber (1988), co-autor de *The theory and practice of translation* (1969/1982b), concorda com a cautela expressa por Carson e explica que, realmente, as precauções que ele e Nida tomaram ao expor o conceito “não evitaram todos os tipos de extensões impróprias” (p. 53). Com essas afirmações,

Problemático também é certo uso que dão ao termo “equivalente”. Catford (1965/1980) chega a usá-lo para se referir a relações “que não se justificam pela comutabilidade dos textos da LF e da LM em uma mesma situação” (p. 27), ou seja, emprega o termo para referir-se a relações que não se adequam à sua definição de equivalência textual (v. item 2.2. desta tese). Nida (1964a) emprega o termo para se referir a soluções que considera inadequadas: relações formais entre os textos (“equivalência formal”), que define como distorções da mensagem, e equivalentes naturais, que não aceita como traduções legítimas (v. item 3.3. desta tese).

Embora os trabalhos abordados neste capítulo ressaltem que tradução é resgate, de carga semântica ou de traços, e que o conteúdo é prioritário em relação à forma, a análise feita leva à conclusão de que os estudos lingüísticos relacionados à tradução dão muito mais importância à correspondência formal. Das três vertentes de estudos lingüísticos, apenas a lingüística contrastiva justifica essa prioridade, pois nessa área se usa a equivalência de tradução como um meio de provar que as formas de duas ou mais línguas podem ser comparadas. Como consequência da importância atribuída aos aspectos formais, há o distanciamento entre o que os autores propõem na teoria e os exemplos da prática que eles fornecem. Os exemplos contextualizados, de traduções efetivamente realizadas, conduzem à concepção de uma prática interpretativa, à noção de um tradutor com papel ativo no processo, cujas circunstâncias influenciam as soluções dadas. É o caso, por exemplo, das análises que Nida (1964a, 1975/1982a) faz das estruturas com “*of*” (v. item 3.1. desta tese), em que, em lugar da postulada objetividade da análise transformacional, afloram as concepções do analista. Dessa maneira, abre-se uma lacuna entre a teoria e a prática, porque as teorias propõem relações objetivas entre o analista/tradutor e o texto, enquanto a prática se revela produto da interpretação do sujeito. Nas teorias propostas a equivalência é um conjunto de requisitos básicos, que não tem fundamento nos textos ou nas culturas envolvidas, mas em exigências abstratas, determinadas pelo modelo em que se baseia a

proposta. A relação de significação postulada é estática e a-histórica, pois a tentativa de formulação de métodos para atingir a exata significação dos textos por meio da análise lingüística pretende ser válida universalmente. Isso vincula a concepção de equivalência a uma noção de tradução como transporte ou substituição de significados pretensamente neutros, que não sofreriam influência alguma do meio para que se dirigem. Relaciona também a equivalência à concepção de leitura como resgate ou descoberta de relações estáveis no texto de partida.

Se, de acordo com Kelly (1979), o que o lingüista teria para oferecer ao tradutor seria “uma análise da equivalência e alguma justificativa objetiva para as intuições do tradutor” (p. 24), as pesquisas estão muito longe de alcançarem essa meta. Ainda que os modelos fossem internamente consistentes, apenas a vagueza das definições e a fragmentação que sofre o conceito justificariam essa afirmação.

CAPÍTULO II - LITERATURA E TRADUÇÃO

A exposição realizada no capítulo anterior já deixou claro que as abordagens baseadas na lingüística não dedicam muito espaço à literatura. Há autores, como Catford (1965/1980), que pensam sobre a possibilidade de inserir o estudo da tradução literária em um modelo de análise quantitativo. Outros, como Jean Delisle (1980), delimitam seus estudos com a exclusão dos textos literários porque sua recriação estaria fundada em aspectos “estéticos” e “artísticos”, não no “conteúdo nocional das mensagens” (p. 23).

Os autores que se dedicam aos estudos literários também evitam tratar do assunto e “a grande maioria dos escritores e poetas que abordam a questão da tradução de textos literários considera que traduzir é destruir, é descaracterizar, é trivializar”, ou que é “teórica e praticamente impossível” (Arrojo, 1986, p. 25-6). A maior parte dos trabalhos publicados que tratam de tradução e literatura entre os anos 60 e 70 é pontual, ou seja, enfoca um texto específico, um autor, uma literatura nacional ou um tradutor.³⁰ De uma maneira geral, aborda-se a tradução como criação artística, com fins estéticos, e os trabalhos não se sistematizam em um enfoque teórico, pelo contrário, buscam mostrar particularidades da recriação literária. A heterogeneidade de pontos de vista e a assistemática dos enfoques fazem com que os trabalhos sejam de difícil análise, sob o ponto de vista teórico. Além disso, são estudos que se concentram em uma questão específica, tratando de maneira muito genérica o tema que orienta esta tese, a equivalência.

Tendo em vista essa situação, busquei trabalhos que seguissem uma determinada linha de pensamento e que fossem escritos por autores que abordassem a

³⁰ Fiz uma pesquisa bibliográfica na *MLA International Bibliography* que mostrou que, entre 1963 e 1980, até mesmo alguns títulos de artigos são recorrentes, com alterações de uma ou duas palavras, especificando o ponto focado. Assim, há um trabalho denominado “*The translation of English literature*”, mas outros que apenas alteram o adjetivo que indica a literatura específica; há outros, do tipo “*Shakespeare in translation*”, em que há apenas a substituição do nome do autor; outros, mudam os nomes das obras (“*On translating Faust*”, por exemplo).

tradução como tema principal de suas pesquisas. Essa especificidade foi encontrada em estudos de pesquisadores das Universidades de Tel Aviv, Antuérpia, Amsterdã e Leuven que tentaram, no fim dos anos 70, “estabelecer um novo paradigma para o estudo da tradução literária” (Lefevere, 1983, p. 190). Dentre os trabalhos, selecionei os de dois autores que dirigem críticas específicas a abordagens que se baseiam na noção de equivalência: Lefevere e Toury, que publicaram vários estudos sobre a tradução de textos literários nos últimos 20 anos. Neste capítulo vou examinar alguns aspectos de suas propostas de estudo da tradução, especialmente suas concepções de tradução, o lugar em que situam os estudos na área, suas críticas às demais teorias e a maneira como abordam a questão da equivalência. A análise tem duplo objetivo. Em primeiro lugar, busca verificar quais são os pontos de convergência e os de divergência em relação aos estudos de fundamentação lingüística que os dois autores criticam explicitamente. Em segundo lugar, procura verificar, no interior da proposta de cada um, como as concepções desses autores se articulam e como o quadro geral de seu trabalho se apresenta. Faz parte da análise examinar, também, até que ponto o trabalho desses dois pesquisadores efetivamente se afasta do paradigma dos estudos baseados na lingüística e rejeita a noção de equivalência.

Tanto Lefevere como Toury inserem suas pesquisas nos domínios de uma disciplina denominada Estudos da Tradução [*Translation Studies*], termo cunhado por James Holmes (1972/75, *apud* Edwin Gentzler, 1993, p. 74).³¹ Nessa linha de pesquisa, Gentzler (1993) insere trabalhos com objetivos bastante diferentes: os da Escola de Leuven, Bélgica (José Lambert, Lieven D’Hulst, Katrin Van Bragt), dirigidos para o estudo de traduções de certos períodos; os da Escola Holandesa (Kitty M. Van Leuven-Zwart), dedicados à comparação sistemática de traduções no nível microestrutural (*bottom-up*); os do grupo Anglo-americano (Susan Bassnett, André Lefevere), direcionados para o exame das condições de recepção de traduções em uma

³¹ Toury, Lefevere e Gentzler denominam *Translation Studies* (Estudos da Tradução) os estudos descritivos desenvolvidos pelo grupo formado pelos pesquisadores das universidades acima citadas. A referência a “Estudos da Tradução” devem ser entendidas nessa acepção, ou seja, no sentido restrito de abarcar essa linha de pesquisa. Por outro lado, há um sentido mais amplo do uso do sintagma, que inclui todo e qualquer estudo que envolva tradução, que emprego nesta tese em letras minúsculas.

determinada cultura e época; e os da Escola de Tel Aviv (Itamar Even-Zohar e Gideon Toury), fundamentados na teoria dos polissistemas e orientados para a busca de normas seguidas em traduções. O que esses trabalhos teriam em comum, de acordo com Gentzler, é rejeitar a noção de equivalência enquanto construto definido a partir do texto de partida, um ideal a ser atingido e sujeito a regras determinadas pelos teóricos.

Tendo em vista essa afirmação, a análise dessa questão nos trabalhos de Lefevere e Toury vai merecer especial atenção no presente capítulo. Da mesma maneira, pretendo examinar se esses dois pesquisadores se opõem, como afirma Lefevere, à abordagem “essencialista” que fundamenta o “pensamento tradicional sobre tradução de literatura” (1983, p. 190). O próprio Lefevere já aponta para uma dúvida em relação a essa questão, ao declarar que a “teoria dos polissistemas é simples, consistente e potencialmente produtiva”, mas enfrenta problemas. Um deles é descrito como “uma espécie de crescente essencialismo [...] dramaticamente evidenciado pelo aparecimento de um '*tertium comparationis*' pairando em algum lugar [...] entre o original e a tradução” (p. 193). Toury (1980), por sua vez, afirma que tem aumentado muito o número de pesquisadores envolvidos nessa chamada nova área, mas salienta que esse aumento só foi quantitativo, pois “os Estudos da Tradução não se libertaram dos vínculos com os paradigmas antigos e parciais” (p. 79).

Entretanto, os dois autores consideram que os seus trabalhos diferem dos paradigmas “antigos e parciais”, situam seus trabalhos na área de Estudos da Tradução, criticam a orientação de outras abordagens, especialmente as que partem da noção de equivalência enquanto construto *a priori*, e concentram-se na descrição de traduções de obras literárias. Direccionam seus estudos para a análise da solução dada por um certo tradutor ou grupo deles, e para as razões pelas quais uma determinada escolha foi feita, em detrimento de outras possíveis, e evitam a prescrição de regras. Neste capítulo, analiso suas propostas.

1. André Lefevere: a tradução como reescritura

Apesar de Lefevere ter estudado a tradução literária durante, pelo menos, duas décadas, neste capítulo examino apenas as idéias apresentadas nos trabalhos publicados a partir de 1980. Seus trabalhos dos anos 70 são incluídos por Gentzler (1993) no capítulo destinado aos “*Early Translation Studies*”, com o comentário de que apresentariam uma postura prescritiva e teriam como objetivo subjacente indicar caminhos para se fazer uma tradução. Vieira (1992) comenta que esses trabalhos iniciais têm “tom darwinista”, ou seja, foram concebidos em torno da idéia de evolução e crescimento do conhecimento literário (p. 132). A análise de seus trabalhos publicados a partir de 1981, entretanto, mostra que Lefevere não mais enfatiza a questão evolutiva, nem se preocupa com o estabelecimento de regras ou de diretrizes para tradutores. Ao contrário, critica a postura normativa, e dedica-se a analisar o comportamento tradutório, relacionando-o às instituições, ao poder e à ideologia. Seu objetivo é estudar a tradução literária e pesquisar os fatores que influenciam a produção de traduções em certos períodos ou culturas.

Os trabalhos de Lefevere no período selecionado enfocam vários aspectos da tradução, desde sua história até seu ensino. Na maior parte deles manifesta-se a preocupação em salientar a relevância da pesquisa na área e em estabelecer um lugar para o estudo da tradução e de outras formas de reescritura. Em muitos, o autor critica, explícita ou implicitamente, os rumos que a lingüística e os estudos literários do fim do século XIX, até o início do século XX, imprimiram aos estudos na área.

A análise de seus trabalhos entre 1981 e 1992 mostra que considera a tradução como reescritura, sujeita ao mesmo gênero de coerções que a escritura. A interação entre ambas seria, inclusive, responsável pela canonização de certos autores, pela rejeição de outros e pelas transformações pelas quais passa uma literatura, na medida em que a tradução pode contribuir para que siga certos caminhos. Lefevere exemplifica a questão em “*Why the real Heine can't stand up in/to translation*” (1986), artigo em que analisa um texto de Heine e suas traduções feitas entre 1850 e 1918,

mostrando que a crítica e a tradução desempenharam papéis análogos para a aceitação do autor na cultura e no ambiente literário da Inglaterra, após um período de rejeição.

Em *Translation, rewriting, and the manipulation of literary fame* (1992b), Lefevere salienta o duplo papel desempenhado pela reescritura. Por um lado, pode ser inovadora e subversiva, pois “pode introduzir novos conceitos, novos gêneros, novos mecanismos e a história da tradução é também a história da inovação literária, do poder modelador de uma cultura sobre outra” (p. vii). Por outro lado, pode ser repressiva e conservadora ao manipular as obras para que se adaptem à poética ou à ideologia estabelecida. Por ambos os prismas, o autor enfatiza “tanto a importância da reescritura, a força motriz por trás da evolução literária, quanto a necessidade de estudo do fenômeno em maior profundidade” (p. 2). Esse estudo incluiria saber quem promove a reescritura, por que, em que circunstâncias, para qual audiência, e envolveria questões ideológicas e “poetológicas” (“*poetological*”).³²

Para o autor, a reescritura compreende, além da tradução, a história literária, os trabalhos de referência, as antologias, a crítica e o trabalho de edição de textos. Todos esses aspectos são abordados em *Translation, rewriting, and the manipulation of literary fame* (1992b), livro em que Lefevere expõe o esquema conceitual de seu trabalho, partindo da noção dos formalistas russos de que a literatura é um dos sistemas que constituem a cultura. Esta corresponderia a um complexo em que todos os sistemas seriam abertos e se influenciariam e interagiriam mutuamente. O sistema literário funcionaria de acordo com uma “lógica” controlada por um fator duplo: um, interno ao sistema, representado pelos profissionais da área (críticos, resenhistas, professores, tradutores); outro, externo, que definiria os parâmetros para o controle do primeiro fator, e seria exercido pela “patronagem”, ou seja, pelos poderes (pessoas, instituições, partidos políticos, classes sociais, editores, mídia) que “podem

³² A palavra “*poetological*” não está dicionarizada, mas penso que seja empregada por Lefevere em lugar de “*poetical*” (“poético”), que remete a “*poetry*” (“poesia”), e não a “*poetics*” (“poética”). Traduza por uma palavra também não dicionarizada, “poetológico”, com o objetivo de remeter a “poética”. Esta, de acordo com Lefevere, é um sistema de que fazem parte dois componentes: o “inventário ou rol de mecanismos literários, gêneros, motivos, situações e personagens prototípicas e símbolos”; e o conceito do papel da literatura em um dado sistema social (Lefevere, 1992b, p. 26).

promover ou obstruir a leitura, a escritura e a reescritura da literatura” (p. 15). Uma poética dominante governaria o sistema literário em uma dada época e a produção seria qualificada de acordo com os parâmetros por ela ditados. Como a transformação de um sistema literário se daria pelo jogo entre a tendência à mudança e a força conservadora das instituições, obras e autores canonizados por uma poética podem perder esse *status* sempre que uma nova poética tomar o lugar da anterior. Para Lefevere (1992b), a reescritura tem papel fundamental nesse movimento, porque, ao introduzir inovações, afeta diretamente a interpenetração de sistemas literários.

A poética dominante na época em que é feita a reescritura e a ideologia de quem promove a reescritura são descritas por Lefevere (1992a, 1992b) como os fatores básicos para determinar a imagem que uma literatura passa a ter em uma dada cultura e o tipo de manipulação realizada pela reescritura. O prestígio da cultura que produz o texto também facilita ou dificulta sua reescritura e, até mesmo, a direciona, inserindo-a nos padrões literários da cultura receptora ou, ao contrário, exibindo os parâmetros da cultura produtora do texto. Salienta, porém, que a tradução sozinha não pode introduzir mudanças: seu trabalho tem que ser apoiado pelo de outros autores que se dedicam à reescritura.

De acordo com Lefevere (1990 e 1992c), a história da tradução poderia mostrar como operam as quatro categorias envolvidas no processo de tradução: a “autoridade”, que inclui tanto a de quem encomenda a tradução, quanto a autoridade do texto e do autor que serão traduzidos e a da cultura receptora da tradução; a “perícia” do tradutor; a “confiança” do público receptor de que a tradução feita é uma representação do original; e a “imagem” que a tradução cria do original, de seu autor, de sua literatura, de sua cultura. Por outro lado, a história também pode mostrar os diferentes papéis e funções que a tradução desempenhou em diferentes épocas e culturas, além das diversas orientações a que foi submetida. Com o objetivo de mostrar a força coerciva que a ideologia exerceu na modelagem das traduções, o poder da “patronagem”, o papel desempenhado pela tradução no desenvolvimento e na consolidação das línguas vernáculas e na educação, Lefevere traduziu e editou, em

Translation/history/culture (1992c), textos escritos por tradutores desde o século I a.C. até o século XIX.

Em várias de suas obras, Lefevere manifesta sua preocupação com o ensino da tradução literária e *Translating Literature* (1992a) é especialmente destinado a esse fim. Seu objetivo consiste em lidar com dois aspectos do estudo da tradução: processo e produto. Inclui ambos os aspectos para que professores e alunos de tradução se concentrem nos desafios que aparecem durante o processo e, ao mesmo tempo, para salientar a integração entre o estudo da tradução literária, da teoria literária e da literatura comparada. Segundo o autor, esse estudo compreende também a análise do papel que o produto final desempenha na cultura e na literatura e seria um dos meios para ajudar a deslocar a tradução da periferia da literatura comparada e levá-la a ocupar um papel mais central.

As noções acima delineadas oferecem um panorama geral do trabalho de Lefevere entre 1981 e 1992. Neste capítulo vou analisar três questões que destaquei em sua obra, por considerá-las polêmicas: o lugar e o alcance dos estudos da tradução e a questão da tipologia textual, a crítica que tece às abordagens teóricas da tradução e as questões da avaliação e da fidelidade. Com a discussão desses três pontos pretendo argumentar que o autor, apesar de criticar o direcionamento dado à pesquisa sobre tradução, constrói seu trabalho sobre os mesmos pressupostos que fundamentam as abordagens que considera inadequadas para os Estudos da Tradução, ou seja, que não há total ruptura entre a obra de Lefevere e o que denomina “pensamento tradicional sobre tradução” (Lefevere, 1983).

1.1. O lugar e o objeto dos estudos da tradução literária e a questão da tipologia textual

Os artigos “*Programmatic second thoughts on 'literary' and 'translation' or where do we go from here?*” (1981) e “*Literary theory and translated literature*” (1982) têm caráter “programático” e buscam marcar a posição do autor em relação ao lugar que os estudos da tradução devem ocupar enquanto disciplina. Neles, Lefevere aponta duas razões para o estudo sobre a tradução literária ter sido negligenciado por tantos anos: as idéias românticas sobre o autor como gênio e a sacralização do texto literário. Ao trabalhar com esses conceitos, a literatura teria concebido a tradução como atividade mecânica que produzia um material que já não era mais seu objeto de estudo, pois um texto único, produto de um gênio criador, não sofreria qualquer tipo de interferência, como a promovida pela tradução. Para Lefevere (1981, 1982), mesmo a literatura comparada, ao estudar influências além das fronteiras e buscar as origens de certos procedimentos, mantém o preconceito contra a tradução, ainda que seja praticamente impossível o estudo de obras escritas nas várias línguas do mundo sem recorrer a traduções.

Nos círculos literários vigoraria, portanto, a idéia da marginalidade da tradução e a noção de que a obra literária tem que ser lida no original, na medida em que se julga que há a perda da literariedade de uma obra que sofre o processo de tradução. Nesse quadro não há lugar para a tradução e, de acordo com Lefevere (1982), apenas o conceito de sistemas literários e a conseqüente mudança do objeto de estudo do texto para a relação entre os textos poderia abrir espaço para a pesquisa em tradução. O autor concebe, portanto, a criação literária como um processo socializado, sujeito a inúmeras coerções econômicas, lingüísticas, ideológicas e “poetológicas”. Considera que os textos estejam interligados a outros textos, os chamados “textos refratados”, já processados por certas audiências ou adaptados para uma certa poética ou para uma certa ideologia. Lefevere (1982) julga que existe abertura para o estudo das “refrações”, entre elas a tradução, se o estudo da literatura se voltar para o

funcionamento do sistema, para as relações entre os textos dentro e fora de seu próprio sistema e para o estudo de como se usam os mecanismos “poetológicos” à disposição na época em que foram produzidos.

Abordando a literatura como um sistema e entendendo que “o objetivo do estudo científico da literatura é tornar os textos literários acessíveis aos leitores”, Lefevere (1981) não diferencia a “teoria da literatura” da “teoria da tradução literária” e pensa que os estudos literários não devem se limitar à interpretação de textos (p. 45). “À literatura compete fornecer um conjunto de instrumentos para que o leitor faça a caracterização da obra literária”, o que inclui o estudo de procedimentos literários, tanto em obras individuais quanto em sua evolução histórica (p. 49). Isso aproxima a “teoria da literatura” da “teoria da tradução literária” e ambas deveriam buscar estabelecer, interativamente, a poética vigente em certa época e as normas de tradução que prevalecem em determinado período. Para Lefevere (1981), manter as duas disciplinas apartadas apenas reduz a eficácia de ambas, pois o autor julga que as mudanças em certos sistemas literários podem ser estudadas com muito mais proveito pela análise de traduções do que por outros métodos. Integradamente, o estudo dos textos refratados se faria com maior eficiência, inclusive porque a tradução fornece um *corpus* – a literatura traduzida – que pode ser “testável intersubjetivamente”, ou seja, que pode levar a conclusões que outros pesquisadores possam corroborar.

Assim, Lefevere (1981 e 1982) tanto busca delinear caminhos alternativos para o estudo da literatura, quanto para o estudo da tradução. Uma análise cuidadosa de seus textos leva a cogitar se seu objetivo não seria oferecer os fundamentos de uma disciplina que estudasse os textos refratados, ou seja, instituir um campo de estudos autônomo que tivesse como objeto a “reescritura”. Reafirmando o indício desse propósito mais amplo, Lefevere & Bassnett (1990) consideram que o futuro dos estudos da tradução está na análise de imagens, tanto a de uma determinada literatura quanto a dos trabalhos que a constituem, ou seja, no estudo da reescritura. Sugerem, inclusive, que se repense “a noção de Literatura Comparada, redefinindo-a como uma subcategoria dos Estudos da Tradução” (p. 13). Pensam que a tradução tem sido um

dos elementos que moldaram as culturas, o que implica que não se pode conduzir o estudo da literatura comparada sem a tradução. Mesmo que não explicita a amplitude de seus propósitos, Lefevere deixa claro, em vários trabalhos, que os estudos da tradução devem se constituir como disciplina em suas próprias bases. Sua posição “programática” delimita, portanto, o campo de atuação dos estudos da tradução: os textos literários. Em *Translating literature* (1992a), afirma que essa restrição não implica “subestimar o estudo da tradução de textos não literários”, não envolve juízo de valor, trata-se apenas de uma “predileção pessoal” (p. 12).

Em texto anterior, Lefevere (1981) afirmava que a opção do estudo de textos literários se devia à sua proposta de integração entre teoria literária e teoria da tradução literária, ainda que contrariasse as propostas de objetivos mais amplos para os Estudos da Tradução. Apontava um problema em relação à manutenção da “unidade dos estudos da tradução”: as propostas de abranger todos os tipos de textos acabariam levando à necessidade de categorizações, estudo que Lefevere (1981) julga inútil, na medida em que não existem tipos puros.

Em “*Literary theory and translated literature*” (1982), por outro lado, afirma que “não se pode manter uma distinção radical entre os textos chamados literários e os chamados não literários”, achando melhor falar em uma distinção gradual entre eles (p. 5). Apenas considera que, em termos de competência, o que se espera dos tradutores de cada um dos tipos é diferente, sem qualquer julgamento qualitativo. Declara não considerar válida a distinção entre traduzir literatura, história, química, etc., pois tal procedimento levaria à pulverização da tradução (1982, p. 5).

Percebe-se uma contradição entre as idéias apresentadas nesses trabalhos, publicados com apenas um ano de diferença. No primeiro, publicado em 1981, a disciplina não abrangeria todos os tipos de textos; no segundo, editado em 1982, o autor questiona a distinção entre traduzir textos literários e não literários, por ameaçar a unidade da disciplina. Posteriormente, em “*Translation: its genealogy in the West*” (1990), atribui a impossibilidade da *translatio*, a mera passagem de pensamentos de uma língua para outra, ao fato de os significantes serem carregados cultural, ideológica

e “poetologicamente”. Não recairiam nessa categoria, entretanto, “os textos em que o ‘sabor’ dos signos não é tão importante: textos acadêmicos, ou não literários em geral” (Lefevere, 1990, p. 18).³³ Esse trecho deixa implícito, em primeiro lugar, que há uma distinção entre os textos literários e os não literários, fundamentada em alguma diferença em relação à linguagem utilizada nesses textos; em segundo lugar, que a “carga” cultural e ideológica não perpassa os textos acadêmicos ou não literários. Infere-se que Lefevere trabalha com a noção tradicional de que a categoria “literário” é objetiva e predeterminada e com a idéia de que os tipos de textos são diferenciados por marcas neles inscritas. A linguagem científica, ou informativa, é julgada referencial e racional e não sofreria as influências de fatores culturais, históricos, políticos ou ideológicos.

Essas colocações contestáveis parecem fundamentar-se na crítica à abordagem linguística da tradução que, ao evitar tratar da tradução de textos literários, teria criado a impressão de que os dois processos seriam distintos, um válido para a “tradução”, outro para a “tradução de literatura”, e que a competência de um tradutor de literatura seria fundamentalmente diferente da do tradutor de outros textos. Ao argumentar que a tradução não pode estar exclusivamente ligada à linguística, pois envolve fatores extralinguísticos, tanto na análise quanto no ensino, Lefevere mostra conceber as teorias linguísticas como um todo homogêneo voltado para o estudo dos sistemas de regras internas. Sua crítica é, entretanto, pertinente em relação aos estudos que tentam abordar a tradução apenas nos níveis sintático e semântico, excluindo efetivamente a tradução literária por não se mostrar de fácil inclusão em suas teorias, ou por considerarem que esse tipo de tradução estaria no nível artístico, sendo uma questão de inspiração. Muitos autores que evitaram tratar da tradução literária embasaram a exclusão no pressuposto de que a língua é um instrumento que serve a

³³ Lefevere (1990) opõe “*translatio*”, descrita como uma “tentativa de regularização dos componentes linguísticos do processo tradutório”, a “*transductio*” (“palavra latina que nunca existiu realmente”), que consistiria na atribuição de, “pelo menos, peso igual aos componentes linguísticos, culturais e ideológicos” (p. 18). A primeira opção seria a tradução literal, enquanto a segunda, a livre. A questão da *translatio* não é inteiramente esclarecida por Lefevere que, em um momento, afirma sua impossibilidade, mas, a seguir, diz que “tanto a *translatio* como a *transductio* envolvem autoridade, perícia e confiança” (p. 19), abrindo caminho para a possibilidade de sua realização.

diversas finalidades e que os textos desempenham diferentes funções (informativa, expressiva, operativa, por exemplo), tendo despendido muitos esforços na tentativa de chegar a uma tipologia definitiva, sem atingir os resultados desejados (cf., por exemplo, Reiss, 1981). Lefevere (1981) critica esse enfoque categorizador, chamando a atenção para os escassos resultados a que os pesquisadores chegaram.

No entanto, a concepção de linguagem implicitamente adotada por Lefevere (1992a, 1992b) conduz a alguns pontos muito próximos das abordagens criticadas. Ao separar os níveis locucionário e ilocucionário, e ao afirmar que a informação semântica ou locucionária é traduzível sem maiores problemas, o próprio Lefevere pode estar retomando uma tipologia textual: por um lado, textos em que só o conteúdo é importante; por outro, textos em que o conteúdo e a forma são importantes.³⁴ E essa classificação é muito próxima da tipologia funcional, que distingue os textos informativos dos literários exatamente por essas características.

Essa categorização implícita, solidificada por sua opção pelos textos literários, leva o leitor a pensar se seria necessário que duas áreas tratassem da tradução, uma estudando textos literários, outra textos não literários. Pode levar também à noção de que não é relevante pesquisar a tradução de textos não literários, na medida em que apenas apresentariam problemas relacionados ao sistema linguístico (“nível locucionário”). Por outro lado, requer que se reflita sobre duas questões: se o

³⁴ Lefevere não esclarece de onde provém o aparato teórico para a separação que faz entre o nível locucionário e o ilocucionário, mas define o primeiro como o nível do significado e o segundo como o nível do efeito que se pretende atingir junto aos leitores (Lefevere, 1992b, p. 99). Provavelmente, essa distinção pode ter sido traçada a partir da teoria dos atos de fala. Entretanto, o que Lefevere denomina “ilocucionário” parece ser uma junção do que John Searle (1969/1981) denomina “ato ilocucional” e “ato perlocucional”. O primeiro é definido como a produção de “sons ou signos gráficos” com uma significação e com uma intenção reconhecida pelo ouvinte (Searle, 1969/1981, p. 59); o “ato perlocucional” é relacionado por Searle, seguindo John L. Austin, aos efeitos e conseqüências que os atos têm sobre “as ações, pensamentos, ou crenças dos ouvintes” e são relacionados a verbos como “persuadir”, “convencer”, “esclarecer”, etc. (id., p. 37). Austin (1962/1990), por sua vez, em sua IX Conferência, distingue o ato locucionário, o ato de “proferir certos ruídos, certas palavras em determinada construção, e (...) com um sentido e referência determinados”, do ato ilocucionário, convencional, que consiste na “realização de um ato *ao* dizer algo, em oposição à realização de um ato *de* dizer algo” (p. 89). Ao final da XI Conferência, entretanto, afirma que, “em geral, o ato locucionário, como o ato ilocucionário, é apenas uma abstração: todo ato linguístico genuíno é ambas as coisas de uma só vez”. Em outras palavras, o próprio Austin considera que, no uso efetivo da linguagem, todos os enunciados são produzidos e compreendidos em uma dimensão social e convencional, não em um nível anterior e acima desse uso. Lefevere parece atribuir ao ato locucionário uma força própria, uma força semântica de estruturas lógicas e gramaticais.

processo de tradução de textos considerados não literários seria efetivamente tão diferente do de tradução de textos literários e envolveria categorias tão diferenciadas a ponto de se separar seu estudo; se a subdivisão entre as duas supostas áreas não seria prejudicial demais para os estudos de tradução.

Por muito tempo, esses estudos seguiram rumos diferentes: a área de literatura enfocando exclusivamente a tradução literária; outras áreas, especialmente a lingüística, a tradução “comum”. E, como o próprio Lefevere aponta em vários trabalhos, os rumos que esses estudos seguiram não foram satisfatórios (v. abaixo, 1.2.). Entretanto, dividir a área em dois campos não leva apenas à noção, como já foi dito, de que é necessário ter algum talento especial para traduzir literatura: acaba por conduzir à crença de que a tradução seria uma arte, concepção que tem suas implicações. Em primeiro lugar, fundamenta-se na dicotomia tradicional ciência x arte, em que, de um lado, teríamos o objetivo, racional, sistemático, e, de outro, o subjetivo, intuitivo e assistemático, em que se inseriria a tradução. Nesse quadro, a teoria acaba se dissociando da prática, levando à concepção, tão difundida, de que se pode praticar a tradução sem uma orientação teórica. Em segundo lugar, aquela concepção é a utilizada por alguns teóricos que tentam abordar a tradução a partir de uma certa tipologia de texto (cf., por exemplo, Reiss, 1981, ou Delisle, 1980), o que levaria à conclusão de que o processo de tradução é diferente para cada tipo de texto.

A posição de Lefevere em relação a essas questões não parece estar totalmente definida. Por um lado, afirma que a especificidade da tradução da literatura não se relaciona ao processo, mas ao modo como a tradução funciona na literatura ou na cultura-alvo (Lefevere, 1982). Vendo por esse prisma, “o estudo da literatura traduzida não só pode contribuir para a ciência da tradução, como também para o estudo da literatura em geral” (p. 6). Sua posição “programática” não é, portanto, a favor da dispersão dos esforços. Em trabalho posterior, *Translating literature* (1992a), salienta a interdisciplinaridade, dizendo que a tradução envolve “conhecimento de lingüística, de história literária, de teoria da literatura e de história cultural” e que “o estudo da tradução não compartimenta: unifica” (p. 11). Afirma também que trabalhos

atrelados a tipologias de texto são “de relevância duvidosa, porque um texto sempre exhibe características de outros tipos, e dificilmente são aplicáveis” (Lefevere, 1992a, p. 9). Além disso, o estabelecimento de uma tipologia demarcaria uma linha divisória nítida entre textos literários e não literários.

Por outro lado, em *Translation/history/culture* (1992c), coloca a necessidade de categorizações: “[a tradução] precisa também ser estudada em conexão com o tipo de texto e registro e em conexão com as tentativas de integração de diferentes universos de discurso” (p. 10). Mesmo que diluída no discurso de Lefevere, a proposta de tipologia está colocada. E ela tem conseqüências teóricas e práticas. Teoricamente, cria-se uma lacuna entre tradução “comunicativa” e “artística”, ou entre pragmática e literária. E essa é uma maneira de manter intacta a separação tradicional entre linguagem conotativa e denotativa e retomar as caracterizações de textos tradicionais. Na prática, significa retomar a possibilidade da equivalência ao nível comunicativo ou informativo e, conseqüentemente, excluir do campo de estudos da tradução literária os textos desse tipo. Essa possibilidade é anunciada por Lefevere & Bassnett (1990), que colocam explicitamente a possibilidade da equivalência, ao comentar que “cada palavra da tradução da *Odisséia* publicada pela *Loeb Classical Library* (...) é equivalente a cada palavra do original de Homero”, mas não é literatura (p. 3), o que significaria que não interessaria para os estudos da tradução literária.

1.2. Os limites da crítica de Lefevere ao pensamento tradicional sobre tradução e a questão da possibilidade da equivalência

Em seus trabalhos, Lefevere (1981, 1982, 1992a, 1992b) critica tanto abordagens teóricas de fundamentação literária quanto lingüística, pois avalia que os rumos dados aos estudos da tradução por essas abordagens levou à sua quase estagnação. Uma combinação de motivos teria levado ao descrédito dos estudos na área e o principal seria a tentativa de imposição de normas, tanto por parte de lingüistas como por parte de estudiosos da literatura. Outro motivo se refere ao fato de se concentrarem os estudos na questão do “processo de tradução”, tentando estabelecer o que ocorre durante a tradução, em vez de analisar o produto em seu contexto histórico-social. Além disso, Lefevere (1981) julga que não há uma história da tradução que possa mostrar o que se fez no passado e como se absorveu isso no presente. Seria difícil até mesmo encontrar as traduções que influenciaram certas culturas em determinadas épocas (1981, p. 45).

Especificamente em relação às abordagens literárias, Lefevere (1982, 1982, 1992a) critica, como expliquei no item 1.1., acima, a separação promovida entre “teoria da literatura” e “teoria da tradução literária”, as idéias românticas sobre a sacralização do texto e a genialidade do autor. Além disso, considera que os estudos filológicos do século XIX e início do XX e os estudos de literatura comparada, que determinavam a necessidade da leitura de textos originais, assim como o enfoque intratextual dado aos estudos literários pela Nova Crítica [*New Criticism*] foram fatores que contribuíram para fechar por longo tempo os caminhos para os estudos da tradução.

Por outro lado, no entender de Lefevere (1992a), o estudo da tradução nos anos 30 e depois da II Guerra Mundial passou a ter enfoque lingüístico e o objeto deixou de ser o texto literário. Partia-se do pressuposto de que tradução era equivalência e ignorava-se a tradução literária. Quanto à metodologia, o autor critica os estudos das abordagens de fundamentação lingüística limitadas à frase por serem a-

históricos e não contextualizados, além de se limitarem a um só nível. Está convencido de que o enfoque é unilateral, pois se usa o texto-fonte como parâmetro para julgamento das traduções e não há referência ao contexto de recepção dos trabalhos. As análises limitam-se a pares de línguas ou pares de textos, o que leva a fornecer mais informações sobre as estruturas lingüísticas envolvidas do que sobre o próprio processo ou produto da tradução. Além disso, a noção de que são traduções apenas os textos que se mostram como equivalentes, ou seja, que apresentam todos os segmentos substituídos em outra língua, levaria à exclusão de muito material que Lefevere (1992a) considera de primordial importância, tais como textos que exibem omissões, acréscimos, resumos, adaptações. Estes raramente se classificam como traduções e acabam sendo excluídos do *corpus* de análise pelos lingüistas.

Em relação aos objetivos dos estudos lingüísticos – estabelecer regras ou métodos para atingir a equivalência – Lefevere (1992a) pensa que, em primeiro lugar, essa meta é impossível. Em segundo lugar, os estudos são redutores, muitos acabando por apenas discutir a questão da traduzibilidade. O terceiro ponto colocado é que o conceito de equivalência seria pouco útil para a tradução literária porque orientado para a mensagem, e a literatura não se restringiria a ela, pois incluiria a forma pela qual se exprime uma mensagem. Com essa afirmação, Lefevere (1992a) mostra aceitar em seu quadro teórico pelo menos dois pressupostos das teorias fundamentadas na equivalência. Por um lado, aponta para a aceitação da idéia de que há textos em que a forma não é importante, o que implica retomar a tipologia consensual presente em grande parte dos trabalhos criticados. Essa tipologia subdivide os textos em duas grandes categorias, os pragmáticos ou informativos, em que a forma não seria importante, e os literários ou expressivos, em que forma e conteúdo são relevantes (cf., por exemplo, Delisle, 1980 e Reiss, 1981). Por outro lado, ao dizer que a equivalência só seria orientada para a mensagem, Lefevere (1992a) indica pressupor a possibilidade da equivalência, pelo menos no plano do conteúdo, limitando o alcance de suas críticas às teorias que se baseiam no conceito, na medida em que o aceita em determinado nível.

Ainda assim, Lefevere (1992a) concebe a orientação metodológica desses trabalhos como inadequada, com objetivos estreitos e, de maneira geral, entende que tais estudos são irrelevantes para os tradutores, na medida em que enfocam segmentos pequenos, muitas vezes descontextualizados, enquanto os tradutores trabalham com textos contextualizados e com propósitos definidos e não lidam com fileiras de palavras ou frases equivalentes. Para o autor, esse enfoque acabou levando os tradutores a não acreditarem na necessidade da teoria, especialmente porque nada podia acrescentar ao trabalho prático.

A análise das críticas de Lefevere (1992a) às abordagens que pretendem estabelecer métodos para atingir a equivalência leva a concluir que o autor questiona mais os métodos e objetivos visados do que os pressupostos subjacentes. Os enfoques que se fundamentam na possibilidade da equivalência consideram que tradução é espelhamento, reprodução, substituição, ou transporte de significados depositados nas palavras e nos textos, e que a função do tradutor é recuperar esses significados ou as intenções do autor. Apesar de Lefevere (1992a) condenar a noção de equivalência, vindo mesmo a afirmar que “não se pode deixar de pensar que o domínio do conceito de equivalência contribuiu enormemente para a estagnação do pensamento sobre tradução” (p. 10), sua crítica não chega a atingir a concepção de tradução veiculada pelas abordagens que se concentram na busca de equivalentes, uma vez que, em primeiro lugar, aceita a equivalência em pelo menos um nível e, em segundo lugar, não rejeita a própria concepção de tradução subjacente ao conceito de equivalência. Por exemplo, em *Translating Literature*, inicia o texto sobre os trocadilhos da seguinte maneira:

Um trocadilho é o jogo entre os dois significados que uma palavra pode ter. Os leitores têm que fazer um esforço consciente para distinguir entre os diferentes significados de uma palavra e descobrir qual deles o autor pretendia, mas o trocadilho ativa ambos os significados ao mesmo tempo. Os leitores captam tanto o significado comum óbvio, quanto o significado freqüentemente menos comum que o autor pretendeu. (Lefevere, 1992a, p. 51-2)

Em seguida, comenta as dificuldades de tradução causadas pelo trocadilho, tentando mostrar como os tradutores podem “recuperar os trocadilhos” e o que devem fazer, caso “a língua não possa reproduzir” o jogo de palavras (Lefevere, 1992a, p. 52). Esses trechos expõem os conceitos tradicionalmente veiculados pelos trabalhos de tradução de que os significados se depositam nas palavras, os leitores os recuperam e os tradutores os reproduzem. Nesse sentido, Lefevere repete a noção das teorias da equivalência de que há um significado óbvio, literal, contraposto a um significado que precisa ser descoberto além da superfície lingüística. Subjaz a essas concepções a noção de que o processo de leitura se realiza em duas etapas: a de compreensão (nível lingüístico) e a de interpretação, na qual se amplia o significado compreendido, superficial.³⁵ Tanto lingüistas como estudiosos da literatura adotam essa noção tradicional, que se complementa com a idéia de que seria possível o acesso às intenções do autor, ou, nas palavras de Lefevere (1992a), àquilo que “o autor pretendeu” (p. 51). Lefevere (1985) também adota, das teorias criticadas, o conceito de que uma obra ou um autor possui qualidades intrínsecas, independentes do ponto de vista de quem as recebe. Não é fácil conciliar essa concepção à definição de tradução como refração, reescritura, manipulação. Mais difícil é harmonizar essas duas concepções divergentes às noções de “recuperação” e “reprodução”, pois se, como afirma o próprio Lefevere (1992a, 1992b), o contexto de recepção é necessariamente diferente do de sua produção, não pode haver possibilidade alguma de recuperação.

Entretanto, a idéia de a tradução reproduzir o original reaparece em outros trechos de seu trabalho. Por exemplo, ao descrever as dificuldades encontradas quando do uso de um socioleto ou idioleto, Lefevere (1992a) fornece um exemplo em que um personagem pronuncia o *r* de uma maneira própria da classe alta em

³⁵ Rajagopalan (1992) explica que existem, entre as obras de lingüística sobre questões relacionadas à leitura, duas maneiras de conceber a interpretação, ambas fundamentadas no pressuposto de que o significado é imanente ao texto. A primeira consistiria “em uma espécie de explicitação, isto é, um ato de tornar explícito algo que estaria contido no próprio objeto de interpretação (porém nem sempre acessível para um sujeito inexperiente)” (p. 63). A segunda pressuporia uma primeira etapa de compreensão ou de apreensão do significado do texto e uma segunda etapa, a de interpretação, que consistiria no alargamento ou ampliação do significado apreendido, ou seja, no acréscimo de “novos matizes de significação” (p. 64).

determinada época; nesse caso, o autor afirma que seria uma questão frutífera refletir se a estranheza “do socioleto (idioleto?) pode ser *reproduzida* em outras culturas” e acrescenta que é “extremamente improvável que tradutores possam *reproduzir* essa estranheza usando o mesmo traço fonético” (p. 67, grifos meus). Em outro trecho, ao discutir variantes lingüísticas, apresenta um poema em que se usa o escocês. Recomenda aos estudantes que, “em primeiro lugar, determinem o significado do uso do escocês e, então, discutam as possíveis estratégias para *reproduzir* o efeito ilocucionário conseguido por tal uso” (p. 70, grifos meus). “Reproduzir”, além de “produzir novamente”, é “repetir”, “imitar”, “copiar”, “espelhar”, conceitos incompatíveis com a concepção de Lefevere de que tradução é refração, reescritura, manipulação de um original, não uma repetição desse original. Além do mais, as coerções “poetológicas”, discursivas, ideológicas e lingüísticas descritas por Lefevere (1992a, 1992b) são vitais para a orientação dada à reescritura de uma obra e para sua recepção em uma cultura: serão sempre diferentes das coerções que conduziram a escritura da obra, o que impede a repetição. O próprio fato de Lefevere priorizar o contexto receptor direciona seu leitor para a conclusão de que o espelhamento é impossível.

Paradoxal é também o uso de metáforas como “espírito” e “tom” do original. Em *Translating literature*, por exemplo, Lefevere (1992a) explica a “compensação” e afirma que “a maior parte dos tradutores compensa de uma maneira ou de outra: acrescenta traços que não remetem ao original em relação um a um, mas que se pode dizer estarem de acordo com o *espírito* do original” (p. 105, grifos meus).³⁶ Fornece também, ao falar sobre a rima, um exemplo que supostamente mostra “a possibilidade de explorar criativamente a rima para *reproduzir o tom* do original” (p. 107-8, grifos meus). O uso das metáforas “alma”, “tom”, “espírito”, na literatura sobre tradução, de acordo com Bassnett-McGuire (1980), remonta ao século XVI, e

³⁶ De acordo com Lefevere (1992a), quando é impossível, por algum problema lingüístico, traduzir algum efeito do original, o tradutor pode “compensar”, ou seja, tentar produzir efeito semelhante em outra passagem do texto, quando a língua o permitir, mesmo que, naquele ponto, não se esteja empregando algum artifício especial (p. 105).

relaciona-se à “doutrina platônica da inspiração divina da poesia” (p. 55). Sua utilização por Lefevere (1992a) pode mostrar vestígios dessas concepções.

Mesmo a palavra “equivalente” é empregada por Lefevere (1992a) para se referir a questões semânticas. Em um trecho em que aconselha os futuros tradutores “a buscar equivalentes em um dicionário bilíngüe”, faz uma ressalva, afirmando que “a língua-alvo *pode não ter equivalente exatos*” (p. 63, grifos meus), o que significa que também pode haver o “equivalente exato”. Em outro ponto do trabalho, comenta uma “tradução interlinear” que supostamente apresenta “equivalentes semânticos” (p. 90).³⁷ Isso significa que Lefevere aceita os pressupostos de possibilidade de recuperação do significado e da reprodução do conteúdo, subjacentes às abordagens lingüísticas.

A idéia de uma separação entre os níveis semântico e pragmático, decorrente da dicotomia língua x uso, comum em trabalhos de teóricos da equivalência, também está presente na obra de Lefevere. Em *Translating literature* (1992a), a separação entre os níveis semântico e pragmático se representa pela dicotomia locucionário x ilocucionário. O locucionário corresponde, para o autor, ao nível lingüístico, semântico, meramente informativo, enquanto o segundo se refere ao uso da linguagem para conseguir algum tipo de efeito extralingüístico. Essas colocações implicam a crença na existência de um primeiro nível, semântico ou locucionário, em que a forma da comunicação não teria conseqüências para o significado, e que não envolveria práticas culturais ou diferenças situacionais; e de um segundo nível, denominado ilocucionário, em que forma e conteúdo se imbricariam para atingir um efeito determinado.

Assim, Lefevere parece considerar que há uma mensagem em cada texto, e que esta pode ser traduzida, conservada ou preservada em outra língua. No nível semântico não haveria, portanto, grandes problemas de tradução. Apesar de afirmar que a língua é expressão de uma cultura e que as palavras se ligam a ela, aparentemente isso não se estende a todos os casos, pois, como defende Lefevere (1992a), é “difícil,

³⁷ A “tradução interlinear” é a que aparece no espaço entre as linhas do original. Para Lefevere (1992a), “opera estritamente no nível semântico do uso da linguagem”, isto é, seria a tradução feita para que o leitor compreendesse as palavras do texto, sem pretensões literárias (p. 89).

se não impossível, traduzir literalmente (fielmente?) o poder ilocucionário”, mas é possível dar uma mesma informação semântica com poder ilocucionário análogo (p. 17). Em sua visão, o ideal é que se transmita tanto a informação semântica contida no texto-fonte quanto o poder ilocucionário; na prática, quase sempre a primeira é transmitida satisfatoriamente, mas nem sempre a segunda (p. 18). Considera, portanto, que a informação contida em um texto é transferível, exatamente como colocam alguns teóricos da equivalência.

Essas reflexões mostram que, apesar de Lefevere rejeitar explicitamente a noção de equivalência (1992a) e criticar o rumo dado aos estudos da tradução pela lingüística (1982), trabalha com conceitos e pressupostos da abordagem lingüística: que o nível semântico e pragmático são separáveis, que se pode lidar com a linguagem ao nível locucionário e/ou ilocucionário; e que o nível semântico pode ser transportável, mas que a dificuldade em relação à tradução reside no nível pragmático ou ilocucionário. Em outras palavras, já que se pode transferir o conteúdo, o problema da tradução diria respeito aos textos em que são importantes tanto forma quanto conteúdo.

A idéia de que o sentido se deposita no texto está intimamente relacionada à noção de que a literariedade se inscreve no texto. Lefevere (1985) não rompe com o conceito de que os textos e os autores têm qualidades intrínsecas, ainda que todo o seu trabalho mostre que os círculos de poder no sistema literário têm grande responsabilidade na classificação de um texto como “literário”. Por outro lado, apesar de Lefevere remeter, no trecho acima citado (p. 113 desta tese), à recuperação das intenções do autor, em seus textos “programáticos” (1981 e 1982) e em *Translating literature* (1992a), rejeita a idéia romântica de genialidade do autor, o que poderia tê-lo levado a relativizar a noção de que o autor é o todo-poderoso, dono dos significados do texto. A reiteração do papel das coerções na produção dos textos retiraria do autor sua onipotência, atribuindo a responsabilidade da construção do significado, ou pelo menos parte dela, aos aspectos culturais, sociais e institucionais. Além disso, com a abertura à possibilidade de transporte de significados, Lefevere resgata a tese que está

por trás da equivalência, ou seja, de que é possível haver um “mesmo” em uma outra língua, em um nível que não atingiria o “efeito” do uso da linguagem. Esse conceito, entretanto, se atrela ao quadro teórico em que se tenta sistematizar a equivalência e que parte do pressuposto de que a língua é um código independente de seus usuários.

Lefevere está também aceitando a noção de que a semântica lida com o significado da oração, e a pragmática com o do enunciado, ou seja, que a semântica trata do significado fora de contexto e a pragmática com o significado contextual. Pensar na separação desses níveis implica imaginar a possibilidade de significados descontextualizados, exatamente o que a lingüística da palavra ou da oração faz. Trazer essa noção para os estudos da tradução leva à idéia de que seria possível fazer um estudo descontextualizado, a-histórico, como o realizado pelas abordagens lingüísticas criticadas por Lefevere.

Todavia, o próprio trabalho de análise de traduções feito por Lefevere (1992a, 1992b) pode perfeitamente ser usado para refutar a idéia de que seja possível transmitir uma mesma informação semântica, de que os significados sejam transparentes e de que, no nível locucionário, possa haver mera transmissão ou reprodução de significados. Apesar dessas noções estarem subjacentes à obra de Lefevere (1992a, 1992b), conforme análise apresentada nesse capítulo, ele salienta o papel coercivo das instituições, das convenções, da poética, da ideologia, e mostra, com exemplos de várias traduções feitas de um “mesmo” texto, que não há transparência no uso da linguagem. Em *Translating literature* (1992a), analisa 18 traduções do poema 32 de Catulo, tomando como parâmetros o universo do discurso, a poética, a ideologia e os aspectos lingüísticos. Em *Translation, rewriting, and the manipulation of literary fame*, comenta as soluções dadas por vários tradutores de Lisístrata, de Aristófanes e discute as opções de diversos tradutores de Catulo e de Homero. Em todas essas análises evidencia-se a multiplicidade de interpretações que os tradutores construíram. Apesar disso, a idéia de transparência perpassa seu trabalho. Como exemplo, aponto a análise que Lefevere faz, no oitavo capítulo de *Translation, rewriting and the manipulation of literary fame* (1992b), de algumas traduções do

segundo poema de Catulo. Seu objetivo é “delinear uma breve lista das estratégias ilocucionárias exploradas por tradutores nos últimos dois séculos para projetar a imagem que fazem do segundo poema de Catulo em sua cultura ou, pelo menos, para alguns leitores daquela cultura” (p. 101). Para proceder a esse exame, Lefevere toma como parâmetro uma tradução “a nível locucionário”, feita por ele mesmo, que privilegiaria “tanto o componente semântico (palavra por palavra) quanto o morfossintático”. Nela, traduz-se “*passer*”, o substantivo que inicia o poema, por “*sparrow*” (“pardal”), conforme informação dicionarizada. Esse seria um dado “locucionário”, lexical. O próprio Lefevere salienta que “há um nível em que a tradução permanece uma operação prescritiva: recomenda-se aos tradutores que acatem o que diz o dicionário e não traduzam ‘*passer*’ (pardal) de Catulo por ‘hipopótamo’, por exemplo” (p. 101). Entretanto, a tradução sugerida parece ser apenas uma questão de tradição, pois, como explica o tradutor brasileiro de *O cancionero de Lésbia*, Paulo Sérgio Vasconcellos, supõe-se que a palavra “*passer*”, na “língua corrente passou, por extensão, a designar outros tipos de pequenas aves” (p. 83). Apesar de duvidar da correspondência entre os termos, Vasconcellos decidiu traduzir “*passer*” por “pardal”, tendo em vista a dificuldade de “escapar à já consagrada tradução”, pois “a expressão ‘pardal de Lésbia’ é mundialmente conhecida” (p. 84).

Isso significa que a informação considerada transparente e imune à interpretação acaba por se mostrar como produto de uma tradição, ou uma “refração”, que os leitores vão interpretar também de acordo com o contexto em que se inscrevem. Em seus textos, Lefevere não comenta, entretanto, o papel do intérprete na concretização dos significados. Else Ribeiro Pires Vieira (1992) chega a lamentar que “Lefevere não tenha elaborado mais o papel do leitor nas suas análises das condições de produção de significado” (p. 140). Talvez o autor não julgue necessário aprofundar-se na questão, exatamente por julgar que há um nível de linguagem transparente, unívoco e compartilhado por todos os que tenham conhecimento lingüístico básico.

Ainda que Lefevere (1992a) não trabalhe com esse nível, pois pressupõe que os futuros tradutores tenham os conhecimentos lingüísticos básicos, deixa implícito que o texto contém marcas tanto no nível locucionário quanto no ilocucionário. Elas seriam transparentes para o leitor bem treinado. Talvez as listas de tantos problemas de uso locucionário e ilocucionário da linguagem de *Translating literature* (1992a) tenham a função de “ensinar” os futuros tradutores a buscar os traços que marcam os textos, para que possam fazer uma tradução mais adequada nesses níveis. Porém, Lefevere (1992a) sempre deixa nas mãos do tradutor, ou do leitor, a decisão quanto à melhor estratégia a se adotar: eles terão de decidir que peso dar a cada elemento. Não relaciona a escolha de uma estratégia a “razões fundamentadas no texto original, mas a razões extrínsecas ao texto” (1992b, p. 99). Uma delas é a diferença entre línguas, outra é a poética dominante. Isso reforça a idéia de certas teorias de equivalência segundo as quais existe, em primeiro lugar, uma fase de compreensão do texto, depois uma de interpretação, ou seja, há primeiro uma leitura lingüística, neutra, livre de qualquer influência do meio, complementada por uma situacional. No entanto, essa idéia vai frontalmente de encontro ao que Lefevere (1992a, 1992b) defende em seus textos, ou seja, de que a tradução é contextualizada, é relacionada com a cultura, reflete uma ideologia, uma poética, uma visão de mundo e pertence ao “domínio da mudança e da sobrevivência, não ao dos dicionários e gramáticas” (1992c, p. 10).

Mesmo a palavra “refração”, substituída nos anos 90 por “reescritura”, faz lembrar um conceito tradicional em lingüística, na medida em que sugere que o original sofre algum desvio ao ingressar em novo meio lingüístico. Na lingüística, emprega-se a noção de desvio quando se foge da norma, do “uso geral da língua comum” (cf. Dubois *et al.*, p. 180). No trabalho de Lefevere (1992a, 1992b), a mudança de rota tem dupla face: por um lado, a tradução é potencialmente subversiva, pois pode introduzir inovações no sistema literário que produz a tradução; por outro lado, é potencialmente conservadora, pois tende a reforçar e manter os padrões estabelecidos e a rejeitar o diferente.

Vieira (1992) lamenta que Lefevere tenha abandonado a “metáfora óptica” pela palavra “reescritura”, pois ela se ligava bem “à pós-modernidade na sua ruptura da visão de literatura como reflexo ou da tradução como representação especular do original” (p. 130). Aparentemente, a metáfora é apropriada, pois o fenômeno da refração é descrito como um desvio ou uma alteração que um feixe de luz sofre ao atravessar um meio como vidro ou água. Há, entretanto, uma questão que parece ter passado despercebida, tanto para Vieira (1992), quanto para Lefevere: de acordo com as leis da física, se o ângulo de incidência de um feixe de luz for perpendicular ao meio por onde passa, a luz o atravessará sem desvio nem alteração significativa. Assim, o uso da metáfora não implica, necessariamente, a interferência do meio, o que deixa em aberto a possibilidade de uma leitura pura, livre de qualquer influência do meio pelo qual transita. Aparentemente há uma contradição entre essa possibilidade e as afirmações de Lefevere (1992a, 1992b) de que a reescritura necessariamente sofre algum tipo de interferência. Pode-se explicá-la pela delimitação que o autor traça entre os níveis locucionário e ilocucionário da linguagem, ou entre o semântico e o pragmático, ou o lingüístico e o extralingüístico: por um lado, a suposta transparência da língua; por outro, a “refração” causada por elementos extrínsecos a ela.

A própria separação entre o que é lingüístico e o que é extralingüístico parece interligar-se à questão da diferenciação que Lefevere (1992b) faz entre o interno e o externo ao sistema literário, assim como à distinção que faz entre os parâmetros intratextuais e extratextuais. Lefevere (1992a) reitera a dicotomia ao afirmar que a canonização de uma obra depende de fatores externos ao texto (poética e ideologia). Essas colocações reafirmam minha convicção de que o autor considera o texto como um objeto estável, com um significado e um valor próprios, desvelados ou não pela reescritura. Ao mesmo tempo, a oposição entre o que é interno e o que é externo ao texto revela-se contraditória, pois se, como afirma Lefevere (1992a, 1992b), um discurso reflete ou refrata o ideológico e o cultural, estes fatores não são extrínsecos ao texto, dele fazem parte.

Todos esses elementos levam a concluir que as críticas de Lefevere às teorias tradicionais não atingem seus pressupostos. Mesmo a rejeição explícita do conceito de equivalência não se sustenta pelo seu trabalho teórico nem pelo de análise. Além disso, Lefevere não se opõe ao quadro conceitual das teorias que se fundamentam na noção de equivalência. E esse quadro inclui considerar a possibilidade de reprodução, a separação entre uma fase de compreensão de textos e sua posterior interpretação (no sentido de acréscimo, expansão de significados), a ruptura entre língua e uso, entre lingüístico e extralingüístico e o conceito de que leitura é resgate ou descoberta de significados. A idéia de tradução como transformação que Lefevere coloca na superfície de seu trabalho acaba sendo, assim, diluída pelo quadro teórico subjacente ao conjunto de seus estudos.

1.3. As objeções de Lefevere à noção tradicional de fidelidade e suas implicações

Na introdução da coletânea *Translation, history and culture*, Lefevere & Bassnett (1990) explicam que a homogeneidade das contribuições do volume se deve, em grande parte, a um movimento desencadeado por alguns pesquisadores no sentido de não mais concentrar os estudos da tradução nos textos, mas passar a tomar a cultura como elemento central dos estudos. Essa seria a chamada “virada cultural” [*cultural turn*], que envolveria também adotar métodos diferentes dos tradicionais:

O leitor não vai mais encontrar minuciosas comparações entre originais e traduções; porque tais comparações, além de falsamente reforçarem a idéia do texto-enquanto-unidade, tendem a ser vítimas da ‘teoria invisível’ do *tertium comparationis*, implicitamente postulado para garantir julgamentos sobre o motivo de uma determinada tradução (normalmente a proposta pelo escritor do trabalho em questão) ser melhor que outra. (Lefevere & Bassnett, 1990, p. 4)

Esse trecho deixa claro que se evita a comparação detalhada entre original e tradução e que não se estimula a avaliação das traduções. Os autores vão contra o pensamento tradicional, segundo o qual teria que haver um parâmetro de correção para se traduzir e que se deveria tentar sistematizar o processo para que todas as traduções pudessem atingir esse padrão de “fidelidade” e “precisão”. Evitam fazer uma análise tradicional, limitada aos textos, e buscam descrever conjuntos de textos “refratados” para verificar que normas regeram sua produção, quais as diretrizes seguidas pelos tradutores em diferentes épocas, evitando qualquer juízo de valor.

Entretanto, levanta-se uma questão: normalmente, os leitores avaliam as traduções que lêem. Lefevere & Bassnett (1990) não relacionam o julgamento dos leitores à “qualidade” intrínseca da tradução, consideram que os leitores julgam uma tradução em relação à confiança depositada em um tradutor (p. 2). De acordo com o ponto de vista dos autores, se o leitor estiver familiarizado com a orientação dada por uma tradução, ele concluirá que o tradutor é “fiel”.³⁸ Mas, como Lefevere & Bassnett (1990) colocam, a publicação de traduções não envolve apenas as considerações de um leitor, pois há, por trás, o envolvimento de um editor que lhe dá seu aval, muitas vezes fundamentado no parecer de um especialista. Tendo em vista que os padrões culturais e literários são mutáveis, assim como os parâmetros para a publicação de textos, tanto os especialistas quanto os editores e os tradutores mudam suas orientações. Da mesma forma, o público pode passar a não mais aceitar determinadas traduções ou obras. Se a atribuição de valor a uma obra literária se faz conforme alguns parâmetros – estabelecidos “fora do texto” (sistema lingüístico, poética, ideologia), de acordo com Lefevere (1992a, 1992b) – poderia se pensar a avaliação das traduções nos mesmos moldes, mas o autor não envereda por esse caminho. Ao contrário, evita o julgamento e faz a seguinte observação:

³⁸ Lefevere & Bassnett (1990) fornecem o seguinte exemplo: se o leitor estiver familiarizado com os nomes latinos dos heróis e deuses gregos, não aceitará como “boa” ou “fiel” uma tradução da *Odisséia* que apresente seus nomes gregos, tais como Odisseu, em lugar de Ulisses, ou Atena, em vez de Minerva.

Não é minha intenção aqui avaliar as diferentes traduções. Nem é essa a minha tarefa: a avaliação simplesmente revelaria as pressuposições prescritivas ocultas com que abordo as traduções. Como tentei descrever e não prescrever, não há razão para avaliar. É melhor deixar essa tarefa para o leitor. (Lefevere, 1992b, p. 109)

Com essas palavras, Lefevere (1992b) associa avaliação à prescrição de regras. Por outro lado, Lefevere (1981) relaciona a prescrição a trabalhos que seguem uma orientação com que não concorda: o “[d]os críticos que já começam impondo suas normas como absolutas e desaprovam sistematicamente todo desvio em relação a elas” (p. 41). Em lugar desse tipo de trabalho, Lefevere (1981) propõe um método que ofereça “parâmetros confiáveis”, que permita “afirmações intersubjetivamente testáveis” (p.41) e que “forneça ao leitor o mais completo conjunto de materiais para que este concretize sua própria obra literária” (p. 44-5). Sua meta é um trabalho que “ensine mais sobre a origem, a função e o desenvolvimento dos sistemas literários”, que permita observar a importância da literatura refratada e fazer “afirmações de natureza mais intersubjetiva, mais próximas do científico do que do meramente crítico” (Lefevere, 1981, p. 19).

Lefevere (1981, 1992b) relaciona a avaliação a opiniões ou intuições não testáveis e afirma não emitir julgamentos sobre a qualidade das traduções que analisa. Apesar de o autor explicitamente relacionar a avaliação à prescrição, à opinião pessoal, todo seu trabalho não me conduziria a essa conclusão; pelo contrário, sua proposta leva-me a pensar que as avaliações são feitas de acordo com certos parâmetros e que uma comunidade aceitará, ou não, uma tradução, seja por supostamente se adaptar aos padrões vigentes, seja por subvertê-los, e que o reconhecimento de sua qualidade é dependente de espaço e de tempo.

O fato de Lefevere recusar-se a avaliar as traduções pode estar relacionado à idéia de que “é impossível definir de uma vez por todas o que é uma ‘boa’ tradução, assim como é impossível definir o que é boa literatura” (Lefevere, 1982, p. 9). No entanto, uma avaliação não precisaria ser baseada em critérios fixos,

universais, ou eternos; poderia estar fundamentada nos mesmos parâmetros que Lefevere utiliza para a descrição das traduções. Afinal, é inevitável julgar traduções e as concepções e os valores que conduzem nossos trabalhos orientam nossa avaliação. Lefevere (1992a, 1992b) não é exceção, pois nas análises que faz perpassam suas concepções de literatura e do que é uma boa tradução. Como exemplo, cito trechos de três de suas “descrições” das traduções do segundo poema de Catulo. Esse poema, de acordo com Lefevere (1992a), é uma paródia de um hino a um deus ou a uma deusa e, em seus primeiros versos, Catulo observa Lésbia brincando com seu pássaro de estimação (p. 33). Em suas análises, Lefevere (1992a, 1992b) privilegia a sonoridade do poema:

Vários tradutores do segundo poema de Catulo tentaram recuperar o jogo de sons do original latino, com vários graus de sucesso. Louis Zukofsky e Celia Zukofsky traduziram o “quicum ludere” (com quem brincar) da segunda linha como “a thing to delude her”. Sua tradução capta algo do som original; para isso contribuiu o fato de parte do vocabulário inglês ser de origem românica. Ela também confirma a própria essência do que Catulo acredita que o pássaro represente para Lésbia. (Lefevere, 1992a, p. 77)

Trata-se, sem dúvida, de uma avaliação positiva do trabalho desses tradutores. Por outro lado, Lefevere (1992a) afirma que a tradução de W. K. Kelly “sintetiza tudo o que Catulo não queria dizer nesse poema” (p. 75). Barriss Mills, outro tradutor do mesmo poema, “tenta o efeito de um hino, mas evita deslocar muito a sintaxe inglesa e pode ter como resultado um simulacro” (p. 34). Os dois últimos comentários referem-se claramente a traduções que o autor desaprova.

Assim, apesar de Lefevere (1992a) afirmar não avaliar as traduções, seus julgamentos afloram em suas análises. Talvez não explicita a crítica para evitar seguir os rumos de abordagens que rejeita, que teriam como objetivo de análise de traduções a busca de “erros” e do que se perde na tradução (1992b, p. 97). Seu trabalho, no entanto, preserva o conceito de “perda”, pois, ao afirmar que nunca se atinge a “combinação ideal” entre as estratégias ilocucionárias (p.99), de certa maneira acolhe a

idéia de que a tradução envolve perda. Não define “erro”, o que me leva a inferir que aceita a noção tradicional de que tudo o que se distancia do padrão esperado estaria “errado”. Mas, diferentemente dos trabalhos nos moldes tradicionais, Lefevere não procura pinçar os tropeços dos tradutores, mas tenta encontrar a orientação dada à tradução, objeto de sua análise. Afirma que “uma série recorrente de ‘erros’ provavelmente indica um padrão que é a expressão de uma estratégia” (1992b, p. 97), mas não especifica como classificar uma palavra ou uma sequência como “errada”. Ainda que Lefevere não enfatize esses dois pontos, eles contribuem para diluir a idéia que defende em seu trabalho, de que a tradução é, inevitavelmente, transformação, produto das inúmeras coerções sociais, ideológicas, históricas que exercem influência sobre o trabalho dos tradutores.

Percebe-se também a contradição entre o que o autor explicitamente propõe e o que implicitamente defende quando trata da noção de fidelidade. Aparentemente, propõe uma concepção de fidelidade que se afastaria das perspectivas tradicionais:

A “fidelidade” não se concebe em tradução como uma “equivalência” entre palavras e textos; mas, se sua idéia for admitida, será como uma tentativa de fazer com que o texto-alvo funcione na cultura-alvo do modo como funciona na cultura-fonte. As traduções não são, portanto, “fiéis” nos níveis em que tradicionalmente se exigia que fossem – para atingir a “equivalência funcional”, um tradutor pode ter que adaptar substancialmente o texto-fonte. Por outro lado, os tradutores podem ser fiéis, e diz-se que o são quando recuperam aquilo que querem os que subsidiam suas traduções. (Lefevere & Bassnett, 1990, p. 8)

Essa maneira de encarar a fidelidade é reiterada em *Translation/history/culture*:

Na maior parte dos casos, os tradutores [...] reescrevem, tanto no nível do conteúdo quanto no do estilo [...]. Pode-se mostrar, portanto, que a “fidelidade” em tradução não é exatidão, nem primeiramente uma questão de ajustes no nível lingüístico. Envolve, mais precisamente, uma complexa rede de decisões tomadas pelos tradutores nos níveis da

ideologia, da poética e do universo do discurso. (Lefevere, 1992c, p. 35)

Essa colocação implicariam basear a discussão sobre a fidelidade em parâmetros diferentes dos tradicionalmente empregados e inseri-la no contexto da proposta de descrição de traduções. Lefevere, entretanto, não desenvolve a questão nesses moldes. Pelo contrário, em *Translation, rewriting and the manipulation of literary fame* pergunta qual seria a relevância de discutir questões como “fidelidade” ou “liberdade”, uma vez que se publicam tanto traduções que valorizam mais a palavra ou a frase, quanto as que trabalham a cultura enquanto um todo, assim como as que reproduzem o texto integralmente quanto as que nele promovem cortes: “quase nada se pode fazer para impedir que uma tradução ‘infel’ seja publicada e projete sua própria imagem do original” (1992b, p. 51). Lefevere (1992b) faz aqui um outro uso do termo “fidelidade”: remete às traduções ditas literais, ou seja, àquelas que privilegiariam o componente semântico do original. Essa especificidade de uso da palavra se evidencia na continuação do trecho acima citado:

“A ‘fidelidade’ é apenas uma estratégia tradutória que se inspira na aplicação de uma certa ideologia em uma certa poética. Exaltá-la como a única estratégia possível, ou mesmo permissível, é tão utópico quanto fútil. Os textos traduzidos podem ensinar muito sobre a interação entre culturas e a manipulação de textos. Esses tópicos, por sua vez, podem ser mais interessantes para o mundo em geral do que nossa opinião sobre se certa palavra foi traduzida “apropriadamente”, ou não. De fato, longe de serem “objetivas” ou “isentas”, como seus defensores gostariam que acreditássemos, as “traduções fiéis” se inspiram frequentemente em uma ideologia conservadora. (Lefevere, 1992b, p. 51).

Esse emprego do termo é reiterado em *Translating literature*:

As traduções não se produzem em perfeitas condições de laboratório. Na realidade, os originais são colocados à disposição, mas nos termos do tradutor, mesmo se esses termos sejam produzir a mais literal (fiel) das traduções. (Lefevere, 1992a, p. 6)

Historicamente, os tradutores vacilaram entre produzir traduções direcionadas pela forma do texto-fonte e traduções adaptadas às expectativas ideológicas e poetológicas compartilhadas pelos leitores da cultura-alvo. Chamou-se, tradicionalmente, o primeiro tipo “fiel” e o segundo, “livre”. É difícil, entretanto, encontrá-los em forma pura. (Lefevere, 1992a, p. 18)

Por um lado, o autor sugere a revisão da noção de fidelidade; por outro, Lefevere (1992a, 1992b) restringe seu uso para se referir à dicotomia “fiel” x “livre” – uma das maneiras de colocar o literal em oposição ao criativo –, ainda que acrescente não haver os tipos em forma pura. A concepção que explicita, porém, é a de que a tradução é aculturação, que seu estudo deve se realizar do ponto de vista das relações entre culturas. Se o autor se baseia nessas concepções, espera-se que considere as traduções “semânticas” como infiéis ou inadequadas, para um tipo de público ou para uma certa finalidade. O fato de Lefevere (1992b) afirmar que evita o julgamento das traduções aponta para um problema interno à teoria, que não poderia fornecer parâmetros para a análise da função cultural da tradução em um certo período e, conseqüentemente, não teria como avaliar as traduções em determinadas condições sócio-históricas.

Contudo, Lefevere (1992c) salienta que a tradução “não é simplesmente um processo que ocorre na mente do tradutor”; é processo dependente de editores e leitores, que podem, ou não, aceitar as traduções (p. 5-6). De acordo com essas idéias, pode-se concluir que esses leitores são influenciados pelas mesmas coerções “ideológicas, poetológicas, sócio-culturais e políticas” que afetam a escritura e a reescritura e que devem ter seus parâmetros para julgar uma tradução. A fidelidade e a avaliação poderiam se atrelar a esses parâmetros, pois sua mera exclusão dos estudos da tradução pode levar à noção de que a reescritura é uma espécie de adulteração, de corrupção dos textos, na medida em que não se atribui a ela uma qualificação. De acordo com esse ponto de vista, a palavra “manipulação” poderia ser analisada por dois lados: o de “preparar”, “engendrar”, “forjar”; mas, também, o de “adaptar ou mudar intencionalmente alguma coisa para adequar-se a algum objetivo”. Da mesma

maneira, as noções de desafio e de subversão, que Lefevere (1992c) relaciona à tradução, podem se reverter para a noção de traição, explícita no epigrama “*traduttore, traditore*”.

A valorização da tradução, de seu estudo e de seu ensino, um dos objetivos de Lefevere, minimiza-se exatamente pela ênfase do autor na busca de uma descrição “intersubjetiva” que evita avaliar as traduções e dimensionar os efeitos da transformação pela reescritura. Da mesma maneira, sua posição ambígua em relação aos textos ditos não literários leva à indefinição quanto a se toda escritura, reescritura e leitura seriam, ou não, influenciadas pelos mesmos tipos de coerções.

As questões aqui levantadas sobre o trabalho de Lefevere mostram que, apesar de aparentemente romper com o “pensamento tradicional sobre tradução”, há pontos de confluência entre essas abordagens. O maior contato evidencia-se em relação às concepções de linguagem e leitura subjacentes a elas, questão que retomo no terceiro capítulo desta tese. Lefevere, no entanto, aparta-se do tradicional, ao ampliar o campo de interesse dos estudos da tradução e, em um mesmo movimento, ao evidenciar que história, sociedade e poder são fatores indissociáveis da tradução. Por outro lado, atenua-se a idéia de tradução como transformação pelo modo como trata a equivalência e como evita avaliar as traduções.

Suas concepções também apresentam pontos de convergência e de divergência em relação a outras propostas desenvolvidas no interior da disciplina Estudos da Tradução, que Lefevere contribuiu para estabelecer. A análise do trabalho de Toury, feita a seguir, indica esses pontos.

2. Uma proposta de sistematização dos estudos descritivos da tradução: Gideon Toury em busca de uma teoria da tradução

Toury tem produzido trabalhos na área de tradução desde os anos 70, definindo como objeto de estudo a tradução literária e como prioridade o pólo receptor da tradução. A maior parte de sua obra foi publicada em *In search of a theory of translation* (1980), livro constituído por onze artigos escritos entre 1975 e 1980. Desses artigos, nove são teóricos e expõem os principais tópicos de uma “abordagem semiótica da tradução”, desenvolvida para o estudo descritivo da tradução. Os outros dois artigos são “estudos de caso”, que trazem os resultados da aplicação da teoria, ou seja, descrevem traduções.

Nos artigos teóricos, Toury (1980) mostra que sua principal preocupação é apresentar os passos dados na busca de uma explicação sistemática da tradução. Inicia com a concepção de que a tradução envolve “operações de transferência ocorridas em uma entidade semiótica, pertencente a um certo sistema, para gerar outra entidade semiótica, pertencente a um sistema diferente” (p.12). Por “entidade semiótica” entende desde o signo até combinações hierarquicamente superiores, como orações, textos, “mensagens” e “modelos institucionalizados”. Para Toury (1980), a tradução deve ser estudada de modo descritivo e o estudo deve ter como objetivo verificar qual foi a orientação dada a ela, como se insere no sistema que a recebe e o tipo de coerções que influenciou o trabalho. Esse objetivo decorre do pressuposto inicial: o sistema receptor não tem apenas impacto na produção final, ou na “recomposição”, mas também influi na “decomposição” do “texto-fonte”, assim como no próprio processo de transferência (p. 16). Toury (1980) chega a afirmar que os “textos traduzidos só são fatos lingüístico-textuais de *uma* única tradição textual: a alvo” (p. 28). De acordo com seu ponto de vista, da perspectiva da língua, do texto ou do sistema literário produtor desse texto, a tradução não existe e em nada pode afetar esse sistema. Por outro lado, as traduções “podem afetar as normas lingüísticas ou textuais e mesmo os sistemas da cultura-alvo, receptora, assim como a própria

identidade do texto-alvo enquanto texto da língua-alvo” (p. 28). Toury (1980) entende, portanto, que os estudos devem se direcionar no sentido de descobrir a maneira pela qual as traduções se moldam para satisfazer os objetivos do pólo receptor, e de como as funções que devem preencher influenciam sua produção. Propõe a análise da articulação entre textos traduzidos e originais em termos de função, salientando que não trabalha em termos de identidade material, como as teorias tradicionais. Não estabelece qualquer tipo de relação *a priori* entre o sistema produtor de um texto e o receptor de uma tradução como sendo necessária ou suficiente para um texto se configurar como tradução. Define o *corpus* para os estudos como a totalidade dos textos que sejam “encarados como traduções na configuração de determinados sistemas-alvo” (p. 18).

Essas são as linhas gerais da proposta de Toury (1980), ou de sua “busca de uma teoria da tradução” que possa se opor às abordagens existentes e explique os dados que elas não conseguem esclarecer. Examinarei três pontos dessa teoria, com o objetivo de mostrar que o distanciamento idealizado por Toury (1980) entre sua proposta e as teorias tradicionais não ocorre da maneira radical como pretende o autor. Restringe-se à consideração da existência e das exigências do contexto em que se recebe a tradução, mas não atinge certos postulados fundamentais das abordagens tradicionais. São estas as três questões que evidenciam não haver uma lacuna em relação às propostas anteriores, mas uma proposta de seu prolongamento ou aperfeiçoamento, com a incorporação de elementos contextuais: a concepção de leitura de Toury (1980), que envolve a transferência e o invariante de tradução, sua definição de equivalência e a crítica às teorias anteriores. Além do exame dos pontos mencionados, pretendo comentar qual o lugar em que o autor situa os estudos sobre tradução, questão em que marca um posicionamento diferente daquele encontrado nas teorias de tradução tradicionais.

2.1. A concepção de leitura de Toury e as noções de transferência e de invariante

O trabalho de Toury tem como ponto de partida a “teoria dos polissistemas”, quadro teórico elaborado por Even-Zohar (1979) nos anos 70 para o estudo da literatura hebraica. Even-Zohar teria cunhado o termo “polissistema” para se referir à rede dos sistemas semióticos que existem em uma dada cultura. Seu objeto de estudo são as transferências que ocorrem internamente a esses sistemas e, entre eles, especialmente os literários. O estudo da literatura traduzida é um dos aspectos que investiga, na medida em que concebe a tradução como uma transferência com *status* igual às demais trocas inter ou intra-sistêmicas. Para Even-Zohar (1990), a teoria da tradução é parte de uma teoria geral da transferência, pois “nosso conhecimento acumulado sobre tradução indica, cada vez mais, que os procedimentos tradutórios entre dois sistemas (línguas/literaturas) são, em princípio, análogos ou mesmo homólogos às transferências [*transfers*] nos limites do sistema” (p. 73).

Nem Toury (1980) nem Even-Zohar (1979, 1990), entretanto, definem o uso que fazem da palavra “*transfer*”. No sentido comum, “*to transfer*” significa “*to convey, carry, remove or send from one person, place, or position to another*” (Merriam-Webster, p. 1938). Em português, “transferir” significa “fazer passar (de um lugar para outro), deslocar” (Dicionário Aurélio eletrônico), ou “mudar, transportar ou passar de um lugar para outro” (Caldas Aulete, p. 5040). Even-Zohar (1979, 1990) parece empregar a palavra nesse sentido de “passagem” de um sistema para outro. Toury, por outro lado, mostra, especialmente em “*Monitoring discourse transfer: a text-case for a developmental model of translation*” (1986), que entende “transferência” também como o termo se aplica na área de aquisição de língua estrangeira. Em livro sobre esse assunto, Dulay *et al.* (1982) explicam que o conceito designa o “uso de comportamentos aprendidos no passado na tentativa de produzir novas respostas”, ou seja, a aplicação de regras (lingüísticas) conhecidas em contextos novos (p. 101). Desdobra-se em “transferência negativa”, quando resulta em erro,

porque o comportamento habitual difere do que está sendo aprendido; e em “transferência positiva”, quando, ao contrário, resulta em acerto, porque o novo comportamento é compatível com o antigo (p. 101).³⁹

Esse emprego do conceito pode ser notado quando, ao falar sobre a segmentação do discurso efetuada por tradutores aprendizes, Toury (1986) afirma que sua análise indica “a ocorrência de transferência de discurso” e formula a hipótese de que, quanto mais segmentado for o texto, “maior a probabilidade de ocorrência de transferência, especialmente nos níveis lingüísticos inferiores (que, por sua vez, freqüentemente se realiza como ‘transferência negativa’, porque as diferenças entre as várias línguas muitas vezes são maiores nesses níveis)” (p. 83). Para corroborar sua hipótese, fornece duas traduções de um mesmo texto, feitas por dois sujeitos diferentes. Na primeira, realizada por um aluno que não tinha experiência em tradução, há muitos segmentos, de “nível inferior”, e “marcada tendência à transferência negativa”, chegando a apresentar decomposição de sintagmas formulares como “*at times*” (p. 88). Na segunda tradução, produzida por um aluno que tinha “alguma experiência prévia de tradução socialmente funcional”, há poucos segmentos, usualmente no nível do sintagma ou da frase, e “ausência total de instâncias de transferência negativa” (p. 89).⁴⁰ Sua exposição mostra que aquilo que denomina

³⁹ Toury (1986) enfatiza que é “nos estudos de aquisição de segunda língua que a transferência [*transfer*] recebeu maior atenção e refinamento”. Declara também que, “em qualquer contexto de transferência, o usuário da linguagem ativa simultaneamente duas das línguas que tem à disposição” (p. 81). Não esclarece, portanto, seu papel em uma teoria da tradução.

⁴⁰ Com o objetivo de esclarecer a questão dos níveis dos segmentos, reproduzo, abaixo, um trecho de cada uma das traduções:

Tradução 1, feita pelo “aluno sem experiência”:

ele	bne adam	tovim,	lamrot še-	im	netiya Ø	šel lihyot		
These are	good people,		though	with	sudden inclination	to be		
kemo	yeled	bi-	zmanim,	ve-	hem	me'od	yeqarim	li.
child	like	at	times,	and	they are	very	dear	to me.

Tradução 2, feita pelo “aluno experiente”:

anašay hem anašim tovim	im ki	yaldutyim	le-itim.
These are good people,	although	with sudden inclination to be childlike	at times
hem	yeqarim li me'od.		
and they	are very dear to me.		

“transferência” se refere ao que, na literatura sobre tradução, geralmente se chama de “correspondência formal”, tradicionalmente oposta à “tradução livre”. Esse uso da noção de transferência é reiterado pela observação que Toury (1986) faz de que a aceitabilidade da transferência é “governada culturalmente”, ou seja, de que há culturas que a aceitam e outras que a rejeitam. Em “culturas que desfavorecem a transferência em tradução”, os tradutores desenvolveriam estratégias para lidar com essa questão. Uma delas seria a “*monitoração da transferência* de discurso por sua gradual eliminação dos níveis mais baixos”, mesmo que fosse conservada nos níveis mais altos, tais como paragrafação, divisão em capítulos, modelos textuais (p. 90). Acrescenta que, mesmo quando a norma desfavorece a transferência, “isso se refere primordialmente à transferência *negativa*, simplesmente porque os produtos da transferência positiva dificilmente são discerníveis das produções apropriadas na LA [língua-alvo]” (p. 91).

A exposição de Toury (1986) sobre a transferência tem duas implicações. Em primeiro lugar, sugere que a tradução é, antes de mais nada, a passagem de um texto codificado em uma língua para outra, ou seja, uma espécie de transporte de traços. Essa noção fica evidente se lembrarmos que define tradução como a “capacidade de substituir TFs [textos-fonte] por TAs [textos-alvo] sob certas condições de invariância”, ou “de reter (ou reconstruir) certos traços invariantes do TF em um TA que o substitua” (Toury, 1980, p. 24). Toury enfatiza que essa passagem tem que, por um lado, reconstruir os traços do original e, por outro, obedecer a certas coerções do sistema que produz a tradução, mas, de acordo com suas concepções, sempre vai envolver o transporte de certas marcas. Isso implica considerar que os textos sejam transparentes, com seus traços estáveis que podem ser transpostos para outra língua. Essas duas teses fundamentam as teorias tradicionais de tradução e delas decorre a colocação da possibilidade de uma produção “literal”, errada ou correta,

Percebe-se, na primeira tradução, segmentação em níveis hierarquicamente inferiores, ou seja, no nível da palavra ou do sintagma. Na segunda tradução há menos segmentos, alguns de nível mais alto (Toury, 1986, p. 88-9).

adequada ou fora das normas, intimamente relacionada à questão da manutenção de certas características do original na tradução e ao conceito de “invariância”. Como, para Toury (1986), “traduzir é, naturalmente, um modo de produção de linguagem *secundário*, derivado, que pressupõe a preservação invariante de certos traços, em um ou mais níveis” (p. 82), percebe-se que o autor aceita as noções de transporte e de possibilidade de reprodução de um original.

Toury (1980) elabora a questão da “invariância” em *In search of a theory of translation*, trabalho em que afirma que o processo de tradução se diferencia de outros processos semióticos de transferência em virtude da dupla natureza da entidade resultante. Esta faz parte do sistema a que pertence (sistema “alvo” ou “receptor”), mas seria, também, “de certa maneira, e até certo ponto, graças ao invariante comum a ela e à entidade inicial, representação de outra entidade pertencente a outro sistema” (p. 12). Em outras palavras, embora “a entidade resultante de qualquer operação de transferência *difira* da entidade inicial do mesmo processo”, ambas as “entidades têm também que *possuir algo em comum*”: o que será transferido, o “invariante” (p. 12). Esse invariante seria a base para determinar a relação que se estabelece entre duas entidades (dois textos, no caso da tradução literária), “normalmente denominada *adequação, equivalência, correspondência*, etc.” (p. 12).

Essas idéias remontam ao conceito, comum na literatura sobre tradução, de que a tradução deve espelhar o original, de que é secundária e derivada de uma origem que contém ou expressa todos os significados que devem ser transportados ou transferidos durante o processo de tradução. Toury (1980), porém, não aceita a idéia de derivação total, pois afirma haver diferença entre as entidades resultantes da transferência, na medida em que as entidades “são membros de sistemas diferentes, ou seja, se organizam em códigos (...) diferentes” (p. 12). Não se percebe em Toury (1980) a noção de insuficiência da tradução, subjacente a muitos trabalhos, mas transparece uma grande necessidade de justificar porque os textos “transferidos” não se apresentam exatamente iguais à “entidade inicial” (p. 12). Além disso, não se descarta a

noção de que pode haver correspondência total entre os textos. Pelo contrário, mantém-se no modelo enquanto hipótese de trabalho, pelo uso de um construto que denomina “invariante de comparação”, instrumento de análise empregado para verificar se a tradução estaria situada em um ponto mais próximo do “pólo-fonte” (“adequação”) ou do “pólo-meta” (“aceitação”). O invariante serviria para determinar se a tradução estaria reconstruindo os traços do original, ou se teria se construído de acordo com as coerções do sistema receptor (lingüístico, textual ou literário). O objetivo da análise que Toury (1980) propõe é determinar, pela comparação entre o “invariante de comparação” e a tradução, quais teriam sido as normas que orientaram a tradução estudada. Para o autor, essa determinação se fundamentaria em uma relação empírica e derivada do *corpus* de análise:

Nesse quadro metodológico, concebe-se [a adequação] como uma *entidade hipotética* construída a partir da análise sistêmica (textêmica) do TF [texto-fonte]. Usa-se como *invariante de comparação* (ou seja, como *tertium comparationis*), não como invariante de tradução, como às vezes as teorias orientadas para o TA [texto-alvo] ou para a LA [língua-alvo] a apresentam. (Toury, 1980, p. 49)

A “tradução adequada”, a base “invariante de comparação”, seria a reconstrução hipotética do original na língua da tradução, tendo como único ajuste sua inserção nas regras obrigatórias da língua-alvo. Assim, a noção de correspondência total não se insere no modelo como um ideal que os tradutores precisariam atingir, como, por exemplo, o exigido por Nida (1964a, 1975/1982b). Para Toury (1980), a recuperação de todos os traços de um texto é tarefa para o pesquisador, que se encarregaria da análise correta do texto de partida, que geraria o “invariante”, ou a correspondência total. Essa noções fazem parte das teorias tradicionais como, por exemplo, a de Catford (1965/1980), mas a diferença em relação a elas, como o próprio autor salienta, é que o ponto de partida de sua proposta não é a suposição “de que a tradução nada mais é que a tentativa de reconstruir o original”, ou a “preservação de certos traços predeterminados” do original (p. 17). Em outras palavras, Toury (1980)

não considera necessário, como certos autores, que “o item substituído (...) seja idêntico, em hierarquia ou função, ao item que substitui” (p. 85). Todavia, só o fato de levantar a questão já implicaria considerar uma possível identidade entre os textos. Mas o modelo não se limita a considerar essa possibilidade; ao contrário, propõe que se inicie a análise pelo construto hipotético: “parece melhor que se inicie [a comparação] por meio da descoberta dos desvios (ou 'deslocamentos') em relação à adequação” (p. 108). Toury (1980) interliga, portanto, os conceitos de “adequação” e de “invariante”; ambos remetem a uma hipotética análise correta do texto original, como se verifica no trecho abaixo:

Qualquer instância de tradução se considerará, assim, como um ato concreto de desempenho nesse quadro teórico [dos estudos não normativos da tradução], exibindo certa relação com um texto preexistente em outra língua e cuja adequação se determina por um certo construto de traduzibilidade máxima [*optimal translability*] que serve como norma para a tradução”. (Toury, 1980, p. 28)

A “traduzibilidade máxima” se relaciona, pois, aos conceitos de “adequação” e “invariante”. Trata-se de um construto definido pelo pesquisador a partir da análise do texto de partida, associado por Toury (1980) à noção de total recuperação desse texto.

A relação dada como empírica e proveniente do *corpus* se fundamenta na análise do texto original, na medida em que a “adequação”, usada como “invariante de comparação”, é “a reconstrução máxima dos traços relevantes do TF (ou seja, a realização do construto de traduzibilidade máxima)” (p. 29). Toury (1980) parte, assim, do pressuposto de que o analista vai construir o “invariante de comparação”, uma idealização do texto original e buscar o que, na tradução, difere dele:

A comparação entre a tradução real e o seu “invariante” (que é, naturalmente, apenas um construto hipotético) vai revelar os deslocamentos causados por fatores alheios às regras; séries de comparações realizadas de acordo com este método levarão o aluno a generalizações e permitirão, entre outras coisas, que ele levante hipóteses a respeito das normas. (Toury, 1980, p. 58)

A análise da proposta mostra uma intrincada vinculação entre as noções de “adequação”, “*tertium comparationis*”, “traduzibilidade máxima” e “invariante de comparação”, que se relacionam intimamente ao texto de partida e não, como enfatiza o autor, ao texto traduzido. Um dos pontos em que se percebe o peso dado ao texto original é a distinção entre “invariante de comparação” e “invariante de tradução”, considerada marcada e evidente por Toury (1980), a partir do momento em que o autor as fundamenta no conceito de “funcionalidade e relacionalidade”, não no de “materialidade” (p. 69). O “invariante de comparação” vincula-se, em seu modelo, aos sistemas lingüístico e textual da língua-fonte, enquanto o “invariante de tradução” refere-se às relações funcionais que efetivamente se estabelecem entre os textos e envolve verificar os termos e as construções que funcionam, na tradução, como equivalentes dos termos e construções do texto-fonte. Esse desdobramento da noção de “invariante” parece ter como objetivo diferenciar o modelo proposto das teorias tradicionais, criticadas por Toury (1980), por prescreverem que a tradução se apresente com todas as características do original. De acordo com as propostas tradicionais, espera-se que a tradução mantenha os traços do texto de partida, ou seja, determina-se que não deve haver diferença entre o original e a tradução. Toury (1980), por outro lado, parte do princípio de que os dois textos têm de partilhar um núcleo comum, ou seja, considera que o texto traduzido representa o texto original “de acordo com alguma condição de invariância” (p. 24). Mas, como não aceita que a relação entre eles possa ser estática ou fixada *a priori*, seu modelo acaba por exigir que se diferenciem duas categorias de invariante. Assim, apresenta, por um lado, o “invariante de tradução”, caracterizado como o realizado, representado pelos traços que original e tradução efetivamente partilham, ou seja, pelas relações funcionais que se estabelecem entre os dois textos; por outro, o “invariante de comparação”, que seria aquele definido pela leitura supostamente correta do texto original.

Entretanto, de acordo com o modelo, usa-se o conceito de “adequação”, atrelado ao de “invariante de comparação”, para descobrir “os fatores que influenciam a tradução além das coerções sistêmicas da língua-alvo”, para identificar os “desvios”

[*deviances*] “do tipo não obrigatório”, ou seja, os que não são gerados pelas regras lingüísticas (p. 49). Ora, esses “desvios”, posteriormente reclassificados como “deslocamentos” [*shifts*], só se detectam por uma via: a partir do texto original. Apenas ele permite “identificar os fatores que determinam o desempenho tradutório além das regras lingüísticas” e cuja regularidade levará às normas de tradução de um trabalho específico (p. 49).

Teoricamente, a noção de “tradução adequada” ou de “invariante de comparação” apresenta, assim, contradições. Em primeiro lugar, Toury (1980) parte da idéia de que é possível ter o mesmo texto em uma outra língua sem qualquer intervenção interpretativa e sem que as relações lingüísticas ou culturais o afetem de alguma maneira. Em segundo lugar, supõe uma distinção nítida entre as regras opcionais e as obrigatórias, já que o invariante seria a inserção do texto original nas regras obrigatórias da língua de chegada (v. Ria Vanderauwera, 1982). Além disso, há problemas internos ao modelo: o construto “invariante de comparação” se baseia no texto original e, como vem conceituado no modelo, situa-se em um nível em que não sofreria influências de elementos históricos ou sociais. Há inconsistência, portanto, em sua postulação em um modelo exclusivamente orientado para o “pólo-alvo”.

Da maneira como se posiciona no modelo, o “invariante de comparação” deriva de uma leitura correta, verdadeira, independente de qualquer intervenção humana ou contextual. Ora, as teorias de tradução tradicionais já pressupõem a possibilidade dessa leitura legítima; atribuem ao tradutor o papel de um filtro passivo, que tanto contribui para o rebaixamento do seu *status* em nossa sociedade. Toury (1980) não parece encarar assim o tradutor, já que comenta que ele é o responsável pelas decisões tomadas a propósito da orientação dada à tradução, pois é o tradutor quem determina se a tradução fica sujeita “ao TF, às suas relações textuais e às normas por ele expressas ou nele contidas, ou às normas lingüísticas e/ou literárias ativas no polissistema literário-alvo” (p. 116). Também não o considera como totalmente neutro ou socialmente descontextualizado, o que se depreende do seguinte trecho:

A tradução é um tipo de atividade comportamental socialmente orientada e seria ingênuo e enganador admitir que qualquer ato nessa atividade seja um encontro único e pessoal entre um texto a ser traduzido e um futuro tradutor, livre de toda a bagagem prévia, em que o tradutor tem total liberdade para definir os problemas tradutórios em seus próprios termos e fornecer soluções novas, pessoais, para eles. (Toury, 1980, p. 141)

O autor não explora as relações que se estabelecem entre o texto e o tradutor. Apesar de reconhecer o papel decisório que o tradutor desempenha, não lhe reserva um lugar em sua teoria e enfatiza seu interesse no “produto”, como se vê a seguir:

Essa regra [metodológica, de iniciar a análise pelas relações de nível mais alto] não deve, de maneira alguma, ser vista como atribuição de crédito ao tradutor enquanto pessoa real. Obviamente, “na realidade”, a tentativa de estabelecer relações formais (“mais baixas”) podem resultar em relações funcionais (ou seja, “mais altas”), ainda que não pretendidas. Mas o ponto aqui não são as intenções do tradutor. A regra de dominância da relação “superior” obtida é apenas uma questão de *método* e foi elaborada com o único propósito de descrever *textos* traduzidos de modo metodologicamente sistemático e teoricamente justificado; e nosso maior interesse reside no *produto* real da tradução, não em seu *processo*, para não mencionar os “estudos psico-tradutórios”. (Toury, 1980, p. 109)

O autor define que seu objeto de estudo é o texto traduzido e, em sua proposta, o trabalho intelectual parece estar reservado ao analista, que teria o poder de explicar porque se fez uma tradução de determinada maneira, a partir de uma leitura “correta” do texto original. Toury (1980) pressupõe, assim, que os itens que fundamentam a semelhança ou a diferença entre o texto de partida e a tradução, que constituem o “material” para a identificação das normas que orientaram a tradução daquele texto, sejam também transparentes ou auto-evidentes. Desse modo, o pesquisador poderia fazer a leitura correta da tradução e identificar com precisão os deslocamentos em relação à “fonte”. Nesse quadro, os textos se comporiam de marcas indiscutíveis e o analista não estaria sujeito às coerções de seu meio.

2.2. A equivalência: a distinção feita por Toury entre o conceito “teórico” e o “descritivo”

Para discutir a questão da equivalência e mostrar que ela seria uma função das normas de tradução, Toury (1980) parte da seguinte definição: “tradução, no sentido estrito, é a substituição de uma mensagem, codificada em uma língua natural, por uma mensagem equivalente, codificada em outra língua” (p. 63). O autor impõe três condições básicas para que se obtenha uma tradução: a presença de duas línguas (códigos); o estabelecimento de duas mensagens distintas, cada uma em uma das línguas; e a “existência ou estabelecimento de certa relação entre as duas mensagens” (p. 63). Como a definição é semelhante às formuladas pelas abordagens tradicionais, Toury (1980) considera necessário reavaliar a noção de equivalência, já que sua proposta pretende se opor às teorias tradicionais.

Seu ponto de partida para o reexame do conceito é a definição de Catford (1965/1980), modificada para: “a equivalência de tradução ocorre quando um texto (ou item) em LF e um em LA se relacionam aos mesmos traços relevantes (ou, pelo menos, a alguns deles)” (p. 37).⁴¹ Toury (1980) afirma que a noção de relevância que acrescenta à definição de Catford (1965/1980) é “uma propriedade relativa”, em primeiro lugar porque alguma coisa só pode ser relevante para um determinado ponto de vista ou para algum fim; em segundo lugar, porque se refere a textos, compostos de “traços” em vários níveis, dos fonológicos aos morfossintáticos, havendo a possibilidade de estimar todos como “relevantes” (Toury, 1980, p. 38). Concebe-se a relação entre “relevante” e “irrelevante” como polar, não dicotômica, mas envolve certa hierarquia. No caso de equivalência de tradução, o autor interessa-se pela

⁴¹ Trata-se da modificação da seguinte definição de Catford (1965/1980). “*ocorre equivalência de tradução quando textos ou itens da LF e da LM podem relacionar-se com os mesmos traços de substância (ou ao menos com alguns deles)*” (p. 56). A essa definição, Catford adiciona uma nota para explicar que o “tipo da substância depende do escopo da tradução. Para a tradução total é substância de situação, para a tradução fonológica é a substância fônica, para a tradução grafológica é a substância gráfica” (p. 56). Minha análise do livro de Catford, apresentada no segundo capítulo desta tese, explica que o autor fornece cinco definições de equivalência de tradução (v. itens 2.1. e 2.3.), sendo a última bastante semelhante à de Toury (1980): “para que ocorra equivalência de tradução, ambos os textos, o da LF e o da LM, devem poder relacionar-se com os traços funcionalmente relevantes da situação” (Catford, 1965/1980, p.104).

“relevância vinculada aos traços compartilhados” entre texto-alvo e texto-fonte, não por todos os “traços textuais ou lingüísticos” do *corpus*. Nas teorias tradicionais, o grau de relevância seria, de acordo com Toury (1980), determinado pelo texto-fonte e a forma ideal de tradução corresponderia à reconstrução de todas as suas características relevantes (p. 38). Como isso significaria a interpermutabilidade entre o texto-alvo e o texto-fonte, as teorias freqüentemente teriam que recorrer ao conceito de equivalência funcional como condição necessária para o ato de tradução.

Toury (1980) afirma que promover o deslocamento, ou seja, passar a enfocar o texto-alvo, significa não postular a equivalência; ela passaria a ser um fato empírico, ou seja, estabeleceria as “relações reais” entre texto-alvo e texto-fonte. Para o autor, “a comparação não é feita para determinar *se* se atinge a equivalência entre tradução e original, mas *qual* o tipo (e/ou *grau*) de equivalência que realmente ocorre entre eles”, com a ajuda do “conceito intermediário”, que serve como “base fixa, invariante, para a comparação” (p. 58). O autor enfatiza esse ponto: a reconstrução dos traços relevantes do texto-fonte em sua ordem de relevância não é a única opção do tradutor, o que significa que o texto de partida e a tradução podem exibir vários tipos de relações. Entretanto, abre-se a possibilidade da reconstrução total, que o tradutor pode adotar ou não, pois, de acordo com Toury (1980), a tradução tanto reconstrói os traços do original (pólo da adequação) quanto se adapta ao sistema textual receptor (pólo da aceitabilidade). Para Toury (1980), mesmo as traduções que são amoldadas às coerções do sistema-alvo são equivalentes, pois o autor parte de uma distinção entre dois usos da palavra “equivalência”: o primeiro, “teórico”, denotaria a relação abstrata, ideal, entre texto-alvo e texto-fonte; o segundo, “descritivo”, exprimiria as relações reais entre as expressões efetivas em duas línguas e duas literaturas diferentes (p. 39).

No modelo proposto por Toury (1980), a equivalência é um fato empírico, descoberto ao se proceder à análise das traduções. Essa concepção se opõe à tradicional, que postulava uma relação ideal entre o texto de partida e a tradução. O autor contrapõe, assim, os termos “descritivo” e “empírico” aos termos “teórico” e

“abstrato”. O primeiro par está posicionado na ordem do objetivo, o lugar das propriedades dos textos, do “real”. O segundo é visto com desconfiança, porque alheio ao que o autor considera o verdadeiro objeto dos estudos da tradução: o “texto-alvo”. Aparentemente, subverte-se a concepção tradicional de que a teoria é o lugar do racional, inteligível, enquanto o empírico é o do intuitivo, do sensível, e secundário em relação ao teórico. No entanto, não é isso o que efetivamente ocorre, pois seu trabalho segue a rota da estruturação de “uma teoria da tradução no verdadeiro sentido”, que fundamente os estudos sobre tradução (p. 27). Esta seria baseada nas características próprias do objeto, o produto traduzido, e teria que fornecer, para cada relação entre texto-alvo e texto-fonte, uma descrição e explicação de suas condições de adequação ou de aceitabilidade. O que poderia parecer subversivo converte-se apenas em uma crítica às teorias que não se fundamentam em “dados empíricos”.

É necessário também observar que tanto o termo “teórico” quanto o “descritivo” são denominados “equivalência de tradução” [*translation equivalence*], só que o primeiro pertenceria à “teoria da tradução” e o segundo, ao “estudo empírico” (p. 65). O termo “teórico” estaria relacionado às abordagens tradicionais, criticadas por “não incluírem uma caracterização sistemática da equivalência de tradução nem uma definição precisa desse conceito básico” (p. 90). Para Toury (1980), mesmo as teorias que tentam explicar a equivalência “não fornecem uma definição que se aproveite como ponto de partida para os estudos descritivos” (p. 90). De acordo com o autor, “sua aplicação [...] denota uma categoria de relações entre TA e TF abstrata, idealizada” (p. 65). Afirma também que “a noção 'tradicional' de equivalência de tradução não só é falha em si, mas também mal equipada para servir como base para os estudos descritivos da tradução e para explicar a ampla variedade de *relações tradutórias*” existentes entre original e tradução (p. 93). Nesses termos, Toury (1980) pondera que, por um lado, a discussão sobre tradução “deveria livrar-se de sua dependência da noção de equivalência e seguir outros rumos, por outro, deveria rever a noção de equivalência, se possível em consonância com o novo tratamento dado ao conjunto de relações tradutórias” (p. 93-4). Há uma contradição evidente entre “livrar-

se” da noção e “revê-la”, decorrente do fato de Toury (1980) não descartar efetivamente a equivalência postulada. Pelo contrário, afirma que se devem ligar as duas noções:

não se deve permitir que a categoria de equivalência de tradução abstrata, teórica, se dissocie da classe de relações tradutórias empíricas, concretas, permanecendo uma noção meramente especulativa. Pelo contrário, deveríamos tentar conectar essas duas noções (e níveis) de modo apropriado, ou seja, transformar a noção teórica no *denominador comum* para os objetos de estudo, em termos da noção descritiva, e vice-versa. (Toury, 1980, p. 66)

A ligação entre os dois termos, o “teórico” e o “descritivo”, acaba se fazendo pela subdivisão do conceito teórico em “equivalência mínima” e “equivalência máxima”. Toury (1980) indaga se “não seria possível, ou mesmo desejável, introduzir no ramo teórico dos estudos da tradução *dois* conceitos abstratos de equivalência: um *mínimo*, para definir o 'limiar da tradução', e um *máximo*, que definirá um núcleo de tradução 'ideal' ou 'exemplar’” (p. 68). Conclui que a introdução desse conceito “máximo” se deve a razões metodológicas. Apesar de enfatizar que não se deve definir como “postulado de equivalência incondicional”, ou seja, que não se trataria do “termo teórico”, Toury (1980) considera a “equivalência máxima” como “o início da reflexão (ou da reconstrução) das relações textuais e linguísticas do TF no TA, ou seja, o resultado da subordinação total no movimento para a *adequação* tradutória” (p. 69). Trata-se, portanto, do “invariante de comparação”, do “construto que serve como *hipótese de trabalho*” para a análise. A diferença entre o “equivalente máximo” e o “equivalente teórico” restringe-se, portanto, ao plano conceitual: enquanto não se entende o primeiro como condição necessária para se definir um texto como tradução, o segundo seria um “requisito prescritivo”.

Em outras palavras, a “equivalência teórica” se conserva no modelo, mas se altera seu *status* em relação às abordagens tradicionais: não é a que se exige que uma tradução exiba. O uso que Toury (1980) faz do conceito, entretanto, abrange

relações abstratas, como se verifica em vários trechos de seu trabalho, mesmo nos que tratam do método e dos resultados de análise. Um deles lembra a comparação, comentada no primeiro capítulo desta tese, que Nida (1975/1982a) faz entre a distribuição de roupas em várias malas e o arranjo formal das unidades em uma tradução: “uma unidade do TF ou da LF pode ser substituída por uma ou mais que uma unidade do TA ou da LA, e vice-versa, desde que as funções sejam equivalentes” (Toury, 1980, p. 98). Para Nida (1975/1982a), da mesma maneira que não interessaria saber em que mala estaria colocada cada peça de roupa, pois o importante seria sua chegada ao destino, não importaria determinar em que palavras estaria depositada a carga semântica, desde que fosse transportada em perfeito estado. Analogamente, para Toury (1980), não importaria a distribuição das unidades, mas a equivalência de função. O autor trata de modo profundamente abstrato essa questão. No trecho a seguir, por exemplo, não se percebe se se trata da equivalência teórica ou da descritiva:

Quanto às relações formais, um aspecto interessante de uma decisão não genuína se manifesta por meio dos “equivalentes de estoque”, ou seja, a tendência a uma substituição automática de certos MLs [meios lingüísticos] ou MTs [meios textuais] do sistema-alvo no lugar de determinados MLs ou MTs da fonte, tanto nos casos em que o elemento alvo tem uma função equivalente à do original, quanto naqueles em que esse elemento não tem essa função, sem se levarem em conta, portanto, as funções e as relações funcionais. Os “equivalentes de estoque” deveriam ser considerados, principalmente, como os elementos que estabelecem uma relação formal com os elementos correspondentes da fonte. [...] Assim, uma taxa elevada de “equivalentes de estoque” em certa tradução pode ser vista como indicação forte da dominância da tendência ao emprego de equivalentes formais e de uma relação formal com o TF. (Toury, 1980, p. 105)

Parece difícil abordar a questão do “equivalente de estoque”, um item que não teria a função do elemento que está substituindo, sem se reportar ao construto teórico, porque a noção remete diretamente a uma função que um determinado item desempenha no texto de partida. Só seria possível determinar essa função, no modelo

proposto, por meio do invariante de comparação, ou seja, do construto hipotético baseado no texto original. O exemplo que Toury (1980) fornece deixa isso claro: em uma tradução de *Lady Chatterley's lover*, a interjeição “oh” do inglês é substituída por “ho”, um termo aparentemente sem sentido em hebreu, o que o transformaria em um “equivalente de estoque” (p. 105). Entretanto, essa determinação só pode partir do “original”. Toury analisa da mesma maneira a linguagem coloquial presente nos textos de partida:

No começo do período [analisado], as soluções para essa situação tradutória eram quase automáticas: os elementos coloquiais eram omitidos ou substituídos por elementos típicos do(s) sistema(s) escrito(s) do hebreu. Como resultado, qualquer diferença estilística obtida no TF desaparecia e não se forneciam equivalentes para as funções textuais relacionadas tanto com a *identidade* dos elementos coloquiais enquanto itens do sistema coloquial do SF [sistema fonte], quanto com as *transições* de um nível estilístico para outro. (Toury, 1980, p. 129)

Esse trecho, além de remeter a um conceito abstrato de equivalência, indica que o texto de partida é um ponto fundamental na análise. Em outras partes de seu livro, também fica evidente essa remissão à origem:

A única conclusão direta a que se chega é que os conceitos de tradução e de equivalência de tradução expressos por eles [os textos do *corpus*] não são congruentes com o construto hipotético de tradução adequada. [...] Além disso, esse tipo de equivalência funcional é apenas *parcial*, tanto em termos de sua distribuição global nos textos quanto em termos das funções lingüísticas. (Toury, 1980, p. 136)

Os trechos acima mostram submissão à origem e tornam claro que há todo um círculo de relações entre os conceitos trabalhados por Toury. Em princípio, para o autor, a tradução envolve e reflete a tensão entre dois fatores incompatíveis: por um lado, há a necessidade de se estabelecerem relações entre o texto-alvo e o texto-fonte sob certas condições de invariância, o que geraria o fator adequação; por outro, é

preciso formular um texto na língua-alvo, o que daria origem ao fator aceitabilidade. Assim, Toury (1980) julga que toda tradução ocupa certa posição tanto em relação à adequação quanto à aceitabilidade e “exibe alguma mistura desses dois extremos” (p. 29). Não se pode, entretanto, presumir antecipadamente qual é essa posição; deve-se estabelecê-la durante o “estudo do desempenho real da tradução” (p. 29). Como Toury (1980) não concebe que uma tradução possa ser inteiramente “aceitável”, porque mantém algum tipo de vínculo com o “pólo de adequação estrangeiro”, nem que possa ser totalmente “adequada”, pois se constrói para outro público receptor, é a análise, ou a comparação entre texto-alvo e texto-fonte, que irá “determinar sua [da tradução] verdadeira posição entre os dois pólos, ou a combinação desses dois extremos (ou compromisso entre eles)” (p. 49). Ora, para que se determine, comparativamente, a posição que uma tradução ocupa entre esses dois pólos, o parâmetro será o “conceito intermediário”, definido como o “invariante de comparação”, ou *tertium comparationis*; este, por sua vez, fundamenta-se na noção de “equivalente de tradução”, que se empregará como base tanto para identificar os deslocamentos reais do texto-alvo em relação ao “invariante de comparação” quanto para explicar as causas desses deslocamentos. Ou seja, “o estudo das manifestações reais de equivalência de tradução (ou de equivalência de tradução como fenômeno empírico) se equipara ao estudo de sua posição intermediária entre a adequação absoluta [...] e a absoluta aceitabilidade” (p. 75).

Essa definição e as relações circulares acima descritas conduzem a uma outra questão, que envolve os conceitos de “unidade de substância” e “unidade funcional”, e que me leva a discutir se, no trabalho de Toury (1980), o texto-alvo é efetivamente o objeto central da comparação. Quando examinei as noções de “transferência” e “invariante”, já tinha levantado o problema. Aqui faço uma análise mais detalhada, iniciando com a afirmação de Toury (1980) de que as relações entre o original e a tradução são “*fatoss observáveis*” e “realizações de um 'estoque' de opções” (p. 46). Partindo do pressuposto de que as traduções reais são atualizações de possibilidades, o autor distingue as “relações exigidas” (equivalentes postulados) das

“existentes” (equivalentes encontrados nos textos) e das “possíveis” (p. 46). Essas últimas consistem em “todas as relações potenciais entre dois textos em duas línguas naturais diferentes, pertencentes a sistemas literários diferentes”, e poderiam ser descritas de acordo com as seguintes oposições básicas:

1. a possibilidade de enfocarem ou as unidades de substância ou as unidades funcionais (ou seja, unidades de substância mais suas funções): equivalência “formal” x funcional, ao nível lingüístico ou textual;
2. a possibilidade de escolherem, na língua-alvo ou na tradição literária-alvo, itens e padrões que tenham vários graus e modos de “existência” em seu respectivo sistema, até o ponto da pura invenção: equivalentes existentes x não existentes (*ad hoc*);
3. a possibilidade de fazerem considerações *a priori* ou genuínas, estáticas ou “dinâmicas”, sobre o texto fonte ou a língua fonte.
(Toury, 1980, p. 46)

A primeira dessas relações implica nivelar forma e substância e opô-las à função. Esse movimento significa atribuir às estruturas das línguas as características de universalidade, de fechamento e de imobilidade, na medida em que Toury (1980) afirma que os elementos de língua (forma) são representações de substância invariantes e subjacentes, o que implica excluir desse nível as relações diferenciais. Toury pressupõe até mesmo a universalidade a nível textual, como se vê no texto abaixo:

A primeira oposição básica a ser assumida será a que subjaz às relações tradutórias, derivada das propriedades inerentes, universais de cada língua natural em cada um de seus níveis, inclusive o nível textual, e enfoca o próprio ato de transferência de um TF codificado em LF, para um TA codificado em LA. Essa é a oposição entre *substância material* e *elemento funcional*. (Toury, 1980, p. 95)

Ao fazer uma “apresentação esquemática da língua”, o autor coloca que “a substância de uma língua natural consiste em *meios lingüísticos* (MLs), tanto no aspecto fundamental, a manifestação oral, quanto no secundário, a manifestação

escrita” (p. 95). Esses “meios lingüísticos” poderiam “adquirir alguma *função* habitual, institucionalizada, em seu sistema lingüístico respectivo” (p. 95). Com essas palavras, Toury (1980) dá a entender que os elementos de substância material (“meios lingüísticos”, ML, e “meios textuais”, MT) estejam “disponíveis anterior e independentemente da análise de um dado sistema, lingüístico (no caso do ML) ou textual (no caso do MT)” (p. 96). Por outro lado, apenas se definiriam as unidades funcionais por meio da análise de um dado sistema. Essas colocações levam a concluir que Toury postula a existência de uma substância que se relacionaria com o aspecto formal e seria universal, fora e acima de cada língua, e que se realizaria com diferentes funções em cada sistema lingüístico. O “invariante” e a “tradução máxima” postulados por Toury estariam nesse nível, seriam comparados com as traduções reais para, então, se determinarem os desvios ou deslocamentos [*shifts*] que teriam sofrido, ou quais teriam sido os equivalentes encontrados nos textos, e se eles seriam “formais” ou “funcionais”.

Nesse quadro, o centro das relações que Toury (1980) analisa deixa de ser o texto traduzido, “em sua materialidade”, e passa a ser uma idealização do texto original, ou seja, o “invariante de comparação” (ou “*tertium comparationis*”). Isso significa que, quanto a esse ponto, a proposta de Toury (1980) em nada difere das tradicionais. A diferença reside no fato de aceitar os “deslocamentos” como traduções possíveis, ou seja, não exigir como condição *a priori* que o texto traduzido carregue todas as características desse ideal. Além dos trechos já citados acima, outros podem corroborar a afirmação de que seu trabalho se baseia na idealização do texto de partida. A citação abaixo, por exemplo, foi retirada do trecho em que o autor descreve e justifica seus procedimentos de análise:

Por razões de economia de esforços, se não por outra razão, parece melhor iniciar detectando-se os desvios (ou “deslocamentos”) da adequação (uma reconstrução máxima das relações textuais do TF no TA, ou seja, as relações tradutórias máximas no nível funcional do texto) e, então, examiná-los e ponderá-los em relação ao modo e grau de sua aceitabilidade no sistema-alvo. (Toury, 1980, p. 108)

O que denomina “reconstrução máxima” se equipara à “tradução máxima”, ou seja, trata-se de um “equivalente” definido *a priori*, baseado no texto de partida, antes de qualquer análise do texto traduzido. Além disso, a fundamentação que Toury dá para a comparação entre textos mostra que o “invariante”, ou *tertium comparationis*, se relaciona intimamente ao texto de partida:

Esse tipo de comparação [entre TA e TF] pertence a um subgrupo especial da categoria geral “comparação”, em virtude de, pelo menos, duas propriedades:

(a) *o postulado da equivalência*. Enquanto em qualquer outra comparação, a questão colocada é “se os objetos comparados mostram alguma equivalência (em relação ao aspecto x)”, aqui, por definição, existe o equivalente e a questão colocada é “qual é o tipo e/ou o grau de equivalência que os textos comparados mostram”.

(b) *a diferença de status entre os objetos comparados*. Enquanto uma comparação comum envolve objetos de um único e mesmo *status* ontológico ou, pelo menos, a questão do *status* não é relevante, no caso da tradução, um dos dois textos tem *status* primário e o outro, *status* secundário. O *status* do TF é primário em relação ao TA, tanto cronológica (prioridade na dimensão temporal) quanto logicamente (textos independentes x dependentes, original x derivado), e essa diferença não pode, de modo algum, ser negligenciada. Como resultado, enquanto uma comparação comum poderia (ou deveria) ser vista como uma operação bilateral que estabelece relações mútuas (ou seja, x_1 está para x_2 em relação a y assim como x_2 está para x_1 em relação ao mesmo y), a comparação entre TA e TF é unilateral e irreversível. Segue-se que o invariante que serve como *tertium comparationis* em uma comparação desse tipo deveria ser *baseado no TF*. (Toury, 1980, p. 113)⁴²

A última frase dessa citação fecha o círculo das relações em torno do texto original, não em torno do texto traduzido. Sendo o conceito de “traduzibilidade máxima” inevitavelmente associado ao de substância, infere-se que o texto tomado como base para análise estaria fora do sistema de relações, ou seja, que transcenderia a

⁴² O argumento da irreversibilidade é também utilizado por Toury (1980) para não admitir a retroversão [“back translation”] (p. 47).

esse sistema, representando a leitura “verdadeira” da “essência” do texto, fora do jogo da linguagem, porque remeteria a uma substância a ela anterior. Isso significa dizer que Toury (1980) pressupõe a existência de um nível que não estaria sujeito a qualquer interferência externa, por parte dos usuários da linguagem. Envolve também supor que há uma “leitura correta” de cada texto, pressuposto que o autor compartilha com os teóricos tradicionais. Há, entretanto, uma diferença: enquanto tradicionalmente se exigia que o tradutor fizesse a “leitura correta” e que a transferisse para outra língua, Toury (1980) não espera que as traduções se amoldem a esse construto ideal.

2.3. As limitações do alcance da crítica feita por Toury às teorias da tradução

Levantei, com a análise da proposta de Toury (1980) feita nos dois itens anteriores, alguns pontos em que ela se mostra bastante próxima às teorias de tradução tradicionais, especialmente quanto à noção de “invariante de comparação”, o construto hipotético que serviria como base para a análise das traduções. Neste item, argumento que sua proposta não se opõe aos fundamentos das abordagens tradicionais, apesar de criticá-las. As principais críticas que o autor explicita dirigem-se ao fato de serem unidirecionais, tomando como base o texto de partida; de serem normativas; de se ocuparem eminentemente com a tradução potencial ou com a traduzibilidade; de não explicarem o produto traduzido e de enfocarem principalmente o processo de tradução. Para o autor, a ênfase nesses tópicos faz com que as abordagens tradicionais não levem em conta as coerções geradas pelo pólo-alvo e, conseqüentemente, não se interessem pelos fatores que determinam a produção das traduções.

De acordo com Toury (1980), as abordagens existentes “não só *incluem* uma noção de traduzibilidade, como realmente reduzem a 'tradução' à 'traduzibilidade'”, não considerando outros fatores que “desempenham um papel tanto na formação e na formulação de textos traduzidos, quanto em sua aceitação enquanto traduções em

contextos culturais e lingüísticos específicos” (p. 26). Além disso, “suas noções não passam de versões *restritas* de um conceito *geral* de traduzibilidade, porque sempre postulam que algumas condições de adequação específicas são as únicas *corretas*” (p. 26). Isso as tornaria não só preditivas, mas também prescritivas. Em outras palavras, Toury (1980) julga que as teorias tradicionais identificam ou reduzem a tradução à “tradução” que consideram a “correta”, segundo as condições estabelecidas *a priori* e definidas pelo texto ou pela cultura produtora do texto. A “correção” seria por elas concebida como uma realização do construto da traduzibilidade, enquanto Toury pensa que essa seria apenas uma das possibilidades de tradução, dentro de um sistema potencial, mas não necessariamente uma possibilidade concretizada.

Por essa razão, Toury (1980) descarta as “teorias da traduzibilidade” como base única para o “estudo da tradução como um fenômeno empírico, comportamental, que pode ou não se conformar com quaisquer normas postuladas”, que pretende desenvolver (p. 27). Na medida em que afirma que a “tradução real, como o próprio uso da linguagem, é comportamento de seres humanos comuns (de tipo bilingüe) e não um construto criado ou ditado por teóricos”, e que “serve a vários fins e assume várias formas”, não haveria sempre uma mesma relação entre o texto-alvo e o texto-fonte (p. 27). Além disso, Toury (1980) pensa que as relações efetivas entre os textos não correspondem necessariamente às relações postuladas pelas teorias da traduzibilidade (p. 27).

Entretanto, essas críticas à noção de traduzibilidade devem ser relativizadas a partir das análises que apresentei nos itens anteriores, pois a proposta de Toury também envolve a reconstrução hipotética do texto de partida como centro do estudo das relações que se estabelecem entre texto original e texto traduzido. As “relações postuladas” pelas abordagens tradicionais correspondem ao “equivalente teórico”, ou seja, ao construto da “tradução máxima”, tomado como “invariante” para a comparação entre o texto original e a tradução. Entretanto, há uma certa diferença, quanto à orientação, entre o trabalho “descritivo” proposto e os “prescritivos”: Toury (1980) não espera que a tradução se amolde ao construto ideal, nem só classifica como

“tradução” o que dele se aproxima. Como o autor salienta, não se faz uma análise comparativa em termos “negativos e finais” que visam a estabelecer o que as traduções não são, não conseguem ser ou deixam de ser, sempre de acordo com os parâmetros ditados inicialmente. Para Toury (1980), sua proposta permitiria uma discussão positiva sobre o processo que gerou uma tradução, ou sobre seu modo de existência no “pólo-alvo”. Isso não significa, entretanto, que haja o deslocamento radical asseverado pelo autor, que envolveria a passagem de questões de gênese e de relações entre um texto derivado e um inicial, de uma investigação de formas, para uma análise funcional de traduções efetivamente produzidas, pois sua proposta também postula uma origem fixa, a partir da qual vai identificar os “deslocamentos”, para chegar às normas que teriam orientado a construção do texto.

Quanto à crítica à unidirecionalidade das teorias, a ênfase que Toury (1980) dá ao seu enfoque exclusivamente no pólo receptor – o que efetivamente não ocorre, como expus no item anterior – pode também ser vista como um enfoque unidirecional, reverso em relação às abordagens tradicionais, e dar margem ao mesmo gênero de crítica que faz. Como exemplo, cito Vieira (1992) que, no item de sua tese denominado “A tradução centrada no pólo receptor: Toury”, questiona a pertinência da abordagem, tomando como principal argumento a questão da unidirecionalidade:

A postura radical de que as traduções são fatos apenas do sistema receptor também é problemática: tomada literalmente, essa postura acarretaria a eliminação da fonte. [...] Parece-me que uma colocação menos radical daria maior flexibilidade à teoria de Toury, por exemplo, se ele sugerisse a inversão da posição de vantagem, o que possibilitaria o exame das traduções também sob a perspectiva da cultura receptora. [...] Ainda com relação a essa problemática eliminação [do texto original], poderíamos dizer que ela impede o tratamento da dimensão política da tradução. [...] Ora, a eliminação da cultura e do texto originário inviabiliza o exame dessas hierarquias de poder. Em última instância, questiona-se a validade de uma teoria geral da tradução, que é o objetivo perseguido por Toury. (Vieira, 1992, 127-8)

Vieira está considerando que a proposta de Toury (1980) efetivamente promove o deslocamento de um pólo a outro. Mas, como argumentei no item anterior, o autor não elimina realmente o “texto-fonte”, na medida em que o toma como base para o estabelecimento das relações entre os textos.

Entretanto, o modelo não prevê uma investigação a respeito da imagem que se forma de uma cultura ou de um texto por meio de traduções, nem mesmo uma comparação entre a recepção de uma obra na cultura produtora do texto e a de sua tradução em outra cultura. Toury (1980) direciona seu enfoque para explicar apenas dois conjuntos de relações: a que se estabelece “entre o texto-alvo e o texto-fonte” e aquela “entre o texto-alvo e a língua-alvo e/ou entre o texto-alvo e o sistema textual-alvo” (p. 29). O objetivo da proposta é, portanto, buscar quais foram as coerções do sistema-alvo que geraram os “desvios” ou “deslocamentos” em relação ao original. Não há abertura para outras reflexões, especialmente sobre as que se relacionam com a característica ambivalente da tradução: ser uma visão de uma cultura ou comunidade produzida por alguém pertencente a outra cultura e a outra comunidade. A exclusão desse prisma é consequência da orientação da proposta.

A escolha do texto traduzido como objeto de análise resulta de outra das críticas de Toury: a que dirige contra as teorias que centralizam seus estudos no processo tradutório, ou em uma visão idealizada desse processo. O autor julga que só por meio da análise comparativa entre “texto-alvo e texto-fonte”, precedida pelo “estabelecimento de sua [dos textos em língua-alvo] posição no sistema-alvo, é possível reconstruir o real processo gerativo da tradução estudada”, pois “o processo dificilmente seria acessível por um método diferente dessa reconstrução que tem como base o produto” (p. 30). Verifica-se que estão em jogo dois conceitos diferentes de “processo”. Por um lado, “processo” remete à reflexão sobre qual é a natureza da atividade tradutória, seus mecanismos gerais de produção, mas esse sentido não parece ser o que Toury (1980) adota, tendo em vista que, se fosse o caso, não colocaria a absoluta necessidade de um estudo baseado em dados. Assim, o autor parece empregar “processo” apenas quando busca conhecer a constituição de uma determinada

tradução, ou as coerções que agiram sobre um produto específico, o que acabaria por levar a generalizações e a uma “teoria geral” da tradução. O projeto de comparações sistemáticas é, portanto, monumental – e infundável; supostamente cada estudo traria uma nova contribuição que, somando-se aos resultados das anteriores, levaria ao total conhecimento sobre o assunto. Toury (1980) lamenta que não haja “quadro teórico para a discussão e descrição de *todos* os fenômenos que ocorrem, ou que podem ocorrer em tradução” e mostra buscar essa completude ao tentar construir um modelo estrutural que preencha essa lacuna (p. 91). Nesse sentido, coloca-se no mesmo plano de teorias, como a de Catford (1965/1980), que têm como objetivo o controle total sobre o processo tradutório.

A proposta de Toury envolve também o pressuposto da objetividade do pesquisador, pois nem prevê a possibilidade de que dois diferentes analistas poderiam descrever diferentes relações para um mesmo *corpus*. Ao contrário, Toury (1980) espera que os estudos descritivos sejam sistemáticos, providos de metodologia e procedimentos de pesquisa explícitos e que “apresentem, de modo intersubjetivo e significativo do ponto de vista dos estudos sobre tradução, as descobertas de cada estudo de campo realizado de acordo com seu quadro teórico, e que tornem os estudos reproduzíveis no mesmo, ou em outro *corpus*” (p. 81). Espera-se que os pesquisadores façam “análises textêmicas”, que os levariam aos mesmos resultados, sem envolver qualquer ato de interpretação por parte do analista.

O modelo de análise que Toury (1980) propõe é estrutural, fundamentado na descoberta de oposições básicas que serviriam como “traços distintivos” para explicar a relação entre um problema tradutório e sua solução. Seu objetivo é saber como as traduções “*funcionam* para satisfazer certas necessidades do pólo receptor e como essas necessidades e funções *contribuem* para, ou mesmo condicionam, seu modo de produção e – acima de tudo – sua significação” (p. 16). Para tal, o autor tenta fornecer um componente teórico que permita uma “descrição sistemática e exaustiva e a explicação para todo fenômeno dentro do domínio”, ou seja, que possibilite “a geração de todos esses fenômenos e nenhum a eles ‘alheio’” (p. 19). A “representação

superficial”, o texto traduzido, levaria ao conhecimento das circunstâncias e condições em que se criaram os fenômenos empíricos (p. 80).

A teoria deveria, portanto, oferecer o aparato teórico para a descrição do *corpus* e chegar às normas que regeram sua produção. De acordo com Toury (1980), um quadro que descreva total e sistematicamente as relações possíveis entre texto-alvo e texto-fonte “pode possibilitar a explicação e a identificação de noções como 'tradução literal', 'tradução interlinear', 'tradução palavra por palavra', 'adaptação', 'reprodução do espírito do original' ou 'adição, 'omissão' e 'tradução incorreta' [*mistranslation*]” (p. 92). A metodologia que propõe é bastante detalhada e indica que se deve iniciar o trabalho pela detecção dos “desvios”, ou “deslocamentos”, em relação à “adequação”, ou à “traduzibilidade máxima”. Toury propõe também “uma ordem de *procedimentos de descoberta*”, que evitaria “o risco de a comparação entre o TA e o TF terminar antes que se tenham descoberto todas as relações, especialmente as 'mais altas', ou seja, as mais essenciais do ponto de vista da reconstrução do TF” (p. 108-9). Depois da identificação das relações entre as unidades da tradução e as do texto-fonte, estendem-se os resultados ao texto como um todo, o que leva ao estabelecimento das normas que governaram a produção da tradução analisada. Essas normas levam o analista a determinar qual foi o conceito de tradução e de equivalência da tradução do(s) texto(s) analisado(s).

O projeto de Toury (1980) não se diferencia de propostas teóricas anteriores, como a de Nida (1964a, 1969/1982b) e a de Catford (1965/1980), quanto à tentativa de se apresentar como o mais geral e abrangente possível. Busca, como aqueles autores, atingir o nível máximo de conhecimento dos processos tradutórios. As abordagens envolvem, entretanto, conceitos de norma bastante diferentes. Para as teorias tradicionais, os estudos devem descobrir as normas de tradução que devem ser seguidas, enquanto Toury (1980) pretende revelar as normas que são seguidas. Essa diferença tem alcance limitado, pois não implica uma mudança radical em relação aos projetos anteriores, na medida em que o parâmetro para a análise permanece o mesmo: uma visão idealizada do “texto-fonte” que, nas teorias tradicionais seria o “equivalente

de tradução” e, na proposta de Toury (1980), o “invariante de comparação”. O que se altera é o resultado que se pretende atingir: enquanto as teorias tradicionais buscam regras para reproduzir os textos originais, Toury (1980) oferece uma proposta que tem como objetivo analisar como se obtiveram as traduções, quais as “normas” que foram efetivamente seguidas.

2.4. O lugar em que Toury situa os estudos descritivos da tradução

De acordo com o exposto nos itens anteriores, Toury (1980) busca construir os fundamentos de uma ciência que estude, descritivamente, a tradução literária. O autor deixa implícito que “os estudos descritivos da tradução” seriam área interdisciplinar, na medida em que a análise que propõe inclui a descrição contrastiva das línguas envolvidas. Não busca, entretanto, uma teoria contrastiva da tradução, nem uma teoria lingüística. Pelo contrário, afirma que uma teoria lingüística da tradução “pode ser de algum uso em termos de *descrição*, de menor uso em termos de *explicação*, de quase nenhuma utilidade em termos de qualquer *predição* verdadeira” (Toury, 1989, p. 104). Toury (1980) salienta que a tradução não envolve apenas o sistema lingüístico, por isso busca trabalhar em um nível intermediário, entre a competência “objetiva” e o desempenho “subjetivo”. Esse seria o domínio do intersubjetivo, das “normas”; em seu caso, das normas da tradução literária. Para o autor, portanto, os Estudos da Tradução têm como objetivo buscar a regularidade de comportamento na tradução literária.

Toury (1980) afirma que os mecanismos com que lida não fazem parte apenas da tradução literária, mas da tradução em geral enquanto atividade e produto semiótico, mas não especifica a diferença entre tradução “comum” e “literária” (p. 7). Em “*Well, what about a linguistic theory of literary translation?*” (1989), afirma que “a ‘tradução literária’ pode parecer formar uma subclasse da categoria geral da ‘tradução’”, e opõe o termo “tradução ‘literária’” a “tradução literária”. O primeiro

remete às traduções de textos considerados literários na cultura produtora; as “traduções literárias” seriam aquelas que a cultura receptora aceita como literatura. Essa “oposição básica” derivaria do fato de não considerar que a literariedade seja inerente ao texto, mas “uma *instituição cultural*: em toda cultura, certos fenômenos (modelos, técnicas, traços e – por extensão – textos) *funcionam* como, em vez de *serem* literários” (Toury, 1989, p. 103).

Essas colocações são os pontos que efetivamente marcam uma diferença entre a proposta de Toury e outras abordagens de sistematização. Toury (1989) não concebe a literariedade como uma categoria estética fixa, nem pensa que a tradução de um texto literário necessariamente será aceita como literatura no contexto que a recebe. Além disso, o autor não define que os Estudos da Tradução constituam-se como uma ramificação de uma outra área do conhecimento.

3. Os Estudos da Tradução como prolongamento do pensamento tradicional sobre a tradução

A análise dos trabalhos de Lefevere e de Toury feita neste capítulo mostrou que eles seguem caminhos que abrem os estudos de tradução para discussões que as propostas anteriores não trataram. Como exemplo de temas não abordados e que passam a ser sistematicamente discutidos na área, pode-se citar a questão da influência da patronagem sobre a tradução, ou seja, do poder exercido por aqueles que determinam desde a escolha do que se vai traduzir até o direcionamento de sua produção. Inclui-se, como componente dos estudos, a partir do trabalho desses autores, a própria reflexão sobre os limites entre o que é e o que deixa de ser tradução, que envolve o objeto de pesquisa na área. Anteriormente, via-se como improdutivo para os estudos da tradução muito material, rotulado como imitação, adaptação, crítica, mas o trabalho de Lefevere, de Toury e de outros pesquisadores abrem a área para o estudo de outros tipos de *corpora* que mantêm relações com a tradução. É o

caso da crítica, das obras de referência, do trabalho de edição de textos, de antologias que, como argumenta Lefevere (1992b), são produtos históricos, ideológicos e sociais, da mesma maneira que a tradução. Os trabalhos dos dois autores enfatizam também a estreita ligação entre cultura e literatura, mostrando que a tradução é um dos fatores que impulsionam mudanças culturais e literárias. A própria maneira pela qual enfocam a literatura, como instituição social e sujeita a coerções econômicas e ideológicas, não como uma categoria artística abstrata, universal e estática, pode explicar por que alguns autores são aceitos em um período, mas não em outros, o que ocorre também com as traduções. A introdução dessas questões nos estudos da tradução leva à percepção de um jogo de interrelações entre tradução e escritura, que era desprezado pelos pesquisadores da área.

A crítica que Lefevere (1992a, 1992b) e Toury (1980) fazem à unidirecionalidade de trabalhos anteriores desperta interesse pelo estudo da recepção dos textos e pelo conhecimento de como as traduções funcionam na cultura e na literatura receptora. Esses autores enfatizam que não se pode denominar “tradução” apenas o material que exiba um certo tipo de correspondência com o texto de partida e salientam que a equivalência entre o texto de partida e o de chegada, como concebida por Nida (1964a, 1969/1982b) ou por Catford (1965/1980), não é o que caracteriza a tradução, nem é o que dela se deve esperar.

Essas propostas também abrem novas perspectivas em relação à análise da tradução literária, ao mostrarem que os estudos da tradução devem ter alguma orientação teórica. Em suas obras, Lefevere (1992a, 1992b) e Toury (1980) evidenciam que o trabalho nesse campo não é mera questão de opinião ou gosto pessoal, nem o estudo envolve pinçar erros ou tropeços de tradutores. Subjacente aos trabalhos de Toury e de Lefevere, está a noção de que os tradutores não trabalham alheios a uma teoria, pois ambos apontam para “normas” e “estratégias” adotadas pelos tradutores. Além disso, abrem a possibilidade de reflexão sobre questões mais amplas, especialmente as que relacionam a aceitação das traduções à sociedade e à ideologia.

Entretanto, apesar de os dois autores propalarem seu rompimento com o “pensamento tradicional sobre tradução”, os argumentos expostos neste capítulo levam à conclusão de que seus trabalhos não se opõem radicalmente aos estudos analisados no primeiro capítulo desta tese, já que diversos pressupostos são compartilhados. Esse ponto é comum a ambas as propostas, assim como a colocação dos Estudos da Tradução como área independente. Mas, enquanto Toury considera o estudo da tradução literária como parte de um campo que estudaria todos os tipos de tradução, o enfoque dado por Lefevere acaba por remeter a dois campos distintos, um que incluiria a Literatura Comparada e outro que se dedicaria aos estudos de traduções não literárias. Essa é uma subdivisão tradicional, desnecessária, porque, uma vez que se defina a tradução e se explique quais os fatores que influenciam o processo, todas as traduções estariam sujeitas, em maior ou menor grau, dependendo das circunstâncias, ao mesmo gênero de coerção. Dessa maneira, a escritura e a reescritura poderiam se analisar em um mesmo plano geral.

Tanto Lefevere quanto Toury salientam que não têm como objetivo prescrever normas para a tradução, nem procurar erros, mas buscar descrever o comportamento regular dos tradutores. No entanto, ambos partem de uma suposta leitura “correta” do texto, usada como parâmetro para se verificar, na tradução, quais os deslocamentos e os desvios em relação a essa leitura. Com esses procedimentos se detectariam as “normas” de tradução (Toury), ou as “estratégias” adotadas pelos tradutores (Lefevere). Ambos consideram, portanto, a possibilidade da “equivalência” enquanto construto *a priori* – a leitura “correta” do texto –, já que é dela que partem para a análise de traduções. Nesse sentido, apresenta-se um problema interno às teorias, pois empregam como ponto de partida o elemento que relativizam. Em outras palavras, as duas propostas salientam a historicidade da tradução, mas partem de leituras pretensamente a-históricas em seu exame de textos.

Especificamente, o trabalho de Toury (1980) apresenta como maiores problemas a proposta do “invariante de comparação” e a necessidade de determinação de regras “obrigatórias” em oposição às “opcionais” para a pesquisa. O de Lefevere

(1992a) traz à tona a velha questão de que a tradução nunca consegue reproduzir as estratégias do original. Assim, por um lado, ambos tentam desfazer a imagem de que “traduzir é descaracterizar, trivializar” (Arrojo, 1986, p. 26) mas, por outro, subjaz às propostas a idéia de que a tradução é um desvio ou um deslocamento em relação a um “equivalente” possível.

CAPÍTULO III - AMBIVALÊNCIA E CONFLITO

Discuti, nos capítulos anteriores, diferentes abordagens aos estudos da tradução e as noções de equivalência que veiculam. No primeiro capítulo, apresentei estudos da tradução sob o ponto de vista lingüístico: os vários conceitos de equivalência como noção central para a definição de tradução e parâmetro para se determinar o que é uma boa tradução. No segundo capítulo, expus o ponto de vista de dois teóricos que descrevem a tradução literária em seu contexto de produção e que supostamente problematizam a equivalência. Mostrei dois pólos aparentemente opostos e inconciliáveis. No entanto, ao fazê-lo, aponte também os momentos em que, apesar da aparente diversidade de concepções, aquelas teorias se situam em um plano similar, evidenciando que o pressuposto dos trabalhos analisados até esse ponto da tese é de que há uma “fonte”, o texto original, da qual flui um significado intencional, que provoca certo efeito que pode ser reconhecido e recuperado pela tradução. O paradigma em que os trabalhos se colocam é, portanto, semelhante, pois suas propostas decorrem do pressuposto de que há um sentido e uma mensagem presentes nos textos que podem ser recuperados pelo tradutor ou pelo pesquisador e transmitidos por diferentes meios ou por diferentes línguas, sem que se afete sua integridade.

Apesar das críticas que Lefevere (1983) faz ao “crescente essencialismo” de algumas das propostas de pesquisas inseridas nos chamados Estudos da Tradução, seus trabalhos, assim como os de Toury (1980), de Nida (1964a, 1969/1982b) e de Catford (1965/1980), não escapam a essa crítica. Todos esses autores pressupõem a existência de um sujeito racional, autônomo, livre da influência de seu contexto, que, com o auxílio de um instrumental adequado, teria o poder de atingir a suposta essência dos textos. A própria referência a uma noção abstrata de equivalência, anterior a qualquer leitura e independente de qualquer contexto, revela que, nas bases desses trabalhos, existe a crença na possibilidade de um conhecimento em estado puro e de

que valores, idéias, intenções, estariam inscritos nos textos e acessíveis ao tradutor ou ao pesquisador.

Esse essencialismo tem sido alvo da crítica contemporânea identificada com a pós-modernidade, que tem procurado abalar a noção de que o sujeito é autônomo, independente de seu tempo e lugar, assim como desmascarar a idéia de que o controle e o domínio das diferenças em favor de uma suposta essência se exerceriam com o mero objetivo de se atingir o pleno conhecimento. Para a reflexão pós-moderna a estratégia ocidental para obter e exercer o controle tem sido reprimir, excluir, negar qualquer consideração que possa contaminar ou corromper seus objetivos. Essa “estratégia não só implica controlar a ambivalência e o conflito interno, como também estabelecer que os objetivos do agente [do controle] são superiores aos dos outros agentes sociais” (McGowan, 1991, p. 19). A repressão da contradição favoreceria a ilusão de integridade e de unanimidade, em detrimento da diferença e da heterogeneidade.

Nesse sentido, o universalismo seria uma estratégia dos poderosos para justificar e legitimar a exclusão da diferença, em nome de princípios supostamente gerais, racionais, que pretensamente derivariam das próprias coisas, e seriam universalmente aplicáveis. Uma das estratégias utilizadas para a dominação é a de classificação por dicotomias, em que os elementos ou conceitos se subdividem em dois termos opostos que os esgotariam em sua essência. Um desses termos é sempre considerado mais importante que o outro, o reprimido. Esse é um meio de dominação que o pensamento pós-moderno tem atacado, não apenas com o objetivo de deslocar o privilégio atribuído a um dos lados do par, promovendo o retorno do marginalizado e oprimido, mas, especialmente, buscando demonstrar que é ilusória a pureza de cada um dos pólos.

A reflexão pós-moderna coloca-se particularmente “contra a aspiração teórica tradicional de descobrir verdades essenciais e necessárias que não sejam contingentes em relação ao temporal e ao humano”, assim como repudia os “esquemas explanatórios gerais” (McGowan, 1991, p. 23). A reflexão pós-moderna suspeita das

generalizações e da supressão das diferenças, enfatiza a heterogeneidade, a multiplicidade, e tenta dissolver todas as certezas da tradição filosófica ocidental. Para McGowan (1991, p. ix-x), as vertentes mais importantes da pós-modernidade são o pós-estruturalismo (Jacques Derrida e Michel Foucault), o marxismo contemporâneo (Fredric Jameson, Terry Eagleton e Edward Said), o neo-pragmatismo (Jean-François Lyotard, Stanley Fish e Richard Rorty). Dessas vertentes, a desconstrução do pensamento tradicional promovida por Derrida é a que mais freqüentemente se associa à reflexão sobre a tradução.

De acordo com Joseph F. Graham (1985), “como um elemento radical no discurso, a desconstrução constitui um teste decisivo para o pensamento sobre o discurso em geral e para toda a discussão sobre tradução como a transferência de significados de uma língua para outra” (p. 19). Nesse sentido, a desconstrução desafia tanto a noção de que interpretar pode ser um ato protetor de significados quanto a idéia de que a tradução seja uma operação que preserva significados, pois envolve mudança de espaço e de tempo e diferença entres línguas. Graham (1985) salienta que “o esforço consistente da desconstrução tem sido analisar o pensamento subjacente a essa discussão e, então, criticar certas distinções básicas que parecem invulneráveis ou inevitáveis” (p. 19). Ao desafiar as oposições tradicionais, a desconstrução remete diretamente ao questionamento de certas noções presentes nos trabalhos de Nida, Catford, Lefevere e Toury, tais como as oposições que marcam entre pólo produtor de um texto e o receptor de uma tradução, entre o ato de compreender e o de interpretar, entre o lingüístico e o extralingüístico, entre uma tradução literal e uma livre.

Algumas questões levantadas por Fish (1980, 1994), também levam ao questionamento de noções arraigadas no pensamento tradicional sobre a tradução. Seu trabalho foi relacionado à tradução por Arrojo (1986) que, tomando como base a concepção de comunidade interpretativa de Fish (1980), repensa certos conceitos, tais como os de literariedade e de fidelidade. Tanto o trabalho de Fish (1980, 1994) quanto a reflexão desconstrutivista remetem diretamente à necessidade de se examinar o conceito de equivalência no contexto dos trabalhos dos autores que analisei nos

capítulos anteriores. No primeiro item deste capítulo, retomo os pontos em comum que aqueles estudos apresentam, especialmente a concepção abstrata de equivalência que os autores compartilham.

No segundo item do capítulo, apresento a noção tradicional de signo, que fundamenta a concepção de equivalência de palavras entre as línguas e sua crítica pela tese da indeterminação de Willard V. Quine (1959/1966). A seguir, tomando como base trabalhos de Stanley Fish (1980, 1994) e de Derrida (1972, 1967/1973, 1991), exponho a crítica pós-moderna ao essencialismo. Nesse item incluo a desconstrução da noção saussuriana que Derrida (1972, 1967/1973) promove ao levar às últimas consequências a definição da arbitrariedade do signo, inscrevendo-o em uma cadeia de remissões e substituições. No item seguinte, apresento a desconstrução que Derrida (1972, 1967/1973) faz da noção de “leitura transcendental” e suas concepções de escritura e leitura. Trato da questão do texto original, analisando-o como produto de uma leitura contextualizada. A partir do momento em que se concebe o texto de partida e a tradução como constituídos por signos convencionais e arbitrários, em que a relação entre significante e significado é sempre contingente e dependente do espaço e do tempo, desestabiliza-se a oposição entre o pólo “produtor” e o “reprodutor” de um texto. Na medida em que o texto de partida e a tradução são produtos de leituras articuladas contextualmente, discuto a questão do *status* do “texto original” e saliento a relação de complementaridade, não de oposição, entre o “original” e a tradução.

Tendo em vista essas relações, no último item do capítulo, questiono a crença de que uma tradução possa aderir completamente à sintaxe ou à semântica do texto de partida, uma vez que a tradução é um processo de escolha em que o lingüístico se associa ao contextual. Tomando como base os pontos delineados até esse item, desconstruo a oposição tradicionalmente estabelecida entre tradução literal e livre, intimamente relacionada aos vários conceitos de equivalência. Exploro essa relação e saliento que todas as palavras só têm valor ao estarem inscritas em uma cadeia de substituições e que a tradução recoloca, em outra língua e outra cultura, as palavras em outras cadeias de substituições, ou seja, transforma o original.

1. O pensamento tradicional sobre tradução e a equivalência como recuperação de significados

Os conceitos de tradução de Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b) e de Catford (1965/1980) aproximam-se pela crença na possibilidade de a tradução apresentar os mesmos significados do texto de partida. Ainda que esses autores diverjam em relação a como se determina o significado e qual é a proporção dele que se transmite em outra língua, ambos esperam que a tradução preserve as supostas características essenciais do original. Na base da definição da tradução como equivalência inscreve-se a possibilidade de um igual a si mesmo em dois momentos: em um primeiro momento, considera-se que haja um signo fixo, com significado determinado no texto a ser traduzido e, em um segundo momento, estabelece-se que ele deve ser transportado, sem alteração fundamental, para a outra língua. O movimento dos textos de Catford (1965/1980) e de Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b) aqui analisados é todo no sentido de afirmar esse ponto: há um texto auto-suficiente em que todo o significado se inscreve.

A leitura, para esses dois autores, é uma tarefa protetora, em que os significados são recuperados pelo leitor. No trabalho de Catford (1965/1980), o conceito de traço de situação é a chave para uma suposta leitura correta de um texto. Cada termo poderia ser decomposto em um feixe de traços de substância, que formariam um todo significativo. Os traços de situação são subdivididos em “lingüisticamente relevantes” e “funcionalmente relevantes”. Os primeiros seriam os dados pela língua, considerados auto-evidentes e, ainda que não partilhados pelas diversas línguas, não são analisados como problemáticos para a tradução, desde que não sejam relevantes “para a função comunicativa do texto na situação em pauta” (p. 104). Nesse caso, o autor define o traço como “funcionalmente relevante”, mas acrescenta que, “no presente estágio do nosso conhecimento”, ainda não estaria totalmente sistematizado (p. 104). Catford (1965/1980) revela seu essencialismo, pois deixa implícito que a origem do significado seria anterior e exterior a qualquer língua;

cada língua em particular apenas concretizaria um certo número de traços que fariam parte de um “estoque” universal. A passagem de uma língua para outra apenas dependeria da proporção de traços compartilhados. Para esse autor, o essencial e prioritário é a determinação dos traços e sua preservação em outra língua.

Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b), por sua vez, considera que, no texto, se depositam os significados dados por um autor e que a análise lingüística e a análise do contexto como um todo pode recuperá-los. A chave para a recuperação de todo o significado do texto de origem é a transformação da forma superficial em um núcleo, que, após o processo de transferência, se transformaria em uma forma superficial que provocaria o mesmo efeito do original. Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b) enfatiza, portanto, que a recuperação do original se realiza, em um primeiro momento, enquanto leitura: o tradutor teria acesso ao mesmo texto que o autor escreveu, de acordo com suas intenções. Os princípios gerais da transformação seriam aplicáveis a todas as línguas, a todos os textos; circunstância contextual alguma alteraria a suposta essência do que o autor teria pretendido dizer.

Toury (1980) e Lefevere (1992a, 1992b) parecem escapar a essas concepções essencialistas, pois se negam a partir de uma noção *a priori* de equivalência e não definem a tradução como uma relação de correspondência, ou conformidade. No entanto, ambos também mostram acreditar que há significados recuperáveis depositados nos textos. Lefevere (1992a) considera que o texto é receptáculo dos significados atribuídos por um autor, na medida em que afirma que os tradutores “idealmente deveriam ser capazes de transmitir o conteúdo de informação semântica do texto-fonte e seu poder ilocucionário” (p. 19), que os leitores devem “buscar o significado pretendido pelo autor” (p. 51) e que devem cuidar para “não ler de modo errado as intenções do autor” (p. 63). Lefevere acredita, portanto, ser possível uma leitura “protetora”, em que se recuperam os significados do autor, apesar de reiterar que a tradução é sempre “manipulação” e interação entre culturas.

Toury (1980) é o único, dos autores analisados nesta tese, que salienta a diferença, o fato de a tradução não ser igual ao texto de partida, e a alteridade, o fato

de o texto traduzido ser “outro”, em um outro contexto, mantendo outras relações com outros textos, em outra cultura. Declara não analisar traduções em termos do “texto-fonte”, mas é este que acaba aparecendo no centro de seu trabalho, como o “invariante de comparação”, ou “*tertium comparationis*”, em relação ao qual serão determinados os “deslocamentos” e as “normas de tradução”. Esse “invariante” funciona como parâmetro para se determinar se uma tradução se encontra no paradigma da “adequação”, ou no pólo da “aceitabilidade”, e só pode se referir a uma leitura supostamente correta do original, à suposta essência desse texto, na qual o pesquisador se basearia para descobrir as “normas” seguidas pelo tradutor. Assim, como para Catford (1965/1980), Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b) e Lefevere (1992a, 1992b), também para Toury (1980) o “texto-fonte” acaba se colocando fora do jogo da linguagem, ou seja, o texto-fonte não estaria sujeito à interferência do leitor, do pesquisador, pois é considerado estável, portador de um conteúdo imanente.

A imagem dominante da tradução, em Catford (1965/1980) e Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b), é a de um fluxo unidirecional, como se a cultura que produz a tradução exercesse sobre ela uma influência apenas superficial. Nesse sentido, é exemplar a analogia que Nida (1975/1982a) faz entre a distribuição de roupas em malas e o conteúdo dos textos: o tradutor apenas redistribuiria os conteúdos em outras formas sintáticas, assim como o viajante disporia as mesmas roupas em malas com diferentes formatos (p. 105). Apaga-se o próprio tradutor, como também se percebe em outra analogia feita por Nida (1975/1982a), em que compara a tradução à carga de vagões de trem: toda a carga depositada na origem deve atingir seu destino, não importando sua distribuição, desde que chegue intacta (p. 190)⁴³. Nesse sentido, o texto de Catford (1965/1980) também é exemplar, pois o autor apenas prescreve que a tradução contenha todos os “traços relevantes” do texto original sem qualquer menção a contexto histórico, social ou ao público leitor de uma tradução.

⁴³ A respeito dessa analogia, Arrojo (1986) comenta que, se compararmos as palavras à carga contida em vagões de trem, seria possível controlarmos seu conteúdo e seu transporte na íntegra. Por outro lado, se se compara o tradutor ao encarregado do transporte da carga, sua função é meramente mecânica (p. 12).

É a crença na unidirecionalidade e na recuperação do espaço e tempo originais que orienta os trabalhos desses dois autores. Catford (1965/1980) mal trata de questões espaço-temporais, fazendo parecer que certas marcas já identificam a época de um enunciado ou a classe social dos enunciadores. Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b) trabalha com a tradução da Bíblia, que necessariamente envolve a questão da diferença de tempo, de espaço e de cultura. O autor minimiza essas diferenças, pois defende a possibilidade de um efeito e de uma reação do público que sejam imunes à passagem do tempo e à mudança do contexto. De acordo com Nida (1969/1982b), as traduções teriam como objetivo fazer com que os receptores respondessem “à mensagem substancialmente da mesma maneira que os receptores da língua-fonte” (p. 24). Espaço e tempo são apagados para dar lugar à impressão da atemporalidade da fé. Os trabalhos desses dois autores também não contemplam um outro aspecto da questão: o fato de a cultura que realiza uma tradução participar da seleção dos textos a serem traduzidos, de sua edição, da orientação que lhes é dada.

Outro aspecto não contemplado por essas teorias unidirecionais é o de que a reescritura, tanto a tradução quanto a crítica literária, é uma das principais responsáveis pela formação da imagem que o público receptor criará a respeito de obras e autores estrangeiros. Esse é um ponto enfatizado tanto por Lefevere (1992a, 1992b) quanto por Toury (1980), que não concebem a tradução como um caminho de mão única e discutem as mútuas influências e mútuas interferências culturais e literárias. Não se pode dizer, entretanto, como o faz Toury (1980), que a tradução só tem relação com a cultura que recebe a tradução, porque a própria tradução pode interferir na recepção de uma obra na cultura que a produziu. A obra de Edgar Allan Poe é um exemplo, pois deve muito de seu prestígio nos países de língua inglesa às traduções, especialmente as feitas por Baudelaire na França.⁴⁴ Isso não significa,

⁴⁴ Mendes (1981) afirma que se “deve à França a difusão universal da obra de Poe. Foi através da tradução de Baudelaire que o mundo literário ocidental tomou conhecimento da novidade e do valor da mensagem do escritor norte-americano. As traduções de seus contos que surgiram em muitos países foram feitas sobre a tradução de Baudelaire e não sobre o original inglês” (p. 53). Na “Nota editorial” escrita para a edição das *Obras completas* de Poe, Mendes informa que o Brasil segue essa tradição, pois as primeiras traduções editadas pela Garnier e pela Melhoramentos foram também traduções da tradução de Baudelaire (p. 13).

entretanto, que a cultura que produz a tradução deixa de ter papel decisivo na escolha da orientação de uma tradução. Esse é um dos motivos pelos quais Lefevere (1992a, 1992b) e Toury (1980) se recusam a esperar certo tipo de correspondência abstrata ou *a priori* – a de “equivalência” – entre o texto de partida e a tradução. Para Toury (1980), o próprio fato de um texto “funcionar” como uma tradução, ou seja, ser recebido em uma cultura como tradução de outro texto já é a garantia para se aceitar que seja uma tradução.

Os trabalhos de Lefevere (1992a, 1992b) e Toury (1980), ao contrário dos de Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b) e de Catford (1965/1980), enfatizam a importância dos aspectos espaço-temporais. A obra de ambos traz esse tipo de relação e salienta que os tradutores sofrem “coerções dos tempos em que vivem, das tradições literárias que tentam conciliar e dos traços das línguas com as quais trabalham” (Lefevere, 1992a, p. 6). Outro ponto que os dois autores reiteram em seus trabalhos é o fato de a “tradução literária ser uma categoria histórica em movimento (ou, pelo menos, mutável) e não um fenômeno a-histórico, como pressupõem as teorias orientadas para o texto ou para a língua-fonte” (Toury, 1980, p. 45). Isso faz com que diferentes épocas aceitem diferentes traduções. A tradução se define, assim, como “um tipo de atividade comportamental socialmente orientada” e sujeita a coerções de vários tipos e graus (p. 141).

Entretanto, o fato de lidarem de modo coerente com as questões espaço-temporais e mostrarem a impossibilidade de se prescrever regras universais para a tradução não basta para colocá-los em um paradigma completamente diverso daquele em que se situam Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b) e Catford (1965/1980). Percebe-se, na obra de Lefevere (1992a, p. 87), a pretensão de recuperar o universo de discurso do autor original, de modo análogo à ideia de Nida (1964a, 1969/1982b) de recuperação do contexto da época da escritura da Bíblia. Além disso, tanto Lefevere (1992a, 1992b) quanto Catford (1965/1980) constroem esquemas de categorizações que pretensamente contribuiriam para a análise ou para a descrição de traduções. No trabalho desses autores percebe-se que o desejo de sistematização, de explicação do

que ocorre na tradução, implica uma série de divisões em compartimentos e uma segmentação ou fragmentação dos elementos em unidades menores. Exemplo de seu essencialismo é a separação que Lefevere (1992a, 1992b) faz entre o universo do discurso, os costumes, os rituais e crenças de uma sociedade, e os aspectos ideológicos, a poética e a língua, indicando que o autor pressupõe operações lingüísticas dissociadas das questões sociais e ideológicas, e que o processo interpretativo se daria em etapas estanques. Nesse sentido, o autor demonstra o desejo de controle total do processo, classificando-o, subdividindo-o em etapas, difundindo a oposição tradicional entre o lingüístico e o extralingüístico.

Toury (1980) também formula uma intrincada rede de categorias para a análise e a descrição de traduções. A “oposição básica” de que parte é entre “substância material” e “elemento funcional” que, como comentei no segundo capítulo desta tese, implica nivelar forma e substância e opô-las à função. A oposição envolve atribuir às estruturas das línguas as características de universalidade, de fechamento e de imobilidade, na medida em que o autor afirma que os elementos de língua (forma) são representações de substância invariantes e subjacentes, o que implica que se excluam desse nível as relações diferenciais. Da “oposição básica” derivam outras, tais como a existência x a não-existência de meios lingüísticos que sirvam de soluções tradutórias, operações *a priori* x genuínas (estáticas ou dinâmicas, ou seja, motivadas por considerações “externas” sobre o que seria “apropriado” na cultura que recebe a tradução x motivadas por considerações sobre a função do texto ou de seus componentes). Tais oposições levariam a identificar se a tradução se orienta para o pólo-fonte (“adequação”), ou para o pólo-alvo (“aceitabilidade”).

Contudo, o que aproxima mais os trabalhos é justamente a pressuposição de um conceito abstrato de “equivalência”. Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b) e Catford (1965/1980) partem desse pressuposto para definir a tradução, enquanto Lefevere (1992a e 1992b) e Toury (1980) tentam problematizar o conceito, mas sem questionar a própria condição de possibilidade da equivalência. Toury (1980) chega a apontar como problemático o fato de a equivalência não ser jamais definida, mas acaba

por inseri-la em sua teoria como uma “equivalência teórica”, ou como “equivalência máxima”. Os autores não desafiam, em momento algum, a própria possibilidade de uma correspondência entre signos, entre textos; os valores e as funções para os quais se deve encontrar correspondência estariam inscritos nos textos. Estes seriam auto-suficientes e conteriam, em si, a chave para a descoberta de seu significado.

Considera-se o signo como produto de uma relação estável entre significante e significado, em que se oporia forma a conteúdo. Essa noção de signo e sua crítica a partir de uma perspectiva pós-moderna são objeto dos próximos itens desta tese.

2. A noção tradicional de signo e a tese da indeterminação de Quine

A tradição ocidental considera que o signo seja signo de alguma coisa, que representa alguma coisa em sua ausência e a ela remeter. Para essa tradição, a realidade do mundo seria apreendida pelo pensamento, sem mediação alguma, o que garantiria que a linguagem captasse as coisas representadas em sua essência. De acordo com Kelly (1979), a noção de que o “*significatio* [significado] é um construto mental derivado da percepção da realidade, enquanto o *sonus* [significante] é o grupo de sons vocais a ele associados” remonta a Aristóteles, ampliada por Santo Agostinho (p. 8). A ligação entre ambos seria arbitrária e convencional, o que leva Kelly a derivar três consequências:

1. não se poderia conhecer uma palavra sem alguma espécie de experiência do que ela significa;
2. mais de um significante poderia exprimir um mesmo significado e um único significante representar vários significados;
3. o mecanismo que controla o vínculo arbitrário é o hábito lingüístico da comunidade (Kelly, 1979, p. 8).

De acordo com Kelly (1979), até o século XX permanece a noção de que o significado se relaciona, de alguma maneira, à coisa significada. A discussão sobre tradução, no período, teria sido conduzida nesses termos e a possibilidade de equivalência estaria garantida e justificada a partir do momento em que um significante em uma língua e outro significante em outra língua remetessem a um mesmo objeto ou a algum outro, com o qual partilhasse um número significativo de características. Kelly (1979) assinala que, no século XX, essa teoria dual do signo foi, por um lado, ampliada, mantendo-se a dualidade (Ferdinand de Saussure) e, por outro, rejeitada, pela consideração das relações entre unidades lingüísticas e contexto (p. 12).

Um dos autores que relaciona essa segunda linha diretamente à tradução é Quine (1959/1966)⁴⁵. Para esse autor, a afinidade ou o parentesco entre línguas, ou entre culturas, encorajariam a ilusão de que frases intertraduzíveis seriam diferentes envoltórios verbais para alguma proposição ou para algum significado intercultural. Entretanto, a experiência da “tradução radical” viria a desafiar essa ilusão. A experiência envolve um lingüista hipotético que, sem a ajuda de um intérprete, vai descrever uma língua até então desconhecida. Todos os dados que o lingüista compila sobre essa língua relacionam-se ao empírico, a estímulos recebidos por ele e por um falante daquela língua. No entanto, ainda que os estímulos não variem, a observação feita por ambos é social e o significado das “sentenças de estímulo” [*stimulus sentences*] pode ser diferente para cada um dos observadores.

A experiência questiona também os termos para os quais o lingüista traduz o que diz o falante da língua desconhecida. Por exemplo, o lingüista notou que, tendo observado um coelho, o falante enuncia “*gavagai*”. Depois de repetida a experiência, o lingüista registra, em suas anotações, que “*gavagai*” é tradução de “coelho”. Para Quine (1959/1966), essa tradução é apenas uma aplicação dos hábitos lingüísticos do pesquisador à língua desconhecida, pois “*gavagai*” não corresponde necessariamente

⁴⁵ O ensaio de Quine, “*Meaning and translation*”, faz parte da coletânea *On translation*, publicada pela primeira vez em 1959, pela Harvard University Press. Uso, nesta tese, a edição da Oxford University Press, de 1966. Em uma nota, Quine informa que o ensaio é parte de um trabalho então em progresso, *Term and object*, publicado em 1960 com o título *Word and object*.

àquilo que o lingüista denomina “coelho”: poderia corresponder, por exemplo, a estágios ou a segmentos de coelho. Um mesmo estímulo não necessariamente corresponderia aos mesmos termos, porque os termos seriam referências “locais”, ou seja, estariam relacionados a esquemas conceituais. O lingüista estaria traduzindo as locuções do falante da língua desconhecida com os seus “aparatos domésticos” de referência, aplicando os seus hábitos lingüísticos para segmentar a fala do outro e fazer com que se ajustassem à sua própria língua. De acordo com Quine (1959/1966), o que ocorre é uma “dificuldade ou indeterminação de correlação” (p. 172), o que significa que não há uma única relação determinada entre as palavras e os objetos, mas relações múltiplas. Nesse sentido, seria ilusória a crença de que as referências de termos de línguas diferentes podem ser objetivamente comparadas. Qualquer decisão que se toma sobre a referência se liga a aparatos conceituais arbitrários, pois o significado não pode ser uma entidade objetiva, na medida em que está vinculado ao comportamento dos usuários e à sociedade.

Na introdução ao volume em que o ensaio de Quine é publicado, Reuben A. Brower (1959/1966) afirma que, por meio da análise do processo de tradução, a investigação de Quine “conduz a conclusões que interessam tanto ao estudante de línguas estrangeiras quanto ao antropólogo que tenta compreender e descrever uma cultura estranha” (p. 7). Efetivamente, a “dificuldade ou indeterminação de correlação” que ocorre entre duas línguas, descrita por Quine (1959/1966), poderia minar as bases que fundamentam a concepção de tradução como equivalência de Nida (1964a, 1975/1982a e 19982b), ou de Catford (1965/1980), pois abalaria o próprio conceito de equivalência. Mesmo a crítica de Quine à possibilidade de construção de uma teoria definitiva do significado, que muitos teóricos da tradução almejam ter como fundamento para uma teoria da tradução, poderia provocar uma revisão em muitos trabalhos sobre tradução. Contudo, a crítica pode ter sido considerada ameaçadora e afastada do campo de estudos. A reação de Kirsten Malmkjær, mais de 30 anos depois da primeira publicação do texto, exemplifica como o trabalho de Quine (1959/1966) ainda é recebido na área:

O problema que o relativismo ontológico [de Quine] apresenta para a teoria da tradução não é simplesmente que não poderíamos distinguir traduções “boas” ou “corretas” de “ruins” ou “incorretas”. O problema é que, se a questão básica de se determinar que alguma coisa é uma tradução nunca puder ser respondida, então a noção de tradução se torna, se não incompreensível – apesar de eu acreditar que se tornaria – pelo menos bem distante do domínio dos fenômenos teorizáveis. E isso seria, certamente, um desastre para uma teoria da tradução. (Malmkjær, 1993, p. 137)

A autora salienta o “desconforto” que a tese de Quine provoca, mas não renuncia à noção de tradução enquanto equivalência. Para Malmkjær (1993), a saída para a tradução seria adotar a noção de “equivalência real” proposta por Toury (p. 141). Não lhe ocorre repensar a própria tradição em que seu trabalho se insere. O questionamento da tradição que embasa a equivalência é o objeto do próximo item.

3. A crítica pós-moderna ao essencialismo

O ideal moderno fundamenta-se na noção de que a razão pode levar a humanidade ao pleno desenvolvimento e ao conhecimento objetivo e universal, independentes de qualquer interesse histórico ou comunitário. De acordo com Fish (1994), historicamente, a razão emergiu como uma alternativa às disputas teológicas que ocorriam antes do Iluminismo. A religião passou a ser vista como dogmática, como algo que mantinha o homem em um estado de intransigência ideológica. A razão, por outro lado, não privilegiaria ideologia alguma, não santificaria um ponto de vista, e seria capaz de discernir o verdadeiro do falso, sem o recurso a Deus ou a qualquer outro elemento a ela externo. A razão poderia determinar quais seriam as verdades transcendentais e quais seriam as contingentes, ou seja, subordinadas ao tempo, às circunstâncias, à classe, ao gênero, à raça (Cf. Fish, 1994, p. 7). Entretanto, de acordo com Arrojo,

ao defender a possibilidade de objetividade e da razão, do conhecimento isento e neutro e, portanto, não ideológico e de valor e alcance universais, a reflexão fundada no ideal da modernidade, que sempre foi, inevitavelmente, pautada pelos valores de uma determinada classe, de uma determinada raça, e de um determinado gênero, traz consigo também uma outra face, sombria e totalitária, marcada pela negação da diferença e da história, e que poderia justificar, por exemplo, entre outras manifestações violentas, o projeto europeu da colonização, o preconceito racista, o sexismo e até mesmo projetos de extrema repressão da diferença como o nazismo. (Arrojo, 1996, p. 53-4)

Percebe-se, assim, que a razão sempre defendeu e apoiou projetos que interessavam a uma minoria detentora de poder e de prestígio, reprimindo a heterogeneidade, tentando neutralizar o outro, o diferente.

A reflexão pós-moderna, entretanto, mostra que a razão não é mais que uma função dos fatores de que ela supostamente se distancia, ou seja, da história institucional, da educação, das filiações políticas e religiosas. Exatamente por não transcender a interesses de determinados grupos ou de instituições, a “Razão é uma entidade política” e uma “construção ideológica” (Fish, 1994, p. 18-19). Como explica Arrojo,

a defesa da possibilidade da razão e do conhecimento objetivos e universais, independentes da história e dos interesses de seus proponentes ou defensores, é também, e inescapavelmente, a defesa do eurocentrismo, ou do domínio da razão e dos interesses do homem ocidental, do Norte, sobre as outras razões e interesses, minoritários e sem o poder e o prestígio necessários para se impor como “únicos” e “legítimos”. Em outras palavras, a modernidade é essencialmente auto-centrada e vê não apenas o mundo, mas todo o universo, como satélites que devem girar em torno de suas concepções e interesses. (Arrojo, 1996, p. 54)

O autocentramento e o essencialismo do ideal moderno tentaram, assim, fixar a univocidade. Para os estudos da tradução, esse movimento tem como consequência a desvalorização da atividade tradutória, que se manifesta especialmente por meio das

tentativas de normatizar sua prática e da exigência de uma impossível neutralidade do tradutor. O contexto essencialista implicaria uma tradução livre da ideologia, porque se executaria sob o domínio da razão. Nesse quadro se inserem os estudos que visam a controlar a tarefa do tradutor e oferecer-lhes caminhos para encontrar a perfeita equivalência entre o texto-fonte e o texto traduzido.

O pensamento pós-moderno, ao enfatizar que é inútil tentar neutralizar as diferenças, pois não é possível transcender a ideologia, tem tido impacto direto na reflexão sobre a atividade tradutória. No contexto de um estudo sobre o conceito de equivalência, o ponto principal a ser mencionado relaciona-se ao questionamento da possibilidade de um significado fixo nos textos, com uma essência recuperável, para o qual um tradutor e um pesquisador, liberados de qualquer influência ideológica, encontrariam um correspondente de igual valor em outra língua.

Dentre os autores associados ao pensamento pós-moderno, destaco dois que se dedicaram a abalar os princípios que fundamentam a noção de que há um significado inscrito nos textos e ao qual os leitores teriam acesso imediato. O primeiro deles é o crítico norte-americano Fish e o segundo, o pensador francês Derrida. Ambos argumentam contra qualquer possibilidade de que um significado transcenda as circunstâncias e a história de sua leitura e que esteja, de alguma maneira, protegido da diferença e da mudança. Nem Fish nem Derrida referem-se, em suas obras, aos trabalhos dos autores que analisei, mas as teses de ambos minam as bases de suas concepções de equivalência. Apesar da diferença entre as orientações seguidas por Fish e Derrida, questão que não poderei examinar neste trabalho, ambos criticam o universalismo e o essencialismo e afirmam que os valores são convencionais e socialmente determinados. O questionamento que promovem é relevante para este trabalho porque, ao irem de encontro à noção de que os valores estão fixos nas línguas ou nos signos, suas obras relacionam-se diretamente à questão da equivalência. Suas reflexões permitem também associar a noção da equivalência a uma certa concepção de signo, de linguagem, de leitura e de texto. Além disso, os trabalhos dos dois autores levam a questionar a noção de uma origem pura, ou seja, levam a refletir sobre o

próprio conceito de “texto original” ou “texto-fonte” independente de uma leitura contextualizada, o que remete à questão da fidelidade. Conduzem, ainda, a uma crítica às dicotomias que tradicionalmente se associam ao processo de tradução. Esses serão os próximos pontos a serem tratados neste capítulo.

3.1. Fish e a autoridade da comunidade interpretativa

Para Fish (1980), a linguagem não é um sistema de elementos preexistentes aos usuários com constituintes de significado e valor fixos, estabelecidos de acordo com alguma correlação com o mundo objetivo, a partir do qual os contextos seriam construídos. Assim, o autor não postula um sistema lingüístico independente, ao qual se acrescentariam um componente semântico e um contexto; ao contrário, esses elementos seriam inseparáveis, na medida em que propósitos, emoções, situações são parte constitutiva da linguagem, pois são valores humanos.

Para argumentar contra os que postulam que as palavras possuem significados puramente lingüísticos, anteriores a uma situação ou independentes de contexto, Fish (1980) analisa a frase que intitula o ensaio e o livro: “*Is there a text in this class?*” (Há um texto nessa classe?). Quem fez a pergunta foi uma aluna da Johns Hopkins University a um professor, no primeiro dia de aula. Este respondeu, prontamente, que havia, e forneceu o nome do livro por ele adotado. A aluna, por sua vez, esclareceu que não era esse o ponto: ela queria saber se, naquele curso, acreditava-se na existência de poemas ou de coisas, ou se esses seriam considerados apenas como construções humanas. Depois dessa explicação, o professor associou a frase às idéias de Fish, seu colega, contando-lhe o ocorrido. Isso levou Fish (1980) a questionar se a pergunta da aluna poderia ter um significado lingüístico ou normativo. Para o autor, no contexto do debate contemporâneo da crítica, haveria duas maneiras de se responder a essa questão: “há um significado literal do enunciado e não poderíamos dizer qual é ele, ou há tantos significados quanto há leitores, e nenhum

deles é literal” (p. 305-6). Fish (1980) segue por uma terceira via e argumenta que, no caso, dois significados literais estão em jogo, o do contexto do professor, a respeito da evidente questão da exigência de um livro para a condução do curso, e o das circunstâncias do pedido de esclarecimento da aluna, que se refere ao *status* do texto. Para Fish (1980), não há indecisão em relação ao significado, atribuíram-se as duas interpretações de acordo com normas, que são convencionais e públicas, não individuais. Se parecia haver um significado inevitável na primeira situação, passa a parecer haver um segundo significado, também inevitável, na situação da aluna. Para Fish, portanto, os significados se constituem a partir de normas, mas essas normas não estão incrustadas na língua, “elas pertencem a uma estrutura institucional na qual as pessoas ouvem os enunciados como se já fossem organizados, tomando como referência certos propósitos e objetivos assumidos” (p. 306). As atividades interpretativas do professor e da aluna não são livres, relacionam-se diretamente à instituição e à situação em que ocorrem. Outras pessoas, que não compartilhassem de uma situação análoga, poderiam construir outras interpretações, dependendo das circunstâncias. Na medida em que os significados não são universais, transcendentais, mas institucionais, alguns deles parecem mais “normais” que outros; não deixam, entretanto, de ser produto das circunstâncias (p. 309). A interpretação do professor não obedeceu a uma norma inerente ao sistema lingüístico, ocorreu em uma situação determinada.

De acordo com Fish (1980), disso não decorre, entretanto, que estaríamos livres para atribuir às palavras e aos textos qualquer significado que desejássemos, pois o significado é comunitário e convencional (p. 321). Assim, não há solipsismo, nem relativismo: não somos livres para criarmos nossos próprios propósitos e objetivos, pois não somos independentes de pressuposições institucionalmente determinadas. O professor teria relacionado a questão da aluna ao próprio Fish, “porque *podia* fazê-lo”, ou seja, o significado atribuído fazia parte do repertório com o qual ele organizaria o mundo (p. 313). O importante, para Fish (1980), é salientar que não há um significado básico que possa sobreviver ou estar acima de qualquer situação, nem o processo é

feito em duas etapas, uma preliminar, de análise, e uma segunda, de inserção nas circunstâncias de enunciação. Como uma situação implica “uma estrutura de pressuposições e de práticas entendidas como relevantes em relação aos propósitos e objetivos” em jogo, não pode haver um momento anterior à interpretação, em que se analisam as normas da língua, porque a linguagem é sempre percebida na estrutura das normas sociais (p. 318). Não há, assim, palavras com um valor independente do contexto, pois estar em uma situação é ver as palavras como sendo significativas.

Fish (1980) derruba, dessa maneira, as barreiras tradicionalmente construídas entre o lingüístico e o extralingüístico, em que tão frequentemente estão fundamentados os trabalhos sobre tradução como, por exemplo, as obras de Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b), Catford (1965/1980) e Lefevere (1992a, 1992b) comentadas nesta tese. Essas concepções de linguagem conduzem à concepção de um leitor com papel eminentemente ativo:

se o significado está inserido no texto, as responsabilidades do leitor limitam-se ao trabalho de retirá-lo; mas, se o significado se modifica, e se se altera em uma relação dinâmica com as expectativas do leitor, essas atividades (as coisas que o leitor *faz*) não são meramente instrumentais ou mecânicas, mas essenciais, e o ato de sua descrição precisa tanto começar quanto terminar com elas (Fish, 1980, p. 2)

Se o significado de um texto não está nele fixo, a interpretação é inevitável e é a “fonte dos textos, dos fatos, dos autores e das intenções” (p. 16). Para Fish (1980), portanto, a interpretação “*produz*” tudo aquilo que tradicionalmente se considera como um produto.

Fish (1980) estende o argumento de que os significados não são propriedades do texto, nem de leitores livres, para a literariedade. Para argumentar que a literariedade também não é inerente aos textos, relata o que ocorreu durante um curso sobre poesia religiosa inglesa do século XVII em que forneceu uma lista de nomes aos alunos, dizendo-lhes que se tratava de um poema, como outros que o grupo já tinha analisado. Os alunos, treinados para “identificar símbolos cristãos”,

“reconhecer padrões tipológicos” e para relacionar ambos à “especificação da intenção poética”, prontamente elaboraram uma interpretação para o “poema” (p. 322). A crítica e a teoria literária normalmente afirmam que reconhecemos um poema por suas características constitutivas; no caso da experiência de Fish, entretanto, os alunos percorreram caminho inverso: eles “sabiam” que o que estava diante deles era um poema e, a partir desse conhecimento, buscaram os traços que o caracterizariam como um poema. “Em outras palavras, os atos de reconhecimento não são desencadeados por características formais, mas são sua fonte” (p. 326). Ao tomarem conhecimento de que o que liam era um poema, passaram a nele ver todas as relações e propriedades que sabiam associar a poemas: construíram uma interpretação, produziram-na.

Assim, a diferença entre um poema e, por exemplo, uma carta, não estaria nos próprios textos, mas nas diferentes operações interpretativas que os leitores desempenham.⁴⁶ Essas estratégias não são individuais, são sociais e convencionais, pois, para Fish (1980), “as operações mentais que podemos executar são limitadas pelas instituições em que *já* estamos inseridos” (p. 331). Essas instituições nos precedem, temos acesso aos “sentidos públicos” que produzem. O sistema é coercitivo, modela as pessoas, fornecendo-lhes categorias de entendimento, de acordo com a situação. Estar em uma situação, entretanto, não é algo dado previamente: “estar em uma situação [...] é ‘ver’ com os olhos dos interesses, objetivos, práticas compreendidas, valores e normas dessa situação e, assim, estar conferindo significação, *ao* ver, não depois de ver” (p. 334). Todo aquele que “vê” está em determinada estrutura institucional.

De acordo com Fish (1980), as teorias formalistas ignoram exatamente tudo o que o leitor faz. Não levam em conta o leitor nem sua experiência temporal, ao afirmarem a integridade e a objetividade dos textos, assim como sua independência em

⁴⁶ Arrojo (1986) exemplifica a questão com a análise do poema “*This is just to say*”, de William Carlos Williams; se lido como se fosse escrito por um hóspede estrangeiro para um brasileiro, as circunstâncias de sua leitura levariam a uma interpretação. Ao ser lido como um poema, passa a ser um convite à construção de relações entre seus elementos, o que acaba por gerar problemas para sua tradução. Estes não são, entretanto, inerentes ao texto: decorrem da interpretação atribuída ao texto (p. 31-6).

relação ao leitor. Para eles, a subjetividade seria um perigo a ser evitado, pois a leitura teria que ser controlada. Fish (1980) não nega a existência de padrões formais; apenas lembra que “não estão inocentemente colocados no mundo: ao contrário, constituem-se pelo ato interpretativo” (p. 13). Em outras palavras, seriam dependentes do modelo interpretativo com o qual o leitor aborda o texto, o que reverte a relação tradicionalmente postulada entre interpretação e texto, pois, para Fish (1980), “as estratégias interpretativas não são colocadas em execução após a leitura, são a forma da leitura”, ou seja, constituem os textos (p. 13). Isso acarreta também rever a dicotomia tradicional entre sujeito e objeto, na medida em que o “objeto” é construído no ato de interpretação:

não se pode debater a questão sobre a objetividade e a subjetividade porque o que autoriza [a interpretação], o centro da autoridade interpretativa, é, ao mesmo tempo, ambas e nenhuma das duas. Uma comunidade interpretativa não é objeto porque, enquanto um feixe de interesses, de propósitos e de objetivos determinados, sua perspectiva é interessada, não neutra; mas, pelo mesmo raciocínio, os significados que são produzidos pela comunidade interpretativa não são subjetivos porque não provêm de um indivíduo isolado, mas de um ponto de vista público e convencional. (Fish, 1980, p. 14)

Assim, as estratégias que o leitor põe em prática não procedem dele enquanto um indivíduo, mas da “comunidade interpretativa” de que faz parte, e é ela que “produz significado e é responsável pela emergência dos traços formais” (p. 14). Não se opõe um objeto fixo a um sujeito do conhecimento, pois os significados provêm de um ponto de vista convencional e partilhado, público. Essas estratégias interpretativas, que existem antes do ato de leitura, pois são relacionadas à escritura dos textos, não são “naturais” nem “universais”, são aprendidas. Não são também imutáveis, podem modificar-se, e cada alteração corresponde a uma mudança nos textos.

Todas essas colocações têm implicações para a reflexão sobre a atividade tradutória. Em primeiro lugar, se uma leitura é partilhada e convencional, não pode haver uma “origem” pura, imutável, ou seja, um “texto-fonte” estável, como

pressuposto pelo pensamento tradicional sobre a tradução. Pelo contrário, os textos são sempre produzidos de acordo com certas circunstâncias, assim como sua leitura e sua tradução. Se os significados são produzidos pelas comunidades interpretativas e são dependentes das circunstâncias de leitura, não há neles uma essência que possa ser transferida ou transportada para uma outra língua. Quanto à questão da equivalência, temos duas implicações. Em primeiro lugar, se os valores não estão fixos nos textos e se se constituem como uma função produzida pelo leitor, de acordo com as convenções de sua comunidade interpretativa, não é possível determiná-los de maneira definitiva, categórica. O julgamento não pode ser universal nem estático ou atemporal, ou seja, não há um valor que possa ser atribuído ao texto ou a seus componentes que seja unanimemente aceito em todas as circunstâncias e épocas. Isso acarreta o segundo ponto: não sendo universais, dificilmente se pode pensar que, em duas diferentes culturas, ou comunidades interpretativas distintas, que não partilhem os mesmos domínios de valor, possamos postular a igualdade de estratégias de produção de significado e de atribuição de valor.

A reflexão de Fish (1980) tem também como consequência uma reversão quanto à noção de fidelidade. De acordo com a concepção tradicional, uma tradução é fiel se contiver os valores fundamentais do texto-fonte. Na medida em que se desestabiliza essa fonte, e que se considera que o valor do texto é atribuído pela comunidade interpretativa, os parâmetros para a avaliação, necessariamente, têm que ser revistos. A argumentação de Fish (1980, 1994) não anula nem neutraliza qualquer padrão de julgamento, apenas indica a impossibilidade de postulação de parâmetros fixos, válidos para todas as situações e aplicáveis a todos os fins. Fish (1994) lembra que nossos padrões de avaliação não são abstratos, mas “provêm das tradições e das práticas de uma comunidade” e vão se construir de acordo com os pressupostos aceitos por essa comunidade (p. 6). Diferentes pressuposições, condições e objetivos irão, necessariamente, gerar diferentes avaliações. Essa reversão não leva, entretanto, à impossibilidade de se distinguir uma tradução boa de uma ruim, como receia Malmkjær (1993) a respeito do relativismo da tese de Quine (1959/1966). Como explica Fish

(1994), qualquer temor desse gênero é infundado, porque sua abordagem não leva à impossibilidade de se “preferir um argumento em relação a outro, de distinguir Shakespeare de grafite”, ou coisas do tipo (p. 10). Para o autor,

esse medo imagina os agentes humanos apartados de todos os contextos de julgamento e enfrentando a tarefa de identificar os corretos e os verdadeiros. Mas [...] nenhum de nós está, em momento algum, naquela posição originária, sem vinculação com quaisquer pressuposições normativas e esperando por um direcionamento externo; ao contrário, estamos sempre já inseridos em uma ou mais práticas, cujas normas, regras e aspirações já internalizamos e, portanto, não só somos capazes de fazer distinções e de emitir julgamentos, mas também não podemos evitar isso. (Fish, 1994, p. 10)

Assim, qualquer leitura vai se dirigir pelo conhecimento prévio, vai derivar da experiência do intérprete, que vai julgar o que está sendo lido sem se mover para fora de seu círculo de competência, de suas expectativas e pressuposições. Da mesma maneira, não existe uma autoridade que julgue uma tradução de uma posição exterior ou acima de suas circunstâncias, isto é, não há a possibilidade de um julgamento transcender as circunstâncias em que se emite o juízo, porque ele só pode ser contextual.

3.2. A desconstrução da noção saussuriana de signo

De todas as vertentes da pós-modernidade, o pós-estruturalismo é o que se relaciona mais diretamente aos estudos da linguagem, levando às últimas conseqüências as concepções do estruturalismo europeu. De acordo com Arrojo,

pode-se dizer que há, entre estruturalismo e pós-estruturalismo, uma relação paradoxal que se divide entre uma oposição radical e uma complementaridade. Na passagem (sem fronteiras claramente demarcadas) que marca a transição do estruturalismo para o pós-estruturalismo, há uma radicalização de *insights* e pressupostos que, de certa forma, permite pensar a reflexão pós-estruturalista como uma espécie de estruturalismo mais atento e menos iludido. (Arrojo, 1996, p. 60)

Apesar de o estruturalismo não dizer respeito apenas ao estudo da linguagem, vou apenas abordá-lo sob o enfoque de uma lingüística estrutural, que se define por “analisar uma língua como um sistema de unidades e relações” (Culler, 1976/1979, p. 68). Seu marco inaugural seriam as conferências sobre lingüística geral proferidas por Ferdinand de Saussure entre 1907 e 1911 e, posteriormente, editadas por Bally e Sechehaye com o título de *Cours de linguistique générale* (1916). Dentre os pontos mais importantes de seu trabalho, abordo aqui suas concepções de linguagem e de signo, para expor a “radicalização de *insights* e pressupostos” proposta pelo pós-estruturalismo.

O conceito saussuriano de signo rompe com as noções da tradição aristotélica e agostiniana que relacionam a palavra à percepção de uma realidade do mundo. Saussure (1916/1972) enfatiza que as línguas não são nomenclaturas, ou seja, não são listas de termos que correspondem a coisas, e que não há “idéias feitas, preexistentes às palavras” (p. 79). Nesse sentido, as línguas não comportariam sons nem idéias preestabelecidas e cada uma articularia as suas próprias categorias, seus próprios significados. Por um lado, essas noções vão contra as concepções medievais de que uma palavra só poderia ser conhecida pela experiência, pois a percepção da

realidade não teria relação direta com os elementos componentes das línguas, tendo em vista que as palavras não denominariam as coisas e a língua articularia seus próprios constituintes. Por outro lado, a concepção saussuriana, ao desvincular a linguagem de uma percepção de mundo, não permite que se pense que, automaticamente, dois signos, cada um de uma língua, possam corresponder a um mesmo conceito, na medida em que não estão ancorados em nenhuma verdade exterior a eles. Da concepção de que nada preexiste à palavra e de que as línguas instituem os significados, assim como os próprios “referentes”, decorre que não haveria como postular uma essência anterior ou superior à palavra a que ela pudesse remeter. Em consequência disso, não se teria como atribuir aos signos um valor fixo, por não se admitir uma estabilidade prefixada em momento anterior ao sistema lingüístico, ao sistema que organiza os signos.

A concepção de linguagem saussuriana não é, portanto, a de uma série de elementos que descrevem o mundo e que assumem valores fixos no sistema. Ao contrário, como enfatiza Culler (1976/1979), um dos pontos mais importantes da teoria de Saussure (1916/1972) é conceber a língua e, conseqüentemente, o mundo, não como “uma coleção de entidades independentes, de objetos autônomos, mas [como] uma série de objetos relacionais” (p. 101). Assim, se os signos se definem apenas por suas relações com outros signos, não se pode ver cada signo, individualmente, como uma imagem do mundo exterior. O significado é, portanto, concebido como diferencial, ou seja, baseado em diferenças entre os termos e não em propriedades intrínsecas dos próprios termos (p. 50). Cada signo não é dotado, por princípio, de uma essência que o defina e que o delimite em relação aos demais. Assim, não possui características positivas, só pode imaginar-se em relação ao que o diferencia dos demais signos do sistema.

De acordo com essa concepção, seria impensável atribuir um mesmo valor a palavras de duas línguas diferentes. A consequência imediata de aceitar essa tese seria a problematização da noção da equivalência e da possibilidade de correspondência de significados entre signos de línguas distintas. Se nada ancora os signos aos referentes e se o próprio sistema estabelece os limites entre os signos, não há como postular que

diferentes sistemas organizem seus componentes de modo a espelhar a organização de um outro, não há como supor que um elemento corresponda a outro de um sistema diferente. Mas é com base na tradição estrutural que se difunde a noção de que itens possam partilhar funções e significados na economia de diferentes línguas. Dois pontos do estruturalismo saussuriano poderiam ter fundamentado a difusão dessa idéia. Um deles é a oposição entre forma e substância, demarcada por Saussure, e que Lyons (1968/1979) explica da seguinte maneira: “assim como se pode trabalhar a massa de modelagem em objetos de formas e tamanhos diferentes, assim a *substância* (ou material) dentro da qual se estabelecem distinções e equivalências de significado pode ser organizada de diferentes formas em línguas diferentes” (p. 58).⁴⁷ Assim definida, a noção remete à idéia de uma substância de conteúdo anterior a qualquer língua, articulada de modos diferentes pelas diferentes línguas. Para Saussure (1916/1972), a substância, elemento amorfo, anterior e superior a qualquer língua, não seria objeto de estudo da lingüística, mas da psicologia. Isso se relaciona com o segundo ponto que poderia ter solidificado a noção, tão amplamente difundida, de que os significados possam ser partilhados pelas diferentes línguas: a idéia de que a fala é a representação imediata do pensamento. Essa noção conduz à possibilidade do universalismo e à repressão das diferenças entre línguas, pois remete à idéia de que a universalidade da razão ancoraria a validade da representação. Por outro lado, essa idéia leva a encarar a escritura com suspeita, uma vez que seria uma representação mediada que teria a função de representar a fala. Essas noções remetem diretamente ao logocentrismo, assim explicado por Culler:

O logocentrismo envolve a crença de que os sons são simplesmente uma representação dos significados que estão na consciência do falante.
O significante é apenas uma representação temporária através da qual se

⁴⁷ Lyons (1968/1979) relativiza a concepção saussuriana, afirmando que “a noção de uma substância conceptual independente da língua e da cultura é de validade duvidosa” (p. 58), mas essa não é a opinião compartilhada por outros autores que se dedicaram a fornecer um panorama geral sobre a lingüística contemporânea. Edward Lopes (1986), por exemplo, explica que, “embora a substância do conteúdo e a substância da expressão *sejam praticamente as mesmas para todas as línguas naturais*, a forma do conteúdo e a forma da expressão diferem de língua para língua” (p. 95, grifos meus).

passa para chegar ao significado, que é aquilo que o falante, na reveladora expressão, “tem em mente”. E a palavra escrita é uma forma ainda mais derivativa e imperfeita: é a representação de uma seqüência sonora que, em si mesma, é uma representação do pensamento. A interpretação, por esse modelo, é um processo nostálgico e retrospectivo, uma tentativa de recuperar os conceitos que estavam presentes na consciência do falante ou escritor no momento da escritura. (Culler, 1976/1979, p. 94)

Nessa tradição logocêntrica, um significado estaria presente na consciência e um ouvinte poderia recuperá-lo, ou seja, ter acesso ao significado conscientemente atribuído pelo falante. A fonte e a garantia para a equivalência seria a universalidade conceptual que estabilizaria o significado e poderia, por um lado, permitir a mútua inteligibilidade entre as línguas e, por outro, abriria a possibilidade para a perfeita equivalência entre os elementos das diferentes línguas.

Assim, o conceito saussuriano de signo tem um papel duplo ou, como aponta Derrida (1967/1973), permanece na “contradição” (p. 36). Por um lado, em dois momentos, Saussure (1916/1972) oferece uma crítica contundente às noções tradicionais de signo, mas, por outro, preserva concepções logocêntricas. A análise que Derrida (1967/1973, 1972) faz do conceito saussuriano de signo aponta as duas direções. No plano da ruptura, Derrida (1967/1973, 1972) destaca dois pontos. Em primeiro lugar, Saussure (1916/1972) marcou a inseparabilidade entre significado e significante, afirmando que são duas faces de uma mesma produção. Isso acarreta não ser possível postular uma dicotomia entre esses termos, nem priorizar um deles e reprimir o outro, tendo em vista que o signo seria uma unidade articulada em que significado e significante produziram a significação. Implicaria também uma passagem e uma interrelação entre os termos, pois os elementos não seriam puros nem completos em si mesmos.

Em segundo lugar, ao salientar o caráter diferencial e formal do funcionamento dos signos, Saussure (1916/1972) mostrou que o som não pode pertencer à língua e que o significante não é uma entidade puramente material. Na

medida em que, para Saussure, o significante não é puramente fônico, a substância de expressão é, de alguma maneira, considerada abstrata e não puramente física:

Todos os valores convencionais apresentam esse caráter de não se confundir com o elemento tangível que lhe serve de suporte. Assim, não é o metal da moeda que lhe fixa o valor [...]. Isso é ainda mais verdadeiro no que respeita ao significante lingüístico; em sua essência, este não é de modo algum fônico; é incorpóreo, constituído, não por sua substância material, mas unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras. (Saussure, 1916/1972, p. 137-8)

Tradicionalmente, considerava-se o significante um constituinte físico, o som, e oposto ao conceito a ele associado, o significado. Saussure, com as palavras acima, rompe com essa tradição, abrindo uma passagem entre o sensível e o inteligível, que sempre foi relacionada ao signo.

Esses pontos assinalados por Derrida (1967/1973, 1972) mostram que, caso se levassem as idéias de Saussure (1916/1972) às últimas conseqüências, seria rejeitada qualquer noção de materialidade do significante e do signo em geral. Efetivamente, apenas pela materialidade fônica não seria possível identificar um signo repetido como se fosse o mesmo, pois cada repetição dele não é idêntica. Essa concepção deveria se estender ao significado, que também seria marcado pela alteridade, pela diferença, concepção que não conduziria à noção de equivalência.

Entretanto, há um outro lado do discurso de Saussure que retoma as concepções clássicas do pensamento ocidental. Como aponta Derrida (1972), a proposta de Saussure (1916/1972) não rompe com a tradição em dois momentos: significado e significante se mantêm em relação de oposição, assim como a fala e a escritura. Em relação ao primeiro ponto, manter a distinção rigorosa entre significante e significado implica, por um lado, afirmar a pureza e a independência de cada um dos termos e, por outro, conservar a dicotomia clássica entre inteligível e sensível. Sua idéia é a seguinte:

Propomo-nos a conservar o termo *signo* para designar o total, e a substituir *conceito* e *imagem acústica* respectivamente por *significado* e *significante*; estes dois termos têm a vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte. (Saussure, 1916/1972, p. 81)

Ao sustentar a “oposição”, Saussure (1916/1972) entra em contradição com a proposta de ruptura com a tradição que ele mesmo havia anunciado, como acima exposto, e retoma a tradição ocidental, que opõe o sensível ao inteligível. De acordo com Derrida (1972), sustentar essa oposição significa deixar em aberto “a possibilidade de se pensar em um *conceito significado em si mesmo*, em sua simples presença no pensamento, em sua independência em relação à língua, ou seja, em relação a um sistema de significantes” (p. 30). Isso implicaria a possibilidade de um conceito puramente inteligível, que só remetesse a si mesmo, à sua essência, e que excederia a cadeia de signos. Dessa maneira, há, de acordo com Derrida (1967/1973, 1972), uma retomada da “exigência clássica” de um “significado transcendental”, que ultrapassaria qualquer limite da experiência humana e estaria acima de qualquer contexto, seja ele imediato ou histórico.

Em segundo lugar, apesar de suspender a substancialidade do significante, Saussure (1916/1972) privilegia a fala e tudo o que liga o signo ao som. Concebe-se a fala, na tradição ocidental, como a representação da presença viva do pensamento e oposta à escritura, compreendida como uma representação secundária e, portanto, imperfeita e derivada: “significante do significante primeiro, representação da voz presente a si, da significação imediata, natural e direta do sentido” (Derrida, 1967/1973, p. 37). Nesse sentido, a escritura se localiza “fora” do sistema lingüístico, porque passa a ser uma imagem, uma representação, e se opõe à “realidade” ou à presença da voz, da fala viva.

A noção de equivalência dos autores analisados nesta tese relaciona-se com as concepções de Saussure (1916/1972) criticadas por Derrida (1967/1973, 1972), não com o Saussure que teria rompido com a tradição ocidental. Essa noção

fundamenta-se, em um primeiro momento, na relação de oposição entre o significado e o significante, que baseia a possibilidade de um significado presente no pensamento e, em um segundo momento, na relação de representação entre a palavra falada e o pensamento. De acordo com essa concepção, os signos falados poderiam ser imediatamente inteligíveis, ou seja, transparentes, pois a fala representaria a exteriorização imediata do intelecto. O “significado transcendental” remeteria a uma pretensa substância e admitiria pensar na fixidez dos sentidos e dos valores, não na multiplicidade de relações diferenciais que se estabelecem entre os signos. A noção de estaticidade fundamenta o princípio de que os conceitos possam ser compreendidos independentemente das línguas em que são expressos, e fundamenta também a noção de equivalência entre línguas, pois suprime e suspende as diferenças entre elas.

Derrida (1972) questiona a possibilidade de um “significado transcendental” ao frisar que “todo significado está também na posição de significante” e problematizar a distinção radical entre os termos (p. 30). Sua explicação é a seguinte:

Mesmo que queiramos confinar a sonoridade do lado do significante sensível e contingente (o que seria literalmente impossível, uma vez que identidades formais recortadas numa massa sensível já são idealidades não puramente sensíveis), será necessário admitir que a unidade imediata e privilegiada que fundamenta a significância e o ato de linguagem é a unidade articulada do som e do sentido na fonia. (Derrida, 1967/1973, p. 36)

Derrida observa, portanto, que é a articulação entre significado e significante que produz sentido e que não há um termo puro, material, oposto a outro, conceptual, pois nenhum deles pode ser apenas sensível, nem puramente inteligível.

A crítica à oposição tradicional entre significante e significado, entretanto, não pode ser radical, ou seja, os dois termos não podem se confundir. Como lembra Derrida (1972), sem essa diferenciação nenhuma tradução seria possível, porque “a tradução pratica a diferença entre significado e significante” (p. 31). Como essa diferença não é pura, uma vez que um termo implica o outro, ou seja, são dois termos

de uma mesma produção, Derrida (1972) coloca a necessidade de substituir a noção de tradução pela de transformação: “transformação regulada de uma língua para uma outra, de um texto para outro” (p. 31). Os significados e os significantes articulam-se convencionalmente, a ligação entre eles é arbitrária, mas não desregrada, pois as normas que os unem são também convencionais e arbitrárias. Culler explica essa relação da seguinte maneira:

Se pronuncio a palavra **marrom**, o “conceito” presente em minha mente (se na verdade houver algum conceito presente) não é alguma essência, mas todo um conjunto de oposições. Na verdade, podemos dizer, em última análise, que toda a idéia de um sistema lingüístico [...] é a rede de diferenças tanto ao nível do significante como do significado – redes já presentes, já inscritas ou escritas, por assim dizer, na mente do sujeito. O ato de enunciar é apenas uma maneira transitória, e portanto imperfeita, de usar uma rede de diferenças (as do significante) para produzir uma forma que pode ser interpretada nos termos da outra rede de diferenças (as do significado). O significado **marrom** não é nenhuma essência que esteja na minha mente no momento da enunciação, mas um espaço nesta rede interpessoal de diferenças (o sistema semântico da linguagem). (Culler, 1976/1979, p. 96)

Interpretar é, assim, ler os signos em termos de um sistema diferencial. Quando se traduz, pratica-se a diferença entre significante e significado no mais amplo sentido, pois a tradução é uma operação que interpreta significados em termos de um tecido diferencial e os reapresenta como significantes, que fazem parte de um sistema de normas diferente do primeiro sistema e que, por sua vez, se interpretarão na rede de diferenças do significado. O tradutor, ao produzir sua interpretação, não transcende o sistema da linguagem, mas contextualiza os significantes em uma rede de diferenças e de remissões. A tradução só poderia ser uma operação que transfere, ou transporta significados, se houvesse a possibilidade do “significado transcendental”, do significado autônomo na consciência, situação em que haveria transporte de significados puros que as mudanças de significantes deixariam intactas, como pressuposto por Lefevere

(1992a) ou por Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b), por exemplo, quando comentam traduções “equivalentes”.

Os trabalhos desses autores, especialmente o de Nida (1964a), que se reporta a termos que refletem “a forma do referente” (p. 167; cf. p. 77 desta tese), pressupõem que temos acesso às coisas do mundo por meio da linguagem. Isso retoma a tradição essencialista de que o mundo e a cultura seriam a fonte das representações, dos signos. No entanto, como explica Linda Hutcheon (1989), o que a reflexão pós-moderna tenta evidenciar é que a cultura é “*efeito* das representações”, ou seja, o mundo e a cultura não são estáveis; a sociedade, a ideologia é que produzem os seus sentidos (p. 7). Qualquer representação informa valores e interesses ideológicos, não há transparência, não há neutralidade nem espelhamento em sua produção. O sistema de significados é, portanto, socialmente estabelecido e é por meio dele que vemos o mundo e o constituímos. Na conjuntura pós-moderna,

o estudo da representação não se torna o estudo do espelhamento mimético ou da projeção subjetiva, mas uma exploração do modo pelo qual as narrativas e as imagens se estruturam, como nos vemos e como construímos nossas noções de sujeito, no presente e no passado. (Hutcheon, 1989, p. 7)

Nesse sentido, o signo não reflete uma cultura, uma sociedade, mas garante seus valores e seus significados. Os signos entram em circulação, constituem um discurso, constroem significados que se disseminam e entrecruzam e são, ao mesmo tempo, produto e produtores de ideologia.

Pensar nesses termos é aceitar a impossibilidade de acesso ao referente, na impossibilidade de acesso imediato aos significados, é pensar na transformação regulada que rege todas as operações de linguagem, não só a tradução. Contudo, pensar na tradução como transformação, como coloca Derrida (1972), remete também a outro ponto, tão reiterado por vários autores, mas nem sempre considerado em toda a sua extensão: a tradução não envolve signos isolados das línguas e dos textos.

Traduzir significa, portanto, trabalhar com textos, ou seja, lê-los e produzi-los. As concepções de leitura e de escritura de Derrida são objeto do próximo item.

3.3. A desconstrução da noção de leitura transcendental e a impossibilidade de equivalência

A noção clássica do pensamento ocidental é de que há uma relação direta entre pensamento e fala, sendo esta representação daquele. A escritura, por sua vez, seria uma representação da fala, ou seja, sua exteriorização, sua conversão em símbolos, ou marcas visuais (Derrida, 1967/1973, p. 102). De acordo com o logocentrismo, a fala estaria mais próxima da essência, da verdade, pois representaria diretamente o pensamento, enquanto “a escritura, a letra, a inscrição sensível sempre foram consideradas pela tradição ocidental como o corpo e a matéria exteriores ao espírito, ao sopro, ao verbo e ao *logos*” (p. 42). Essa tradição opõe o sensível ao inteligível, o corpo à alma, o som ao sentido, dicotomias em que tudo o que se refere ao “material” é exterior, secundário, em relação ao primordial, o interior, o conceptual. O pensamento, a razão, o *logos* se exteriorizam pela fala, que estabeleceria “um liame natural” entre um conceito e um som, entre um significado e um significante (p. 43). Nesse sentido, a fala seria transparente, não envolveria interpretação e haveria uma ligação direta e natural entre a voz, a alma e o *logos*, relação em que o significado se constituiria por sua proximidade com o *logos*, com a verdade. Esse é o domínio do “fonocentrismo”, ou seja, do signo falado como a exteriorização do intelecto. Para essa tradição, a escritura é representação da voz, exterior, e “por si, estranha ao sistema interno da língua” (Saussure, 1916/1972, p. 34). Como observa Derrida (1967/1973), essa noção está tão arraigada no pensamento ocidental que Saussure sequer inclui a escritura como objeto de estudos lingüísticos:

Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto lingüístico não se

define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última, por si só, constitui tal objeto. (Saussure, 1916/1972, p. 34)

Entretanto, apesar de excluí-la, Saussure considera que a relação entre fala e escritura é tão inquietante que acrescenta:

Mas a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal; terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo. É como se acreditássemos que, para conhecer melhor uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto. (Saussure, 1916/1972, p. 34)

Derrida (1967/1973) explica que o que “é insuportável e fascinante é exatamente esta intimidade enredando a imagem à coisa, a grafia à fonia” (p. 44), de um modo que a representação parece atar-se àquilo que representa, o que Saussure tem como indesejável. Derrida (1967/1973) analisa textos de Platão, Rousseau e Saussure para argumentar que todos esses pensadores encararam a escritura como “a dissimulação da presença natural, primeira e imediata do sentido à alma do *logos*” (p. 45), ou seja, não é apenas Saussure que encara a escritura com desconfiança. Essa suspeição seria derivada do próprio *status* atribuído à escritura: como representação mediada, não permitiria remissão a uma origem simples, a uma consciência imediata, pois, como uma fotografia, não mostra uma presença igual à sua origem, sempre exhibe alguma diferença em relação a ela. Assim como a imagem não remete diretamente à coisa, a representação não repete, desdobra. Nesse sentido, haveria uma fissura, que teria levado a essa concepção de que a escritura é indesejável, uma violência, que tira a inocência da linguagem.

Derrida (1967/1973), entretanto, leva essas noções de representação às últimas consequências. Em sua análise, sublinha que “a violência da escritura não sobrevém a uma linguagem inocente” (p. 45) ou “a uma língua natural” (p. 47); assim, a escritura não pode ser uma deformação ou uma transgressão da ordem natural.

Como explica Derrida, para a escritura ser uma violação da natureza, a fala teria que ser natural. Isso só seria possível se os signos fossem motivados:

Ora, a partir do momento em que se considera a totalidade dos signos determinados, falados e *a fortiori* escritos, como instituições imotivadas, dever-se-ia excluir toda relação de subordinação natural, toda hierarquia natural entre significantes ou ordens de significantes. (Derrida, 1967/1973, p. 54)

Se os signos são convencionais e arbitrários, nem os falados, nem os escritos podem ser “naturais”, pois “o próprio do signo é não ser imagem” (p. 55). Todo significante relaciona-se com todos os significantes, escritos e orais, no interior do sistema diferencial, sem identidade própria, sem essência, caracterizando-se por ser aquilo que não é.

O que a tradição relacionou à escritura, estende-se, assim, à fala. A representação pode, portanto, fazer parte do funcionamento do sistema da linguagem, mas não a representação que repete um igual, que remete a uma origem simples. No jogo de representações concebido pela desconstrução de Derrida,

o ponto de origem torna-se inalcançável. Há coisas, águas e imagens, uma remessa infinita de uns aos outros mas sem nascente. Não há mais uma origem simples, pois o que é refletido desdobra-se *em si mesmo* e não só como adição a si de sua imagem. O reflexo, a imagem, o duplo desdobra o que ele reduplica. A origem da especulação torna-se uma diferença. O que se pode ver não é o uno e a lei da adição da origem à sua representação, da coisa à sua imagem, é que um mais um fazem pelo menos três. (Derrida, 1967/1973, p. 44-45)

Derrida não tenta simplesmente inocentar a escritura de seu caráter “promíscuo”, nem passa a priorizá-la em relação à fala. Sua análise envolve explorar os cruzamentos entre os dois termos da oposição:

O sistema da escritura em geral não é exterior ao sistema da língua em geral, a não ser que se admita que a divisão entre o exterior e o interior passe no interior do interior ou no exterior do exterior, chegando a

imanência da língua a ser essencialmente exposta à intervenção de forças aparentemente estranhas a seu sistema. Pela mesma razão a escritura em geral não é “imagem” ou “figuração” da língua em geral, a não ser que se reconsidere a natureza, a lógica e o funcionamento da imagem no sistema de que se quereria excluí-la. A escritura não é signo do signo, a não ser que o afirmemos, o que seria mais profundamente verdadeiro, de todo signo. (1967/1973, p. 52-53)

Derrida lembra, assim, que todo signo já é um signo de um signo, não remete a alguma coisa presente em algum lugar. Nesse sentido, a escritura não é menos natural que a fala, pois é tão mediada quanto ela. A linguagem é mediação convencional, o que o leva a concluir que a escritura não pode ser uma imagem exterior à fala, mas sua própria possibilidade. O conceito saussuriano de que a língua seria um sistema de signos diferenciais e arbitrários é seu ponto de partida para concluir que, se o significado subsiste em várias estruturas de relações, não é único e irrepetível, mas radicalmente arbitrário, não se limitando a alguma correspondência ideal entre som e sentido. Assim, a definição clássica de escritura como “signo de um signo” teria que se aplicar a qualquer forma de linguagem, ou seja, tanto à fala quanto à escritura. Nesse sentido, não há significante transcendental, não há significado fora ou além do jogo da linguagem, fora da natureza diferencial dos signos.

Não se trata aqui, entretanto, da diferença instituída por Saussure, que se limita à estrutura e que cessa na plenitude da substância, anterior a qualquer forma, onde não haveria o movimento diferencial. Trata-se da diferença (“*différance*”)⁴⁸,

⁴⁸ O contraste entre o neologismo “*différance*” e a palavra francesa “*différence*” só é perceptível na escrita, pois ambos são pronunciados da mesma maneira. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva, tradutora de *A escritura e a diferença* (1967/1971), usou “diferência” para traduzir o termo (p. 72). Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro, tradutores de *Gramatologia* (1967/1973, p. 29), e Rogério da Costa, tradutor de *A farmácia de Platão* (1968/1991f, p. 74), mantêm a palavra “diferência”. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães, tradutores de *Margens da filosofia*, entendem que a opção bloqueia “o trabalho de pensamento desenvolvido sobre a permutação entre o *e* e o *a*” e adotam a palavra “diferança” (1972/1991d, p. 34). Constança Marcondes Cesar, tradutora de *Limited inc.* e revisora de *Margens da filosofia*, também opta por “diferança” (1988/1991e, p. 72). Já Maria Margarida Correia C. Barahona, tradutora portuguesa de *Posições* (1972/1975), emprega “diferância”. No *Glossário de Derrida* (1976), mantém-se a palavra francesa, em itálico (p. 6 e 22). A tradutora de *Jacques Derrida* (Bennington, 1991/1996), Annamaria Skinner, optou por “diferença” (p. 56). Nesta tese, vou usar o neologismo “diferência”, cujo contraste em relação a “diferença” também é inaudível em alguns dialetos do português do Brasil que tendem à redução dos ditongos crescentes em

“conceito econômico designando a produção do diferir, no duplo sentido desta palavra”, que supõe que não haja síntese possível e que nenhum elemento possa estar presente em si e referindo-se apenas a si próprio (Derrida, 1967/1973, p. 29). O verbo “diferir”, como “*différer*”, tanto pode significar “adiar, procrastinar, retardar”, quanto “divergir, discordar”, “ser diferente”, “distinguir-se”. Assim, a diferença envolve tanto a diferença quanto o adiamento, tanto “intervalo, distância”, quanto “uma demora, um retardamento”, tanto espaço quanto tempo (Derrida, 1972/1991d, p. 39). A diferença não é presença, pois em um sistema em que os signos se referem apenas a outros signos, há um infinito processo de adiamentos e remissões, nunca há o encontro de uma presença exterior à linguagem. A diferença também não é transcendência, porque não remete a qualquer verdade universal acima ou fora da linguagem. Esse jogo de diferenças e remissões é anterior à própria fala, inscreve a diferença na escritura antes da própria fala e subverte a oposição tradicionalmente estabelecida entre fala e escritura e a priorização da primeira sobre a segunda.

Para Derrida (1972), no jogo de diferenças, cada suposto elemento só se constitui tendo como base o rastro [*trace*]⁴⁹ que o liga a outros elementos: “na ordem do discurso falado ou do discurso escrito, elemento algum pode funcionar como signo sem remeter a um outro elemento que não esteja, ele próprio, simplesmente presente” (p. 38). Não há termos plenos, fechados em uma estrutura estática, taxonômica ou a-histórica; “cada elemento se constitui a partir do rastro dos outros elementos da cadeia ou do sistema”, do que decorre que haja apenas, “por toda parte, diferenças e rastros de rastros” (p. 38). Não há uma substância presente que escape ao “movimento da diferença”, o que impede que haja um significado antecedente a ela, que a origine (p. 39). Não há, assim, abertura para um “significado transcendental”, pré-lingüístico, fora

posição pós-tônica. Isso impede, entretanto, que se fale, em português, do *a* de “*différance*”, como faz Derrida (1972/1991d, p. 36), mas permite que se reflita sobre a questão de sua inaudibilidade.

⁴⁹ Os tradutores de *Gramatologia*, Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro, observam que “o substantivo francês *trace* não deve ser confundido nem com *trait* (traço) nem com *tracé* (traçado), pois se refere a marcas deixadas por uma ação ou pela passagem de um ser ou objeto”; por isso traduziram a palavra por *rastro* (p. 22). A análise de Bennington (1991), que se apresenta a seguir, no texto, retoma essa questão e a complementa.

do trabalho da diferença. Na cadeia da escritura, do rastro, da diferença, a leitura é transformacional e os textos são “cadeias e sistemas de rastros” (Derrida, 1967/1973, p. 79):

A diferença inaudita entre o aparecendo e o aparecer (entre o “mundo” e o “vivido”) é a condição de todas as outras diferenças, de todos os outros rastros, e *ela já é um rastro*. Assim, este último conceito é absolutamente e de direito “anterior” a toda problemática *fisiológica* sobre a natureza do engrama ou *metafísica* sobre o sentido da presença de que o rastro se dá, desta forma, a decifrar. *O rastro é verdadeiramente a origem absoluta do sentido em geral. O que vem afirmar mais uma vez, que não há origem absoluta do sentido em geral. O rastro é a diferença que abre o aparecer e a significação.* (Derrida, 1967/1973, p. 79-80)

O rastro é “a unidade de um duplo movimento de protensão e retenção” (Derrida, 1967/1973, p. 104), em que um elemento sempre se relaciona com outro, “guardando em si a marca do elemento passado e deixando-se já moldar pela marca de sua relação com o elemento futuro” (Derrida, 1972/1991d, p. 45). O processo de significação supõe séries de remissões que impedem que, em algum momento, um elemento esteja presente e remeta apenas a si próprio. Todo elemento só funciona como signo se remeter a um outro signo que não está presente, ou seja, ele se constitui a partir dos rastros dos outros elementos da cadeia ou do sistema. Forma-se um tecido em que nenhum elemento está simplesmente presente ou ausente, pois nenhum elemento é auto-suficiente a ponto de ter em si um significado. A diferença supõe “uma estrutura e um movimento que não se deixam pensar a partir da oposição presença/ausência”, devido a esse jogo sistemático de diferenças pelo qual os elementos se relacionam uns com os outros (Derrida, 1972, p. 37). Cada significante só adquire significado ao remeter a outro significante, passado ou futuro. Dessa maneira, cada elemento se encontra capturado em uma rede tecida por outras palavras e por outras configurações textuais. Com essas colocações, salienta-se que há uma espécie de “força”, ou uma tensão entre forças, que busca manter “o sistema agregado em sua

dispersão, sua *permanência*” (Bennington, 1991, p. 70). Bennington observa que pensar em uma força seria pensar em um centro que a produziria; a tensão, por outro lado, não supõe esse centro e enfatiza o movimento de protensão/adiamento e retenção/permanência. Esse autor nota também que não devemos pensar no traço como uma presença:

Elemento algum está em alguma parte presente (nem simplesmente ausente), só há rastros. Esses rastros não são, como a palavra poderia levar a pensar, rastros de uma presença ou de uma passagem de uma presença. Esse pensamento é necessário em razão de tudo o que se disse do signo e de sua não-motivação: em cada elemento só está “presente” o outro elemento, o “ausente”, que deve, para que a língua seja possível, apresentar essa alteridade *como* alteridade. (Bennington, 1991, p. 74)

Um significante não pode remeter a uma presença, pois cada significante sempre remete a outro significante: não há um sentido presente em algum outro lugar, não há parada no movimento diferencial, não há remissão a um ponto fixo e previamente determinável. Revê-se, assim, a dicotomia entre presença e ausência, pois no jogo de diferenças e adiamentos nunca se remete a uma presença ou a uma origem plena. Os valores são diferenciais, atribuídos ao se considerarem os múltiplos termos e as interconexões entre os elementos, ou seja, não estão fixos nos sistemas.

Isso implica que os significados também não se atam aos textos e que os valores não emanam do sistema, mas se atribuem no próprio jogo do rastro ou da diferença. Ao referir-se à palavra “desconstrução”, Derrida (1987b) afirma que essa, “como todas as demais palavras, só adquire seu valor a partir da inscrição numa cadeia de substituições possíveis, naquilo que se chama tão tranquilamente um ‘contexto’” (p. 392). O pressuposto da equivalência, ou a possibilidade de se obter um valor ou significado igual, como indica a etimologia da palavra, só teria lugar em um sistema em que houvesse um centro, um ponto fixo, no qual tivéssemos acesso à coisa em si ou ao verdadeiro valor dos elementos. Falar em equivalência é remeter ao fim do movimento, a significados atados ao significantes, que possam ser compreendidos, não

interpretados.⁵⁰ É pensar na leitura como um “processo nostálgico e retrospectivo” que recuperaria os conceitos e os valores inerentes ao texto, ou os que teriam estado presentes na consciência do escritor no momento da escritura (Culler, 1976/1979, p. 94).

Essa concepção relaciona-se à noção tradicional de uma escritura ligada à presença soberana do autor e de uma escritura cuja integridade de propósito e tema vem de um sistema fechado de referência em que os significantes apontariam para um “significado transcendental”, ou seriam a fonte de uma verdade autêntica e unitária, fora e além do jogo da linguagem. A noção de “significado transcendental” relaciona-se intimamente à questão da equivalência, pois pensar na possibilidade de atribuição de um mesmo valor, ou de obtenção de correspondência entre dois termos em duas diferentes línguas, é imaginar que os significados estejam fixos no texto, ou no sistema, fora do jogo que eles instauram. É, em outras palavras, pensar na univocidade, na possibilidade de uma leitura definitiva que encerra o jogo da intertextualidade e se constitui enquanto verdadeira e única. A noção de equivalência veiculada pelos autores analisados nesta tese relaciona-se, portanto, às concepções tradicionais de que a escritura seria a representação da intenção consciente de um autor e de que a leitura seria a recuperação das idéias e significados contidos no texto. Isso implica pensar em uma relação direta com o racional: a escritura como representação da fala e, portanto, de modo secundário, do pensamento consciente de um autor.

A tradução encarada como um processo de reprodução de sentidos equivalentes aos dados pelo texto original pressupõe, portanto, que seja possível, em um primeiro momento, a recuperação, pela leitura, de um valor dado pelo sistema, pelo texto, ou pelo escritor; e, em um segundo momento, em sua reprodução em outra língua, em outro sistema. A noção de equivalência nos estudos de tradução pressupõe a preservação de conteúdos ou de valores, apesar da mudança de contexto, de espaço

⁵⁰ Ver nota 35 do segundo capítulo, à página 114.

e de tempo. Pressupõe também que dois sistemas lingüísticos diferentes tenham neles instituídos elementos aos quais conferem os mesmos valores.

A desconstrução, entretanto, abala a concepção de uma origem plena, de um “significado transcendental” inscrito no texto, imune à diferença e ao adiamento, ou seja, à mudança espacial e temporal. Põe em xeque, assim, a validade ou a legitimidade do pensamento tradicional que considera a leitura como a preservação de significados, assim como o que julga que a tradução seja sua reprodução ou seu transporte para outra língua. Derrida (1987a) aponta o quanto esse “conceito corrente de tradução” se torna problemático, pois implica um “processo de restituição” em que a tarefa do tradutor passa a ser restituir “o que estava inicialmente *dado*”, e aquilo que estaria dado, de acordo com aquelas concepções, seria o sentido (p. 213). No entanto, ler não é buscar um ponto fixo, recuperar a intenção dada pelo autor ou desvelar o sentido oculto que estaria presente no texto. Ao ler, estamos criando um texto, estamos escrevendo nosso próprio texto, não restituindo o sentido dado pelo autor. A escritura rompe com seu contexto de produção e com qualquer contexto de recepção determinado. Mas, para “agir”, a escritura tem que ser repetível ou iterável. Derrida (1972/1991a) não associa a repetição à permanência de um mesmo, pois “*iter*, de novo, viria de *itara*, *outro* em sânscrito”, o que “liga a repetição à alteridade” (p. 356). Assim, na repetição não é o mesmo que se apresenta, pois a prática da iteração trabalha, altera e algo de novo sempre ocorre, implicando, “*ao mesmo tempo*, identidade e diferença” (Derrida, 1988/1991e, p. 77). “A iterabilidade de um elemento divide *a priori* sua própria identidade, sem contar que essa identidade só pode delimitar-se numa relação diferencial com outros elementos, e traz a marca dessa diferença” (p. 77). Isso torna impossível a igualdade absoluta mesmo na repetição, pois ela própria não é idêntica a si mesma. Com isso, reitera-se a impossibilidade de uma leitura protetora, isenta de qualquer interferência.

3.4. A questão do texto original

A tradição sempre considerou que teríamos pleno acesso à origem. Essa ilusão manifesta-se, na literatura sobre tradução, pelo próprio uso do termo “texto original” como sinônimo de “texto-fonte”. Os dois termos pressupõem a existência de uma fonte, ou origem, mais ou menos transparente que carregaria, em si, a plenitude de um sentido intencional. No entanto, se analisarmos a ligação entre os termos, como o faz Derrida (1972/1991c), concluiremos que nossa relação com os textos não pode ser de regresso à fonte, ou à origem, pois a fonte, “na pureza de sua água, está sempre disseminada longe de si própria e não tem relação consigo enquanto fonte” (p. 324). A fonte é “apenas um efeito produzido pela estrutura de um movimento[...] não é, portanto, a origem nem à partida nem à chegada” (p. 328). A fonte é heterogênea e não tem “sentido próprio que lhe permita regressar e igualar-se a si mesma” (p. 325). Visto por esse ângulo, o chamado texto-fonte não pode estar carregado de sentido, só pode ser movimento, heterogeneidade e, da mesma maneira que os signos, não é recuperável enquanto pura origem, mas efeito produzido no movimento dos signos. Se a cultura não é fonte das representações, mas seu efeito; se a representação não domina nem oculta o referente, ela cria e interpreta esse referente, sem oferecer um acesso imediato a ele (Cf. Hucheson, 1989, p. 34), o tradutor não lida com uma “fonte”, nem com uma “origem” fixa, mas constrói uma interpretação que, por sua vez, também vai ser movimento e desdobrar-se em outras interpretações.

O uso da noção de equivalência por Catford (1965/1980), Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b), Lefevere (1992a, 1992b) e Toury (1980), decorre, como vimos, do pressuposto de que o texto de partida é uma origem pura, uma fonte de sentidos a serem recuperados pelo tradutor, ou pelo pesquisador que analisa as traduções. Essas concepções se embasariam em uma “semiologia clássica”, que “parte do pressuposto de que existe, por trás de todo signo, um referente externo ao sistema lingüístico, assim como há uma origem primordial e definida por trás de toda derivação ou uma presença real e resgatável por trás de todo simulacro” (Arrojo, 1993b, p. 71-

2), ou seja, na concepção tradicional de signo como substituição de uma presença plena. A desconstrução da “fala plena e presente” (Derrida, 1967/1973, p. 171) e da concepção de que o signo escrito é uma representação secundária só poderia levar a uma certa desconfiança em relação ao conceito de texto original como fonte imediata. No entanto, não é isso que ocorre. Arrojo (1993b) descreve a relação entre as concepções clássicas de signo e a concepção tradicional de texto original ou texto-fonte, e expõe como essa desconfiança na escritura pôde ser encoberta: na relação entre a tradução e o “original”, este teria passado a ocupar o lugar que o referente ocupava na “semiologia clássica”, enquanto a tradução teria passado a ser aquilo que o representaria e substituiria. Nesse sentido, a tradução passou a ocupar uma posição “secundária e provisória em relação àquilo que supostamente substitui” (p. 73).

A análise de Arrojo (1993b) relaciona a concepção clássica de signo às noções de inferioridade, de traição, que normalmente se associam à tradução, e à concepção de que o tradutor deve ser invisível e reproduzir o original. As concepções de que a tradução é uma representação precária e derivada teriam partido de uma tradição que escamoteia

a noção de que todo “original”, com os signos que o constituem, é também mediação e simulacro e, portanto, também “provisório” e “secundário”. Toma-se o texto a ser traduzido – já secundário e provisório por sua condição de signo – pela presença, pela coisa-em-si, pelo “original”, por aquilo que supostamente poderia ser objetivamente reconhecido e determinado. (Arrojo, 1993b, p. 73)

Pensar no “texto original” como fonte transparente de significados pressupõe que se ignore que ele já seria “signo de signo”, ou seja, pressupõe considerá-lo como a representação direta e imediata do pensamento, ou do referente. Tudo o que o “fonocentrismo” pensa ser característica da fala é, por uma espécie de esquecimento, transposto para o “texto-fonte”; e a secundariedade e a precariedade que caracterizariam a escritura se atribuem à tradução. Desse modo, ao chamado texto-

fonte se atribuiria o *status* da fala como origem pura, enquanto a tradução se transformaria na sua representação.

A desconstrução do logocentrismo e a radicalização da noção de arbitrariedade do signo, promovidas por Derrida ao denunciar esse “mito da presença plena” na fala (Derrida, 1967/1973, p. 171), demonstram que, a partir do momento em que a linguagem é “signo de signo”, o suposto texto original não pode escapar ao movimento da diferença. Nesse sentido, o texto de partida é convencional e arbitrário; e a relação entre seus significantes e significados é sempre contingente e dependente de espaço e tempo. O texto de partida é sujeito ao processo de adiamento, de protensão. “Reconhece-se, a partir do questionamento de qualquer possibilidade de exterioridade à linguagem, que é precisamente a *différance* promovida pela leitura e pela tradução que torna possível a sobrevivência de qualquer texto” (Arrojo, 1993b, p. 77).

Se o texto depende da leitura para sua sobrevivência, “toda leitura está também em dívida com o texto lido” (Bennington, 1991, p. 157). Assim, todo “original” depende do tradutor para essa mesma sobrevivência e está em dívida, por antecipação, para com o tradutor. Olhar a tradução por esse prisma envolve desestabilizar a oposição, tão insistentemente demarcada por Catford (1965/1980) e por Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b), entre o contexto “produtor” e o “reprodutor” de um texto, pois, se toda leitura é produtora e não protetora, o mesmo pode ser estendido à tradução. Entretanto, é a oposição tradicional entre os dois pólos que fundamenta a concepção de que o texto traduzido deve reproduzir estratégias equivalentes às do original e este, enquanto objeto estável, seria o parâmetro para a avaliação de uma tradução. Tais concepções de unidirecionalidade se abalam com a própria idéia de débito que o “original” tem para com a tradução – a dívida da sobrevivência. Se o texto original passa a ser concebido como um texto também produzido, também construído no ato da leitura e cujo significado se encontra “na trama das convenções que determinam, inclusive, o perfil, os desejos, as circunstâncias e os limites do próprio leitor” (Arrojo, 1992c, p. 39), há um paralelismo entre original e tradução, pois ambos são produtos de leituras construídas, só que a tradução se

manifesta em uma outra língua. Ao se conceber a tradução como leitura, aceita-se que há uma série de coerções do contexto que promove a tradução agindo sobre o trabalho do tradutor, e admite-se que o tempo não passa apenas para uma tradução, mas também transforma o “original”, que não transcende as mudanças lingüísticas e sociais.

Por outro lado, isso envolve também a impossibilidade de reprodução de estratégias, ou de significados equivalentes aos do “texto original”. O texto traduzido é “outro” texto, que mantém outro tipo de relações entre os elementos, exatamente porque as coerções impostas pelas línguas levam a diferentes possibilidades de contextualizações, de remissões, de encadeamentos, de atribuição de valores entre os elementos. Essas concepções poderiam levar a se pensar que a tradução é totalmente impossível. No entanto, o que é impossível não é a tradução, mas a noção de tradução de que se parte para pensar nessa impossibilidade: uma concepção que espera que a tradução repita o “texto original”, que seja sua perfeita equivalência, que reproduza seus valores.

Conceber a tradução como uma atividade produtora de significado implica que a mesma seja encarada como um caso particular de leitura, ou de escritura, que promove a diferença, a transformação e uma complexa relação de débito:

O débito não envolve restituir uma cópia ou uma boa imagem, uma representação fiel ao original: este, o sobrevivente, está, ele próprio, em processo de transformação. O original se dá ao se modificar e esse dom não é um objeto dado, ele vive e sobrevive em mutação. (Derrida, 1987a, p. 217)

Na medida em que o original não é um objeto fixo, o que se dá, o que sobrevive não é simplesmente uma essência que receberá uma outra aparência, pois esse suposto original não tem uma identidade independente de uma leitura, fora da trama de intertextualidade em que se insere, ou em algum momento que exclua a relação espaço-temporal. O original vive, sobrevive, na e pela sua própria transformação produzida pela leitura. A tradução não transporta uma essência, não troca ou substitui significados dados, prontos em um texto, por significados equivalentes em outra

língua. A tradução é uma relação em que o “texto original” se dá por sua própria modificação, em sua transformação.

3.5. A lógica da complementaridade

A tradução, como o “texto original”, mantém uma relação necessária com o tempo, com o espaço, com as línguas. Na medida em que as diferenças entre as línguas, a diferença e o rastro não permitem que dois textos estejam em relação de equivalência de um pólo para outro, poderíamos pensar que estariam em relação de complementaridade. De acordo com Graham,

os complementos são relevantes na medida em que preenchem ou acrescentam algo ao contexto de uma asserção. Complementam o significado de uma referência que lhes é comum fornecendo diferentes descrições para a mesma designação; também complementam a referência de um significado que lhes é comum fornecendo diferentes designações para a mesma descrição. Nem todas as asserções são complementares, entretanto; algumas são contrárias, e algumas são até mesmo contraditórias, enquanto outras são tão independentes ou distantes a ponto de serem virtualmente irrelevantes. A tarefa de compreender e de, eventualmente, concluir é então uma questão de elaborar o complemento sob a forma de tradução ou interpretação. (Graham, 1985, p. 30)

A relação de complemento, à primeira vista, pode ser adequada para explicar a relação entre tradução e texto de partida: cada um, aparentemente, oferece descrições diferentes para uma mesma designação, designam diferentemente uma mesma descrição, complementando os significados, tornando completo o texto.

No entanto, “complementar” significa preencher uma falta para formar uma nova estrutura completa. Implica supor que um elemento, ausente e exterior a um primeiro elemento a ele se acrescenta para formar um todo. Na relação entre tradução e texto de partida, implicaria supor que o texto de partida só se torna completo pela

tradução, pois esta viria, junto com ele, produzir a estrutura perfeita, formando um todo sem falhas. O texto de partida e suas traduções formariam um novo texto, ou o verdadeiro texto, em uma operação de síntese, que carregaria em si todo o seu significado. Esse verdadeiro texto poria fim ao movimento, porque atingiria a completude do centro, ou o ideal pré-babélico da pura língua. Esse parece ser também o ideal de Walter Benjamin (1923/1992), para quem “uma tradução verdadeira é transparente, não cobre o original, não encobre sua luz, mas permite que a língua pura, como que reforçada por esse novo meio, brilhe mais completamente no original” (p. 79-80).

Derrida (1987a), em “*Des tours de Babel*”, analisa o ensaio de Benjamin, “*Die Aufgabe des Übersetzers*”, e discute essa questão. Nesse trabalho, Derrida enfatiza que a tradução não pode reproduzir nem representar um objeto pleno em si. Se um original pode vir a pedir “um complemento, é porque, na origem, ele não estava sem erro, pleno, total, idêntico a si” (p. 222). Para Derrida (1987a), o “original” “se dá modificando-se”, mas, como o que se dá não é pleno, a sobrevivência envolve transformação, que não ocorre apenas por parte da tradução. Para enfatizar essa transformação, Derrida retoma a comparação que Benjamin faz entre os fragmentos de uma ânfora, que não precisam se parecer, mas devem se combinar para serem reconhecidos como fragmentos da ânfora, e a relação entre tradução e original, em que a tradução teria que incorporar o modo de significação do original, fazendo com que original e tradução sejam reconhecíveis como fragmentos de uma língua maior. Em sua análise, Derrida (1987a) mescla a comparação ao casamento e à noção de uma língua verdadeira: “uma tradução esposa o original quando os dois fragmentos unidos, tão diferentes quanto possível, se completam para formar uma língua maior, no curso de uma sobrevivência que muda todos os dois” (p. 224). Sua concepção é, portanto, de que a tradução une, mas “une, acrescentando” (p. 222), modificando, transformando.

Entretanto, o domínio em que as línguas se reconciliariam e se completariam não pode ser tocado pela tradução, pois para Derrida, “a reconciliação é somente uma promessa”: não se pode alcançar a suposta unidade pré-babélica. Isso

significa que nunca atingiremos a equivalência, que se situaria nesse suposto reino ideal de harmonia entre as línguas. A tradução não pode oferecer os mesmos valores que o original, pois cada signo se relaciona com os outros signos de modos diferentes em cada língua e em cada texto de cada língua. Não pode, também, vir a se acrescentar a um original pleno e sem erro, completando-o, porque, como expus, o suposto texto original não escapa à diferença, ou seja, não é algo completo em si mesmo: está sujeito ao movimento de protensão e retenção. Assim, a tradução não vem completar o texto de partida, mas suplementá-lo. Como explica Derrida (1967/1973), o suplemento “não acrescenta senão para substituir. Intervém ou se insinua em-lugar-de; se ele colma, é como se cumula um vazio. Se ele representa e faz imagem, é pela falta anterior de uma presença” (p. 178). Para Derrida (1967/1973), o signo é suplemento, a escritura é suplemento, diferença. Nesse sentido, a tradução não é equivalência, mas suplemento: uma significação substitutiva que surge em uma cadeia de remissões diferenciais, como a escritura. A tradução substitui e “vai se produzir de alguma maneira como obra original” (Derrida, 1987a, p. 231).

Não é essa, todavia, a relação que tradicionalmente se supõe que a tradução mantenha com o original, nem o papel que lhe é atribuído. Essa questão será tratada no próximo item.

4. A desconstrução da oposição entre tradução literal e livre e sua relação com a equivalência

A maneira pela qual as propostas teóricas analisadas nesta tese tratam do processo de leitura leva a concluir que se atribui à tradução o papel de substituto de um original pleno, completo em si mesmo. Como vimos, a relação que as propostas de fundamentação lingüística supõem que a tradução mantenha com esse original é a de equivalência, seja ela formal, ou dinâmica. De acordo com essas concepções, a tradução deveria fazer reaparecer o original pela reprodução dos valores nele presentes. Mesmo autores como Lefevere (1992a, 1992b) e Toury (1980), que afirmam que a tradução não precisa, necessariamente, exibir essa relação postulada com a suposta origem e explicitam o poder transformativo da reescritura e da tradução, partem, em seus trabalhos, da pressuposição da possibilidade de algum tipo de transferência de significados e da plenitude do “texto original”.

Como a tradução exibe, ou explicita, sua diferença em relação ao texto de partida, abre-se uma lacuna nessas propostas teóricas. Na medida em que as mesmas têm como pressuposto inicial a noção da neutralização da diferença, a diferença que se mostra na prática exige algum tipo de explicação. Dessa exigência decorrem reflexões ligadas à questão da fidelidade, à criatividade, à servidão, ao respeito ao texto, aos limites da intervenção do tradutor, assim como o recurso a explicações lingüísticas, opostas às extralingüísticas. Essas reflexões aparecem, nas propostas, pautadas pelas mais diversas oposições, desde aquela instituída entre o “pólo produtor” e o “reprodutor”, entre o “original” e a tradução, até as vinculadas aos vários tipos de equivalência. Esses resultam da suposta preservação dos valores hipoteticamente presentes nos “textos originais”.

Essa noção da preservação de valores fundamenta-se na crença de que os textos possuem um significado estável. Por outro lado, nota-se que os autores cujos trabalhos se baseiam nessa crença não só pressupõem que a leitura seja protetora de significados, como também que o processo se realize em duas etapas. Como descreve

Rajagopalan (1992), na maior parte dos trabalhos sobre leitura supõe-se que ela se constitui, em primeiro lugar, da compreensão, ou apreensão do significado inerente ao texto e, em segundo lugar, da interpretação, quando os significados apreendidos seriam ampliados e receberiam “novos matizes de significação” (p. 64).

O pressuposto de que parte essa concepção é de que “é possível determinar um nível de linguagem correlato ao mundo objetivo a partir do qual se podem construir contextos situações, emoções, vieses e, finalmente, nos limites máximos e perigosos, a literatura” (Fish, 1980, p. 97). De acordo com Fish (1980), esse pressuposto implica também concepções acerca da “natureza da realidade, da estrutura da mente, da dinâmica da percepção, da autonomia do sujeito, [...] da estabilidade do literário (e, portanto, do não literário), da independência entre o fato e o valor, e da independência entre o significado e a interpretação” (p. 97). A concepção de suposta independência entre significado, ou compreensão, e interpretação, gera, na literatura sobre tradução, a oposição entre o “literal” e o “criativo”, em suas várias versões. Esta, por sua vez, se fundamenta no pressuposto de que há uma distinção rígida entre sujeito e objeto, “em que o primeiro pretende não apenas descrever e controlar o segundo, mas também não misturar-se com ele” (Arrojo, 1992d, p. 108).

Assim, a chamada “literalidade” ou equivalência formal dependeria da existência de um nível de linguagem estritamente objetivo e neutro, que não envolveria a intervenção de um sujeito, mas apenas a passagem de um sistema de língua a outro, de uma sintaxe que seria o suporte de um conteúdo neutro e objetivo a outra. Essa suposição, por um lado, implica “a negação da história e da psicologia do sujeito” (Arrojo, 1992d, p. 108) e “a crença de que há objetos independentes dos sujeitos e da história, ou, ainda, a crença numa verdade exterior ao desejo e ao olhar do homem” (Arrojo, 1992b, p. 74). Por outro lado, envolve uma espécie de empobrecimento da norma, ou, como expõe Fish (1980), sua “trivialização”, pois dela se excluiriam todos os “contornos de propósito, valor, intenção, obrigação, e tudo o mais que se pode caracterizar como humano” (p.101). Em outras palavras, o empobrecimento, ou a trivialização, ocorre a partir do momento em que se define uma linguagem neutra, ou

comum, apenas por sua capacidade de transmitir mensagens, ou conteúdos objetivos. Entretanto, como observa Fish (1980), se os valores humanos forem retirados da norma, estarão depositados em algum lugar fora do centro normativo, o que faz com que percam o valor, pois passam a ser periféricos. Pensar que há um nível de linguagem que só tenha relação com “a produção de orações bem formadas, gramaticalmente corretas”, como faz Lefevere (1992a, p. 17), ou pensar que a traduzibilidade só se relaciona com a função comunicativa de um texto, como faz Catford (1980, p. 104), é, por um lado, proceder a essa redução e, por outro, supor que há um nível lingüístico neutro e objetivo em oposição a outro, subjetivo.

As oposições entre literal e criativo, entre sujeito e objeto, entre linguagem comum e literária, entre equivalência formal e dinâmica emergem nos trabalhos analisados nesta tese sob diferentes formas e delas se originam outras oposições, como observei, igualmente problemáticas.

Nos trabalhos analisados no primeiro e no segundo capítulos desta tese subjaz a idéia de que os julgamentos de valor, os efeitos e as intenções dependeriam de um primeiro nível de relação com o texto, que seria neutro e livre de qualquer perspectiva ou contexto. Observa-se neles a crença na possibilidade de uma separação entre um conteúdo informativo e um efeito pretendido, assim como a concepção de que o sistema lingüístico se desvincularia de valores, de intenções, dos sujeitos e da história. O fundamento da noção de “correspondência formal” (Catford, 1980), de “equivalência literal” (Nida, 1964a), de tradução “equivalente” ou “fiel” (Lefevere, 1992a), ou de “invariante de tradução” (Toury, 1980) é a idéia de que os padrões formais possuem um significado intrínseco, independente dos valores humanos. Uma tradução “literal” seria, portanto, uma tradução que reproduziria, em outro sistema lingüístico, os padrões formais da primeira língua, uma tradução que supostamente reverbalizaria o texto original em uma segunda língua, de modo que o leitor pudesse fazer uma leitura como o faria o leitor original – uma tradução que se identificasse com a origem, ou “estrangeirizadora” (cf. Venuti, 1994).

Nesse sentido, o “literal” seria o que é compreendido objetivamente e o “criativo” seria o interpretado, ou seja, o sentido que se compreende acrescido de “matizes de significação”. O primeiro nível pressupõe a isenção do sujeito que analisa e a imanência da língua; implica a noção de que um enunciado pode ter um sentido primordial, independente de sua leitura, mas que pode ser modificado se certas circunstâncias contribuírem para que isso ocorra. Tais concepções pressupõem um sujeito estritamente racional, cuja relação com a realidade não seja mediada pelas circunstâncias que o constituem, ou seja, os autores que supõem a oposição entre esses dois níveis partem da hipótese de que há uma compreensão neutra, acima e além de qualquer perspectiva humana. Baseiam-se na hipótese de que um tradutor, ou um pesquisador, pode manter, com o texto que traduz, ou que analisa, um nível de relação puramente objetiva, em que não haveria a interferência nem a influência do sujeito.

As noções de literalidade e de criatividade acima comentadas relacionam-se, portanto, à idéia de tradução como equivalência e pressupõem uma total separação entre as duas orientações: uma envolveria a passagem neutra e transparente de valores lingüísticos, enquanto a outra implicaria a substituição de valores culturais. Falar em tradução literal, em equivalência formal, em tradução criativa, em equivalência dinâmica, remete à possibilidade de uma tradução, ou de uma leitura, que repete a sintaxe ou a semântica do texto de partida. A oposição entre o literal e o criativo pressupõe, exatamente como a tese da equivalência, a estabilidade de valores. Porém, ao se procurar uma palavra em um dicionário, esta nos remeterá a uma definição, que conduz a uma palavra, que se associa a uma nova, que, por sua vez, leva a uma outra, em um jogo que não pode cessar em um ponto fixo, pois cada elemento só se constitui tendo como base o rastro que o liga a outros elementos. Repetindo Derrida (1972), “há apenas, por toda parte, diferenças e rastros de rastros” (p. 38). As palavras não têm valores intrínsecos. A elas atribuímos valores, na medida em que as inserimos em uma cadeia de substituições e remissões. Como vimos, isso significa pôr em xeque a própria noção de literalidade, relacionada à de compreensão, à de “correspondência formal” e à de “equivalência formal”, assim como as oposições feitas a esses termos. Significa

também questionar a polarização entre uma tradução que se identifique com a origem e uma que se adapte aos moldes da cultura que produz a tradução, ou seja, o tipo de tradução que Toury chama de próxima ao “pólo da adequação”, por ele oposta à tradução que se conforma ao “pólo da aceitação”. Significa ver a tradução como uma atividade que se expõe como produto humano, como produto de uma interpretação, de uma perspectiva, que evidencia a diferença entre as línguas, exhibe sua não neutralidade. As polarizações propostas ocultam que a tradução é um processo de escolha, uma atividade interpretativa, em que o lingüístico se associa ao contextual em seu sentido mais amplo, incluindo o histórico e o social. Essas polarizações encobrem encobrem que toda tradução depende da “criatividade” do tradutor, ou seja, de sua capacidade de produzir significados aceitáveis para uma comunidade leitora. É impossível repetir significados porque não se retorna ao idêntico: novas situações, novos comentários, novas relações intertextuais e interculturais sempre se instauram em uma leitura. A “literalidade”, a “servidão”, o “correspondente formal” não são repetições neutras de textos em outras línguas – passam pelo viés e pela interpretação do tradutor. Como diz Arrojo, é impossível encontrarmos

um nível de apreensão “neutra” de significados, que possa ocorrer fora de um contexto e independentemente da interferência de um sujeito. O projeto logocêntrico está fadado à frustração e ao insucesso pois ignora a temporalidade, a finitude e a mortalidade de todos os empreendimentos humanos e trata categorias inevitavelmente marcadas pelo tempo e produzidas por sujeitos sempre situados em algum contexto sociocultural como instâncias “divinas”, acima de qualquer perspectiva ou interesse subjetivo. Assim, a compreensão, num plano humano e “não-divino”, será, sempre, também “interpretação”, uma produção – e não um resgate – de significados que impomos aos objetos, à realidade e aos textos. (Arrojo, 1992a p. 70).

Desse modo, o que se supõe ser a “essência” ou a “verdade” de um texto é uma interpretação dele, feita por um sujeito situado em um tempo e lugar. O suposto sentido verdadeiro nada mais é que o histórico, o oficial, o sedimentado em um certa

época, por uma certa comunidade. Em análise a respeito da impossibilidade de separação entre o sentido e o contexto, Orlandi afirma que

a sedimentação de processos de significação, em termos de sua dominância, se dá historicamente: o sentido que se sedimenta é aquele que, dadas certas condições, ganha estatuto dominante. A *institucionalização* de um sentido dominante sedimentado lhe atribui o prestígio de legitimidade e este se fixa, então como centro: o sentido oficial (literal). (Orlandi, 1987, p. 162)

O sentido dominante, ou literal, não é, portanto, algo imanente, mas algo gerado pela história. Por um outro ângulo, percebe-se, portanto, que “aquilo que consideramos *verdadeiro* será irremediavelmente determinado por todos os fatores que constituem nossa *história* pessoal, social e coletiva” (Arrojo, 1986, p. 38). Isso significa que o que se considera “fiel” também é determinado pelas circunstâncias de quem avalia – por “seu tempo, sua ideologia, sua formação, sua psicologia” (Arrojo, 1993b, p. 18). Estendendo essas considerações aos trabalhos comentados nesta tese, pode-se concluir que é um determinado conceito de fidelidade que está em jogo quando os autores prestigiam a “literalidade” ou sua suposta oposição.

A tradução “literal” ou a tradução “criativa”, ou a “orientação” dada a uma tradução não é dependente de uma suposta essência, de uma “letra” ou de um “espírito” inerentes ao texto que se deseja preservar. A maneira pela qual um tradutor decide fazer uma tradução relaciona-se diretamente à maneira pela qual ele aborda esse texto, às suas concepções teóricas acerca de tradução e refletem uma leitura, um significado e um valor atribuídos aos originais (Arrojo, 1993b, p. 21-5). Na medida em que a relação entre o texto “original” e o texto traduzido é promovida pelo tradutor, em certo quadro teórico e ideológico, ela não é pura, nem neutra. Ao contrário, desencadeia-se uma relação em que há conflitos, em que se estabelece um embate pelo poder da significação. Nessa luta, o tradutor é contaminado pelo texto e este, pelo tradutor. Este, por um lado, dá ao texto a oportunidade de sobrevivência, mas, por outro lado, “contamina” esse sobrevivente com sua leitura.

A tradução, assim como a leitura, não faz regressar, por uma via ou por outra, a uma fonte transparente ou cristalina, pois inevitavelmente transforma um “original”. É um suplemento que se produz em uma cadeia de remissões diferenciais, não retornando a uma origem pura, mas se produzindo como um “original” para novas cadeias de significações. A tradução não é a vida nem a morte de um texto, mas a continuação de sua existência (cf. Derrida, 1987a).

Há interrelação entre a crença na possibilidade da equivalência e da literalidade e a crença essencialista na possibilidade de sistematização e controle do processo de tradução. Entretanto, se não se parte do pressuposto de que os textos têm significados neles inscritos, para os quais o tradutor deve encontrar substitutos de igual valor, subverte-se a concepção de tradução como igualdade de valores, de leitura como atividade protetora, do tradutor como responsável pelo transporte de significados. Ao abordar a tradução como transformação, que faz aparecer um novo original, a reflexão pós-moderna e, em particular, a desconstrução promove um deslocamento em relação àquilo que o pensamento tradicional sempre considerou como central – a equivalência. A desconstrução da noção de equivalência, o conceito de tradução como lugar da diferença, o reconhecimento de que as polarizações são apenas meios de reprimir a heterogeneidade constituem-se como meios de liberar a reflexão sobre tradução da exigência de fornecer respostas definitivas, estimulando a reflexão sobre o impacto que a tradução produz nas culturas e na própria construção do conhecimento de um povo.

CONCLUSÃO

Neste trabalho analisei obras de autores que reuni em duas grandes vertentes: uma que busca sistematizar a equivalência e que tem como fundamentação a lingüística; outra que tenta relativizar o conceito ou limitar seu alcance e que apóia suas teses na descrição de traduções literárias. Explorei as diferenças entre essas duas tendências, mas também apontei as similaridades entre elas. Os trabalhos expostos mostraram-se diferentes quanto aos objetivos, às metodologias, ao próprio objeto de pesquisa e ao que esperam de uma tradução, mas a noção de equivalência subjaz a todas as propostas enquanto construto hipotético, como uma possibilidade de reconstrução das características sintáticas ou semânticas fundamentais do texto original. Mesmo Lefevere (1992a, 1992b) e Toury (1980), que dizem evitar a trama do “pensamento tradicional sobre a tradução” e que criticam as abordagens lingüísticas por seus pressupostos prescritivos, salientando que a realização do construto hipotético não é a única e, talvez, nem a melhor maneira de se fazer uma tradução, em momento algum questionam a própria condição de possibilidade da equivalência. Ao contrário, ambos, em suas análises, partem de uma concepção abstrata de “equivalência”, ou de reconstrução do texto de partida, que Lefevere (1992b, p. 98) chama de “combinação ideal” e Toury (1980, p. 28), de “traduzibilidade máxima”. Os autores cujos trabalhos sobre tradução foram analisados nesta tese partem, assim, do pressuposto de ser possível que uma tradução apresente, em uma outra língua, os valores que o texto de partida supostamente teria.

O principal ponto em comum entre as obras analisadas é justamente a crença na possibilidade de que o texto de partida e a tradução compartilhem os mesmos valores. Assim, apesar dos objetivos dos trabalhos analisados serem diferentes, essas diferenças em relação às diretrizes que orientam as pesquisas não geram diferentes conceitos de equivalência, como eu havia pressuposto. Ao contrário, como expus acima, a equivalência, nunca definida pelos autores, aparece nos textos como um

construto, mantido em todas as propostas de maneira similar, como uma espécie de símbolo de uma traduzibilidade pura ou da possibilidade da reconciliação entre as línguas, de seu acordo, de sua harmonia. A perfeita equivalência entre línguas, entretanto, dependeria da realização da “promessa” dessa reconciliação, pois envolveria a existência de uma substância universal anterior a qualquer língua, articulada de modos diferentes em cada uma delas, mas que permitiria a transferência de significados e valores estáveis de uma língua para outra sem causar nenhum dano fundamental. Isso significa que a noção de equivalência está intimamente relacionada às concepções de linguagem dos autores que supõem sua possibilidade.

A suposição da possibilidade de equivalência relaciona-se, em uma primeira instância, à concepção de língua como um sistema de regras objetivas em que os limites entre os signos e os valores de cada um deles já estejam determinados. A universalidade do pensamento, do qual a língua seria representação, viria a ancorar a possibilidade da igualdade de valores entre diferentes línguas e culturas. Subjaz às propostas aqui examinadas a concepção de que o sistema lingüístico tem componentes cujos contornos são claramente demarcados e cuja essência é determinável, em lugar de um sistema de tecido diferencial. Pressupor que as palavras contenham propriedades intrínsecas implica, por um lado, a possibilidade de defini-las por características positivas que as delimitariam em relação às demais palavras do sistema e, por outro, a presença de conceitos na consciência de um falante no momento em que constrói seu enunciado, assim como a possibilidade de sua integral recuperação pelo ouvinte. Essas concepções trazem como consequência a suposição de que a escritura é uma representação mediada do pensamento que também materializaria os significados presentes na mente do escritor, o que acarreta pensar na leitura como “um processo nostálgico e retrospectivo, uma tentativa de recuperar os conceitos que estavam presentes na consciência do [...] escritor no momento da escritura” (Culler, 1976/1979, p. 94). Esses pressupostos fundamentam a noção de equivalência tradutória, pois, na medida em que se considera que os valores estão fixos em um texto, é possível substituí-lo por algo de igual valor

que faria parte de um sistema diferente. Isso significa que, como previ, a concepção de equivalência se relaciona diretamente a uma certa concepção de texto e de leitura.

Ainda que partilhem as concepções de texto e de leitura e suponham a possibilidade de equivalência, os trabalhos de cada uma das duas vertentes de pesquisa analisadas apresentam diferenças relacionadas às concepções de tradução, às orientações dadas às pesquisas e à maneira pela qual se entende a relação entre o texto de partida e o texto traduzido. As propostas de Catford (1965/1980) e de Nida (1964a, 1969/1982b) pressupõem relações unidirecionais de equivalência entre o texto de partida e a tradução, em que se espera que o significado do primeiro esteja presente no texto traduzido, assim como as intenções do emissor original estejam aí preservadas, mantendo-se o máximo das relações formais. Lefevere (1992a, 1992b) e Toury (1980) entendem que diferentes relações se estabelecem entre o texto de partida e o texto traduzido. Na medida em que não esperam que a tradução siga alguma regra fixa, orientam suas pesquisas para a observação das diferenças entre os textos, não esperando que haja uma relação predeterminada entre o texto de partida e o texto traduzido, nem que este realize o construto da "traduzibilidade máxima". Pelo contrário, um dos objetos de pesquisa passa a ser a maneira pela qual as diferentes épocas e culturas leram e traduziram os textos. Nesse sentido, a pesquisa é aberta para a análise de relações e de textos que os estudos de fundamentação lingüística dificilmente aceitariam como objeto legítimo. Isso inclui, por um lado, as relações entre a tradução e a edição, a crítica, a historiografia, assim como a influência exercida pela patronagem, pelos estudos acadêmicos e pela própria crítica sobre a produção de traduções. Por outro lado, amplia-se o objeto de pesquisa, pois o material geralmente rotulado de adaptações e pseudotraduções passa a ser considerado passível de análise nos mesmos moldes que a tradução. Nesse sentido, a reescritura e a escritura aproximam-se, enquanto processos intimamente relacionados e sujeitos aos mesmos tipos de coerções.

Isso significa que Lefevere (1992a, 1992b) e Toury (1980) pressupõem que entre texto de partida e tradução se estabelecem relações diferentes das que Nida

(1964a, 1969/1982b) e Catford (1965/1980) concebem. Disso decorre a atribuição de uma valoração diferente à relação de equivalência, ou seja, Lefevere (1992a, 1992b) e Toury (1980) não esperam sua realização. Apesar disso, o construto permanece em todos os trabalhos analisados, anunciando a possibilidade de a tradução vir a recuperar os valores supostamente fixos nos textos. Todos os trabalhos analisados nesta tese recorrem ao conceito de equivalência para explicar algum tipo de relação que se estabelece entre o texto de partida e o texto traduzido. Cada um deles avalia a suposta relação de equivalência de maneira diferente, mas todos recorrem a ela em alguma circunstância.

Os trabalhos discutidos no terceiro capítulo, entretanto, desafiam a noção de que possa haver igualdade de valores em uma relação entre duas línguas, entre dois textos. A tese da indeterminação de Quine (1959/1966) mina as bases do conceito de equivalência por sua crítica à idéia de que proposições intertraduzíveis sejam diferentes envoltórios verbais para algum significado intercultural. Uma vez que a observação do mundo é social e vinculada a esquemas conceituais arbitrários e convencionais, os termos de diferentes línguas não podem ser comparados de forma absoluta, nem a eles se pode atribuir um mesmo valor. A reflexão pós-moderna, ao abalar a noção de que o sujeito é autônomo, independente de seu tempo e lugar, e ao salientar que é ilusória a crença de que poderíamos atingir a suposta essência dos objetos e exercer sobre eles total controle, desafia a noção de que valores, idéias, intenções possam estar inscritos nos textos, o que tem como consequência a impossibilidade de sua recuperação. Os trabalhos de Fish (1980, 1994) e de Derrida (1972, 1967/1973) expostos no terceiro capítulo evidenciam essa impossibilidade de recuperação de valores puros. Se, de acordo com Fish (1980), os objetos se constroem no ato da interpretação, os textos, a leitura e a tradução se instituem de acordo com as circunstâncias, os valores se constituem como uma função produzida pelo sujeito em consonância com as convenções de sua comunidade interpretativa e não podem ser determinadas categoricamente. A radicalização dos *insights* do estruturalismo pelo pós-estruturalismo conduz a conclusões semelhantes. Derrida (1967/1973), ao levar às

últimas conseqüências a tese da arbitrariedade do signo e da relação diferencial entre os componentes dos sistemas lingüísticos, desconstrói a noção de um significado transcendental, fora do jogo da linguagem que os signos instauram. Se os significados são atribuídos em uma rede de diferenças e adiamentos, se a relação entre significante e significado é sempre contingente e dependente do espaço e do tempo, não há como reproduzir incondicionalmente significados em outros sistemas nem como pensar em estratégias equivalentes, pois cada sistema instaura diferentes movimentos entre os signos.

A reflexão pós-moderna permite, assim, ver a relação entre o texto de partida e a tradução como uma relação complexa, não como uma oposição hierárquica, desafiando tanto a noção de que interpretar pode ser um ato protetor de significados quanto a idéia de que a tradução seja uma operação de transporte ou transferência de significados e valores. Na medida em que tanto o texto de partida quanto a tradução se constituem de signos convencionais e arbitrários, ambos são produtos de leituras construídas contextual e socialmente e não podem ser opostos, nem equivalentes, estando em relação de complementaridade. O pensamento pós-moderno aproxima a tradução dos processos de produção de significados que ocorrem em uma mesma língua e evidencia que a tradução é um caso particular de leitura. O tradutor, como o leitor, é um sujeito social responsável pela produção de significados. Suas decisões relacionam-se diretamente às circunstâncias em que ocorre a leitura e às convenções das estruturas institucionais em que se inserem os textos. Assim, a reflexão pós-moderna livra o tradutor da imagem de responsável pelo transporte de carga semântica ou pela descoberta de correspondentes de igual valor em duas línguas e situa o tradutor no papel de um agente transformador responsável pela reescritura de um texto.

Conferir essa responsabilidade ao tradutor não tem como conseqüência sua total liberdade para atribuir qualquer interpretação aos textos, nem para assumir a autoria do texto, nem leva a colocar a tradução na posição do original. Em primeiro lugar, a reflexão pós-moderna não pode levar à total liberdade exatamente por conceber que os significados são convencionais e arbitrários. Assim, o tradutor vai

atribuí-los de acordo com a rede de convenções vigente em sua época, em sua comunidade. O autor do original faz parte desse rede, não como a fonte de significação da obra, mas como uma das variáveis que regulam a produção de significados, ou seja, é um “princípio funcional” por meio do qual se impede “a livre circulação, a livre manipulação, a livre composição, decomposição e recomposição” dos textos (Foucault, 1980, p. 159). Como explica Foucault (1970/1982), o autor funciona, em nossa sociedade ocidental, como “um princípio de agrupamento do discurso” (p. 11). Trata-se de uma construção ideológica, cujo nome usamos para caracterizar um discurso, “uma projeção [...] das operações a que sujeitamos o texto, das conexões que estabelecemos, das continuidades que reconhecemos ou das exclusões que praticamos” (Foucault, 1980, p. 150). A partir do momento em que a reflexão pós-estruturalista evidencia que os significados são constituídos convencional e institucionalmente, o autor deixa de ocupar o papel de centro originário de significados para ser analisado como uma das variáveis do processo de produção de sentidos. Isso implica que cabe ao tradutor até mesmo determinar qual é o lugar reservado ao nome do autor em sua produção. À visão tradicional de que o original é hierarquicamente superior e que o tradutor tem que recuperar o universo do autor sobrepõe-se a noção de que tanto o texto de partida quanto a tradução são produtos de uma interpretação, ou seja, ambos são “derivativos”. Não há oposição nem simples complementaridade, há uma relação de mútua dependência. Assim, se a tradução torna possível a sobrevivência do original, este depende dela, não tanto para validar sua importância, mas para criá-la.

A crítica pós-moderna à oposição tradicional entre original e tradução não implica supô-los iguais; envolve apontar que ambos são heterogêneos e plurais, que ambos são tecidos de diferenças. No item 3.2. do terceiro capítulo citei Culler (1976/1979) para explicar essa relação diferencial em que ocorre a significação: “o ato de enunciar é apenas uma maneira [...] de usar uma rede de diferenças (as do significante) para produzir uma forma que pode ser interpretada nos termos de outra rede de diferenças (as do significado)” (Culler, 1976/1979, p. 96). O autor fala de processos que ocorrem em um sistema lingüístico e sua explicação pode aplicar-se à

primeira etapa do processo tradutório: a interpretação do texto de partida. A tradução, entretanto, “pratica a diferença entre significado e significante” (Derrida, 1972, p. 31) e a similaridade dos processos que ocorrem em uma língua e os que ocorrem entre duas línguas fica evidente, se forem feitas três substituições na explicação de Culler: o ato de *traduzir* é uma maneira de usar uma rede de diferenças (*a da língua estrangeira*) para produzir uma forma que pode ser interpretada nos termos de outra rede de diferenças (*a da língua da tradução*).

Conceber as relações entre as línguas e os textos dessa maneira implica refletir também sobre uma outra separação nitidamente demarcada nos trabalhos analisados nesta tese: a oposição entre o objeto-texto e seu tradutor, nos trabalhos de Nida (1964a, 1975/1982a) e Catford (1965/1980); e o pesquisador, nos de Toury (1980) e Lefevere (1992a, 1992b). Esses autores supõem uma relação em que o tradutor ou o pesquisador possam controlar os textos sem que suas convicções, suas crenças, sem que tudo o que os constituem como humanos possa contaminar seu objeto de trabalho. No entanto, nem o tradutor, nem o teórico estão acima da história, das convenções, e não podem escapar “[d]o mutável mundo da prática, [d]a crença, [d]as pressuposições, [d]o ponto de vista” (Fish, 1985, p. 111). Tanto o trabalho do tradutor quanto o do pesquisador denunciam uma perspectiva, um tempo, um espaço, um conjunto de obras lidas e realizadas. A teoria não pode estar acima da história, da convenção, pois “seria impossível vislumbrar um sujeito que pudesse teorizar fora de um contexto histórico-social-cultural e que também pudesse, no momento exato de sua atividade teórica, desfazer-se de suas convicções, de suas crenças, de suas emoções, de seus desejos e de seu inconsciente” (Arrojo, 1992d, p. 108). Da mesma maneira, a tradução se produz de acordo com as normas e convenções aceitas por uma determinada comunidade em uma certa época. Nem a prática se realiza sem uma teoria que a governe internamente, nem a teoria pode ser completamente neutra e objetiva. O teórico não pode apenas descrever fatos, experiências, de modo isento, distanciando-se do que é descrito sem que esse objeto o afete. Da mesma maneira, o tradutor não pode simplesmente transferir valores de forma isenta.

Mesmo que fosse possível a total neutralidade do tradutor, a multiplicidade de línguas e culturas impediria a transferência de valores. O mito de Babel que Derrida (1982 e 1987a) narra como uma introdução aos problemas da tradução ilustra a impossibilidade da transparência. A tribo dos Shem, palavra que quer dizer “nome”, decide erguer uma torre para chegar aos céus e impor sua língua a todos os povos. Seria uma língua que “o mais forte imporia ao universo e que, dessa maneira, se tornaria língua universal” (Derrida, 1982, p. 135). Deus, “esse Deus que é capaz de ressentimento, de ciúmes e de cólera” (p. 135), interrompe a construção e impõe seu nome – Babel, palavra que, entre outras coisas, significa confusão. Ao impor seu nome institui também a diversidade de línguas: “destina [os Shem] à tradução, assujeita-os à lei de uma tradução necessária e impossível” (Derrida, 1987a, p. 210). Com esse relato, Derrida mostra como Deus, ao mesmo tempo em que dá o presente da heterogeneidade, oferece o veneno da impossibilidade de redução ao mesmo; torna necessária a tradução e marca a impossibilidade da transparência. Em lugar da compreensão universal almejada pelos semitas, institui-se a multiplicidade de línguas, a impossibilidade da redução ao mesmo. Esse é o reino da diferença, não o da equivalência, pois cada signo se relaciona com os outros signos de modo diferente em cada língua e em cada texto de cada língua.

A história de Babel tem outras implicações. Como explica Derrida (1987a), ao tentarem construir um nome, impor uma língua universal e uma genealogia única, os Shem quiseram trazer o mundo à razão, e “essa razão pode significar, simultaneamente, uma violência colonial (pois assim eles universalizariam seu idioma) e uma transparência pacífica da comunidade humana” (p. 210). Na análise de Derrida, ao destruir a torre e impor seu nome, Deus rompe a transparência racional e interrompe também a violência colonial ou o imperialismo lingüístico, pois os Shem não podem mais impor sua língua, nem o seu sentido como o único. Em um único lance, libera a razão universal, porque a razão não estaria mais sujeita a uma nação em particular, e limita a universalidade, tornando impossível a univocidade e a transparência. Barra,

portanto, a equivalência perfeita, que só seria possível no estado imaginado pelos Shem.

Para Niranjana (1992), entretanto, a interrupção de Deus “iniciou a violência cultural” (p. 144). Os Shem não podem mais impor sua língua, mas no mundo pós-babélico os sentidos são determinados pelo mais poderoso, os valores são atribuídos pelo dominador. A noção tradicional de equivalência pressupõe que os intercâmbios lingüísticos possam se realizar com perfeito equilíbrio, em uma relação idealizada entre povos e culturas, em que duas línguas estejam em posição simétrica. A tradução, no entanto, desmascara essa noção de equilíbrio, pois as escolhas do tradutor sempre apontam para a construção de imagens, tanto da cultura estrangeira quanto da que produz a tradução. A tradução é “mediação da escritura estrangeira, é o lugar de múltiplas determinações e efeitos – lingüísticos, culturais, institucionais, políticos” (Venuti, 1992, p. 1). A tradução pratica a diferença entre valores, crenças e representações sociais e funciona como agente de domínio. Conceber a tradução como equivalência é um meio de mascarar essa face perturbadora do processo. Entretanto, mesmo os teóricos que têm como objetivo sistematizar a equivalência não conseguem ocultar a relação de forças que a tradução desencadeia. O trabalho de Nida (1964a, 1969/1982b) é exemplo desse ângulo da tradução. Como argumentei no primeiro capítulo desta tese, a tradução pelo “método da equivalência dinâmica”, que o autor propõe como um meio de recuperação das intenções do autor, revela-se apenas um meio de reprimir as relações assimétricas de poder, de mascarar a natureza política da tradução, na medida em que os supostos equivalentes representam os valores dominantes de um segmento da sociedade anglo-americana. A pretensa univocidade, a imposição de um sentido como o único verdadeiro, revela-se como uma violência cultural, como uma repressão do outro.

Como não existe intercâmbio com perfeito equilíbrio entre duas línguas, nem mesmo internamente a uma língua, a tradução exige uma reflexão sobre a questão da diferença, da semelhança, da alteridade, do poder. Uma reflexão sobre esses pontos evidencia que pressupor a equivalência é apenas um movimento no sentido de mascarar

as relações assimétricas que estão em jogo na tradução. Se analisada por esse ângulo, a literatura sobre tradução evidencia que a tradução tem o poder de trivializar, de excluir as características culturais do outro e adequá-las aos termos da cultura ou da comunidade que produz a tradução. Nesse sentido, a tradução relaciona-se intimamente ao imperialismo decorrente do contato entre culturas, em que a mais forte exerce o domínio sobre a mais fraca. Também, nesse sentido, não há equivalência: os valores expressos pela tradução não são neutros, sempre há algum tipo de interferência por parte do tradutor, já que suas escolhas não são isentas, revelam sempre uma avaliação de sua própria língua e cultura, da língua e da cultura estrangeira, assim como do texto e do autor que traduz.

Lori Chamberlain (1992) comenta o uso da tradução como uma forma de conquista entre os romanos, entre os românticos alemães e relaciona a política do colonialismo à política do gênero, ambas maneiras de reprimir o outro, o colonizado e a mulher. A noção de uma tradução que se apropria do outro sobrepõe-se à de uma tradução “inocente”, que teria como único fim recuperar integralmente as intenções do autor. A concepção tradicional de fidelidade ao texto ou às intenções do autor apenas é usada para mascarar as relações que ocorrem entre o tradutor, o texto de partida e seu autor:

Se, no processo de tradução, o tradutor, ou tradutora, tem que necessariamente tomar o lugar do autor e se apossar de seu texto para que esse possa sobreviver em outra língua, não há como eliminar esse momento de usurpação e conquista, que a reflexão desconstrutivista flagra e desmascara. (Arrojo, 1993b, p. 82)

O discurso da recuperação das intenções do autor revela-se como um recurso para encobrir a posse, para não revelar que o tradutor também atribui um valor ao autor do texto de partida. Nesse sentido, é exemplar a maneira pela qual Nida (1964a, 1969/1982b) usa esse discurso para impor uma interpretação da Bíblia. Como expliquei no item 3.1. do primeiro capítulo desta tese, suas análises das estruturas superficiais em “*of*”, em lugar de revelarem as verdadeiras intenções do autor, são meios usados para

desautorizar o que chama de interpretação tradicional da Bíblia. Chamberlain (1992) fornece outro exemplo significativo, o discurso do tradutor Thomas Drant que, no século XVI, afirma ter “alterado”, “abrandado”, “prolongado”, “mudado” as palavras de Horácio, mas, apesar de explicitar essa apropriação, declara ter mantido as intenções do autor (Chamberlain, 1992, p. 62). O suposto transporte de valores estáveis, de intenções autorais inscritas nos textos, denuncia interpretações, pois nada mais são do que uma estratégia para mascarar a dominação e a apropriação que fazem parte do processo de tradução.

Esse ponto é reiterado por Venuti (1992), para quem “uma estratégia de fluência tem como objetivo apagar a intervenção crucial do tradutor” e, ao mesmo tempo, apagar as diferenças culturais e lingüísticas do texto estrangeiro. O resultado consistiria em uma

reescritura no discurso transparente dominante na cultura da língua-alvo e, inevitavelmente, codificada com outros valores, crenças e representações sociais da língua-alvo [...]. Nessa tradução, uma estratégia de fluência desempenha o papel de aculturação que domestica o texto estrangeiro, tornando-o inteligível e até mesmo familiar ao leitor da língua-alvo. (Venuti, 1992, p. 5)

A “estratégia da fluência”, para o autor, produz um “efeito de transparência”, provoca a ilusão de que o leitor lê um “original”. Como explica Venuti (1986 e 1992), trata-se de uma estratégia política de dominação do outro e, como torna o texto facilmente legível, desencadeia a prática do ocultamento da intervenção do tradutor.

A suposta “estratégia de resistência”, que não “domestica” o texto estrangeiro, seria o meio de “preservar as diferenças lingüísticas e culturais” desse texto (Venuti, 1992, p. 12). No entanto, essa “preservação” também é impossível, porque a tradução sempre pratica algum tipo de interferência. Não se atinge a total compreensão da multiplicidade de instituições, de comportamentos e de práticas de outras culturas; é humano reduzir a cultura e as instituições do outro àquilo que conhecemos, aos nossos próprios valores. Se as noções de transparência e de

compreensão da diversidade cultural, que baseiam a concepção de equivalência como igualdade de valores, esbarram na alteridade, na distância, na diferença entre o nosso espaço e o do outro, as noções de “preservação” e de “resistência” defrontam-se com esses mesmos obstáculos porque as diferenças não são puras. Conceber a tradução como “equivalência”, ou como forma de “resistência”, é considerar a possibilidade de substituição ou de transporte de valores. Por outro lado, conceber o processo como uma transformação de valores não implica pensar que se passa de uma forma fixa e estável para outra, pois os significados estão sempre em um movimento que não cessa em um centro tranquilizador ou em uma cultura-fonte ou alvo completamente estanques e prontamente determináveis em sua essência.

Entretanto, é a concepção de fechamento e de completude dos pólos que tem orientado as teorias de tradução. A literatura sobre tradução examinada mostra que a dicotomia entre os pólos é dada como auto-evidente e inevitável. Na medida em que essa oposição implica que a tradução e outras interpretações e intérpretes são colocados em posição inferior, Kaisa Koskinen (1994) considera que seja “paralisante para a tradução e para o tradutor reais” (p. 447). Relaciono essa “paralisia” a dois sentidos. Em primeiro lugar, à noção tradicional de que a tradução reduz, neutraliza, é algo que não chega a atingir a força, a energia ou o poder do original. Em segundo lugar, a algo que não tem movimento, que está sempre no mesmo ponto. Esses dois sentidos relacionam duas noções: por um lado, a idéia de que a tradução sempre envolve perda, algo que nunca consegue atingir o nível que o original supostamente teria; por outro lado, a tradução como lugar de discussão das mesmas questões. Uma delas é exatamente a equivalência, abordada por vários autores sob diversos pontos de vista.

Relaciono “paralisante” também ao discurso de Lefevere (1992a), para quem “o conceito de equivalência contribuiu muito para a *estagnação* do pensamento sobre tradução” (p. 10, grifos meus). O problema, para esse autor, é que nem tradutores nem pesquisadores conseguem chegar a uma conclusão a respeito do tipo ou do grau de equivalência que constituiriam a “equivalência real”. Entretanto, não

propõe o questionamento da noção, limita-se a afirmar que “é hora de abandonarmos o conceito” (Lefevere, 1992a, p. 10). No entanto, não é possível simplesmente “abandonar” um conceito, especialmente um que fundamenta tantas propostas de reflexão sobre a tradução. Um dos caminhos possíveis para escapar da “paralisia” é o trilhado nesta tese: analisar como o conceito se enquadra em propostas globais de trabalho, ver se ele explica as relações que se estabelecem entre o texto de partida e a tradução, examinar o lugar que ocupa, sua pertinência e sua condição de possibilidade. É, em outras palavras, apontar outra direção para os estudos, um caminho que conduza para questões distantes das tradicionais discussões sobre fidelidade, servidão, literalidade, liberdade, equivalência e que leve a refletir sobre as relações indissolúveis entre teoria e prática, entre tradução, sociedade e poder, e a reconhecer o compromisso social e político da tradução.

SUMMARY

This thesis aims to analyze the concepts of equivalence which underlie the work of theorists from two major approaches to translation studies and their relation to conceptions of language, text, reading and translation. One approach attempts a systematic view of equivalence on the basis of linguistic theories while the other relativizes this concept and grounds its theses in the description of literary translations. Examining work by several contrastive linguists and studies by Catford (1965/1980) and Nida (1964a, 1975/1982a, 1969/1982b), it is shown that all these theorists, rather than defining equivalence, break the concept down into several notions, such as “dynamic equivalence”, “formal equivalence”, “semantic equivalence”, “textual equivalence” and “functional equivalence”, without actually suggesting criteria which would indicate when equivalence is considered to take place. The other theoretical approach analyzed here is one which questions the relevance of proposals based on linguistics, rejecting the notion of equivalence as an *a priori* construct defined on the basis of the original text and focusing instead on receiving system as its object of study. This is seen in the work of Lefevere (1992a, 1992b) and Toury (1980), who have attempted to establish a new paradigm for the study of literary translation.

The analysis shows that these apparently opposing approaches are in fact both based on an abstract conception of equivalence and on the premise that translation can transpose the values found in the original text into another language. However, Quine (1966), Fish (1980, 1994) and Derrida (1972, 1967/1973), among others, have challenged the notion of identical values that may be found in different languages or texts. By showing that readings and translations of texts are necessarily construed in dependence on a certain setting, that meanings are attributed in the context of a network of differences and deferments and that values are constituted by the subject in consonance with the conventions of sociocultural communities, this type of approach leads to the conclusion that values cannot be categorically determined nor reproduced in another system. The concept of equivalence in translation is seen as relying on a

conception of language in which signs have fixed values and texts contain stable meanings that may be recovered through reading and translation. If the source text and the translation are seen as constituted of conventional and arbitrary signs, then both are products of readings conditioned by context and the social construction of meaning, which leads to the conclusion that the relation between them is characterized not by opposition or equivalence, but by supplementarity.

KEY WORDS

Translation and interpretation; Applied linguistics.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, Alceu M. *Folclore nacional*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. Compreender x interpretar e a questão da tradução. In: ____ (Ed.). *O signo desconstruído*. Campinas: Pontes, 1992a. p.67-70.
- _____. As questões teóricas da tradução e a desconstrução do logocentrismo: algumas reflexões. In: ____ (Ed.). *O signo desconstruído*. Campinas: Pontes, 1992b. p.71-9.
- _____. A desconstrução do logocentrismo e a origem do significado. In: ____ (Ed.). *O signo desconstruído*. Campinas: Pontes, 1992c. p.35-9.
- _____. A pesquisa em teoria da tradução ou o que pode haver de novo no *front*. In: ____ (Ed.). *O signo desconstruído*. Campinas: Pontes, 1992d. p.107-12 .
- _____. A que são fiéis tradutores e críticos de tradução? Paulo Vizioli e Nelson Ascher discutem John Donne. In: _____. *Tradução, desconstrução, psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993a. p.15-26.
- _____. A tradução passada a limpo e a visibilidade do tradutor. In: _____. *Tradução, desconstrução, psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993b. p.71-89.
- _____. Os estudos da tradução na pós-modernidade, o reconhecimento da diferença e a perda da inocência. *Cadernos de Tradução*, v.1, p.53-69, 1996.
- AUBERT, Francis. Descrição e quantificação de dados em tradutologia. *Tradução e Comunicação*, v.4, p.71-81, jul. 1984.
- AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médica, 1990.
- BASSNETT-McGUIRE, Susan. *Traslation studies*. London: Methuen, 1980.
- BENJAMIN, Walter. The task of the translator. In: SHULTE, Rainer & BRIGUENET, John (Eds.). *Theories of translation: an anthology of essays from Dryden to Derrida*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- BENNINGTON, Geoffrey. Derridabase. In: ____ , DERRIDA, Jacques. *Jacques Derrida*. Paris: Seuil, 1991. p.7-292.
- _____. Derridabase. In: ____ , DERRIDA, Jacques. *Jacques Derrida*. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.10-218.
- BERMAN, Antoine. La traduction et ses discours. *Meta*, v.34, n.4, p.672-9, 1989.

- BORN, A. van den. *Dicionário enciclopédico bíblico*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- BOUTON, L. F. The Problem of equivalence in contrastive analysis. *IRAL*, v.4, n.2, 143-63, 1976 apud KRZESZOWSKI, Tomasz P. The problem of equivalence revisited. *IRAL*, v.19, n.2, p.113-28, 1981.
- BROWER, Reuben A. Introduction. In: ____ (Ed.). *On translation*. Oxford: Oxford University Press, 1966. p.3-7.
- CALDAS Aulete. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1958.
- CARSON, D. A. The limits of dynamic equivalence in Bible translation. *Notes on translation*, v.121, p.1-15, 1987.
- CARVALHO, Glória M. de Mello *et al.* Eugene Nida: Toward a science of translating. In: VIEIRA, Else Ribeiro Pires (Sel. e Org.). *Teorizando e contextualizando a tradução*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1996. p.71-94.
- CATFORD, John C. *A linguistic theory of translation: an essay in applied linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 1965.
- ____. *Uma teoria lingüística da tradução: um ensaio em lingüística aplicada*. Trad. Centro de Especialização de Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo: Cultrix, 1980.
- CATULO. *O cancionero de Lésbia*. Intr., trad. e notas Paulo Sérgio Vasconcellos. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- CHAMBERLAIN, Lori. Gender and the metaphors of translation. In: VENUTI, Lawrence. *Rethinking translation: discourse, subjectivity, ideology*. London: Routledge, 1992. p.57-74.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965 apud KRZESZOWSKI, T. The problem of equivalence revisited. *IRAL*, v.19, n.2, p.113-28, 1981.
- CULLER, Jonathan. *As idéias de Saussure*. Trad. Carlos Alberto Fonseca. São Paulo: Cultrix, 1979.
- DELISLE, Jean. *L'analyse du discours comme méthode de traduction: initiation à la traduction française de textes pragmatiques anglais*. Ottawa: Éditions de l'Université d'Ottawa, 1980.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- ____. *Positions*. Paris: Minuit, 1972.
- ____. *Gramatologia*. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1973.

- ____. *Posições: semiologia e materialismo*. Trad. Maria Margarida Correia C. Barahona. Lisboa: Plátano, 1975.
- ____. *L'oreille de l'autre: otobiographies, transferts, traductions*. Québec: VLB, 1982.
- ____. Des tours de Babel. In: _____. *Psyché - inventions de l'autre*. Paris: Galilée, 1987a. p.203-35.
- ____. Lettre à un ami japonais. In: _____. *Psyché - inventions de l'autre*. Paris: Galilée, 1987b. p.387-93.
- ____. Assinatura acontecimento contexto. In: _____. *Margens da Filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Rev. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1991a. p.349-73.
- ____. O círculo lingüístico de Genebra. In: _____. *Margens da Filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Rev. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1991b. p.179-95.
- ____. Qual quelle - as fontes de Valéry. _____. In: *Margens da Filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Rev. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1991c. p.315-47.
- ____. A diferença. _____. In: *Margens da Filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Rev. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1991d. p.33-63.
- ____. *Limited Inc.* Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1991e.
- ____. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991f.
- DÍAZ-DIOCARETZ, Miriam. *Translating poetic discourse: questions on feminist strategies in Adrienne Rich*. Amsterdam: John Benjamins, 1985.
- DICIONÁRIO Aurélio eletrônico: versão integral. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.
- DULAY, Heidi, BURT, Marina, KRASHEN, Stephen. *Language two*. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1986.
- ELS, Theo van et al. Second language learning (1): contrastive analysis and foreign languages. In: _____. *Applied linguistics and the learning of foreign languages*. Edward Arnold, 1984. p.35-67
- EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem theory. *Poetics Today*, v.1, n.1-2, p.287-310, 1979.
- ____. Polysystem studies. *Poetics Today*, v.11, n.1, p.1-245, 1990.

- FEDOROV, A. Vvedenie v teoriju perevoda. Moscow, 1953 apud MORGAN, Bayard Q. A critical bibliography of works on translation. In: BROWER, Reuben A. *On translation*. Oxford: Oxford University Press, 1966. p.269-93.
- FISH, Stanley. *Is there a text in this class?* The authority of interpretive communities. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1980.
- _____. Consequences. In: MITCHELL, W. J. Thomas (Ed.). *Against theory*. Chicago, University of Chicago Press, 1985. p.106-31.
- _____. *There's no such thing as free speech*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- FOUCAULT, Michel. What is an author. In: HARARI, Josué (Ed.). *Textual strategies: perspectives in post-structuralist criticism*. London: Methuen, 1980. p.141-160.
- _____. *El orden del discurso*. Trad. Alberto González Troyano. Mexico: Grupo de Publicaciones de la Facultad de Filosofía y Letras de la UNAM, 1982.
- GAK, Vladimir. Pour un calcul logique des équivalents de traduction. *Meta*, v.37, n.1, p.139-48, 1992.
- GENTZLER, Edwin. *Contemporary translation theories*. London: Routledge, 1993.
- GLOSSÁRIO de Derrida; trabalho realizado pelo Departamento de Letras da PUC/RJ, supervisão geral de Silvano Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- GOOD news for modern man: the New Testament in today's English version. New York: American Bible Society, 1966 apud NIDA, E. , TABER, C. R. *The theory and practice of translation*. 2. ed. Netherlands: E. J. Brill, 1982b.
- GRAHAM, Joseph F. Introduction. In: ____ (Ed.). *Difference in translation*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. et al. Comparação e tradução. In: *As ciências linguísticas e o ensino de linguas*. Trad. por Myriam Freire Morau. Petrópolis: Vozes, 1974. p.136-61.
- HAWKINS, Joyce, ALLEN, Robert (Eds.). *The Oxford encyclopedic English dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- HERMANS, Theo. Translated norms and correct translations. In: van LEUVEN-ZWART, Kitty, NAAIJKENS, Ton (Eds.). *Translation studies: the state of the art*. Amsterdam: Rodopi, 1991. p.155-69.
- HOLMES, James S. The name and nature of translation studies. Amsterdam: Translation Studies Section, 1972/1975 apud GENTZLER, Edwin. *Contemporary translation theories*. London: Routledge, 1993.
- HU, Qian. On the implausibility of equivalent response (part I). *Meta*, v.37, n.2, p.189-301, 1992.

- _____. ____ (part II). *Meta*, v.37, n.3, p.491-506, 1992.
- _____. ____ (part IV). *Meta*, v.38, n.3, p.449-67, 1993.
- _____. ____ (part V). *Meta*, v.39, n.3, p.418-32, 1994.
- HUTCHEON, Linda. *The politics of postmodernism*. New York: Routledge, 1989.
- IVIR, Vladimir. Formal correspondence vs. translation equivalence revisited. *Poetics Today*, v.2, n.4, p.51-9, 1981.
- JAKOBSON, Roman. Aspectos lingüísticos da tradução. In: ____ *Lingüística e comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 5.ed. São Paulo: Cultrix, 1971. p.63-72.
- JAMES, Carl. Some issues of contention. In: ____ *Contrastive analysis*. London: Longman, 1980. p.166-94.
- KELLY, Louis G. *The true interpreter: a history of translation theory and practice in the West*. New York: St. Martin's, 1979.
- KELLY, W. K. (Trad.). *The poems of Catullus and Tibullus*. London: Bell, 1906 apud LEFEVERE, A. *Translating literature: practice and theory in a comparative literature context*. New York: MLA, 1992a.
- KOSKINEN, Kaisa. (Mis)translating the untranslatable – the impact of deconstruction and post-structuralism on translation theory. *Meta*, v.39, n.3, p.446-59, 1994.
- KNOX, Ronald A. *Trials of a translator*. New York, 1949 apud STEINER, George. *After Babel: aspects of language and translation*. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- KOLLER, Werner. Einführung in die Übersetzungswissenschaft. Heidelberg: Quelle & Meyer, 1992 apud PYM, Anthony. *European Translation Studies, une science qui dérange*, and why equivalence needn't be a dirty word. *TTR*, v.8, n.1, p.153-76, 1995.
- KRZESZOWSKI, Tomasz P. Fundamental principles of structural contrastive studies. *Glottodidactica*, v.2, p.33-9, 1967 apud MARTON, Waldemar. Equivalence and congruence in transformational contrastive studies. *Studia Anglica Posnaniensia*, v.1, p.53-62, 1968.
- _____. Equivalence, congruence and deep structure. In: NICKEL, G. (Ed.). *Papers in contrastive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p.37-48.
- _____. Interlanguage and contrastive generative grammar. *ISB*, v.1, n.1, p.58-78, 1976.
- _____. The problem of equivalence revisited. *IRAL*, v.19, n.2, p.113-28, 1981.
- LEFEVERE, André. Programmatic second thoughts on "literary" and "translation" or Where do we go from here? *Poetics Today*, v.2, n.4, p.39-50, 1981.

- _____. Literary theory and translated literature. *Dispositio*, v.7, n.19-20, p.3-22, 1982.
- _____. Poetics (today) and translation (studies). *Modern Poetry in Translation*, v.44-5, p.190-5, 1983.
- _____. Why waste our time on rewrites? The trouble with interpretation and the role of rewriting in an alternative paradigm. In: HERMANS, Theo (Ed.). *The manipulation of literature: studies in literary translations*. Beckenham, Kent: Croom Helm, 1985. p.215-43.
- _____. Why the real Heine can't stand up in/to translation: rewriting as the way to literary influence. *New Comparison*, v.1, p.83-91, 1986.
- _____. Translation: its genealogy in the West. In: _____, BASSNETT, Susan (Eds.). *Translation, history, and culture*. London: Pinter, 1990. p.14-28.
- _____. *Translating literature: practice and theory in a comparative literature context*. New York: MLA, 1992a.
- _____. *Translation, rewriting, and the manipulation of literary fame*. London: Routledge, 1992b.
- _____. (Ed.). *Translation/history/culture: a sourcebook*. London: Routledge, 1992c.
- _____, BASSNETT, Susan. Introduction: Proust's grandmother and the thousand and one nights. The 'cultural turn' in Translation Studies. In: _____ (Eds.). *Translation, history, and culture*. London: Pinter, 1990. p.1-13.
- LOPES, Edward. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. 9.ed. São Paulo: Cultrix, 1986.
- LÖRSCHER, Wolfgang. Models of the translation process: claim and reality. *Target*, v.1, n.1, p.43-68, 1989.
- LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica*. Trad. Rosa V. Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Ed. Nacional, EDUSP, 1979.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Conferência, 1967.
- MALMKJÆR, Kirsten. Underpinning translation theory. *Target*, v.5, n.2, p.133-48, 1993.
- MARTON, Waldemar. Equivalence and congruence in transformational contrastive studies. *Studia Anglica Posnaniensia*, v.1, p.53-62, 1968.
- McGOWAN, John. *Postmodernism and its critics*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- MESCHONNIC, Henry. *Pour la poétique II*. Paris: Gallimard, 1973.

- MENDES, Oscar. Influência de Poe no estrangeiro. In: POE, Edgar A. *Ficção completa, poesia & ensaios*. Trad. Oscar Mendes e Milton Amado. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1981. p.53-6.
- MILLS, Barriss (Trad.). *The Carmina of Catullus*. Edimburgo: Blackwood, 1975 apud LEFEVERE, A. *Translating literature: practice and theory in a comparative literature context*. New York: MLA, 1992a.
- MILTON, John. *O poder da tradução*. São Paulo: Ars Poetica, 1993.
- MLA International Bibliography 1963-80. CD-ROM
- MLA International Bibliography 1981-nov. 95. CD-ROM
- MORGAN, Bayard Q. A critical bibliography of works on translation. In: BROWER, Reuben A. *On translation*. Oxford: Oxford University Press, 1966. p.269-93.
- MOUNIN, Georges. *Os problemas teóricos da tradução*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.
- NEVES, Maria Helena Moura. A questão da ordem na gramática tradicional. In: CASTILHO, Ataliba T. *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1990. v.1, p.185-316.
- NEWMARK, Peter. *A textbook of translation*. New York: Prentice Hall, 1988.
- THE NEW Testament in modern English. Trad. J. B. Phillips. London: Geoffrey Bles, 1958 apud NIDA, E., TABER, C. R. *The theory and practice of translation*. 2.ed. Netherlands: E. J. Brill, 1982b.
- NIDA, Eugene A. *Toward a science of translating*. Netherlands: E. J. Brill, 1964a.
- _____. Linguistics and ethnology in translation-problems. In: HYMES, Dell (Ed.). *Language in culture and society: a reader in linguistics and anthropology*. Nova York: Harper & Row, 1964b. p.90-100.
- _____. Principles of translation as exemplified by Bible translation. In: BROWER, Reuben A. *On translation*. Oxford: Oxford University Press, 1966. p.11-31.
- _____. *Language structure and translation*. Stanford: Stanford University Press, 1982a.
- _____, TABER, C. R. *The theory and practice of translation*. 2.ed. Netherlands: E. J. Brill, 1982b.
- NIRANJANA, Tejaswini. *Siting translation: history, post-structuralism, and the social context*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- ORLANDI, Eni. Tipologia de discurso e regras conversacionais. In: _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. rev. e aum. Campinas: Pontes, 1987. p.149-75.

- PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. *A interpretação da Bíblia na Igreja*: discurso de Sua Santidade o Papa João Paulo II e documento da Pontifícia Comissão Bíblica. Trad. Eduardo Campagnani-Ferreira. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1994.
- PYM, Anthony. European Translation Studies, *une science qui dérange*, and why equivalence needn't be a dirty word. *TTR*, v.8, n.1, p.153-76, 1995.
- QUINE, Willard V. Meaning and translation. In: BROWER, Reuben A. *On translation*. Oxford: Oxford University Press, 1966. p.148-172.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de interpretação na lingüística: seus alicerces, seus desafios. In: ARROJO, R. (org.) *O signo desconstruído*. Campinas: Pontes, 1992. p.63-6.
- REISS, K. Comprender un texto - qué significa para el traductor? In: MATTOS, D. (Ed.) *Estudos de Tradutologia I*. Brasília: Kontakt, 1981. p.33-49.
- RODRIGUES, Cristina Carneiro. *Tradução: teorias e contrastes*. São Paulo, 1988. 238p. Dissertação (Mestrado em Ciências - Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Org. por C. Bally e A. Sechehaye com a colaboração de A. Riedlinger. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- SEARLE, John R. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Trad. Carlos Vogt, Ana Cecília Maleronka, Balthazar Barbosa Filho, Maria Stela Gonçalves e Adail Sobral. Coimbra: Almedina, 1981.
- SNELL-HORNBY, Mary. *Translation studies: an integrated approach*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.
- STEINER, George. *After Babel: aspects of language and translation*. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- STEVENSON, Robert L. *Dr. Jekyll and Mr. Hyde, the merry men and other tales*. London: J. M. Dent and Sons, 1955.
- _____. *O médico e o monstro e outras histórias*. Trad. Nair Lacerda. São Paulo: Saraiva, [1960].
- _____. *O médico e o monstro: o estranho caso do Dr. Jekyll e Mr. Hyde*. Trad. José Maria Machado. São Paulo: Clube do Livro, 1986.
- _____. *O médico e o monstro*. Trad. Heloisa Jahn. São Paulo: Ática, 1993.
- STURROCK, John. Writing between the lines: the language of translation. *New Literary History*, v.21, p.993-1013, 1990.
- TABER, Charles R. Dynamic equivalence revisited. *Notes on translation*, v.2, n.3, p.52-4, 1988.

- TORRINHA, Francisco. *Dicionário latino-português*. 3. ed. Porto: Maranus, 1945.
- TOURY, Gideon. *In search of a theory of translation*. Tel Aviv: Porter Institute, 1980.
- _____. Monitoring discourse transfer: a text-case for a developmental model of translation. In: HOUSE, J., BLUM-KULKA, S. *Interlingual and intercultural communication*. Tübingen: Narr, 1986. p.79-94.
- _____. Well, what about a linguistic theory of literary translation? *Bulletin CILA*, v.49, p.102-5, 1989.
- _____. "Translation of literary texts" vs. "literary translation": a distinction reconsidered. *Kielitieteellisiä Tutkimuksia - Studies in language*, v.28, p.10-24, 1993.
- TYMOCZKO, Maria. How distinct are formal and dynamic equivalence? In: HERMANS, Theo (ed.). *The manipulation of literature: studies in translation*. London: Croom Helm, 1985. p.63-86.
- VAN den BROECK, Raymond. The concept of equivalence in translation theory: some critical reflections. In: HOLMES, James et al (Eds.). *Literature and translation*. Leuven: Acco, 1978. p.29-47.
- VANDERAUWERA, Ria. Gideon Toury in search of a theory of translation. *Dispositio*, v.7, n.19-21, p.177-79, 1982.
- VERMEER, Hans J. *Esboço de uma teoria da tradução*. Porto: Asa, 1985.
- VENUTI, Lawrence. The translator's invisibility. *Criticism*, v.18, n.2, p.179-212, 1986.
- _____. Introduction. In: _____. *Rethinking translation: discourse, subjectivity, ideology*. London: Routledge, 1992. p.1-17.
- _____. Translation and the formation of cultural identities. *Current Issues in Language and Society*, v.1, n.3, p.201-17, 1994.
- VIEIRA, Else Ribeiro Pires. *Por uma teoria pós-moderna da tradução*. Belo Horizonte, 1992. 248p. Tese (Doutorado em Letras/Literatura Comparada) - FALE, UFMG.
- VINAY, Jean-Paul, DARBELNET, Jean. *Stylistique comparée du français et de l'anglais*. Paris: Didier, 1958 apud AUBERT, Francis. Descrição e quantificação de dados em tradutologia. *Tradução e Comunicação*, v.4, p.71-81, jul. 1984.
- WEBSTER'S New twentieth century dictionary. 2.ed. New York: Prentice Hall, [1971].
- WILSS, Wolfram. *The science of translation: problems & method*. Tübingen: Gunter Nar, 1982.

YO-IN, Song. The translatable core structure revisited. *Korea Journal*, v.22, p.33-8, 1982.

ZUKOFSKY, Louis, ZUKOFSKY, Celia (Trad.). *The poems of Catullus*. Harmondsworth: Penguin, 1966 apud LEFEVERE, A. *Translating literature: practice and theory in a comparative literature context*. New York: MLA, 1992a.